

INSS 1516-344x



*Revista do Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia*

Rev. IGHB, v. 117, jan./dez. 2022

INSS 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

Rev. IGHB, Salvador, v. 117, jan./dez. 2022

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

DIRETORIA IGHB | 2022 – 2023

Presidente de Honra	Eduardo Morais de Castro
Presidente	Joaci Fonseca de Góes
1º Vice-presidente	Aramis de Almada Ribeiro Costa
2º Vice-presidente	Luiz Ovídio Fisher
3º Vice-presidente	Newton Cleyde Alves Peixoto
Secretário Geral	Rozendo Ferreira Neto
Secretário Adjunto	Ricardo Maurício Nogueira e Silva
Diretora Financeira	Maria Constança Carneiro Galvão
Diretor Financeiro Adjunto	Jorge Luiz Ramos
Orador Oficial	José Nilton Carvalho Pereira
Diretor de Publicações	Sérgio Augusto Soares Mattos
Diretor de Biblioteca	Luiz Américo Lisboa Junior
Diretora do Arquivo Histórico	Zita Magalhães Alves
Diretoria Suplente	Antônio Menezes do Nascimento Filho Sérgio Emílio Schlang Alves Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Conselho Fiscal	Sudário de Aguiar Cunha Wellington do Carmo Cruz Luislinda Dias de Valois Santos

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO DA BAHIA**

Rev. IGHB, v. 117, jan./dez. 2022

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro Academia Portuguesa de História e Universidade de Lisboa – Portugal	Edmundo Anibal Herédia Universidade Nacional de Córdoba – Argentina
Antonella Rita Roscilli Escritora e jornalista – Itália	Hendrik Kraay Universidade de Calgary – Canadá
Berthold Zilly Instituto Latinoamericano de Freie Universität Berlin – Alemanha	Marcos de Noronha da Costa Academia Portuguesa da História – Portugal
Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança Academia Portuguesa da História – Portugal	Stuart Schwartz Yale University – Estados Unidos

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia Gabinete Português de Leitura-Bahia	José Ibarê Dantas Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Arno Wehling Academia Brasileira de Letras	Maria Tereza Navarro Britto Matos Universidade Federal da Bahia
Carlos Humberto Pederneiras Corrêa Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina	Zilma Parente de Barros Universidade Federal da Bahia
José Carlos Bastos Sant Anna Universidade Federal da Bahia	Sérgio Augusto Soares Mattos Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO
INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA
DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA
DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA
DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO
INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. REVISTA DO

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

© 2022 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em língua portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial	Sérgio Augusto Soares Mattos
Assistente Editorial	José Carlos Bastos Sant Anna
Projeto Gráfico	Sidnei Silva e George Luis Cruz Silva
Revisão de Linguagem	Sérgio Augusto Soares Mattos José Carlos Bastos Sant'Anna
Paginação eletrônica	Helga Vieira Sant Anna

Endereço para envio de artigos: diretoria.publicacao@ighb.org.br

Indexada em / Indexed in:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml> – Plataforma Sucupira

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –

V.; il; 25cm.

Annual

v. 117 (jan./dez., 2022), 464p

ISSN 1516-344X.

1. Bahia - História 2. História e Religião. 4. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - Discursos, ensaios e palestras.

CDU:94(813.8)



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia

Fundo
de cultura



GOVERNO
DO ESTADO

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRAFICO E HISTÓRICO DA BAHIA - IGHB

Avenida Joana Angélica, 43 - Piedade 40050-001 – Salvador – BA – Brasil
Telefone (71)3329-4463 | (71)3329-6336 | diretoria.publicacao@ighn.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DA BAHIA E OUTROS RESGATES HISTÓRICOS	13
--	----

Sérgio Augusto Soares Mattos

ARTIGOS

EM SINTONIA COM A HISTÓRIA	21
----------------------------	----

Joaci Góes

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: DA CHEGADA DA FAMÍLIA REAL AO SEU RECONHECIMENTO (1808-1825)	29
---	----

Luiz Americo Lisboa Junior

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA COMEÇOU EM CACHOEIRA HÁ 200 ANOS	55
--	----

Sérgio Mattos

PERSONIFICAÇÃO ATUAL SOBRE JOANAANGELICA E CONVENTO DA LAPA-BA	63
---	----

Antonia da Silva Santos

PRECURSORES ICONOGRÁFICOS DAS ESCULTURAS DO CABOCLO DO DOIS DE JULHO	85
---	----

Claudio Rafael Almeida de Souza

O PLANO DA CIDADE DE BAHIA NO BRASIL: UM MAPA INÉDITO DE SALVADOR DURANTE A OCUPAÇÃO HOLANDESA (1624)	111
--	-----

Pablo A. Iglesias Magalhães

Lucia F. Werneck Xavier

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DE TRÊS
MUSEUS UNIVERSITÁRIOS 141

Ednaldo Soares

APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO TEATRO CASTRO
ALVES 173

Aramis Ribeiro Costa

A VIRTUDE ARISTOTÉLICA NA PEDAGOGIA DE ERNESTO
CARNEIRO RIBEIRO E SEU LUGAR NA CONTEMPORANEIDADE 203

Jayme Augusto Ribeiro de Oliveira Matos

O PRÍNCIPE ITALIANO UMBERTO DI SAVOIA E SUAS VISITAS
NA BAHIA EM 1924 231

Antonella Rita Roscilli

BAHIA VAI COMEMORAR CENTENÁRIO DE MORTE DE RUY
BARBOSA 259

Sérgio Mattos

DOCTOR CLÍMACO, O IRMÃO MAIS VELHO DE RUY BARBOSA 273

Luis Guilherme Pontes Tavares1

RÁDIO NO BRASIL – UM MEIO CENTENÁRIO 281

Nair Prata

O CENTENÁRIO DA CAIXA FALANTE 307

Nelson Varón Cadena

HOMENAGEM

ÉDISON CARNEIRO: VALORIZAÇÃO DAS RAÍZES 331

Biaggio Talento

ÉDISON CARNEIRO NO ACERVO DE RUTH LANDES 345

Jamie Lee Andreson

ÉDISON CARNEIRO E O CEAO: EM TORNO DE ALGUMAS RELAÇÕES
POSSÍVEIS E IMAGINÁVEIS 383

Cláudio Luiz Pereira

RELATÓRIO, BIBLIOTECA, ARQUIVO

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA 419

Luis Américo Lisboa Junior

Fernanda Mota de Oliveira

AGENDA IGHB

AGENDA CULTURAL NOS 128 ANOS DE FUNDAÇÃO DO IGHB 423

Cleide Nunes

RELAÇÃO DE ASSOCIADOS

ASSOCIADOS DO IGHB 441

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA 453



Apresentação



O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DA BAHIA E OUTROS RESGATES HISTÓRICOS

Sérgio Augusto Soares Mattos¹

Este ano, 2022, marca o Bicentenário da Independência do Brasil e os 200 anos do início das lutas pela Independência da Bahia, iniciada em 25 de junho de 1822, em Cachoeira, e concluída no dia 2 de Julho de 1823, com a entrada triunfal em Salvador do Exército Libertador, que expulsou as tropas portuguesas e consolidou a independência do país.

Durante as comemorações do primeiro centenário da Independência, no plano cultural, ocorreu A Semana de Arte Moderna, de 11 a 18 de dezembro de 1922. Neste ano, quando comemoramos o Bicentenário da Independência, em termos culturais, o Museu do Ipiranga, em São Paulo, foi reaberto no dia 7 de setembro de 2022, depois de quase uma década fechado.

No próximo ano, a Bahia festejará o Bicentenário de sua Independência do jugo português no dia 2 de Julho de 2023, quando esta *Revista do IGHB* concentrará a maior parte de seu conteúdo à nossa data magna. Além do 2 de Julho, nossa atenção estará focada também no primeiro centenário de morte de Ruy Barbosa.

¹ Diretor de Publicações do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e editor da Revista do IGHB. E-mail: sasmattos@gmail.com

Esta edição da *Revista do IGHB*, número 117, apresenta um conteúdo substancial em um total de 17 artigos. Intitulado **Em sintonia com a história**, o artigo de Joaci Góes, presidente do IGHB, abre este volume apresentando os projetos que pretende realizar durante sua gestão. Ele enumera nove itens de um ambicioso programa a ser concretizado no biênio 2022-2023, dos quais destaca três: A digitalização do acervo, o programa Leitura sem fronteiras e a criação do Museu da Libertação.

Na sequência, um conjunto de quatro artigos aborda o tema da Independência. O primeiro deles, assinado pelo historiador Luiz Américo Lisboa Junior, intitulado **O processo de independência do Brasil: da chegada da família real ao seu reconhecimento (1808-1825)**, busca esclarecer o processo de independência do Brasil a partir da chegada da família real ao Rio de Janeiro em virtude das invasões napoleônicas na Europa, seus desdobramentos políticos e seus reflexos no Brasil, fatores decisivos que culminariam com a sua emancipação política definitiva do império português, destacando-se a participação da imprensa luso-brasileira.

A luta da Independência da Bahia começou em Cachoeira há 200 anos é o título do segundo artigo, de autoria de Sérgio Mattos, que destaca a participação do Recôncavo baiano (Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco do Conde) na luta pela Independência da Bahia, que culminou com a expulsão das tropas portuguesas em 2 de Julho de 1823, consolidando definitivamente a Independência do Brasil.

O terceiro artigo, de autoria de Antonia Silva Santos, **Personeificação atual sobre Joana Angélica e Convento da Lapa-BA**, revela características da figura da religiosa Joana Angélica de Jesus, freira que viveu enclausurada e que se destacou como mártir na luta da Independência.

No quarto artigo, **Precursores iconográficos das esculturas do caboclo do dois de Julho**, Cláudio Rafael Almeida de Souza analisa comparativamente as representações da alegoria do caboclo símbolo da independência da Bahia com a imagem de São Miguel Archanjo. A primeira é a escultura andante do préstito em comemoração aos 1823, o cortejo do Dois de julho, e a segunda é a escultura existente no monumento em comemoração à independência da Bahia, localizada na Praça do Campo Grande, em Salvador.

Após os quatro artigos sobre a Independência, vem o ensaio intitulado **O Plano da Cidade de Bahia no Brasil: um mapa inédito de Salvador durante a ocupação holandesa (1624)**, assinado por Pablo A. Iglesias Magalhães e Lucia F. Werneck Xavier, apresenta uma análise inédita do *Plano da Cidade da Bahia no Brasil*, resultado das pesquisas do engenheiro militar Joos Coeck, com uma descrição detalhada da ocupação neerlandesa e dos trabalhos de fortificação na cidade da Bahia em 1624. Por meio do mapa, cotejado com manuscritos holandeses inéditos, *National Archief*, em Haia, foi possível compreender melhor o desenvolvimento da malha urbana da cidade da Bahia no século XVII.

Na sequência, Ednaldo Soares debate **A criação da Universidade**

Federal da Bahia e de três museus universitários. Originária da Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 1808, pelo Príncipe Regente Dom João de Bragança, quando da transmigração da Família Real de Portugal para o Brasil, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) é considerada a primeira instituição de nível superior criada no país. A partir de seu envolvimento com a comunidade foram criados três museus universitários – Museu de Arte Sacra (MAS), Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) e Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). Em resumo, este artigo apresenta um relato histórico e sociológico sobre a criação da Universidade Federal da Bahia e dos Museus de Arte Sacra, do Afro-Brasileiro e o de Arqueologia e Etnologia.

Aramis Ribeiro Costa, no texto intitulado **Apontamentos para uma história do Teatro Castro Alves**, trata da situação do teatro na Bahia até os anos 40 do século XX, a origem do Teatro Castro Alves, sua construção, a inauguração, o incêndio que o destruiu, a reconstrução, a segunda inauguração, com aspectos pouco conhecidos e pouco divulgados.

Por sua vez, Jayme Augusto Ribeiro de Oliveira Matos, em seu artigo intitulado **A virtude aristotélica na pedagogia de Ernesto Carneiro Ribeiro e seu lugar na contemporaneidade**, examina o pensamento pedagógico de Ernesto Carneiro Ribeiro, propondo-se a investigar o conceito de virtude moral no pensamento pedagógico dele, na tentativa de relacioná-lo à visão de educação promovida pelo filósofo Aristóteles.

O príncipe italiano Umberto di Savoia e suas visitas na Bahia

é o título do artigo da pesquisadora Antonella Rita Roscilli, que resgata a visita do então Príncipe do Piemonte e futuro herdeiro ao trono do Reino da Itália. A visita do príncipe ocorreu há quase cem anos, quando chegou à Bahia em 12 de setembro de 1924. Segundo a autora, “a viagem ficou imortalizada em um documentário histórico, produzido pela A. Botelho do Rio de Janeiro”. O artigo reconstrói a viagem e os dias que Umberto di Savoia passou na Bahia.

Os dois artigos em sequência estão vinculados à figura de Ruy Barbosa, o “Águia de Haia”, pois no próximo ano a Bahia vai comemorar o centenário de Morte do grande baiano. O primeiro artigo, assinado por Sérgio Mattos, trata dessa comemoração e apresenta uma cronologia da trajetória de vida de Ruy. O outro artigo, assinado por Luís Guilherme Pontes Tavares, apresenta a figura do irmão mais velho de Ruy Barbosa: Clímaco Ananias Barbosa d’Oliveira, que nasceu em Salvador em 21 de janeiro de 1840, nove anos antes do irmão. Segundo Luís Guilherme, Clímaco, que era médico, poeta, jornalista e abolicionista, também soube construir um currículo à altura do irmão mais famoso.

O décimo terceiro e o décimo quartos artigos desta edição estão voltados para comemorar o centenário do Rádio no Brasil. O primeiro, de caráter mais acadêmico, intitulado **O Rádio no Brasil: um meio centenário**, é assinado pela pesquisadora Nair Prata. O segundo texto, mais jornalístico, **O centenário da caixa falante**, leva a assinatura de Nelson Varón Cadena, pesquisador e historiador da mídia, e apresenta o desenvolvimento desse veículo na Bahia.

Em atendimento ao Edital nº 005/2022, esta edição da *Revista do IGHB* publica três artigos sobre Edson de Souza Carneiro, escritor baiano, etnólogo comprometido com os estudos sobre a cultura afro-brasileira. Os artigos são: **Édison Carneiro: valorização das raízes africanas e o mito da democracia racial**, assinado por Biaggio Talento, jornalista e biógrafo de Édison; **Édison Carneiro no acervo de Ruth Landes**, assinado pela pesquisadora Jamie Lee Andreson; e **Édison Carneiro e o CEAO: em torno de algumas relações possíveis e imaginárias**, assinado pelo pesquisador Cláudio Luiz Pereira. Os três artigos se completam e transmitem uma visão mais realista do trabalho e da pessoa que foi Édison Carneiro.

Encerrando esta edição, seguem o **Relatório da biblioteca e arquivo** e no item **Agenda IGHB** é apresentada uma matéria jornalística sobre os eventos culturais desenvolvidos durante o ano de 2022, assinado pela jornalista Cleide Nunes. E, na sequência, **Relação de Associados** e as **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**.

A revista do próximo ano, 2023, está aberta para receber colaborações sobre tudo o que se relacionar com o bicentenário do 2 de Julho e as lutas pela independência da Bahia do jugo português.

Que tenham uma boa leitura!

Artigos



EM SINTONIA COM A HISTÓRIA

Joaci Góes¹

Com esta publicação, de número 117, a Casa da Bahia dá sequência ao seu tradicional meio de comunicação com a sociedade baiana através do registro e da análise de momentosos aspectos da vida histórica e cultural do nosso Estado e do Brasil, atividade diuturnamente realizado pelo site em que se conecta com o Mundo.

Explica-se por que os sócios dessa vetusta e venerável Instituição confiaram a tão relevante tarefa de editar sua Revista a um dos mais fecundos escritores da nova geração, o eminente baiano e polímata Sérgio Mattos, que conta ainda com o prestígio de haver nascido na pátria de José de Alencar.

O conteúdo que o leitor tem diante dos olhos é muito rico, em sintonia com o prestígio intelectual dos autores dos diferentes textos, a maioria dos quais abordando ou refletindo o sentimento geral de ebulição patriótica, ao ensejo da celebração do bicentenário de nossa independência formal, em 7 de setembro de 1822, e de sua efetiva consolidação com a postura irredenta, heroica e épica dos que, em solo baiano, ao preço de muitas lutas e derramamento de sangue, expulsaram, definitivamente, em 2 de julho de 1823, os colonizadores que resistiam à nossa irrenunciável emancipação política.

Como atividade rotineira, o IGHB segue cumprindo densa agenda

¹ Joaci Góes é Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

intelectual, abrigando a realização de conferências, cursos e seminários sobre temas palpitantes da atualidade, voltados para a reflexão do passado, requerimentos do presente e projeções para o futuro, observando, como é da natureza de sua finalidade, a rica diversidade de pontos de vista, com exclusão dos político-ideológicos que tantos males vêm ocasionando à boa convivência entre brasileiros de todas as origens. Nosso regular programa de visitas ao rico acervo de nossa histórica sede, a maior estrutura de concreto do Nordeste e Norte do País, quando foi edificada há um século, conta com o acompanhamento da qualificada museóloga Rita Maria Fonseca Chaves.

Confiantes na qualidade individual realizadora do conjunto dos integrantes de nossa Diretoria, elaboramos um programa ambicioso para o biênio 2022-2023 que inclui:

Digitalização de nosso excepcional acervo;

A concessão de prêmios para reconhecer trabalhos de valor no campo da História e da Geografia, nominados para homenagear alguns dos baianos notáveis, recentemente desaparecidos, dentre os quais mencionamos Edivaldo Machado Boaventura, João Eurico Matta, Waldir Freitas de Oliveira, Roberto Santos, Luís Henrique Dias Tavares e Cid Teixeira;

Realização do 8º Congresso de História da Bahia e o 1º Simpósio Acadêmico de Geografia, tendo o Semiárido como o tema central;

Celebração apoteótica do bicentenário do Dois de julho de 2023, que consolidou a independência política do Brasil, irrigada com o sangue heroico de baianos de todas as etnias e classes sociais;

Extensão do programa Leitura sem fronteiras aos 417 municípios baianos;

Conversão da histórica e bela sede, de estilo neoclássico, no Museu de História da Bahia;

Criação do Museu da Libertação no Solar Boa Vista, onde morou Castro Alves, para abrigar os fastos da luta pela absolvição e o contributo dos seus grandes líderes, diminuindo o passivo nacional com nossa vertente africana;

Ampliação dos convênios com entidades públicas e privadas, para a edição de obras no campo da memória histórica e da História e da Geografia que interessem de perto à Bahia;

Criação de dois caminhos a serem percorridos a pé ou de bicicleta, de cerca de 120 kms, cada, um entre Mucugê e Rio de Contas, na Chapada Diamantina, e o outro entre Monte Santo e Canudos, no nordeste baiano, em convênio com os respectivos municípios, palcos de uma das mais marcantes contendas da história humana, segundo a visão de renomados historiadores e antropólogos. Tudo isso com o amparo do Café Literário que já começa a operar no salão de entrada do santuário da memória da Bahia e do Brasil, onde memoráveis e enriquecedores bate-papos se realizam, rotineiramente.

Dessas nove metas programáticas, repitamos um pouco do muito que já dissemos, sobre três delas, em palestras e artigos, para mais acurada compreensão do leitor de sua notável importância para a sociedade baiana e brasileira: A digitalização do acervo, O programa Leitura sem fronteiras e a criação do Museu da Libertação.

DIGITALIZAÇÃO

A hemeroteca do IGHB (coleção de artigos em jornais e revistas, a partir do século XIX,) contém nada menos do que cinco milhões de páginas com o registro diário de nossa história, nos dois últimos séculos, em cada um dos seus mais distintos domínios. Sua digitalização se impõe por duas razões fundamentais. A primeira para assegurar sua incolumidade, de modo a evitar a tragédia que consumiu grande parte da nossa memória histórica, com o fogo que destruiu mais da metade do acervo do Museu da Memória Nacional, no Rio de Janeiro; a segunda, para colocar à disposição dos pesquisadores e estudiosos do mundo inteiro, em qualquer idioma, o acesso à nossa rica história, em qualquer hora e dia do ano, em lugar da desconfortável e sanitariamente arriscada consulta artesanal vigente. O secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitória, confirmou que liberará os recursos prometidos pelo governador Rui Costa, como sua excelência deixou registrado no livro de visitas do Instituto.

LEITURA SEM FRONTEIRAS

O programa Leitura sem fronteiras consiste em colocar à disposição das pessoas, nos 417 municípios baianos, em estantes de todos os tamanhos, sem qualquer controle, os milhões de livros que, inutilmente, mofam nas prateleiras, infectando, em muitos casos, os que manuseiam velhos e bolorentos exemplares, pouco ou nada lidos. Todos os prefeitos receberam instruções sobre como proceder! Pede-se que, prioritariamente, a cada exemplar levado pelo leitor, um outro

seja posto no mesmo lugar, para garantir a higidez do acervo. Caso, porém, o leitor não disponha de um exemplar, fica a exclusivo cargo de sua consciência, devolvê-lo depois de lido. As doações serão feitas por pessoas e instituições, e os exemplares disponibilizados em estantes compatíveis com os ambientes. Num consultório médico, num escritório de advocacia ou num condomínio residencial, as estantes não precisam ser dos tamanhos das utilizadas pela Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça da Bahia ou da OAB, entidades que já aderiram ao programa. Na extremidade final, aspiramos disponibilizar estantes nos estacionamentos dos mercados, dos shopping-centers e dos pontos de ônibus das cidades baianas! As escolas públicas e privadas, do ensino primário ao universitário, têm o dever de liderar o processo.

MUSEU DA LIBERTAÇÃO

O povo brasileiro, em geral, e o baiano, em particular, além da herança genética e cultural, de matriz greco-romana, com os contributos de origem asiática e médio-oriental, filtrados pelos diferentes povos europeus, são, também e sobretudo, herdeiros diretos dos africanos e das populações autóctones da Terra de Santa Cruz! Meltingpotpsico-somático tão complexo não há sobre a face da terra! Essa aligeirada digestão sobre nosso passado físico-espiritual vem a propósito do mutirão cultural que reuniu entidades do porte da Academia de Letras da Bahia, quando a presidimos, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Academia Baiana de Educação, Academia de Letras Jurídicas da Bahia,

Academia de Letras e Artes de Salvador, Ordem dos Advogados do Brasil, Academia de Ciência da Bahia e o Museu Nacional da Cultura Afro-brasileira. Todas essas venerandas instituições encaminharam requerimento com o propósito de sensibilizar o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador, para a criação do **Museu da Libertação**, a ser instalado no Solar Boa Vista, no Engenho Velho de Brotas, antiga propriedade da família do poeta Castro Alves, onde ele viveu alguns anos de sua curta e luminosa existência. A ideia central é fazer desse tão necessário e já tardio museu o maior repositório das lutas travadas para rompermos os grilhões da escravidão. Além do quanto se puder reunir como testemunho material da chaga da escravidão em nossa história, o registro dos nomes dos que contribuíram para nossa letárgica abolição, como o Poeta dos Escravos, Zumbi dos Palmares, Luiza Mahin, Luís Gama e escritores que fizeram de nossa matriz africana tema de suas criações literárias, nas mais distintas vertentes epistemológicas, como Luis Anselmo da Fonseca, Gilberto Freire, Luis Viana Filho, Édison Carneiro, Kátia Queiroz Mattoso, João José Reis, Ana Maria Gonçalves, Raymundo Laranjeira, Lidivaldo Britto e muitos outros nomes. O melhor das modernas técnicas computacionais deve ser incorporado aos elementos tradicionais tangíveis para fazer desse notável empreendimento fator de grande impacto na estrutura dos inúmeros atrativos que engrandecem nossa terra aos olhos do mundo. Pede-se ao Governador e ao Prefeito que nomeiem seus representantes para integrarem este mutirão. Afinal de contas, o tempo ruge para colocarmos de pé um

novo marco que confere a maior dignidade possível à utilização dos recursos oriundos da Lei Rouanet.

Registramos, como motivação adicional para o cumprimento de metas tão elevadas, a consciência de que é necessário o máximo empenho para não ficarmos muito distantes do legado que recebemos de nossos ilustres antecessores, os dois últimos dos quais a saudosa e notável Consuelo Pondé de Senna e o cidadão estadista Eduardo Morais de Castro.



O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: DA CHEGADA DA FAMÍLIA REAL AO SEU RECONHECIMENTO (1808-1825)

Luiz Américo Lisboa Junior¹

RESUMO

Este artigo busca compreender o processo de independência do Brasil considerando como ponto de partida a chegada da família real ao Rio de Janeiro em virtude das invasões napoleônicas na Europa e seus desdobramentos políticos, desde a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a coroação de D. João VI e a instabilidade política portuguesa ocorrida depois da Revolução liberal de 1820 e seus reflexos no Brasil, fatores decisivos que culminariam com a sua emancipação política definitiva do império português, destacando-se a participação da imprensa luso-brasileira.

ABSTRACT

This article seeks to understand the process of independence in Brazil, considering as a starting point the arrival of the royal family to Rio de Janeiro due to the Napoleonic invasions in Europe and its political developments, since the elevation of Brazil to the condition of the United Kingdom of Portugal, Brazil and Algarves, the coronation of D. João VI and the Por-

¹ Mestre em História e Cultura do Brasil. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

tuguese political instability that took place after the Liberal Revolution of 1820 and its consequences in Brazil, decisive factors that would culminate in its definitive political emancipation from the Portuguese empire, highlighting the participation of the Portuguese press. -Brazilian

1. ANTECEDENTES

Os acontecimentos ocorridos na Europa no início do século 19 protagonizados pela expansão e pelo controle territorial napoleônico provocaram em médio prazo efeitos no império português e desdobramentos que desencadearam a emancipação do Brasil. Portugal estava sob a ameaça das tropas de Napoleão deixando a monarquia num estado de vulnerabilidade política principalmente depois do Bloqueio Continental em 1806, imposto pela França, visando atingir comercialmente o Reino Unido e seus aliados, deixando Portugal numa situação difícil devido a sua longa parceria com os ingleses. Ao mesmo tempo, Portugal estava sob forte ameaça de sua divisão territorial depois do Tratado de Fontainebleau entre França e Espanha. A situação para a monarquia portuguesa era dramática, forçando saídas políticas extremas e certa astúcia diplomática. A monarquia portuguesa simulou um rompimento com a Inglaterra realizando ao mesmo tempo um acordo secreto com os ingleses para garantir a unidade e defesa de seu território em caso de invasão pelos franceses, o que acabou ocorrendo. Nesse ínterim, a permanência da Corte na Europa era um risco para a integridade da família real, assim como para o império português, e a saída encontrada foi transferir para o

Brasil a administração do império com o apoio e a escolta da Marinha inglesa que também ajudariam no combate das tropas napoleônicas em solo português. A aliança entre Portugal e Inglaterra traria ganhos substanciais para os ingleses que enxergavam na colônia portuguesa da América uma fonte de grandes lucros. No fim, a ajuda britânica tornou-se um grande negócio que beneficiou a ambos os reinos, uma vez que Portugal tinha garantido a defesa de seu território, a manutenção do império transatlântico e, a Inglaterra, um controle quase absoluto sobre a economia portuguesa que não era nada desprezível principalmente com as riquezas produzidas no Brasil.



Embarque da família real (Pintura de Nicolas Louis Albert Delerine)

O embarque da família real deu-se a 29 de novembro de 1807 e depois de longa e cansativa viagem a comitiva aportou em Salvador

em 22 de janeiro de 1808. Em seguida, no dia 28, D. João VI, então regente, devido à impossibilidade de governança da rainha D. Maria I que sofria de problemas mentais, assinou a Abertura dos portos pondo fim ao exclusivismo comercial colonial – que tinha por objetivo manter o controle dos negócios ultramarinos intermediado por Lisboa – beneficiando não só o Brasil, mas também a Inglaterra, então principal aliado político português e agora maior parceiro comercial. Em 7 de março, a família real e grande número de súditos, entre eles funcionários da administração, comerciantes e nobres, aportaram no Rio de Janeiro que passaria a ser a sede do império português.

A transformação do Brasil foi notável, pois o Rio de Janeiro que possuía uma infraestrutura urbana sofrível passou a abrigar todo o estafê administrativo da Corte necessitando de grandes reformas e, além do mais, a família real acostumada com o fausto de Lisboa e arredores com seus palácios, bibliotecas, teatros e todos os tipos de conforto, buscou transformar a cidade para manter, na medida do possível, o mesmo ambiente de luxo e ostentação desfrutado na Europa. Durante a permanência no Brasil, D. João estimulou a arte com a vinda da missão francesa liderada por Joaquim Lebreton tendo em Jean-Baptiste Debret o seu mais representativo documentarista pictórico, a cultura com a criação da Biblioteca Nacional e a construção do Real Teatro de São João; a música com a transferência para o Brasil do compositor Marcos Portugal, além do estímulo a artistas locais como o Padre José Maurício Nunes Garcia; a economia com a fundação do Banco do Brasil; a educação com a criação da Escola

de Cirurgia da Bahia; o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, diversas instituições de caráter burocrático-administrativo e a Imprensa Régia, criada por meio do decreto de 13 de maio de 1808.

Tendo-me constado que os prélos que se acham nesta Capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo a necessidade que ha da oficina de impressão nestes meus Estados: sou servido, que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Regia, onde só imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaesquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da Oficina a maior extensão e lhe dará todas as Instrucções e Ordens necessárias e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao meu real serviço.

Palácio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1808.
Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

A transferência da família real para o Brasil não diminuiu os conflitos em Portugal que sofreu com três invasões francesas nos anos 1808, 1809 e 1810, tendo os expulsado definitivamente de seu território em 17 de abril de 1811, derrotando as tropas francesas na batalha do Bussaco, no cerco de Almeida e em seu avanço para Lisboa

nas Linhas de Torres Vedras. A hegemonia napoleônica na Europa finda-se com a derrota do exército francês na Batalha de Waterloo, na Bélgica, em 18 de junho de 1815, provocando a queda de Napoleão como imperador. Na sequência, foi convocado o Congresso de Viena ocorrido de junho a setembro de 1815 para redesenhar o mapa da Europa nas condições fronteiriças em que se encontravam antes da Revolução Francesa, restabelecendo ainda as casas reais destronadas por Napoleão. Portugal – que durante todo o período do conflito europeu manteve o controle do império no Brasil – não obteve ganhos territoriais porque manteve suas fronteiras e colônias, mas teve restabelecida a dinastia dos Bourbons como linha sucessória real. Em meio a esse período conflituoso, D. João cria em 16 de novembro de 1815 o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, elevando a condição do Brasil e acarretando descontentamentos em Portugal.

A partir de 1815, a conservação da corte no Rio de Janeiro e as relações com o Brasil começam a ser questionadas, difundindo-se a ideia de que Portugal estava reduzido à condição de colônia. As próprias circunstâncias do tempo, marcadas pela elevação do Brasil a reino, pelo casamento do príncipe D. Pedro, pela expedição militar à Banda Oriental (realizada com soldados recrutados e pagos pelo reino) e pela preparação da aclamação ao rei, não podiam de deixar de reforçar essa ideia. (PEDREIRA, p. 108).

Nessa altura, a relação de D. João com o Brasil e a sua anexação como Reino Unido já demonstrava que era inexorável a emancipação política do país e, entre outros fatores, dois deles foram relevantes

nesse processo: a sua aclamação como rei com o título de D. João VI em fevereiro de 1818 – apesar de já ser de fato o condutor do reino – depois da morte da rainha D. Maria em 1816 e o retorno ao Brasil de José Bonifácio em 1819 depois de passar 30 anos na Europa, que se tornaria um personagem fundamental no processo de independência.

Os tempos de relativa tranquilidade de D. João VI no Brasil, no entanto, estavam comprometidos com a instabilidade política em Portugal e o rei também já pensava na sua sucessão, sendo necessário, para isso, encontrar uma esposa para o príncipe herdeiro D. Pedro. A escolhida foi Maria Leopoldina da Áustria, filha de Francisco I, união que reunia interesses comuns às duas dinastias, tais como o fortalecimento da monarquia portuguesa na Europa com novos integrantes das cortes europeias e o interesse da dinastia austríaca em ampliar seu comércio transatlântico, sendo, neste caso, o Brasil uma colônia importante para a expansão de seus negócios. O casamento realizou-se por procuração em 13 de maio de 1817. A princesa saiu de Viena em 2 de junho chegando ao Rio de Janeiro em 5 de novembro, onde a corte e o noivo a esperavam com ansiedade, realizando-se nesta cidade os festejos comemorativos da sua chegada.

Em Portugal, a situação foi gradativamente agravando-se, as cortes solicitavam o retorno da família real, o país que enfrentava uma crise financeira grave estava tentando reconstruir-se em consequência da devastação das invasões francesas, discutia-se a situação de subalternidade que o país se encontrava frente à Inglaterra em virtude de todo o apoio dado à guerra com os franceses, a escolta da família real ao

Brasil e o fim do exclusivismo comercial, vivia-se uma fase de baixa estima, espírito de decadência e o regime absolutista era contestado. A reação não tardaria resultando num levante na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820 com ideias liberais e republicanas e a promulgação de uma nova carta constitucional. As notícias chegadas ao Brasil eram preocupantes, exigia-se um imediato retorno do rei, que a princípio ignorou a grave situação política e, diante do silêncio real, as cortes estabeleceram eleições sem representantes do Brasil. No Rio de Janeiro e na Bahia, o clima era de instabilidade provocando revoltas com adeptos pro Portugal e Brasil, o ambiente era tenso e decisões equivocadas foram propostas como a de Tomas Antonio de Vilanova Portugal² sugerindo às cortes uma nova constituição submetida à aprovação real e outro texto constitucional entregue a uma junta de conselhos que deliberariam sobre os direitos do Brasil, cuja proposta não foi bem recebida e forçou uma tomada de decisão ao rei.

Para complicar a situação havia destacamentos portugueses em várias partes do Brasil. Os militares recebiam tudo quanto pudesse precipitar a separação entre Portugal e o Brasil, impedindo seu regresso ao reino. No Rio de Janeiro foram eles que encabeçaram a reação ao decreto proposto por Tomas Antonio. Concentraram-se defronte do paço para exigir que a constituição que se fizesse em Portugal

² Tomas Antonio de Vilanova Portugal nasceu em Lisboa em 18 de setembro de 1755 falecendo em 16 de maio de 1839. Bacharel pela Universidade de Coimbra teve destacada atuação política durante a permanência da corte no Brasil, ocupando cargos importantes como ministro do Erário régio, dos Negócios estrangeiros, da Guerra e da Marinha.

fosse também válida no Brasil, e só dispersaram quando obtiveram, primeiro do príncipe D. Pedro e depois do próprio rei, a promessa de que assim seria. Desta forma, a Coroa colocaria seu destino nas mãos dos constituintes portugueses. A única forma de influenciar a forma que tomaria a constituição era o regresso do rei de Portugal (PEDREIRA, Ob. Cit, p. 110).

Depois de 13 anos no Brasil, D. João VI retorna a Portugal em 25 de abril de 1821 e, ao chegar, encontra o país em larga crise, tornando-se refém das cortes com sua autoridade limitada em virtude da nova constituição que fora obrigado a assinar para evitar o agravamento da situação política. Deixou seu filho Pedro de Alcântara no Brasil como regente, inaugurando com essa atitude um novo capítulo entre os dois reinos, só que de modo definitivo quanto a sua configuração política.

2. A INDEPENDÊNCIA

A convulsão política em Portugal e a constante animosidade em relação à situação do Brasil como integrante do Reino Unido chegavam a momentos extremos e decisivos, tendo a imprensa de ambos os países adotado papéis importantes, assumindo posições que influenciaram tomadas de decisão. Em Lisboa, as cortes cada vez mais radicais e dispostas a manterem o Brasil em estado de subalternidade, retornando à condição de colônia, deliberaram a dissolução do governo do Rio de Janeiro, retirando-lhe a autonomia e exigindo o

retorno do príncipe regente, D. Pedro, em maio de 1821. Essas decisões chegaram ao Brasil e, com isso, o risco de uma fragmentação do país era real se as províncias aderissem ao proposto em Lisboa, criando-se estados autônomos. Nessa altura, a intervenção e influência de José Bonifácio seriam decisivas para a manutenção da unidade territorial brasileira e um movimento interno tomou corpo com adesões de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. D. Pedro nutria as mesmas ideias e tentava uma conciliação com as cortes portuguesas, porém os ânimos estavam exaltados em ambos os lados do Atlântico e, em 9 de janeiro de 1822, sob pressão do Parlamento brasileiro e por sua vontade própria, D. Pedro declara que permanecerá no Brasil, com essa decisão, uma ruptura parecia breve e inevitável. Em agosto, navios portugueses atracam no Rio de Janeiro com ordens de retirar a autoridade de D. Pedro, reduzindo-o à condição de subalternidade às cortes portuguesas, estendendo punições às autoridades que ousassem desrespeitar tais decisões. D. Pedro estava em viagem a São Paulo e, diante do agravamento da crise, a pedido de José Bonifácio, reuniu-se em 2 de setembro o Conselho de ministros presidido pela imperatriz Leopoldina na condição de regente, assinando a ata de uma declaração de separação do Brasil do Reino Unido de Portugal, porém o documento precisava da homologação/aceite de D. Pedro.



Independência do Brasil (Pintura de Francois Rene Moreaux (1844)

No dia 7 de setembro em São Paulo, D. Pedro toma conhecimento da situação em cartas dirigidas a ele por José Bonifácio e seu irmão, Antonio Carlos, e pela imperatriz Leopoldina, que o induzem a proclamar a independência, uma vez que diante da gravidade das notícias a decisão era inevitável e a proclamação seria declarada. Documentos históricos da mais alta relevância, as cartas de Leopoldina e José Bonifácio definiriam os destinos do país. O teor da carta da Imperatriz não deixa margem de dúvidas quanto a sua influência junto a D. Pedro, seu amor ao Brasil, demonstrando que ela tinha participação ativa no governo, acompanhando de perto todos os acontecimentos políticos que envolviam o país.



Jose Bonifacio (Pintura de Benedito Calixto)

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1822

Pedro o Brasil está como um vulcão. Até no Paço há revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As cortes portuguesas ordenaram vossa partida imediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselhava-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partirmos agora para Lisboa.

Sabemos bem o que tem sofrido nosso país. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. Chamberlain lhe contará tudo o que sucede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O país que vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que, além de vosso ministro fiel, é o maior de vossos amigos. Ouvei o conselho do vosso ministro se não quiserdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo, fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer. Leopoldina.

A carta de José Bonifácio reiterava o pedido da imperatriz e fazia um apelo a D. Pedro para não se deixar levar pelas pressões das cortes portuguesas, era a hora e o momento de uma decisão, não poderia haver hesitação.

Senhor, as Cortes ordenaram minha prisão, por minha obediência a Vossa Alteza. E, no seu ódio imenso de perseguição, atingiram também aquele que se preza em o servir com a lealdade a dedicação do mais fiel amigo e súdito. O momento não comporta mais delongas ou condescendências. A revolução já está preparada para o dia de sua partida. Se parte, temos a revolução do Brasil contra Portugal,

e Portugal, atualmente, não tem recursos para subjugar um levante, que é preparado ocultamente, para não dizer quase visivelmente. Se fica, tem, Vossa Alteza, contra si, o povo de Portugal, a vingança das Cortes, que direi?! Até a deserção, que dizem já estar combinada. Ministro fiel que arrisquei tudo por minha Pátria e pelo meu Príncipe, servo obedientíssimo do Senhor Dom João VI, que as Cortes têm na mais detestável coação, eu, como Ministro, aconselho a Vossa Alteza que fique e faça do Brasil um reino feliz, separado de Portugal, que é hoje escravo das Cortes despóticas. Senhor, ninguém mais do que sua esposa deseja sua felicidade e ela lhe diz em carta, que com esta será entregue, que Vossa Alteza deve ficar e fazer a felicidade do povo brasileiro, que o deseja como seu soberano, sem ligações e obediências às despóticas Cortes portuguesas, que querem a escravidão do Brasil e a humilhação do seu adorado Príncipe Regente. Fique, é o que todos pedem ao Magnânimo Príncipe, que é Vossa Alteza, para orgulho e felicidade do Brasil. E, se não ficar, correrão rios de sangue, nesta grande e nobre terra, tão querida do seu Real Pai, que já não governa em Portugal, pela opressão das Cortes; nesta terra que tanto estima Vossa Alteza e a quem tanto Vossa Alteza estima. José Bonifácio de Andrada e Silva.

A Gazeta Universal, jornal português editado em Londres, por meio de seu correspondente no Rio de Janeiro em edição de 4 dezembro, descreve os acontecimentos que se seguiram de imediato depois da declaração de independência.

Rio de Janeiro, 17 de setembro. Sábado 14 do corrente voltou

o Príncipe regente de São Paulo, depois de algumas semanas de ausência. Antes de sair daquela cidade, o governador e o povo insistiu sobre sua declaração de Independência do Brasil, ao que ele aceitou e foi solenemente jurado em seu apoio. Depois da cerimônia tirou do seu chapéu o Laço nacional e pôs no braço uma fita verde (cor de esperança) com a divisa em chão amarelo *Independência ou morte*. Com isto apareceu aqui no teatro domingo 15, e na segunda-feira pela manhã não se via um único laço Constitucional na cidade. Agora militares e paisanos trazem a fita verde. (...). A pouca união que existia entre este país e Portugal está agora acabada. (...).

O periódico Regulador brasílico-luso publicado no Rio de Janeiro alterou seu nome para Regulador brasileiro em sua edição de outubro de 1822. De caráter nacionalista, não conteve os ânimos ao noticiar a independência em um longo artigo exaltando as virtudes de D. Pedro, o otimismo e a esperança que passariam a nortear os destinos do Brasil.

Brasileiros a glória de renascer na ordem política, passando do violento estado de opressão ao da liberdade e da independência, é a maior que um homem pode conseguir na sociedade. O gênio defensor dos nossos direitos apagou nos fastos do Brasil, só com uma palavra, três séculos de escravidão; (...) a nossa pátria começou a gozar de uma nova existência; o Brasil pode dizer com verdade, que se ergueu segunda vez no seio das ondas, que tornou a sair das mãos da natureza, para receber as atribuições que lhe eram devidas e que nunca lhe serão roubadas. (...) O príncipe aceitou aos nossos votos, sua vontade uniu-se aos

nossos desejos; e desde esse momento nós não vimos mais em sua pessoa um homem afoito, empreendedor, capaz de encarar as tempestades, vimos no príncipe um desses gênios sublimes, que a providência oferece às nações para as salvarem dos perigos eminentes, vimos o defensor da pátria, da liberdade e da nossa independência (...).

O jornal prossegue em sua exaltação patriótica por ocasião da coroação de D. Pedro realizada em 12 de outubro, data do seu aniversário, realçando as expectativas que a consagração do futuro imperador representará para o país e sua emancipação no conjunto das nações.

O dia 12 de outubro mostrará à Europa e ao universo os públicos testemunhos de nosso reconhecimento; as nações que nos viram oprimidos e que já hoje nos contemplam vingados, verão entre os galhos da árvore de nossa independência um cetro imperial com esta divisa – Ao grande defensor dos direitos do Brasil. Tudo vai ser novo neste país regenerado, legislação, costumes, polícia, economia, desaparecerão para sempre os monstros que nos inquietavam e a nossa pátria inteiramente desafiada receberá em seu seio os novos germes da sua prosperidade futura. (...). Independência ou morte (...) brasileiros, sejam estas palavras proferidas pelo gênio defensor dos nossos direitos, o estímulo do nosso valor, elas serão as bases da nossa futura elevação – Independência ou morte. Nenhuma nação com esta divisa pode ser infeliz: esta resolução tem mais forças que os maiores exércitos e com esta firmeza só pode aparecer um povo livre, independente, um povo que tiver gravados em seus corações, os heroicos sentimentos dos brasileiros.

O jornal *O Espelho*, publicado no Rio de Janeiro, edição do dia 15 de outubro em que descreve detalhadamente a cerimônia da coroação inicia o texto com o mesmo tom jubiloso, saudando a coroação de D. Pedro.

Raiou finalmente o dia suspirado que devia pôr o selo à glória do Brasil. Assomou aos seus horizontes uma radiante luz, que afugentou para sempre as trevas da sua escravidão. Dardeja do seu zênite um novo astro eclipsando as estrelas que esmaltam o firmamento. Dia afortunado! Tu alvorças os corações dos verdadeiros amigos da pátria, tu fazes a vergonhosa confusão dos seus infames contrários! É supérfluo apontar o faustíssimo dia 12 de outubro, origem da nossa felicidade, desempenho do nosso patriotismo. (...) O dia 12 de outubro assaz enobrecido nos fastos da nação venerado como felicíssimo natalício do herói, que devia vingar os insultos da humanidade e à razão, criando um soberano império sobre os destroços da tirania e sob as ruínas do despotismo, foi de comum acordo destinado para ser o solene da gloriosa aclamação do ilustre descendente dos Afonsos, primeiro imperador do Brasil. Bem quiséramos poder retratar ainda em morte cor a pompa deste faustíssimo dia, mas, quando o coração abafa de júbilo, as vozes expiram na garganta, as expressões faltam aos lábios, e lágrimas de alegria são o mudo testemunho de sentimentos que transcendem muito a estreita órbita da eloquência.



Coroação de D. Pedro I (Pintura de Jean Baptist Debret)

O documento mais importante e, por isso, apesar de longo está transcrito na íntegra, foi publicado pela Gazeta do Rio de Janeiro em 21 de outubro, trata-se da declaração do imperador dirigida aos portugueses esclarecendo todos os fatos que o levaram a proclamar a Independência do Brasil.

Portugueses: Toda força é insuficiente contra a vontade de um povo, que não quer viver escravo. A história do mundo confirma esta verdade, confirmam-na ainda os rápidos acontecimentos que tiveram lugar neste vasto Império, embalado a princípio pelas lisonjeiras promessas do Congresso de Lisboa, convencido logo depois das falsidades delas, traído em seus direitos os mais sagrados, em seus interesses os mais claros; não lhe apresentando o futuro outra perspectiva, senão o

da recolonização e a do despotismo legal, mil vezes mais tirânico que as arbitrariedades de um só déspota. O grande e generoso povo brasileiro passou pelas alternativas de nímia credulidade, de justa desconfiança, e de entranhável ódio; então ele foi unânime em na firme resolução de possuir uma Assembleia Legislativa sua própria, de cuja sabedoria e prudência resultasse o novo pacto social, que devia regê-lo, e ela vai entrar já em tão gloriosa tarefa. Ele foi unânime em escolher-me para seu Defensor Perpétuo, honroso encargo que com ufania aceitei, e que saberei desempenhar à custa de todo o meu sangue. Este primeiro passo, que devia abrir os olhos ao Congresso, para encarar o profundo abismo em que ia precipitar a nação inteira, que devia torná-lo mais circunspecto em sua marcha e mais justo em seus procedimentos, serviu somente de inflamar as paixões corrosivas dos muitos demagogos, que para vergonha vossa tem assento no augusto Santuário das Leis. Todas as medidas que tendiam a conservar o Brasil debaixo do jugo de ferro da escravidão mereceram a aprovação do Congresso; decretaram-se tropas para conquistá-lo sob o frívolo pretexto de sufocar suas facções; os deputados brasileiros foram publicamente insultados e suas vidas ameaçadas; o Senhor Dom João Sexto meu Augusto pai, foi obrigado a descer da alta dignidade de Monarca Constitucional pelo duro cativo, em que vive, e a figurar de mero publicador de delírios, e vontade desregrada ou de seus ministros corruptos ou dos facciosos do Congresso, cujos nomes sobreviverão a seus crimes para execração da posteridade. Eu, o herdeiro do trono fui escarnecido e vociferado por aqueles mesmos, que deviam ensinar o povo a respeitar-me para poderem ser respeitados.

Em tão críticas circunstâncias, o heroico povo do Brasil, vendo fechados todos os meios de conciliação, usou de um direito, que ninguém pode contestar-lhe, aclamando-me no dia 12 do corrente mês seu Imperador Constitucional e proclamando sua independência. Por este ato acabarão as desconfianças e azedume dos brasileiros contra os projetos de domínio que intentava o Congresso de Lisboa; e a série não interrompida de pedras numerárias colocadas no caminho eterno do tempo, para lhes recordarem os seus infortúnios passados, hoje só serve para de os convencer do quanto o Brasil teria avultado em prosperidade, se a mais tempo se tivesse separado de Portugal; se a mais tempo o seu bom ázio e razão tivesse sancionado uma separação que a natureza havia feito. Tal é o estado do Brasil: se desde o dia 12 do corrente mês, ele não é mais parte integrante da Monarquia portuguesa, todavia nada se opõe à continuação de suas antigas relações comerciais, como declarei no meu Decreto do primeiro de agosto deste ano, contanto que de Portugal não se enviem mais tropas a invadir qualquer província deste império. Portugueses: eu ofereço o prazo de quatro meses para a vossa decisão, decidi e escolhei, ou a continuação de uma amizade fundada nos ditames da justiça, e da generosidade, nos laços de sangue, e em recíprocos interesses; ou a guerra mais violenta, que só poderá acabar com o reconhecimento da independência do Brasil ou com a ruína de ambos os Estados.

Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e um de outubro de 1822.

Imperador.

Se para os brasileiros a independência era motivo de júbilo, para Portugal tornava-se um grande problema, pois a perda de sua mais importante colônia representaria grandes prejuízos comerciais que afetariam a sua economia em curto espaço de tempo, tendo que se voltar para seus territórios na África, a fim de manter receitas do seu comércio transatlântico. Foi um duro golpe para a economia portuguesa que, ao longo do século 19, buscava nas suas possessões africanas a recomposição de suas perdas comerciais.

A desintegração do império luso-brasileiro tendo à frente um príncipe português causou revolta em setores mais nacionalistas que consideravam a sua atitude uma traição a Portugal e, desse modo, críticas severas foram publicadas na imprensa, a exemplo do jornal *Astro da Lusitânia*, da cidade do Porto que, ao analisar uma carta de D. Pedro a seu pai justificando os motivos que o levaram a declarar a independência do Brasil, criticava-o veementemente enxergando no imperador do Brasil um traidor da pátria.

Quando com mágoa e admiração observo o Príncipe real mostrando ao mundo inteiro um fato único na história das nações, dando aos povos que algum dia deverá reger os mais terríveis exemplos de rebelião e desobediência ao seu Augusto Monarca e indulgente pai; quando vejo proclamando os pestíferos princípios da anarquia entre os seus concidadãos, eu recorro as seguintes memoráveis palavras de um príncipe romano, cuja virtude deveria ter servido de lição a S.A.

Non mini uxor, aut filius, patre et republica cariores sunt:

*sed illum quidem sua majestas, imperium romanun ceteri exercitus defendente.*³ Germanico antepunha a seu pai e a sua pátria as mais claras afeições da natureza, e ao império que suas vitoriosas legiões queriam violentá-lo a aceitar. S. A., cede desde logo a sedução dos lisonjeiros demagogos e com eles seduz desvairados povos para os armar contra a legítima soberania nacional e contra a própria pátria de S.A. Com que assombro hão de os vindouros ler nas páginas da história lusitana semelhante ação dum príncipe português! (...) S. A. ainda não pode compreender que seu Augusto pai possa ser rei sem possuir uma absoluta arbitrariedade para mandar que o Brasil se desuna de Portugal e fique constituído reino independente.

O processo de separação definitiva entre Brasil e Portugal só seria assinado em 29 de agosto 1825 depois de longa negociação diplomática e financeira com a intermediação da Inglaterra por meio do embaixador inglês, Sir Charles Stuart. Os principais temas levados à mesa de negociação eram as questões de reparações econômicas por parte do Brasil e a questão sucessória portuguesa. A situação comercial foi resolvida com o pagamento de indenizações feito pelo Brasil mediante empréstimo à Inglaterra e recursos próprios. Apesar de ocorrer descontentamentos em Portugal devido às suas bases finais, o acordo comercial foi fechado com a concordância dos dois países e com a Inglaterra também sendo beneficiada. A questão sucessória

³ Nem minha esposa nem meu filho são mais queridos por meu pai e país: mas, por que, sua majestade, o império dos romanos ou outros exércitos deveriam defendê-lo?

portuguesa ficou ambígua no documento final, apesar de permanecer o entendimento de que D. Pedro I continuaria na linha de sucessão direta ao trono português com a morte de D. João VI ou se abdicasse como imperador do Brasil, descartando desse modo a possibilidade de a sucessão recair em D. Miguel, situação discutível que traria no futuro graves problemas políticos a Portugal.

Depois de oito meses de sua assinatura o Decreto de Reconhecimento da separação definitiva de Portugal seria homologado no Rio de Janeiro pelo imperador D. Pedro I.

Decreto

Achando-se mutuamente ratificado o Tratado assinado nesta Corte aos vinte e nove de agosto do ano próximo passado pelos meus plenipotenciários e o senhor **dom João Sexto, rei de Portugal e Algarves** meu augusto pai, mediante o qual pondo-se o desejado termo a guerra que infelizmente se fizera necessária entre os dois Estados, foi justamente reconhecida a plena **Independência da nação brasileira**, e a suprema dignidade, a que fui elevado pela unânime aclamação dos povos, com a categoria de **Imperador Constitucional, e seu Defensor Perpétuo**; hei por bem ordenar que se dê ao dito Tratado a mais exata observância e execução, como convém à santidade dos Tratados celebrados entre as nações independentes e a inviolável boa-fé, com que são firmados, o **visconde de Inhambupe de Cima**, do meu **Conselho de Estado**, ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar, expedindo as devidas participações e exemplares impressos para as estações competentes desta Corte e

províncias do Império, com as ordens mais positivas para que se cumpram e guardem como neles se contem.

Palácio do Rio de Janeiro, em dez de abril de mil oitocentos e vinte e seis.

Com a rubrica de Sua Majestade Imperial

Visconde de Inhambupe

Depois de 17 anos da chegada da família real ao Rio de Janeiro e de todos os desdobramentos políticos dela decorrentes, o Brasil teria o reconhecimento oficial de sua independência sem, contudo, serem extintos seus laços com Portugal, respeitando-se como nações independentes, unidas pela história e amizade de seus povos.



Independência do Brasil (Pintura de Francois Rene Moreaux (1844)

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. A desagregação do império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826). *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Vol. XXVIII (121), 1993 (2.0), 309-341.

PEDREIRA, Jorge M. Portugal no mundo. In: **História contemporânea de Portugal**. (1808/2010). Org. PINTO, Antonio Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Vol. 1 O colapso do império e a Revolução Liberal. Lisboa: Objetiva, 2013.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. José Bonifácio. In: **História dos fundadores do império do Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957/1958.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. José Bonifácio. D. Pedro I. In **História dos fundadores do império do Brasil**. Vols. 2, 3, 4. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957/1958.

PERIÓDICOS:

Gazeta Universal

Regulador Brasílico-luso/Regulador brasileiro

O Espelho

Gazeta do Rio de Janeiro

SITES:

Hemeroteca digital de Lisboa: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/index.htm>

Hemeroteca digital brasileira: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Biblioteca Nacional de Portugal: <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/>

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA COMEÇOU EM CACHOEIRA HÁ 200 ANOS

Sérgio Mattos¹

RESUMO

Este ano, Cachoeira está comemorando 200 anos do início da luta pela Independência da Bahia do jugo português, que começou em 25 de junho de 1822 e terminou em 2 de Julho de 1823, com a chegada triunfante do Exército Libertador em Salvador.

Palavras-chave: Independência da Bahia; Exército Libertador; 25 de junho de 1822; 2 de Julho de 1823.

ABSTRACT

This year, Cachoeira is celebrating 200 years since the beginning of the struggle for Bahia's independence from Portuguese rule, which began on June 25, 1822 and ended on July 2, 1823, with the triumphant arrival of the Liberator Army in Salvador.

Keywords: Independence of Bahia; Liberator Army; June 25, 1822; July 2, 1823.

¹ Sérgio Mattos é jornalista diplomado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, mestre e doutor em comunicação pela Universidade do Texas, professor da UFRB e historiador da mídia.

Todos os anos, a data de 25 de junho de 1822 é comemorada pelos baianos como o dia em que a então Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira deu início ao processo de libertação da Bahia do jugo colonial português.

Nesta data, são lembrados os heróis, os líderes do movimento, os sacrifícios, as lutas e as vitórias e a expulsão das tropas do general Madeira de Melo, que, na madrugada daquele dia, atacou a população da vila com uma canhoneira que estava ancorada no rio Paraguaçu. Após a expulsão do general, os cachoeiranos proclamaram dom Pedro de Alcântara, príncipe regente do Brasil.

Foi no município de Cachoeira, onde começou a luta armada pela independência do Brasil, que culminou com a entrada triunfal do Exército Libertador em Salvador, no dia 2 de julho de 1823. Como afirmam os historiadores, “a guerra da independência foi, essencialmente, uma guerra entre o Recôncavo e a Capital. Entre o Recôncavo brasileiro e a Capital portuguesa”. Apesar de dias antes, no dia 14 de junho de 1822, a Casa da Câmara de Santo Amaro ter fixado, para os deputados de Lisboa, as linhas básicas das aspirações nacionais, coube aos cachoeiranos colocar em prática aquelas intenções.

Àquela época, Cachoeira era a capital dos negócios. Era o ponto de transbordo entre a Capital e todo o restante da província da Bahia. A importância socioeconômica, política e cultural de Cachoeira pode ser medida pelo patrimônio arquitetônico ali existente e que se assemelha em importância e valor com os existentes em Salvador. Àquela época, vivia em Cachoeira uma elite que enriquecera com o açúcar, o fumo e o

comércio em geral. O desenvolvimento gerou novas necessidades para os produtores, comerciantes e, principalmente, para os trabalhadores autônomos e empregados de baixa remuneração que sofriam na pele o processo de subordinação política (MATOS, 1999).

Os produtores manifestavam descontentamento com a política tributária da metrópole, em Lisboa. Esse inconformismo, entretanto, vinha de anos anteriores, mais precisamente de novembro de 1799, quando várias pessoas haviam sido enforcadas e esquartejadas na Capital porque queriam a Independência. Nos anos seguintes, ocorreram agitações sociais que culminaram com a morte de Joana Angélica. Esses fatos, somados às notícias das lutas libertárias de outros povos no continente americano, contribuíram para que a Vila da Cachoeira, que exercia o papel de Capital de fato, exercesse a liderança no processo militar da campanha pela independência.

Anualmente, a Casa da Câmara e Cadeia, a mesma que abrigou as resoluções básicas de 1822, cumpre o seu papel de relembrar os fatos históricos e seus heróis na luta pela Independência da Bahia. Os exemplos históricos de participação e luta em defesa dos ideais de independência do padre José Marcelino de Carvalho, do advogado Antonio Pereira Rebouças, do major José Joaquim d'Almeida e Arnizáu, do coronel José Garcia Pacheco de Moura Pimentel, e do tambor-mor da tropa Manoel Soledade, dentre outros, são sempre lembrados pelos cachoeiranos como heróis da luta de nossa independência e como símbolos de ideal e de união. Assim, o dia 2 de julho de 1823, data em que o Exército Libertador chegou a Salvador, é comemorado

como a data em que a Bahia foi libertada do domínio português, consolidando o Grito do Ipiranga, o brado de Independência de D. Pedro (MATTOS, 1999).

A luta da independência gerou inúmeros heróis e heroínas anônimos, além dos que são lembrados a exemplo de Maria Quitéria, Joana Angélica, João das Botas e até mesmo os construídos pelo imaginário baiano, como o corneteiro Lopes. Em entrevista concedida à *Revista Fapesp*, em 2006, o professor Luís Henrique Dias Tavares, uma das maiores autoridades na história da Bahia e do 2 de julho, explica como se deu a luta de resistência e as batalhas pela Independência da Bahia do jugo português, além de esclarecer alguns fatos que carecem de documentação para serem aceitos como verdadeiros. Tendo em vista a relevância dessa entrevista, transcrevo a seguir alguns pontos levantados e que nos ajuda a compreender a luta da Independência na Bahia:

A construção do 2 de julho é lenta e se faz com alguns equívocos, porque a Bahia continua até hoje homenageando o general Labatut no 2 de julho, e não há a menor razão para isso. Foram os brasileiros que de fato libertaram a cidade do Salvador de armas nas mãos. Primeiro foram os brasileiros de Santo Amaro, Maragogipe, Cachoeira, São Francisco do Conde, Nazaré das Farinhas, Jaguaripe que formavam um **exército de esfarrapados...** Depois entraram os brasileiros que desceram lá de Caeté e de outros pedaços do sertão e da Chapada Diamantina, formando um exército das mais diferentes cores, de brasileiros filhos de escravos, descendentes de escravos, brasileiros brancos

pobres que nada tinham além de uma roça de cana plantada para o senhor de engenho...

Foram meses e meses que eles ficaram em trincheiras cavadas nas terras de Santo Amaro, São Francisco do Conde, terras que com qualquer chuva viram lama, e que aí foram tomados de carrapatos, de bicho-de-pé, da cabeça aos pés. Assaltados pela tuberculose, impaludismo, tifo, todas essas doenças tomaram os nossos soldados, vitimaram muitos deles. Avançaram para chegar à cidade do Salvador, tomaram os altos do Pirajá e avançaram na Baía de Todos os Santos, começando de Itapagipe, conquistando o Rio Vermelho, do Rio Vermelho alcançando a Barra, um exército de esfarrapados, de homens famintos. O quadro do general, na ocasião ainda coronel, Joaquim de Lima e Silva, o Duque de Caxias, sobre um cavalo alazão belíssimo, ovacionado por um exército de homens, todos muito contentes, alegres e gordos, **não representa a verdade** (TAVARES, 2006).

Ao responder perguntas sobre os heróis e heroínas, o professor Luís Henrique esclarece partes da história que envolve a figura de Maria Quitéria. Ele diz:

[...] a mitologia baiana criou Maria Quitéria **com um saiote escocês**, com uma linda farda e com arma na mão. Ela esteve realmente em vários instantes de luta, mas esfarrapada, com o que restava em cima do corpo, porque foi parte desse exército brasileiro... Ela participou da guerra o tempo todo. Até o 2 de julho. Pelo menos desde agosto de 1822, ela está nesse comando de guerra para libertar a Cidade do Salvador (TAVARES, 2006).

Sobre a morte de Maria Quitéria, há quem diga que ela teria morrido em situação de prostituição em Cachoeira. O professor Luís Henrique é enfático ao desmentir essa versão:

Não é verdade. Isso resulta do preconceito masculino brasileiro e baiano contra a mulher. Os barões da Bahia jamais reconheceram Maria Quitéria e daí terem construído várias versões que a negassem. Ela realmente esteve em frente de combate. Partiu com o batalhão do avô de Castro Alves, dom Periquitão, e chegando a Salvador, sendo inteligente, finda a guerra, viu que as suas perspectivas não eram muito boas e foi ao Rio de Janeiro apresentar-se ao príncipe dom Pedro, que lhe deu o título de cadete (TAVARES, 2006).

Sobre João das Botas, outra figura lembrada nas lutas pela Independência, o professor Luís Henrique esclarece:

[João das Botas] é uma figura ainda muito desconhecida. Ele é um marinheiro português que adere à autoridade do príncipe dom Pedro e pelos seus conhecimentos instrui Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco do Conde a armarem barcos. A história da Baía de Todos os Santos é a história dos saveiros, das canoas e dos barcos. Os grandes barcos são armados, canhões são colocados nas proas e popas, e aí ele têm o comando de João de Oliveira Botas. Esses barcos assim armados foram decisivos na guerra. Não vamos dizer que foram vencedores porque não sabemos até agora por que motivo a Armada Portuguesa foi tão temerosa para realizar de fato combates, com as condições que possuía, de grandes naus com muitos canhões, com ua força belicosa muito

maior do que aqueles barquinhos, [...] que não chegam até Salvador. Eles defendem Itaparica. Nos dias 5, 6 e 7 de janeiro de 1823, a Armada Portuguesa fez uma tentativa frustrada e, ao que tudo indica, sem grande interesse de tomar e ocupar a ilha de Itaparica (TAVARES, 2006).

Para concluir, destacamos o que foi dito sobre a figura do corneteiro Lopes, cujas ações na luta da Independência são contadas de boca em boca, como responsável por instigar a tropa da resistência com o toque de avançar em vez de recuar, o professor Luís Henrique explica:

O corneteiro Lopes... **Não é uma figura documentada na nossa história.** É uma construção do Santos Titara e outros, sendo que não se deve esquecer como homenagem ao corneteiro Lopes que Ignacio Accioli Cerqueira e Silva o conheceu mendigo, pedindo esmolas na cidade do Salvador e relata isso em 1836, na primeira edição das *Memórias Históricas da Província da Bahia*. Como ele está ganhando por essa ideologia do patriotismo baiano, ele construiu também a história de um corneteiro decidindo combates que estavam quase perdidos (TAVARES, 2006).

REFERÊNCIAS

MATTOS, Sérgio. A luta pela independência da Bahia começou em Cachoeira. Salvador: *Neon*, jul. 1999, p. 21.

MATTOS, Sérgio. **Cidadão sem Fronteiras:** conceitos e princípios de comunicação ética e cidadania. Lauro de Freitas: Unibahia, 2007.

TAVARES. Luís Henrique Dias. A luta da Independência na Bahia. São Paulo: **Revista Fapesp**, janeiro 2006. Entrevista concedida a Mariluce Moura. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/bibliografia/luis-tavares.htm> Acesso em julho 2022.

PERSONIFICAÇÃO ATUAL SOBRE JOANAANGELICA E CONVENTO DA LAPA-BA¹

Antonia da Silva Santos²

RESUMO

O presente artigo revela características da figura da religiosa Joana Angélica de Jesus, freira que viveu enclausurada e que se destacou por ter sido recebida no Convento, de forma inexplicada, bem como exerceu diversas funções, inclusive, a de abadessa por duas vezes. Não cumpriu o segundo período como superiora, vindo a falecer em 20 de dezembro de 1822.

Palavras-chave: abadessa; Joana de Jesus; Convento da Lapa-BA.

ABSTRACT

The present article reveals characteristics of the figure of Joana Angélica de Jesus, a nun who lived in an enclosure and who stood out for having been received in the Convent, in an unexplained way, as well as exercised several functions, including abbess twice. She did not complete her second term as superior, and died on December 20, 1822.

¹ Texto em homenagem ao bicentenário do falecimento da Madre Joana Angélica e da Independência do Brasil.

² Doutora em Difusão de Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia. Fez Doutorado Sanduíche pela Universidade Aberta-UAB. Lisboa/Portugal. Estágio doutoral pela Universidade de São Paulo-USP. Pesquisadora colaboradora na Universidade Aberta de Portugal, de 2020 a... Tem experiência na área de Linguística, atuando, principalmente, nos temas ligados ao preconceito, emoções e paixões.

Keywords: abbes; Joana de Jesus; Convent of Lapa-BA.

COMEÇANDO OS ENCONTROS

Foram visitados os acervos da Biblioteca Central do Estado da Bahia, das Bibliotecas do Convento de Nossa Senhora da Piedade e do Mosteiro de São Bento, do Arquivo Público do Estado da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com o objetivo de formar um *corpus* que atendesse aos critérios para a construção de uma edição dos documentos (TARALLO, 1996, p. 69).

Os obstáculos a serem ultrapassados foram vários: ora, os documentos eram de autores estrangeiros – italianos ou portugueses – residentes no Brasil; ora, o material era insuficiente; ou ainda, estava sem condições de uso, ou até mesmo, já havia sido editado. Até que, naquela caminhada, foi encontrada, no Arquivo Público do Estado da Bahia, uma carta da Madre Joana Angélica de Jesus, figura de destaque na História do Brasil. A carta, entretanto, estava sem condições de manuseio.

Indo ao Convento de Nossa Senhora da Conceição, ao destacar a receptividade recebida, em princípio, concedida pela Irmã Lindinalva de Maria, naquela ocasião, representante da Abadessa do Convento, a Madre Maria Joana Angélica de Jesus, hoje, a Abadessa do Convento, foi apresentado um número de onze documentos escritos e/ou assinados pela Madre Joana Angélica de Jesus e cedidos através de cópias xerografadas. Aqueles documentos estavam separados do arquivo e foram examinados por teólogos e outros religiosos para preparativos do processo de beatificação da Madre Joana Angélica.

Naquele ensejo, seria difícil a implementação do projeto de beatificação, devido aos custos elevados com viagens e outros preparativos, já que haviam exigências no sentido que tudo acontecesse na Itália. Tratando-se de um número considerado insuficiente para a pesquisa, decidiu-se ampliar o *corpus* para um conjunto de textos referentes às Religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, atualmente, Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, situado no bairro de Brotas, na cidade do Salvador.

Os textos foram reunidos e coletados através de microfilme e reprodução xerográfica, chegando-se a um total de quarenta e um documentos, sendo vinte do século XVIII e vinte e um referentes ao século XIX. A seleção feita para as espécies documentais atendeu aos seguintes critérios: os documentos foram escritos e/ou assinados por brasileiros, tratava-se de documentos inéditos e correspondiam a um número que pode ser considerado “ideal” para estudos linguísticos. Embora tivessem sido encontrados outros documentos, optou-se por incluir somente documentos escritos e/ou assinados pelas freiras, a partir de quando o estudo se referia a um mosteiro feminino. No caso específico das religiosas do convento, foi confirmada a naturalidade – baiana, e, em se tratando de um tipo de vida enclausurada, não se tinha o conhecimento do convívio com falantes de outra língua, a não ser a língua portuguesa.

É ressaltada a importância dada aos documentos do *corpus* constituído, por serem referentes ao histórico Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa. Dentre as freiras de destaque, na

época, registram-se nos documentos selecionados as assinaturas da Madre Josefa Clara de Jesus, cofundadora do Convento da Lapa e da Madre Joana Angélica de Jesus, a qual foi consagrada por diversos historiadores, a exemplo de Carlos Chiacchio, Edith Mendes Gama e Abreu, Consuelo Pondé de Sena e Eliseu Simões Mendes, como a primeira mártir na história da Independência do Brasil.

Apresenta-se o histórico do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa com destaque ao período de sua fundação e a entrada das monjas concepcionistas, com o objetivo de serem resgatados fatos históricos e sociais dos séculos XVIII e XIX. É

mostrada, ainda, a educação feminina da época, resgatando as normas e regras da comunidade religiosa. Em destaque, a figura da Madre Joana Angélica de Jesus, comentando a lista dos documentos escritos e/ou assinados pela citada religiosa.

Tentou-se, também, apresentar pontos sobre a freira no aspecto religioso, até então não documentados. Mostra-se o sentido de preservação dos valores históricos e sociais, além da utilização dos textos editados, como uma contribuição ao estudo de pesquisadores em geral, a saber, linguistas, historiadores, crítico-textuais, educadores, religiosos e outros estudiosos e/ou curiosos.

2. O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA LAPA, AS MONJAS CONCEPCIONISTAS E JOANA ANGÉLICA

A fundação de mosteiros de religiosas está intimamente ligada à posição da mulher na sociedade do século XVIII. Educada desde a

mais tenra idade no respeito, obediência, reverência, desprendimento e conformidade, tinha a mulher, plena consciência de que o mundo era dos homens.

Iniciada na Idade Média, a vida monacal expandia-se por toda a Europa, inclusive nos países ibéricos, Portugal e Espanha. Os conventos de monjas em Portugal, a partir do século XVIII, já eram de costumes “decadentes e a vida das religiosas não mais se dedicava às preces, aos estudos ou leituras, a ponto de se conhecer casos de amor entre freiras e cavalheiros nobres”. Perdeu-se o objetivo de evangelização, para tornar-se uma necessidade social, uma “determinação familiar”. Aquela imposição feita pelas famílias pretendia dar “segurança” às filhas. A vida das religiosas tornou-se leviana e inconsequente, conforme afirmação de Nascimento (1994, p. 38).

Flexor (1997, p. 145-150) afirma que, na Bahia, em função de uma repressão eclesiástica e policial, durante séculos, o comportamento religioso do povo baiano estava voltado mais para o ato de externar a fé do que pelo entendimento da doutrina, leis e mandamentos que regiam o catolicismo. No Brasil, especificamente na Bahia, a sociedade pedia, insistentemente, a construção de um convento feminino. Vários motivos, complexos e sutis, demandavam a criação de um convento de freiras: a segregação de mulheres, proteção às filhas, a fim de colocá-las “bem” na sociedade, preservá-las de uniões matrimoniais que atingiam os preconceitos raciais e até mesmo, religiosos.

Nascimento (1994, p. 111-128) mostra que a grande função social dos conventos teria sido a proteção dispensada às mulheres que neles

ingressaram: uma proteção àquelas que possuíam excelente situação financeira, em grande parte, de comportamento irrepreensível, ou ainda, àquelas que se afastavam das regras da religião católica. Viveriam nos conventos para fugirem do mundo e dos seus perigos, da corrupção física e mental. As mulheres que seriam admitidas deveriam ser honestas e de boa fama. Os conventos abrigariam, ainda, mulheres que desejassem professar e viver em clausura, assim como atendiam às recolhidas, que poderiam ser educandas, viúvas ou estar “em depósito”, isto é, aguardando sentença de divórcio. As freiras ricas eram as de véu preto, seguidas das de véu branco, das educandas, isto é, aquelas que pagavam para estudar e das servas.

Apesar de as autoridades metropolitanas e mesmo brasileiras se negarem a assumir responsabilidades financeiras para com a fundação e funcionamento destas casas, os chefes de famílias do Brasil não deixavam de insistir para que, na Colônia, casas de reclusão para mulheres fossem instaladas. Tantos foram os pedidos e tantas as influências que, no século XVII, ergueu-se a primeira casa monacal feminina do Brasil, na Bahia, o Convento de Santa Clara do Desterro (NASCIMENTO, 1994, p. 88).

A comunidade de religiosas abrigada no Convento de Santa Clara do Desterro foi fundada em 1677. Desse “vigoroso tronco”, além do Convento de Nossa Senhora da Ajuda no Rio de Janeiro, brotou, na Bahia, um ramo promissor: o *Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa*, situado na cidade do Salvador, na Avenida Joana Angélica, na freguesia de São Pedro Velho (naquela ocasião), conforme Chélançé

(1910, p. 26), hoje, centro da cidade. O novo convento foi fundado, a requerimento de João Miranda de Ribeiro e Manuel Antunes Lima e outros que se obrigaram a custear a edificação, através de licença régia datada de 25 de outubro de 1733 e concessões pontifícias de 1º de abril de 1731 e 18 de abril de 1734.

Pouco se sabe sobre os fundadores do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa. Através de achados inesperados que tornam fascinante pesquisar em velhos arquivos, apareceu o nome de João Miranda de Ribeiro, num documento de 15 de setembro de 1753. Existe sempre a possibilidade de ter havido dois homens do mesmo nome nessa época, na Bahia. Mas a circunstância do carpinteiro João de Miranda Ribeiro ter avaliado os quartéis projetados justamente no período de atividade do fundador da Lapa e ter exercido uma profissão semelhante à do segundo fundador, Manuel Antunes Lima, torna-se muito atrativa a possibilidade de ambos terem sido oficiais mecânicos da Bahia (SMITH, 1941, p. 43-44).

Registra-se ainda, uma certidão datada de 7 de março de 1750, onde foram avaliados os custos da obra construída, isto é, o Convento da Lapa. A certidão foi assinada pelo procurador do dito convento, o Sr. Manoel Dantas Barbosa e os avaliadores João de Miranda Ribeiro e Felipe de Oliveira Mendes. Recebendo ajuda financeira da sociedade baiana, João de Miranda Ribeiro e Manuel Antunes Lima ergueram o Mosteiro da Lapa, o qual, desde o início, adotara a regra aprovada conforme a Bula “Ad Statum Prosperum” autenticada pelo Papa Júlio II, a 17 de setembro de 1511. Na Bula em questão, o papa,

inicialmente, salienta a devoção alimentada pela fundadora da ordem concepcionista, Beatriz da Silva e Menezes e pela rainha Isabel, para a Imaculada Conceição.

D. Isabel era parenta da família de Beatriz Menezes (fundadora da ordem concepcionista e, durante a sua viagem nupcial de Portugal à Espanha, visitou o solar de D. Rui Gomes da Silva, em Campo Maior, já que ficava a caminho. Encantada com as prendas físicas, e, sobretudo, com os dotes morais da jovem Beatriz, a Rainha Isabel resolveu escolhê-la como sua primeira dama de honra. D. Isabel, a Infanta de Portugal, desposava o rei viúvo, D. João de Castela, em 1447. Mais tarde, as duas mulheres que se separaram pela beleza, encontravam-se na dor e Isabel, a Católica, ascendeu ao trono da Espanha, apoiando Beatriz na sua missão religiosa (BAGGIO, 1984, p. 16-36).

As religiosas concepcionistas usariam o hábito de lã e de cor branca; o escapulário e o manto seriam de sarja azul, que, pelo significado, mostra a imagem da Santíssima Virgem, que, desde a sua criação, foi tálamo virginal do Reino do Céu. No escapulário haveria uma medalha ou a imagem de Nossa Senhora da Conceição, cercada de um sol com seus raios e coroada de estrelas. Deveriam dirigir-se com um cordão de cânhamo, à maneira dos padres menores, isto é, os franciscanos (CHÉLANCÉ, 1910, p. 26).

Flexor (1997, p. 11-35) lembra que, de acordo com a licença régia, o Convento abrigaria a um número limitado de religiosas, não superior a vinte, podendo ser fundadoras freiras de conhecida virtude, a exemplo das freiras do Convento de Santa Clara do Desterro.

A Regra e as Constituições da Ordem da Imaculada Conceição contêm as normas e leis fundamentais da Ordem e valem para todos os Mosteiros da mesma. Por autorização do Papa Clemente XII, através de um Breve datado de 18 de abril de 1734, D. José Botelho de Matos, Arcebispo Metropolitano, transferia do Mosteiro de Nossa Senhora de Santa Clara do Desterro, duas religiosas que formariam as futuras monjas concepcionistas. Foram nomeadas a *Madre Caetana da Assunção* e a *Madre Josefa Clara de Jesus*, com as funções de abadessa e vigária, respectivamente, e, conduzidas ao Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, em 7 de dezembro de 1744. Dizia a Madre Josefa Clara de Jesus, demonstrando sua satisfação em ter seu nome indicado na inauguração do Convento (Pastas das religiosas (1), 1740-1852, ACMS):

Declaro e confesso humildemente aos pés de V. Excia., como meu prelado, que por invocação do Altíssimo, ainda que indigno dela, desejo cordialmente transitar para este novo instituto e convento em que me acho, por entender que, por meio da Santa reforma, poderei melhor salvar minha alma, recebendo nele o hábito de minha Mãe e Virgem Senhora e sempre Imaculada Conceição e professora neste.

Dentre as quinze jovens abrigadas no convento recém-instalado, são registrados os nomes das filhas do fundador João de Miranda Ribeiro. Pertenciam elas ao rol das primeiras monjas que ingressaram no Convento, no dia 8 de dezembro de 1744, como cumprimento dos seus compromissos assumidos, isto é, o recolhimento de suas filhas no

referido Convento. Foram elas, a SÓror Francisca do Sacramento da Lapa, SÓror Maria da Cruz da Lapa, SÓror Tereza de Jesus da Lapa, SÓror Úrsula das Virgens da Lapa e SÓror Joana do Nascimento da Lapa, as quais tinham elas, a idade de 15, 16, 21, 27 e 29 anos, respectivamente (MENDES, 1951, p. 253).

Ainda hoje, podem ser admiradas pela belíssima pintura no teto do Convento da Lapa, situado na Av. Joana Angélica, no centro da cidade do Salvador. No silêncio do claustro, o Convento da Lapa ultrapassou vinte anos e a lei que impedia a renovação da comunidade religiosa continuava em vigor. Entretanto, foi feita uma exceção para a entrada de uma jovem chamada *Joana de Jesus*, que recebeu um programa de vida através de uma carta-licença datada de 27 de março de 1782, concedida pelo Frei Dom Antonio Correa, da Ordem de Santo Agostinho, assinada pelo Frei Dom Manoel de Santa Inês, então arcebispo e primaz da Bahia.

2.1. A HISTÓRIA DA VIDA RELIGIOSA FEMININA

Segundo Nascimento (1992, p. 221), a história da vida religiosa feminina é marcada por submissão e transgressões, passividade e criatividade. A educação e a vida das religiosas eram totalmente enquadradas pelo pensamento da Igreja e se baseavam na religião e na solidão. As mulheres freiras geralmente sabiam ler e escrever e possuíam livrinhos espirituais e tomos de breviários. Algumas religiosas possuíam tinteiro e sinete.

Era nos livros de oração que se aprendia a ler e a escrever,

exercitando-se as crianças, as quais procuravam e reescreviam as vogais dos símbolos dos apóstolos. A leitura dos livros de devoção era feita em voz alta, o que se tornou um hábito durável, perpetuando-se até depois da 1ª Guerra Mundial. A repetição da leitura, à noite e sem a ajuda da mestra, acabava por ser uma forma de aprendizagem (NASCIMENTO, 1994).

Mattoso (1992) afirma que a situação das mulheres desejosas de ingressar na vida monástica era muito diferente da situação dos homens. A vida religiosa era contemplativa, garantindo retiro para mulheres viúvas ou abandonadas pelos maridos, órfãs ou separadas das suas famílias, ex-prostitutas ou mulheres dedicadas à vida monacal, praticando a clausura e fazendo votos particulares.

Algumas dessas freiras se tornaram grandes abadessas, a exemplo de Josefa Clara de Jesus e Joana Angélica de Jesus, assumindo o posto primeiro dentro da comunidade. Antes disso, normalmente, elas passavam por outras fases, exercendo diferentes ofícios: porteira, roupeira, enfermeira, provedora, sacristã, escuta, discreta, ecônoma, escritã, mestra de noviças e vigária. Para a escolha da abadessa, era necessária uma eleição que competia a todas as Irmãs de votos solenes ou perpétuos, reunidas em Capítulo Conventual eletivo, de modo que, livremente, a obedecessem, com amor.

Em todos os Mosteiros, quando se elege a abadessa, é também eleita, em votação separada, uma Irmã professa de votos solenes para o ofício de vigária. A vigária ajuda, com solicitude, a abadessa, na direção do Convento e da comunidade, preside a esta, com autori-

dade ordinária, na ausência da abadessa. Entretanto, não introduz inovações contrárias às orientações da Madre Superiora. A vigária é, ao mesmo tempo, a primeira das discretas. As discretas eram eleitas dentre as irmãs professoras de votos perpétuos, que de alguma forma, se sobressaíam pelo seu espírito de fé, prudência, juízo ponderado e sentido de responsabilidade e cooperação. Competia ao Discretório designar, segundo determinassem os Estatutos particulares, a secretária do Discretório, a ecônoma, as porteiras, as rodeiras, a sacristã e os demais ofícios, conforme as necessidades do Mosteiro (REGRA, 1996).

Nunes (2001, p. 482-491) reflete que havia uma distinção entre a instrução e a educação cristã e, a rigor, era cultivada a educação baseada no respeito, obediência, reverência, desprendimento e conformidade. Algumas mulheres mais abastadas iam professar-se na Europa, completando assim, a sua educação. Isto, justificado pela insuficiência de graduação para ordenação de freiras nas casas religiosas do Brasil.

A participação das mulheres no catolicismo colonial brasileiro foi bastante restrita, comparando-a com a dos homens religiosos. Diferentemente do que ocorreu na Europa, as freiras não tinham qualquer influência sobre o desenvolvimento doutrinal ou institucional das ordens religiosas. As mulheres religiosas foram beneficiadas com algumas iniciativas, sobretudo, na educação, mas, também, na criação de associações femininas de piedade.

Vale destacar os preconceitos raciais para a entrada de jovens de cor nos conventos, inclusive, para que fossem ocupadas posições de destaque nos mosteiros, no sacerdócio ou nos lugares de administra-

ção, havia uma exigência preestabelecida, isto é, a “qualidade” era também requerida. Frisa-se que “qualidade eram as referências feitas não apenas no status social, mas, também à raça.

3. UM ENCONTRO DE LÍDERES – JOSEFA CLARA E JOANA ANGÉLICA DE JESUS

A Madre Josefa Clara de Jesus deve ter sido alvo de grande curiosidade do povo baiano que acompanhou a solenidade de entrega das fundadoras do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa ao promotor da fundação, D. José Botelho de Matos, não só porque, avistar uma freira, publicamente, era um espetáculo raro, como também por ela ter sido objeto dos amores do pároco da freguesia de Sant’Ana, o Pe. Inácio Moreira Franco (SANTOS, 2004).

Santos (2004) reforça que a referida madre conseguiu retirar forças do infortúnio de ser um objeto de um amor proibido, tornando-se uma mulher destacada dentre as de sua época. D. Joana do Nascimento, a sua mãe, demonstrou sua satisfação ao ver sua filha considerada e reconhecida, pela generosidade de sua doação de 10.000 cruzados, na ocasião das construções do Convento da Lapa. Foi ressaltada como uma “grande religiosa”, não só por ter provado sua força íntima, mas também pela grande personalidade, o que lhe permitiu um grau de superioridade, diante das murmurações e pela sua atuação como fundadora do Convento da Lapa. Josefa Clara de Jesus era filha legítima do grande comerciante Manuel Gonçalves Viana e D. Joana do Nascimento.

Religiosa advinda do Convento do Desterro, a Sórora Josefa Clara

de Jesus professou na Ordem da Imaculada Conceição no dia 1º de junho de 1749. Exerceu a função de abadessa por vários triênios, vindo a falecer no dia 11 de janeiro de 1803, aos 93 anos. Foi sepultada no Coro baixo na sepultura nº 8.

3.1 A MADRE JOANA ANGÉLICA

Nascida em Salvador, em 11 de dezembro de 1762, a jovem Joanna de Jesus era filha do capitão José Tavares de Almeida e de D. Catharina da Silva. Foi batizada na Freguesia da Sé. Tinha apenas um irmão chamado Domingos Tavares da Silva e Almeida.

De acordo com Souza (1922), raros são os dados sobre a vida de Joana de Jesus, referentes à sua infância e juventude. A sua família era de boa conta na sociedade baiana daquela época. Era de fina estirpe e sua educação era “esmerada”.

A entrada de Joana de Jesus no Convento da Lapa foi concedida de forma especial, a partir de quando esse não recebia jovens ao noviciado, desde 1764, pelas proibições do Marquês de Pombal, já citadas. Não foram encontrados, ainda, elementos que historicamente mostrem as razões daquela concessão. Foi-lhe dada uma licença, através do arcebispo Frei Dom Antônio Correa, frei da Ordem de Santo Agostinho, em 27 de março de 1782 (SANTOS, 2004).

Em menos de um mês, a jovem recebia o hábito branco e o manto azul da Ordem da Imaculada Conceição, no dia 21 de abril de 1782, passando a ser chamada Sórora Joana Angélica de Jesus. Professou na Ordem, aos 18 de maio de 1783, época em que atuava como abadessa

a Madre Maria de Assumpção.

Os primeiros anos de vida religiosa da Sórora Joana Angélica de Jesus passaram-se despercebidos. É possível que mantivesse o ritmo das tarefas cotidianas de uma vida enclausurada e contemplativa. Em 1797, a Sórora Joana Angélica foi eleita escritã e secretária do Convento. A partir daí, registram-se os diversos ofícios exercidos: escritã, vigária, mestra de noviças, porteira-mor, ecônoma, discreta e abadessa.

É possível destacar as funções desempenhadas pela monja, cronologicamente. Em 1801, exerceu a função de vigária; em 1805, foi mestra de noviças; em 1809, tornou-se discreta; em 1811, retorna ao vicariato; em 1818, exerceu, novamente, a função de discreta; em 1814, foi eleita abadessa, por um triênio e volta a ser abadessa, em 1820.

A Madre Joana Angélica de Jesus não completou o segundo triênio das funções de abadessa, pois, veio a falecer, como vítima fatal da invasão ao Convento da Lapa em 19 de fevereiro de 1822. A sua morte ocorreu no dia seguinte, 20 de fevereiro de 1822. A abadessa passou a integrar o histórico das lutas pela independência do Brasil, considerada a primeira mártir, diante dos atos violentos que ocasionaram a sua morte. Destacado seu perfil de monja, são realçadas a sua coragem e heroísmo (SANTOS, 2004).

3.2 CARACTERÍSTICAS DE UMA MULHER FREIRA

As experiências vivenciadas nos últimos tempos conduziram à recriação de valores transformadores em traços e possibilidades inéditas das mulheres. Neste sentido, embora as mulheres ainda tenham difi-

culdades ao falar e expressar, sobretudo, na esfera da Igreja Católica, as características de Joana Angélica são destacadas pela força e liberdade, pela liderança e discrição, pelo rigor aliado ao poder e, sobretudo, às condições exigidas pela Igreja Católica no que se refere à santidade.

Se Joana Angélica era conhecida como a freira que morreu no Convento da Lapa e passou a fazer parte da História da Bahia, alguns historiadores refizeram a sua imagem, destacando não só a sua participação com o testemunho de sacrifício da sua própria vida, mas também, a sua caracterização de mártir da fé.

Se ao associar o conceito de documento ao de arquivo, surge o conceito de memória, considerado neste trabalho como memória de papel, revive-se a noção de narrações e declarações representadas pelo pensamento de uma época, relacionando o que foi dito ao mais próximo do real. Não foi encontrado documento que comprovasse a frase tão propagada, supostamente dita pela Sórora Joana Angélica. A frase é “Para trás, bandidos! Respeitai a casa de Deus! Só entrarão passando por cima do meu cadáver!”, a qual é encontrada em diversos livros de história da Bahia e do Brasil.

Revelado o desejo de instauração do processo canônico da beatificação de Joana Angélica, há de ser verificada, oficialmente, a heroicidade das suas virtudes, ressaltando a sua superioridade aos acontecimentos que geraram a defesa da fé e do Convento da Lapa. Joana Angélica abriu fendas entre o passado e o futuro, destacando sua força e liberdade, ao escolher uma vida religiosa, mesmo sendo uma filha única de um casal de vida abastada da cidade do Salvador.

Também fez prevalecer o seu espírito de liderança, não só por ter desempenhado diversas funções, como discreta, conselheira e vigária, bem como por ter sido abadessa por duas vezes, no período de 1814 a 1817 e de 1820 a 1822.

Não se pode deixar de abordar a liderança da Sórora Joana Angélica sem que seja relacionada ao exercício do poder, pois este consiste, também na capacidade de decisão sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Dessa posição, domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder. Neste sentido, é possível salientar a característica de líder da monja, a partir de quando exerceu diversas funções, sobretudo, a de abadessa, para a qual foi eleita por duas vezes. Vale lembrar que isso ocorreu num mundo patriarcal com categorias androcêntricas, pois as mulheres tornavam-se invisíveis, ou seja, “as mulheres se calariam em todas as Igrejas.” Assim, pode-se dizer que o poder era a essência do cativo da mulher e das mulheres dos cativos.

Joana Angélica seguiu as regras de Benedito IX, condições precisas da santidade: a prudência, a força ou a grandeza d’alma, unidas à temperança e à justiça. No que se refere ao poder, há de se permitir a reconstrução da estrutura mental da religiosa, conectando algumas de suas ideias transmitidas, já que o poder atinge o corpo, insere em seus gestos, suas atitudes, seus discursos e aprendizagens, enfim, na sua vida diária. É lembrado que o poder era identificado como opressivo, estressante, antidemocrático e, especialmente, algo alheio e exterior às mulheres daquela época. A monja tecia cuidados à discrição, os

quais disfarçavam ou eliminava as tensões e emoções, enfatizando a pureza do que é formal.

Não se pode esquecer que qualquer arquivo reserva sempre muitas surpresas. Há sempre documentação para explorar, alguma conhecida, mas não suficientemente estudada, e muita, até possivelmente inédita. Nunca será demais conhecer um pouco da história de cada organismo e da importância do seu patrimônio documental, patrimônio esse sem o qual seria difícil, senão mesmo impossível, escrever-se a história de cada história

Os fatos históricos, sociais e religiosos estão intimamente relacionados, sobretudo, pelo tema feminino, pouco discutido nas questões religiosas, sobretudo, no que se refere à Igreja Católica e pouco destacado, prevalecendo a linguagem androcêntrica e a ideologia patriarcal que produzem sentido em proveito da dominação.

Bastaria a simples enumeração das séries documentais sobre o *Convento da Lapa*, para se avaliar a importância deste patrimônio. Neste sentido, um conhecimento dos fatos históricos, sociais e religiosos enfatiza a sua riqueza e variedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos deste apanhado foram traçados conforme o percurso, o qual se apresentou muito leve. Em princípio, documentos inéditos há anos atrás, em 2001, passaram a ser o centro da busca.

São fornecidos dados históricos e sociais sobre a educação feminina nos séculos XVIII e XIX, o que permitiu reflexões sobre a questão das

mulheres da época. Mesmo dentro de um espaço limitado, as mulheres atingiram algumas posições de destaque, tornando-se abadessas de reconhecimento público, a exemplo da Madre Joana Angélica de Jesus.

O modelo ideal feminino manteve-se, mas as atitudes mudaram, as reações se modificaram. Mesmo com a estreita submissão à “clausura”, seja no meio familiar, seja no claustro de um convento, as mulheres representaram a si mesmas como seres sociáveis, inteligentes e dominadoras do seu próprio mundo.

Após o século XIX, as mulheres impuseram a reformulação e a contestação dos seus papéis. As religiosas se adaptaram a algumas situações. Nesse caso, modificaram as suas vestes abolindo o uso da touca, mas, permaneceram com a prática essencial da contemplação e a vida enclausurada.

As regras e estatutos continuam e não foram percebidas informações que sugerissem desempenhos maiores das mulheres religiosas daquela comunidade, a não ser àqueles propostos pela regra concepcionista. Ainda hoje elas permanecem enclausuradas e sem muita visibilidade nas decisões religiosas.

Com a conquista de renovação de valores, permanecem em aberto, discussões e leituras teóricas que, futuramente (quem sabe?) elucidem ou não, ou pelo menos desdobrem aspectos que ainda não foram revelados e assim, colaborar com o crescimento dos estudos sobre as pessoas que elevaram a Bahia e, conseqüentemente, o Brasil.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Hugo. **Joana Angélica**: mártir da Independência. Petrópolis: Vozes, 1972.

CHÉLANCÉ, Leopoldo de. **Vida de Santa Clara de Assis**. Tradução de Monsenhor Dr. José Basílio Pereira. Bahia: Typografia São Francisco, 1910.

CHIACCHIO, Carlos. Perfil da Monja: ensaios sobre o heroísmo e santidade de Sórora Joana Angélica. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 47, p. 582-606, 1992.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A religiosidade popular e a imaginária na Bahia do século XVIII. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, III., [s.d.], Évora: **Atas...Évora**: Universidade de Évora, 1997, p. 11-35.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENDES, Eliseu Simões. Sórora Joana Angélica de Jesus. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1, 1949, Salvador. **Anais...** Salvador: Beneditina, 1951. v. 5, p. 251-272.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira de. **Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro**. 1677-1890. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 482-509.

REGRA e Constituições gerais das Monjas da Ordem da

Imaculada Conceição. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Antonia da Silva. **Documentos relativos às religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa-BA:** edição semidiplomática, 2004, Dissertação de Mestrado, UFBA.

SMITH, Robert. **Arquitetura colonial baiana:** alguns aspectos de sua história. Bahia: Museu do Estado da Bahia, 1941.

SOUZA, Bernardino José de. **Joana Angélica, a primeira mártir da Independência do Brasil.** Bahia: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1922. Monografia comemorativa ao Centenário do falecimento de Joana Angélica.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar no final do séc. XIX. In: ROBERTS; Ian; KATO, Mary (Org). **Português Brasileiro:** uma viagem diacrônica. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 69-107.



PRECURSORES ICONOGRÁFICOS DAS ESCULTURAS DO CABOCLO DO DOIS DE JULHO

Claudio Rafael Almeida de Souza¹

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar de modo comparativo duas representações da alegoria do caboclo símbolo da independência da Bahia com a imagem de São Miguel Archanjo. A primeira é a escultura andante do préstito em comemoração aos 1823, o cortejo do Dois de julho, e a segunda é a escultura existente no monumento em comemoração à independência da Bahia, localizada na praça do Campo Grande, no centro da cidade de São Salvador da Bahia e a iconografia da pintura da Vitória do Archanjo Miguel de Rafael Sanzio de 1514 ou 1515 e da famosa pintura de São Miguel Archanjo derrotando o Diabo, de Guido Reni, de 1636. Para tanto, o estudo balizou-se em fontes secundárias de estudo, como também, registro fotográfico das esculturas e a utilização da análise iconográfica proposta por Panofsky para a leitura e compreensão das artes visuais.

Palavras-chave: Iconografia; Caboclo do 2 Julho; Comparação; São Miguel Archanjo.

ABSTRACT:

¹ Museólogo formado pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. E-mail: claudiorafael.almeidadesouza@gmail.com

The article aims to analyze in a comparative way two representations of the allegory of the caboclo symbol of the independence of Bahia with the image of São Miguel Archanjo. The first is the walking sculpture of the procession in commemoration of 1823, the procession of Dois de Julho, and the second is the existing sculpture in the monument commemorating the independence of Bahia, located in Campo Grande square, in the center of the city of São Salvador. da Bahia and the iconography of the painting of Victory of Archanjo Miguel by Rafael Sanzio from 1514 or 1515 and the famous painting of São Miguel Arcanjo defeating the Devil, by Guido Reni, from 1636. study, as well as a photographic record of the sculptures and the use of the iconographic analysis proposed by Panofsky for the reading and understanding of the visual arts.

Keywords: Iconography; Caboclo do 2 Julho; Comparison; San Miguel Archangel.

As festas e as procissões são formas de exteriorização da fé, de propagação do culto religioso e da consagração do júbilo cristão. Um préstito de reafirmação dos símbolos da cristandade que reunia em torno das suas relíquias, o clero e a massa de fiéis. Na época moderna, o sagrado precedia as atividades cívicas, das reuniões de cortes, aclamações dos reis até a abertura de sessões nas relações e outras instituições. A religião estava inserida em diversas esferas de atuação do Estado, imbricada às suas ações, fortalecendo e legitimando o poder central²

² Gouveia, António Camões. Procissões. In: MARQUES, João Francisco; GOUVEIA; António Camões. **História Religiosa de Portugal**, v. Humanismos e Reformas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 334-346.

Embora a influência religiosa como a devoção aos santos no século XIX tenha sido de grande percepção, desempenhando na sociedade manifestações artísticas em diferentes imagens do hagiológico cristão, e possivelmente a iconografia do estandarte nacional, o caboclo do 2 de Julho sofrera influência do culto aos entes celestiais. A escultura do mestiço, dono da terra, traz na sua composição características do “Quem como Deus”, São Miguel Arcanjo ou São Miguel, príncipe da milícia celeste, aquele o qual abate o mal com sua espada celeste. O senhor da justiça divina entre os arcanjos celestiais. Isso pode estar relacionado com as práticas artísticas das possíveis autorias, visto que foram artífices de imagens sacras destinadas a espaços eclesiásticos e devocionais, como consta nas fichas avulsas de Carlos Ott e Marieta Alves.

Da mesma família do caboclo do quarto de santo da senhora B. C. o caboclo do 2 de Julho acreditado por muitos baianos como o dono da terra, também é cultuado enquanto “santo”, divindade ancestral, que entre os dias 2 e 5 de Julho são presenteados com frutas, dinheiro, alfazema, e outras oferendas no largo do Campo Grande em Salvador. Apesar disso, não somente é a escultura andante do caboclo do 2 de Julho que se torna efetivamente uma espécie de alegoria, ou melhor, um “santo processional” (Figura 1) que corre as ruas da cidade e tem a iconografia parecida com a da pintura Vitória do Arcanjo Miguel de Rafael Sanzio de aproximadamente 1514 ou 1515 (Figura 2) localizada no Museu do Louvre, em Paris, França; e a pintura de São Miguel Arcanjo esmagando o Diabo, de Guido Reni,

1636 (Figura 3), localizada na Igreja de Santa Maria della Concezione dei Cappuccini na Via Vittorio Veneto, 27, 00187 Roma, Itália. Através de análise iconográfica é possível demonstrar uma possível comparação e influência entre as esculturas, tanto a andante quanto a estátua do topo do monumento 2 de Julho, localizado na Praça do Campo Grande, Centro de Salvador, Bahia.

Figura 1 - Escultura do Caboclo do 2 de julho



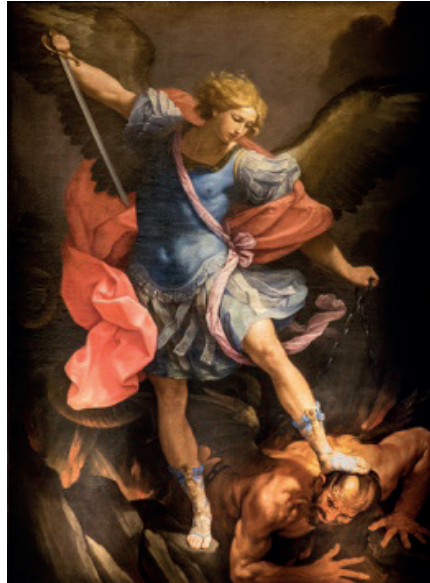
Fonte: Manuel Ignácio, 1926 ou Bento Sabino, 1928.
Arquivo Pessoal, 2020.

Figura 2 - Vitória do Arcanjo Miguel



Fonte: Rafael Sanzio, 1514 ou 1515.
Arquivo Pessoal.

Figura 3 - Arcanjo Miguel



Fonte: Guido Reni, Igreja Santa Maria della Concezione, Roma, 1636.
Arquivo Pessoal, 2020.

Após pesquisa e comparação iconográfica das Figuras 1, 2 e 3, atribuímos como essas duas últimas às fontes de inspiração ou precursores iconográficos para a elaboração da escultura do caboclo por acreditarmos serem pinturas emblemáticas trazidas e divulgadas por portugueses como gravuras no século XIX (Figuras 4 e 5), e por não encontrarmos imagens baianas de São Miguel Arcanjo subsistentes em museus e antiquários com a iconografia datada do período estudado, embora tenha encontrado no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (MAS\UFBA), a pintura (Figura 6) de São Miguel

Arcanjo em óleo sobre tela de dimensões altura 1,85m e largura 1,12m em estilo neoclássico. Na coleção do Museu Abelardo Rodrigues, localizado no Centro histórico de Salvador, encontra-se a imagem icônica de São Miguel (Figura 7) do século XVIII em madeira, barro, pigmento e ouro, sem procedência, embora possa ser creditada uma incerta procedência portuguesa. O certo é que as obras aqui analisadas a partir das considerações teóricas e metodológicas de Panofsky preconizam ampla pesquisa nas fontes iconográficas representando o tema das imagens, propondo e pressupondo uma estreita conexão entre as obras de arte e o universo cultural do qual estavam inseridas.

A pintura registrada com o número M-511, tem como procedência o Convento de Nossa Senhora da Piedade e atribuída ao pintor baiano José Teófilo de Jesus. Com mesma temática, mas composição diferente apresenta na parte inferior não o diabo, e sim, três bustos (um homem e duas mulheres) e uma cabeça de homem negro, dispostos em forma de losango, com olhares centrados nos pés do arcanjo e envoltos em chamas amarelas, vermelhas e alaranjadas que simulam o inferno. Em relação à composição escultórica que representa também o Arcanjo Miguel, mas com plumária, armadura, botas e panejamento esvoaçante pisando a cabeça de uma figura diabólica disforme representando o diabo com asas, não foi possível obter informações sobre a procedência nos registros documentais. Com base no Guia de Identificação de Arte Sacra do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) concebido por Raphael João Hallack Fabrino (2012, p. 72-73), verifica-se que essa imagem de São Miguel (Figura 7) tem

a possibilidade de ser originada da escola pernambucana, devido aos cânones estilísticos atribuídos às imaginárias do período que os artífices da escola criaram através do aprendizado que receberam dos jesuítas. Essas características podem ser encontradas no Guia de Arte Sacra, apesar da divergência de historiadores. Existe também no MAS\ UFBA, imagem de São Miguel (Figura 8) com características parecidas com a da citada anteriormente proveniente da Catedral Basílica com atributos iguais, embora não apresente a lança simulando cravar em serpente, que não é mais uma representação demoníaca, apesar da serpente também ser uma representação do mal.

O que interessa discutir aqui sobre as relações iconográficas existentes entre as imagens, pinturas e gravuras é a semelhança existente entre o conteúdo temático das representações e a possível semelhança com a imagem icônica do caboclo e em algumas vezes a cabocla do dois de julho. A perspectiva encontrada nessa possível semelhança discute o teor iconográfico existente em culturas provenientes de estados oriundos de processo civilizatório onde a permanência da suposta iconografia permite compreender um discurso cívico-religioso que participa de um ideário imaginado por cristãos católicos e filhos de santo de matrizes africanas. Essa permanência também possibilita uma necessidade de processo de assimilação ou reafirma uma necessidade de compreender ou se identificar no outro, uma plenitude de aspectos identitários que possibilitam uma compreensão de que o outro é e faz parte de uma coletividade.

A memória apresentada enquanto iconografia salienta uma

possível necessidade de eternizar e encenar um episódio histórico que transmutar-se-iam também na preservação de representações de memória que é apenas uma das práticas museais e sequer se pode garantir que seja a principal ou mais importante. Isso fica aparente na construção de marcos patrimoniais, corporificados no espaço e transmitidos no tempo, perpetrada por movimentos sociais com diferentes orientações ideológicas. No qual, facilita a compreensão de que não basta querer democratizar o acesso ao patrimônio cultural consagrado como portador de valores simbólicos de nacionalidade, é preciso ir mais além e perceber a verdadeira comunicação com o objeto, ou no caso, a iconografia.

É preciso compreender a partir da retórica dos discursos sobre o processo de construção do patrimônio cultural, e por esse caminho favorecer a construção de novos patrimônios, de novas possibilidades de apropriação cultural. Afinal, todo o objeto é composto de uma compreensão visual, mas se atendo a questão da materialidade, é mais notório trabalhá-los como exemplos de cultura visual. Pois, se tem a noção da visualidade dos objetos, devido a ser preciso compreender o exemplar subsistente para assimilá-los às características transcritas nos documentos, o estilo de época da imaginária e sua determinação no exemplar estudado.

Figura 4 - Gravura segundo Rafael Sanzio de Nicolas de Larmessin (1684-1755) encontrada em 1729



Fonte: Arquivo Pessoal, British Museum Website, 2020.

Figura 5 - Arcanjo Miguel³



Fonte: Website Castro Leal Leilões, 2020.

³ Gravura sobre metal, tirada em 1734 por Jacobus Frey a partir de original de Guido Renipintado em 1635 e conservado na Igreja dos Capuchinhos, em Roma. Baseada na passagem do Apocalipse, cap. 12, em que se lê “Michael, et Angeli eius praeliabatur cum Drac/ et projectus est Draco”. 0. 51 m. x 0. 31 m.

Figura 6 - Pintura óleo sobre tela de São Miguel Arcanjo de José Teófilo de Jesus



Fonte: Fonte: Pintura Óleo sobre tela, 1,85 x 1,12m, Convento de Nossa Senhora da Piedade (Salvador), autoria atribuída ao pintor baiano José Teófilo de Jesus. Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, 2020 (<https://mas.ufba.br/sao-miguel-arcujo>).

Figura 7 - Composição escultórica de São Miguel Arcanjo do século XVIII do Museu Abelardo Rodrigues



Fonte: <http://artemterblog.blogspot.com/2011/01/as-imagens-da-fe-colecao-museu-abelardo.html>

Figura 8 - Escultura policromada e dourada de São Miguel Arcanjo da Catedral Basílica de Salvador\ Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Museu_de_Arte_Sacra_Escultura_S%C3%A3o_Miguel_Arcanjo-0878.jpg.

Essa hipótese pode ser sustentada devido à imaginária pernambucana ter como características mais evidentes na sua conformação plástica corpos robustos envoltos em panejamentos amplos e movimentados, com projeções laterais de véus e mantos, geralmente em direções contrárias. A policromia de grande apuro técnico, incluindo, na maioria das vezes, o douramento integral da obra por baixo da camada de pintura. O trabalho ornamental em pintura possui um delicado e complexo esgrafiado conhecido como “caminhos sem fim”, ou ainda podem surgir motivos geométricos e florais de beleza admirável, particularidades encontradas na escultura que não assimilam-se com o panejamento das gravuras em tonalidade de sépia.

Em relato, a restauradora e pesquisadora de imaginária Cláudia Fausto Guanais fala que pela movimentação das vestes, os cânones e a teatralidade da obra, ela a classifica com “características” do século XVIII. Apesar de nunca afirmar categoricamente quando não tem documentação, pois o terreno da imaginária é bastante “escorregadio”. Conforme Guanais, ela conhece a obra de perto, e a refere-se como deslumbrante. Mas, como a procedência possui algumas dúvidas, e devido à policromia ser exuberante, bem como não condizer com a policromia da imaginária pernambucana, uma vez que como é sabido, o Abelardo Rodrigues era pernambucano e após longa disputa judicial, conhecida como “guerra santa”, o então governador Antônio Carlos Magalhães conseguiu trazer as obras para a Bahia. A escultura também não condiz com a escultura pernambucana. Outra informação interessante é que a base é em terracota, o que diz, portanto, da

utilização de uma técnica mista (terracota e madeira). Ela também não identifica esta policromia como baiana, pelo menos não encontrou outro padrão com esta similaridade nos estudos e prospecções. Mas, há, portanto, possibilidade de ser portuguesa, e ainda afirma que é necessária uma pesquisa mais aprofundada de identificação da origem.

Por ter referência no Guia de Identificação de Arte Sacra e apesar do relato da restauradora, ousamos atribuir que possivelmente a escultura seja da escola pernambucana, mas como não se sabe a procedência dessa peça, e verifica-se que se trata de uma peça de grande erudição, que tanto pode ter vindo de Portugal, quanto feita na Bahia ou Pernambuco, podendo ser luso-brasileira, e infelizmente não foi realizada uma análise mais apurada da comparação da tradição iconográfica de São Miguel na Bahia, ou em Pernambuco, apesar ter sido realizada uma breve investigação em antiquários e museus de Salvador. Quanto à comparação, alguma aproximação foi feita com a ajuda do professor Luiz Freire e Cláudia Guanaes. Dessa forma, e como é fato a imagem existir, a tradição iconográfica também, e por ser indefinida a procedência, mas efetiva a presença iconográfica nos altares, no imaginário popular, a hipótese pode ser respaldada, apesar do terreno em falso das possíveis atribuições de criação e datação, em algumas características existentes da imaginária pernambucana que são a camada de douramento por baixo da pintura, os padrões ornamentais do panejamento e as projeções laterais de véus e mantos. Mas, salienta-se uma possível circulação cultural da visualidade encontrada na imaginária e na gravura de Guido Reni no Nordeste e em outras

províncias do Brasil do primeiro reinado, tendo em vista a pose dada à releitura do conjunto escultórico de São Miguel e o contraposto do mesmo nas pinturas e gravuras desse estudo.

Conforme Querino (2009, p. 140-141) o método de popularizar a obra do artista aconteceu com o meio de difundir o pensamento do poeta ou do filósofo. “A gravura, que é a imprensa das belas-artes, fora descoberta no momento em que se inventava a imprensa, que é a gravura das belas-letras” (QUERINO, 2009, p. 140-141). Na Bahia, a produção de gravuras teve início somente em 1848 com o estabelecimento da oficina de gravura de José Maria Cândido Ribeiro, que produziu em larga escala notas falsas do governo. Embora tenha sido preso pelo feito, o receio em trabalhar com a arte da gravura não demorou muito tempo, pois o seu discípulo Manoel Emílio Pereira Baião criou uma oficina de litografia e gravura em 1850. Possivelmente gravuras como do Arcanjo Miguel possa ter sido impressas na oficina de gravura do José Ribeiro e Manoel Baião.

Baseado em informações do Museu Afro Brasileiro (2004, p. 29), o indígena era visto como o “autêntico” brasileiro frente à colonização portuguesa. Tido como o “dono da terra”, devido a habitar aqui antes mesmo da chegada dos portugueses e dos africanos trazidos. O indígena ou caboclo, símbolo nacional, tem em suas vestes as cores verde e amarelo da bandeira do Brasil, que acarretam ainda mais na sua representatividade, o civismo da luta do povo brasileiro pela independência. Contudo, a figura do indígena não ficou somente como estandarte nacional intocável. Na luta movida pelo civismo,

houve a participação efetiva dos indígenas, lutando em meio às tropas brasileiras, como nos embates que aconteceram na Ilha de Itaparica. A presença dos caboclos junto às tropas que lutavam contra a Coroa Portuguesa reforçava a ideia de que a nação era justificada por meio da matriz indígena.

De acordo com Jocélio Teles dos Santos (1995, p. 48-49), em o **Dono da Terra – o Caboclo no Candomblé da Bahia**, a construção simbólica do caboclo no candomblé traduz uma referência àqueles que aqui estavam antes da chegada dos portugueses e dos próprios negros, ou seja, aos indígenas, e o aprendizado que com eles fizeram. A referência ao “indígena” do 2 de Julho é factual, inscrevendo-se no tempo recorrente, da memória político-social do Estado, enquanto o “indígena” do candomblé reporta-se a outro tempo, primordial. Apesar de haver uma diferença conceitual entre o caboclo da Independência e o caboclo do candomblé, há um parentesco simbólico entre ambos, na medida em que o sentido de continuidade entre os indígenas da Independência e o “dono da terra”, como é expresso no tempo litúrgico, adquire uma dimensão política.

Desse modo, percebe-se que há inúmeras outras simbologias e signos que representam a Independência da Bahia, mas o símbolo que em suma demonstra naturalidade, brasilidade, e por isso foi adotado a partir do século XIX, é o caboclo. Naquela época o Romantismo elegeu o indígena como símbolo do Brasil. Ele significa uma nação independente da matriz europeia. É a apropriação cultural-política do indígena como estandarte nacional. Como foi visto anteriormente, é

também exemplo disso, o caboclo do Monumento ao 2 de Julho do Campo Grande inaugurado em 1895 e esculpido na Itália pelo artista italiano Carlo Nicoliy Manfredi (Figura 9). Essa escultura basicamente tem os mesmos elementos e a mesma gestualidade que a escultura cultuada do préstito, a pintura de Rafael Sanzio e a pintura de Guido Reni, realizada praticamente três séculos anteriores. Essa aproximação comparativa se dá na medida em que a tradição iconográfica se perpetua na maneira em que os elementos visuais compõem as obras.

Há outro monumento em que aparece a figura de um indígena, mas este segundo monumento traz na sua composição escultórica a figura indígena de Catarina Paraguaçu, mãe de todos e símbolo de “pacificação” perante uma representação manifestada artisticamente e meramente afrontosa, como é o caso do caboclo, que recebe nas diferentes localidades em que ainda hoje faz acontecer o préstito em comemoração à independência da Bahia. Este monumento é o Chafariz da Cabocla, ou Chafariz da Independência, que é também um monumento público de Salvador, localizado em frente ao Quartel da Polícia Militar do Largo dos Aflitos, no bairro da Gamboa, datado de 1853. O monumento é em homenagem à independência da Bahia, servindo posteriormente de inspiração para o monumento do Campo Grande, datado de 1895.

Figura 9 - Escultura do caboclo do monumento ao 2 de Julho no Largo do Campo Grande, inaugurado em 1895, esculpido na Itália, pelo artista italiano Carlo Nicoliy Manfredi



Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

Criada 23 anos após os primeiros estudos para a sua execução, a escultura do caboclo do monumento ao 2 de Julho, de estilo neoclássico, é componente do conjunto de um dos mais belos monumentos construídos na América. Todo o complexo foi esculpido na Itália em bronze, ferro fundido e mármore de Carrara. Nela é possível verificar como centro da composição o indígena ou caboclo de 4,1m no papel de São Miguel Arcanjo abatendo o mal pisado, esmagado na forma

de uma serpente representando a coroa portuguesa e, consequentemente, o diabo.

Essa é uma simbologia apreciada em iconografia resultante do processo de circularidade cultural existente num país dominado pelos cristãos católicos colonizadores. É um fruto variado do sincretismo adotado pelo povo de santo dos católicos e vice-versa. Ela é uma representação que tem como modelo a temática do combate contra Satanás das gravuras percussoras, mas com alteração na figura do coadjuvante da cena apresentada, o dragão, que na representação está figurado como serpente. Essa encenação permite uma conexão com o ato e hábito da caçada e o abater a presa realizada pelos povos indígenas.

Nas quatro é possível verificar a representação de povos escravizados subjugando seus senhores. Nas primeiras obras estão representados na figura de São Miguel, - apesar de com vestes de soldado romano -, os povos escravizados do antigo e novo testamento subjugando os seus escravizadores e os povos pagãos na representação do diabo ora como figura zooantropomorfa com asas de penas, ora como figura zooantropomorfa com asas de penas e chifres. Nas outras duas está representado o povo baiano na figura do indígena ou caboclo subjugando os portugueses na figura do diabo enquanto dragão, embora Querino em seus artigos o cite como serpente, dando alusão à serpente do paraíso.

No artigo “Os atributos dos santos na representação artística da Revista de História de 1966”, de Enrico Schaeffer (1996), consta que é costume, na arte de mais de um milênio, representar alguns santos

com seus atributos, tais como animais ou objetos, que se referem ou simbolizam a vida ou o martírio.

Nos diversos casos, porém, tais atributos são meramente símbolos, como por exemplo, a representação do Espírito Santo, por intermédio de uma pomba, Cristo com um cordeiro, o Bom Pastor ou São Domingos, o fundador da Ordem dos Dominicanos, junto com um cão, que representa o ‘fiel guardião da religião e da fé’. [...] Porém, figuras abstratas recebiam muitas vezes tais atributos, como a ‘luxúria’, representada por uma mulher de cujo corpo saíam serpentes, pois estas e o dragão (memórias dos acontecimentos com Adão e Eva no Paraíso) representam o demônio. Na figura do dragão muitos historiadores insistem em ver uma diminuta evocação da humanidade desde os tempos pré-históricos, na qual a terra de fato era habitada por tais animais e dos quais a recordação foi conservada em mitos e lendas em diversos povos (SCHAEFFER, 1996, p. 457; 459).

Sobre o termo caboclo, tanto em Guilherme Castro (2009, p. 1) como em Hendrick Kraay (2000, p. 59) “[...] se refere à população rural de origem mista, especialmente à que tem traços de ascendência indígena; historicamente, todavia, caboclo era frequentemente sinônimo de indígena”. Ambos os autores buscam referência no Dicionário do Folclore Brasileiro de Câmara Cascudo (2000) que explica também que o uso do termo caboclo ou caboco “[...] fazia parte dos amplamente difundidos esforços [...]” de legitimar as “[...] nações recém-independentes com um passado indígena completamente idealizado”.

Contudo, a construção de uma identificação indígena embasada na mestiçagem e cruzamentos de raça – por volta dos anos 1990 e início do século XXI – para os mestiços que formaram basicamente a sociedade brasileira, nomeai-os com os seguintes termos: mameluco, caboclo, caiçara (o mestiço de branco com índia na qual a coloração da tez acobreada lembrava os mamelucos egípcios), curiboca (filho de indígena com mameluca), mulato (filho de negra com branco), pardo⁴ (filho de mulata com pai branco), cafuzo (filho de negro com índia); cabra (filho de negro com mulata); crioulo (filho de pais negros, nascidos no Brasil) e mazombos (descendentes de pais brancos de origem europeia).

Ressalto que o significado da imagem do caboclo para a população baiana, especialmente de Salvador e do Recôncavo Baiano, também se perpetua no campo dos afetos, da elevação da autoestima das baianas e dos baianos, como sentimento ufano da Bahia ter efetivamente lutado pela libertação da tirania portuguesa. No Recôncavo Baiano, no 2 de Julho, inclusive, alguns terreiros de candomblé fazem festa de Caboco em homenagem aos donos da terra, mesmo que na cidade de Cachoeira e São Félix o préstito em comemoração a Independência da Bahia aconteça no dia 25 de Junho e em Itaparica aconteça a encenação e o préstito no dia 7 de janeiro.

⁴ A designação parda, normalmente se dá a mestiçagem forçada, etnocídio e invasão dos povos indígenas e pretos marginalizados e dizimados que sofreram e sofrem com a segregação e estratificação social que acomete o Brasil desde a época do descobrimento, além de serem vítimas do maior genocídio na história do mundo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Marieta. *Dicionário de artistas e artífices na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial e Didático, Núcleo de Publicações, 1976, 210p.
- CAMPOS, João da Silva. **Procissões Tradicionais da Bahia**. 2.ed., Salvador: Secretária da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.
- FABRINO, Raphael João Hallack. **Guia de Identificação de Arte Sacra**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. 147 f.
- FREIRE, Luiz Alberto R. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). **Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador: Instituto Geográfico Histórico da Bahia, 2009.
- KRAAY, Hendrick. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, Século XIX. **Afro-Ásia**, n. 23, 2000, p. 47-85.
- MARTINEZ, Targino Socorro. *2 de Julho a festa é histórica*. Salvador: Selo Editorial da Fundação Gregório de Matos, 2000.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia Século XIX: uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992. 747 p.
- PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: _____. **Significado nas Artes Visuais**. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- QUERINO, Manuel Raimundo. A Litografia e a Gravura.

In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). **Manuel R. Querino**: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico Histórico da Bahia, 2009.

SCHAEFFER, Enrico. Os atributos dos santos na representação artística. In: **Revista de História**, Ano XVII, Vol. XXXIII, nº 68, Outubro-Dezembro, 1966.

ENTREVISTA

B. C. Entrevista concedida ao autor no dia 30 de julho de 2017.



O PLANO DA CIDADE DE BAHIA NO BRASIL: UM MAPA INÉDITO DE SALVADOR DURANTE A OCUPAÇÃO HOLANDESA (1624)

Pablo A. Iglesias Magalhães¹

Lucia F. Werneck Xavier²

Resumo

O presente texto tem por objetivo analisar a carta geográfica *Gront teijckeninge van de stad BAHIA in Brasilien (Plano da Cidade da Bahia no Brasil)*, resultado das pesquisas do engenheiro militar Joos Coeck, que apresenta uma descrição detalhada da ocupação neerlandesa e dos trabalhos de fortificação na cidade da Bahia em 1624. Está encadernado com outros 79 desenhos, com representações de cidades e fortificações europeias, que utilizam sistemas defensivos baseados em engenharia hidráulica. Por meio

¹ Professor Associado de História do Brasil e Vice-Diretor do Centro das Humanidades na Universidade Federal do Oeste da Bahia. Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia, com a tese *A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. Docente efetivo no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades (PPGCHS / UFOB) e no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal de Sergipe (PROHIS / UFS). Pesquisador colaborador do BRASILHIS (Universidad de Salamanca / Espanha), do projeto POMBALIA (Portugal), da Comissão Científica da Cátedra Marquês de Pombal (UFS), da Cátedra UNESCO-UFMG/DRI Territorialidades e Humanidades: a Globalização das Luzes.

² Dra. Lucia Furquim Werneck Xavier; Doutora em Arqueologia pela Universidade de Leiden e mestre em História Social Universidade Erasmus Rotterdam. Pesquisadora Associada Modus Scribendis CNPq – UFBA e pesquisadora Associada Laboratório de Humanidades Digitais USP. Os autores agradecem ao engenheiro Artur Watt Filho pela leitura e considerações.

do mapa, cotejado com manuscritos holandeses inéditos, *National Archief*, em Haia, foi possível compreender melhor o desenvolvimento da malha urbana da cidade da Bahia no século XVII.

Palavras-chave: Invasão holandesa; sistema defensivo; obras hidráulicas.

ABSTRACT:

The present text aims to analyze the geographical map *Grontteijckeninge van de stad BAHIA in Brasilien* (Plano da Cidade da Bahia no Brasil), the result of research by military engineer Joos Coeck, which presents a detailed description of the Dutch occupation and the works of fortification in the city of Bahia in 1624. It is bound with another 79 drawings, with representations of European cities and fortifications, which use defensive systems based on hydraulic engineering. Through the map, compared with unpublished Dutch manuscripts, *National Archief*, in The Hague, it was possible to better understand the development of the urban fabric of the city of Bahia in the 17th century.

Key words: Dutch invasion; defensive system; hydraulic works

PRÓLOGO

O presente estudo teve início na tarde de 9 de março de 2022, quando o empresário e bibliófilo Frank Geyer Abubakir nos contactou buscando melhor entendimento sobre um mapa de Salvador, inserido em um atlas seiscentista, adquirido, após duas décadas de negociações, junto ao livreiro holandês Laurens Hesselink. No catálogo do referido

livreiro o mapa aqui em destaque constava como elaborado no ano de 1629. A análise paleográfica da reprodução digital, porém, logo revelou que a carta geográfica data de 1624, quando a Companhia das Índias Ocidentais atacou e conquistou Cidade da Bahia, então capital do Brasil.

Após o contato inicial, em 13 de março, na sede do IFA, foi realizada uma reunião com Abubakir e sua equipe³, formalizou-se o convite para que a historiadora Dra. Lucia Furquim Werneck Xavier ingressasse no projeto de pesquisa, já que as cartas do atlas estão em holandês antigo. Igualmente, conclui-se ser necessária a análise codicológica in loco do material.⁴ Para tal, foi necessário deslocar-se até a Suíça, onde o atlas se encontra. Ressalta-se que nas fontes conhecidas sobre o período, não se localizou qualquer informação sobre o mapa de 1624 ou sobre seu autor, grafado na legenda como capitão “Goos Coecke”. Reestabelecer a lúdima identidade do autor, bem como de outros personagens registrados no mapa, foi outro desafio para os autores. Não há referência ao Plano em nenhum atlas conhecido, nem mesmo no *Grote Atlas van de West-Indische Compagnie*, obra que compila a produção cartográfica da WIC⁵

A viagem iniciou-se em 6 de junho, sendo Amsterdam o primeiro

³ Fazem parte desta equipe Ângela Ferreira, atual dirigente do Instituto Flávia Abubakir (IFA), Anibal Gondim e Simone Trindade, diretores do Tecnomuseu.

⁴ Para a importância da análise codicológica ver MONTE, V. M. do. Uma descrição codicológica: documentos setecentistas. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 10-11, n. 0, p. 103, 2 jun. 2009.

⁵ BROMMER, Bea; HEIJER, H. Den. *Grote Atlas van de West-Indische Compagnie; Comprehensive Atlas of the Dutch West India Company*, Vol. I e II.

destino para começar a busca por pistas sobre o mapa em arquivos na Holanda, notadamente o Nationaal Archief, em Haia. A pesquisa foi gratificante, em razão de encontramos documentos sobre a conquista da Bahia que não foram conhecidos por Francisco Adolfo de Varnhagen (1871) Herman Julius Wätjen (1920), José Antonio Gonsalves de Mello (1947), Charles Ralph Boxer (1957) e Benjamin Nicolas Teensma. Caiu a primeira lenda: a de que não havia documentos sobre a conquista e ocupação da Cidade da Bahia pela WIC entre 1624 e 1625. O segundo desafio, não menos importante, foi identificar autoridades históricas mencionadas no mapa e nos demais desenhos que formam o atlas.

Com informações iniciais recolhidas em velhos códices da Companhia das Índias Ocidentais, a 11 de junho teve início a viagem dos autores para os alpes, onde todo o atlas foi examinado durante 9 dias. A investigação da materialidade do códice (livro manuscrito) buscou identificar características particulares, que estabelecem a autenticidade e contemplam ainda os itens de segurança, como por exemplo marcas de proveniência / provas de propriedade, que oferecem informações positivas acerca do conjunto. Também foi investigado as condições de produção e a trajetória do documento, até o presente.

O atlas examinado é um fólio maior (42,5 × 29,5 cm), contendo 80 mapas e planos manuscritos, 75 páginas duplas (2 com uma aba dobrada), 4 dobras maiores (incluindo 3 montadas a partir de 1 1/2 folhas), e 1 também de duas páginas em tamanho, mas montado a partir de 2 folhas menores. A maioria inclui uma escala e 71 são

coloridas, a maior parte em guaches opacas. Eles mostram planos de fortificações e cidades nas Províncias Unidas (51), Alemanha (16), Itália (3), França (4), Polônia (2), Bélgica (2), Malta (1) e Brasil (1). O atlas foi encadernado, possivelmente no início do século XVIII, em pele de ovelha. O Plano da Cidade da Bahia em 1624 é o único na coleção que representa local fora da Europa. A análise codicológica do atlas ultrapassa, contudo, os limites dessas linhas e por essa razão apenas a planta de Salvador será contemplada no presente estudo.

O Plano da Cidade da Bahia no Brasil traz a indicação de que foi elaborado em 16 de novembro de 1624, que assinala sua produção durante o período da ocupação neerlandesa da Bahia, compreendido entre 9 de maio de 1624 e 1 de maio de 1625. O traçado foi executado pelo engenheiro militar Joos Coecke.

As informações constantes no Plano da Cidade da Bahia no Brasil exigiram, não obstante, comprovação arquivística, na medida em que apresenta personagens e informações inéditas acerca da presença neerlandesa em Salvador. O códice (livro manuscrito) é seguramente anterior a 1630, conforme o exame das diversas marcas d'água presente nos 80 desenhos, produzidos entre 1612 e 1628.

No retorno para o arquivo em Haia, mais documentos inéditos sobre a ocupação da Bahia foram localizados, incluindo um testemunho em três fólios assinado pelo engenheiro Joos Coecke, o próprio autor do Plano da Cidade da Bahia no Brasil, descrevendo as defesas da cidade. Esse documento foi essencial para comprovar a autoria do mapa.

Até o presente, a historiografia sobre a ocupação holandesa estava

limitada aos registros luso-espanhóis e cronistas daquele período. Pela primeira vez, um conjunto substancial de registros militares neerlandeses foram localizados e começam a revelar detalhes sobre a ocupação holandesa da Cidade da Bahia.

O MAPA DO ENGENHEIRO MILITAR JOOS COECKE (1624)

O primeiro grande empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), empresa estabelecida nas Províncias Unidas em 1621, foi o envio de uma frota com 26 navios em dezembro de 1623, sob comando do almirante Jacob Willekens e do vice-almirante Pieter Pietersz Heyn, com o objetivo de conquistar a Cidade da Bahia e o sistema produtor de açúcar do Recôncavo baiano.

Em 30 de agosto de 1624, Albert Coenraats Burg e Rombout Jacobsen, dois importantes diretores da WIC entregaram uma carta aos Estados Gerais — órgão executivo das Províncias Unidas — na qual fazem um resumo de diversas correspondências recebidas de Salvador. Encaminham então um mapa. No documento original: “uuyt de nevens agende caerte te sien is”, que em português é “como é possível ver no mapa em anexo”.⁶ Sabemos, assim, que foram elaborados mapas para notificar as autoridades nas Províncias Unidas.⁷

⁶ Arquivo Nacional na Haia, coleção Estados Gerais, número de chamada 1.01.02, inventário 5751A, imagem 201. NL-HaNA_1.01.02_5751A_0201. Carta de Albert Coenraads Burg e Rombout Jacobsen para os Estados Gerais, 30 de agosto de 1624.

⁷ Para outro mapa coevo de Salvador em 1624, ver: HONDIUS, Henry. Aenwysinge van de Stadt Salvador, ende de Baya de todos los Santos . . . dese Stadt Salvador, ende baye van todos los Santos, syn naer de originele caerte op

O episódio da tomada da Bahia em 1624, diferente da Restauração luso-espanhola que foi amplamente divulgada, foi caracterizada pela natureza restrita da produção e circulação dos seus registros. O acesso as informações eram franqueadas apenas aos indivíduos que ocupavam cargos estratégicos na direção da Companhia das Índias, dos Estados Gerais e do comando militar. Compreensível em circunstância de guerra, onde o acesso às informações precisas determinava os rumos do conflito militar. Isso dificultou que os historiadores, à exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen (1871) e Charles Ralph Boxer (1957), progredissem com segurança arquivística na compreensão do que representou a ocupação da Bahia em 1624, que, por essa razão, ficou reduzido nos seus respectivos estudos.

Encontrar o **Plano da Cidade da Bahia no Brasil** expande o horizonte das pesquisas sobre 1624, trazendo novos elementos sobre personagens desconhecidos e a produção de informações naquele período. A tradução da legenda inicial do mapa apresentou um obscuro personagem, não registrado pela historiografia: o capitão e engenheiro militar Joos Coecke. Ainda de acordo com a legenda, ele foi o responsável pelos estudos para fortificar a cidade:

Como a cidade está sendo fortificada a seu favor por ordem do Senhor Johan van Dort, Coronel e senhor Coronel Albert Schoutens, pesquisada e mapeada pelo mestre **Goos Coecke**, engenheiro à serviço dos Diretores

de iuste mate verdeen. 't Amsterdam por Claes J. Visscher en Hessel Gerritsz. Abaixo está um texto em três colunas: “Beschryvinghe Van't in-nemen van de Stadt Salvador in Brasil, door den E. Admirael Iacob Willekes”.

da Concessionaria Companhia das Índias Ocidentais. Concluído e medido de acordo com a medida padrão em 16 de novembro de 1624.⁸

O Plano da Cidade da Bahia no Brasil, é a representação cartográfica dos trabalhos de engenharia de Joos Coecke.⁹ Além da historiografia, até o presente, o nome desse engenheiro militar também estava ausente de todos as bases cartográficas e atlas neerlandeses. A pesquisa em arquivo era condição para assegurar as informações inéditas registradas no mapa de 1624.

A pesquisa sistemática em arquivos neerlandeses apresentou bons resultados e permitem recuperar parte da trajetória de Joos Coecke. Em seu testemunho de 21 de novembro de 1625, em que prestou depoimento perante o Alto Conselho Militar na Holanda, afirma ser de 37 anos de idade, o que coloca a sua data de nascimento por volta de 1588. Afirma também ser natural de Bel, em Flandres.¹⁰ Esse testemunho alinha-se ao mapa, revelando que Joos Coeck estivera na Cidade da Bahia durante a ocupação neerlandesa. Pouco se conhece

⁸ Instituto Flávia Abubakir. Atlas Seiscentista, Carta 28, *Gront teijckeninge van de stadt BAHIA in Brasilien*. Tradução de Pablo Magalhães e Lucia Xavier.

⁹ Foram localizadas diversas grafias para o nome e sobrenome do engenheiro militar: Ioos, Goos, Ian, Coeck, Couck. Coucke Os autores mantiveram a grafia conforme sua assinatura: Joos Coecke. Ressalta-se que, no idioma holandês, muitas vezes o nome Ian (Jan) é diminutivo de Johannes ou Joannes. Uma outra grafia recorrente era Joes, que foneticamente pode ser lido como Joos.

¹⁰ Arquivo Nacional em Haia, coleção Alto Conselho Militar e Conselhos da Marinha, número de chamada 1.01.45, inventário 251, fols. 287 – 288. Destaca-se que os documentos não estão foliados, e que a indicação dos números dos fôlios é dos autores desse relatório técnico.

dele antes de 1624. Encontramos o Capitão I[oos]. Coeck em 1617, na cidade de Oudewater.¹¹ Até o presente não se identificou quando retornou de Salvador aos Países Baixos. Sabemos um pouco mais sobre sua estadia no Recife após 1630. Em carta de 3 de outubro de 1631, afirma que chegou ao Recife em 11 de março de 1629, antes mesmo da tomara de Pernambuco.¹² Seis anos depois, em 1637, retornaria para Arguin na África como comandante de uma expedição. Essa mesma fonte revela que Coeck já servia da África por três anos.¹³ Por fim, após a expedição de Coeck para a África, ainda foi possível encontrar documentos assinados pelo referido engenheiro que retornara para Amsterdam. De sua vida pessoal sabemos apenas que tinha dois filhos.¹⁴

Apesar do silêncio sobre Joos Coecke nas bases cartográficas

¹¹ LYDIUS, Johannes Martini. *Historisch verhael, vande voorneemste swaricheden, verschillen en proceduren, so wel in kerckelijckke als politijcke saken, dry jaren herwaerts voorghevalen binnen de stadt Ovdevvater..* T'Amsterdam: Cloppenburgh, Jan Evertsz, 1618.

¹² Carta de Joos Coucke, no Recife, para os Diretores da Câmara da Zeelândia da WIC, de 3 de outubro de 1631. Arquivo Nacional na Haia, coleção Velha Companhia das Índias Ocidentais, número de chamada 1.05.01.01, inventário 49, documento 106. Para a citação, fol. 66. No original: “(...) dat ick hier gecommen bem den 11 maerte 1629 (...)”. Em português: “(...) eu cheguei aqui em 11 de março de 1629 (...)”. NL-HaNA_1.05.01.01_49_106_0009

¹³ GROESEN, Michiel van; POLLMANN, Judith; COOLS, Hans. *Het gelijk van de Gouden Eeuw: Recht, onrecht en reputatie in de vroegmoderne Nederlanden*. Hilversum: Verloren, 2014, p. 62-71: “Joos Coeck, que retornou a Arguin como comandante em março de 1637, havia adquirido experiência pessoal com a alfândega local três anos antes”.

¹⁴ Carta de Joos Coucke, em Itamaracá, para os diretores da Câmara da Zeelândia, 15 de maio de 1631. Arquivo Nacional na Haia, coleção Velha Companhia das Índias Ocidentais, número de chamada 1.05.01.01, inventário 49, documento 153. O documento não está foliado. NL-HaNA_1.05.01.01_49_153_0007

e biográficas¹⁵, cronistas neerlandeses seiscentistas discretamente, contudo, assinalaram a existência de um “engenheiro Coeck”. O primeiro foi Johannes Martini Lydius (1577-1643) “(...) igualmente escrevemos ao Capitão Ian Coecke para que fornecesse [os soldados] da melhor maneira possível (...)”.¹⁶ O segundo foi o historiador Nicolaas Jansz van Wassenaar que, em 1633, confirmou existir “Coeck Capiteyn ende Ingenieur”.¹⁷ O bem-informado Johannes de Laet, um dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, ¹⁸

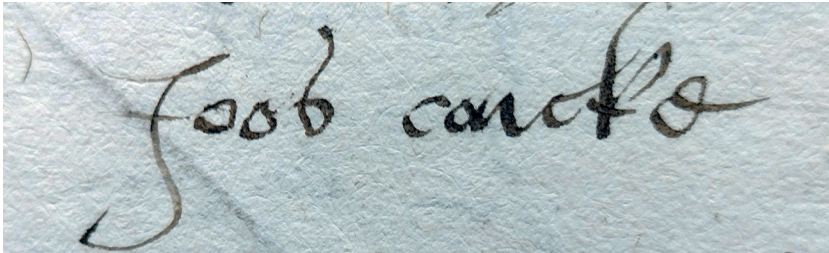
¹⁵ JONG, Elke de. Repertorium van Nederlandse kaartmakers (1500-1900) samengesteld door Marijke Donkersloot-de Vrij. Utrecht: 2003. Não há indicação de Coecke no estudo aqui referido. http://www.maphist.nl/Repertorium_van_Nederlandse_kaartmakers.pdf

¹⁶ LYDIUS, Johannes Martini. Historisch verhael, vande voorneemste swaricheden, verschillen en proceduren, so wel in kerckelijcke als politijcke saken, dry jaren herwaerts voorghevalen binnen de stadt Ovdevvater: wtghegheven by de kerckeraet aldaer, ende eenighe vande magistraten. T’Amsterdam: Cloppenburgh, Jan Evertsz, 1618p. <https://lib.ugent.be/en/catalog/ggc01:411668161>

¹⁷ WASSENAAR, Nicolaas Jansz van. Historisch verhael alder ghedenckweerdichste geschiedenisse, Amsterdam, 1633, Vol. 7, p. 173.

¹⁸ LAET, Johannes de. Historie ofte iaerlijck verhael van de verrichtingen der geoctroyeerde West-Indische Compagnie, zedert haer begin, tot het eynde van ‘t jaer seshien-hondert ses-en-dertich; begrepen in derthien boecken, ende met verscheyden koperen platen verciert. Tot Leyden: by Bonaventuer ende Abraham Elsevier, 1644.

Fig. 1 – Arquivo Nacional em Haia, coleção Alto Conselho Militar e Conselhos da Marinha, número de chamada 1.01.45, inventário 251, fl. 288



Após a expedição de Coecke para a África, foi possível encontrar documentos assinados pelo referido engenheiro, que retornara para Amsterdam, onde se encontrava em junho de 1640.¹⁹

Fig. 2 – Gront teijckeninge van de stadt BAHIA in Brasilien. Propriedade de Flávia e Frank Abubakir, em comodato ao Instituto Flávia Abubakir.



¹⁹ Amsterdam City Archives, Notariele archieven, n. 146717, fl. 203. Amsterdam, 26 de junho de 1640.

Além do dique, o **Plano** tem a particularidade de indicar, com precisão, a localização das fontes na urbe, elemento estratégico para o abastecimento e bom funcionamento das cidades. Notável foi o cuidado de Coecke em registrar parte do sistema hídrico da cidade. Os mapas seiscentistas portugueses da Cidade da Bahia silenciam sobre isso.

Fig. 3 – Detalhe das fontes



Nele também está registrado, em detalhes, todo o projeto defensivo da cidade. Isso exige, contudo, maior tempo de pesquisa para compreender as informações registradas no documento.

A ocupação militar neerlandesa da Cidade da Bahia findou após um ano, no qual os invasores estiveram constantemente sitiados pelas milícias da terra e guerreiros indígenas dos aldeamentos jesuíticos.

Ainda sem ter conhecimento da retomada Bahia pela armada luso-espanhola, em 19 de junho de 1625, um dos diretores da Câmara de Amsterdam enviou uma carta para os Estados Gerais. O nome do remetente não foi identificado por se tratar de uma assinatura, mas a missiva informa que, em março de 1625, alguns navios não nomeados chegaram da Bahia e trouxeram várias correspondências de lá. A

carta resume tal correspondência. Segundo a mesma, em dezembro de 1624, em Salvador:

(...) havia cerca de 1600 soldados, dentre esses uma companhia de negros, cerca de 550 marinheiros e também 12 navios bem equipados e prepararam 3 navios de fogo, para usar contra os espanhóis. A cidade estava bem fortificada com valas e bastiões e bem provida de armamento e munição. No lado norte havia uma bateria muito forte com 10 canhões; no lado sul encontram-se 10 canhões, 21 canhões perto da igreja que atiram ao longo dos barrancos. Em volta da cidade há mais de 60 canhões e diariamente se ocupam com fortificações. **A água em torno da cidade tem 2 varas de profundidade** e está fechada com um dique que o inimigo não tem como destruir, pois, está protegido por entrancheamentos e por cercas. Na plataforma sobre a água há 12 canhões; é feita de madeira e pedra natural e o parapeito é de tijolo de cerâmica da Frísia (...)²⁰

A “água em torno da cidade”, com 2 varas²¹ de profundidade, é o próprio dique construído pelos holandeses, sobre o qual existe

²⁰ Carta para os Estados Gerais de 19 de junho de 1625. Arquivo Nacional na Haia, coleção Estados Gerais, número de chamada 1.01.02, inventário 5751A, imagem 357 e 358. Os documentos não estão numerados nem foliados no códice. No original temos “hart steen ende vriesche steen”. A primeira é uma expressão para designar pedras naturais, muito mais resistentes. “Vriesche steen” é o que hoje chamamos de tijolo de cerâmica e “vriesche” é forma acorruptelada de “fries”, ou seja, da região da Frísia, no norte das Províncias Unidas. Grifo nosso.

²¹ Vara era uma unidade de medida de comprimento antiga, utilizada em vários países até à introdução do sistema métrico, equivalente a 2,96 metros aproximadamente.

algumas controvérsias que abaixo se examina.

O DIQUE DOS HOLANDESES NO PLANO DE 1624

Uma recorrente controvérsia historiográfica acerca da formação da malha urbana da cidade de Salvador está na construção de um dique pelos holandeses no ano em que ocuparam a capital. Assinalada desde o século XIX, o “dique dos holandeses” assumiu o *status* de uma lenda, ora confundida com o dique do Tororó, ora refutada, como, por exemplo, pelo historiador Cid Teixeira, que afirmava ser mesmo uma lenda em razão de que os holandeses não tiveram tempo hábil para executar obra de engenharia hidráulica de maior envergadura.

O rio das Tripas, contudo, é bem conhecido aos historiadores, apesar de não ser visível ao presente, por correr subterrâneo. Foi fundamental para a edificação da cidade do Salvador, a partir de 1549. De acordo com o engenheiro e historiador Teodoro Sampaio, a capital

Do lado de Leste fazia de vallado, fundo, rodeando a cidade em boa extensão, a ribeira d’água, hoje chamada Rio das Tripas, com suas margens encharcadas, onde os moradores iam fazendo as suas hortas. Era toda a defesa com que se podia contar nesse último quartel do século XVI. [...] Do lado de terra, as ribanceiras fortemente inclinadas sobre a baixada húmida onde corre a ribeira d’água (atual Rio das Tripas), davam para facilitar a defesa, correndo-se os muros quase que a um nível certo, com razoável desenvolvimento.²²

²² SAMPAIO, Teodoro. História da fundação da cidade do Salvador: obra póstuma. Salvador: Tip. Beneditina, 1949, pp. 273 e 292.

A “lenda do dique” resvala em alguns cronistas que testemunharam a conquista de Salvador, mas não havia segurança nas suas afirmações. O franciscano frei Vicente do Salvador, por exemplo, atribui a construção do dique a iniciativa do Albert Schouten. De acordo com o referido cronista, então preso pelos holandeses quando retornava de uma viagem ao Rio de Janeiro, após a morte de Johan van Dort

se leu a via do sucessor, que era Alberto Escutis, (...) e lido o papel se fez pergunta aos capitães e soldados se o reconheciam por seu coronel, e governador, para lhes obedecerem em tudo o que lhes mandasse, e respondido que sim os despediu, feitas suas cortesias, e se recolheu com os do Conselho, e alguns, e porque de todo os portugueses perdessem as esperanças de poderem recuperar a cidade, **a cercou, e fortificou por todas as partes represando o ribeiro, que corre ao longo dela pela banda da terra, com que cresceu a água sobre as hortas, que por ali havia, muitos palmos**, e assim por esta banda como pela do mar fez muitos baluartes, e fortes de artilharia.²³

Uma carta do jesuíta Domingos Coelho, também aprisionado pelos holandeses, datada de 24 de outubro de 1624, também registra o início das obras de contenção do rio das Tripas:

aproveitando-se de um grande vale, que a Cidade tem da parte do Leste, de uma água que por ele corria, a represou de modo que a fez subir tão alto, que alagou as cercas de

²³ SALVADOR, Frei Vicente do Salvador. História do Brasil (1500-1627). São Paulo: Weisflog, 1918, p.

São Francisco e de São Bento, que daquela parte estão, com serem seus muros mui altos, e destruiu umas casas que aí estavam. trincheiras, que de novo fez [...] que cercou quási toda em contorno, com muitas e formosas peças de bronze, que me afirmaram passavam de cinquenta, com o que fica tão forte que será dificultoso tomar-se.²⁴

Há, contudo, a informação do militar napolitano Giovanni Vicencio San Feliche, Conde de Bagnuoli, conseguida com um *predikant* neerlandês em Salvador e posta em relato inédito conservado na Biblioteca Nacional de España, em Madrid, de que os neerlandeses trouxeram dois engenheiros, a quem, por diligência de Johan van Dort, foram ordenadas as obras de fortificação, incluindo as duas eclusas para represamento do Rio das Tripas:

Acavado El Saco hizo el d[ic]ho coronel [van Dort] el alojamiento / Repartiendo las companias asi en los quarteles como / en los puestos de la Muralla dando orden a **dos Ingenieros, que tenian, que fortificasen la plaza / con un nuevo Reçinto y que se hiçiese con fortificação / Real como lo hicieron, haçiendo dos Diques con / dos inclusas entre san vento y del carmen**, para detener / una agua; que pasa para quella parte la qual aunque / no sea de mucha cantidad todavia en un poco / de tiempo, se junto de manera que vino a haçer / fosos muy profundos [...]²⁵

²⁴ LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro; Lisboa: INL; Portugal, 1945, Vol. V, p. 46.

²⁵ Biblioteca Nacional de España. BDH000006520. “Discurso Y Relaçion sobre la Inpresa de la Vaya de San Salvador del Brasil, hecho por el Governador Juan Vicençio San Feliche”. In: Sucesos del año 1625, Fl. 333v

Um desses engenheiros, ao presente, pudemos identificar como o capitão Joos Coeck. O segundo engenheiro, considerando a afirmação do Conde de Bagnuoli, permanece anônimo.

O *Gront teijkeninge van de stad BAHIA in Brasilien* é a chave que permite compreender definitivamente a “lenda do dique dos holandeses”, que definiria os rumos da malha urbana na Cidade alta até meados do século XVIII. A planta do engenheiro Joos Coeck confirma que a ordem para a construção do dique partiu de van Dort, ainda que não ele tivesse sobrevivido tempo suficiente para a execução da mesma. Schouten apenas iniciou o que já estava encaminhado pelo seu antecessor. O mapa mostra o rio das Tripas e identifica as nascentes na atual ladeira da Barroquinha (que começa na atual Praça Castro Alves) e da Barroquinha (que drenava as águas de São Bento e da ladeira das Hortas e da rua do Castanheda), acho que tem o número 13 no mapa, e depois o seu trajeto, passando pela praça dos Veteranos (ainda o n.º 13) e circundando a cidade, onde deveria ter mais nascentes, pois de ambos os lados existem encostas íngremes, que naquela época cobertas com a vegetação.

O nome rio das Tripas tem essa denominação em razão de ser o local onde se descartava as vísceras do gado abatido nas proximidades. Gabriel Soares de Sousa, em 1587, descreve esse trecho da nascente urbe:

E tornando desse mosteiro [Convento de São Francisco] para a praça pela banda da terra vai a cidade muito bem arruada, com casas de moradores com seus quintais, os quais estão povoados de palmeiras carregadas de cocos e outras de tâmaras, e de laranjeiras e outras árvores de espinho,

figueiras, romeiras e parreiras, com o que fica muito fresca; a qual cidade **por esta banda da terra está toda cercada com uma ribeira de água, que serve de lavagem e de se regarem algumas hortas**, que ao longo dela estão.²⁶

A uso da água como parte de um sistema defensivo é o elemento que une as 80 cartas geográfica no atlas sob custódia do Instituto Flávia Abubakir. No caso de Salvador, não há registro de represamento anterior a 1624. O primeiro dique da Cidade da Bahia foi, assim, iniciativa dos neerlandeses.

A primeira determinação foi aproveitar as fortificações iniciadas pelos neerlandeses entre 1624 e 1625. Em 1624, parte da malha urbana havia sido destruída para bloquear as águas do Rio das Tripas, que nascia próximo aos fundos do Mosteiro de São Bento e cercava a urbe, formando o dique que “assy se conservou desde o tempo dos olandezes, ate agora”.²⁷

A construção do dique em 1624, represando o rio das Tripas à Oeste do núcleo urbano, entre o Mosteiro de São Bento e o Convento de São Francisco, impulsionou a expansão da cidade no sentido nordeste, em virtude da construção dos quartéis pelos moradores que organizaram a resistência em 1624-1625. O dique funcionaria como óbice a ataques pelas localidades da Palma, Santana, Desterro e Saúde, tanto assim que todas as contraofensivas foram orientadas pela parte

²⁶ SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1851, p. 122.

²⁷ AHU, Bahia. Luis. Fons. Cx. 9. Doc. 1053. [Lisboa, 13.05.1644]. “Sobre a fortificação da cidade da Bahia”.

norte, próximo ao Convento do Carmo, e pelo sul através das portas próximas ao Mosteiro São Bento. Na década de 1640, isto acarretou a expansão da malha urbana pela segunda linha de cumeada no desenvolvimento de Salvador, entre o Santo Antonio Além do Carmo e o Barbalho. Essa era oposta primeira linha de cumeada que datava do século XVI, na antiga Vila do Pereira, no perímetro dos bairros da Graça e Vitória.

Outra junta chefiada pelo Marquês de Montalvão, com a participação de Stafford, determinou a recuperação dos baluartes que haviam sido criados pelos neerlandeses e a criação de mais três, a saber, nas portas de São Bento, do Carmo e outro sobre o dique, sendo este último concluído em 1641. Outra linha de baluartes deveria ser construída além da linha do dique, mas a prioridade “hera fortificar a Cidade, e Conservar o Dique”.²⁸

O sistema defensivo de Salvador ficou mais eficiente com o reaproveitamento do dique construído pelos neerlandeses. O dique era delimitado por uma ponte/eclusa, localizada onde atualmente está a ladeira da Igreja de Santana, visto que essa é inteiramente artificial. Tanto ao lado esquerdo quanto ao direito dessa ladeira o nível da rua permanece o mesmo da antiga Rua da Vala, atual Baixa dos Sapateiros. Essa língua de terra que demarca a ladeira de Santana resultou de um aterro feito para nivelar o atual Campo da Pólvora. Da Barroquinha até esse ponto, a água do rio das Tripas foi represada inundando

²⁸ AHU, Bahia. Luis. Fons. Cx. 9. Doc. 1053. [Lisboa, 13.05.1644]. “Sobre a fortificação da cidade da Bahia”. O sistema de aquedutos para garantir o abastecimento da cidade, em caso de sítio, nunca saiu do papel.

toda a região da atual Barroquinha até os fundos do Convento de São Francisco. Isto pode ser comprovado por um registro do Capitão Gonçalo de Morga que, em 1636, afirmou existir uma “horta e casario que parte com os muros do Mosteiro de S. Francisco, como se verá nas partilhas, a qual pela entrada do inimigo [em 1624] se destruiu e derrubou pelos mesmos holandeses e ficou raso, fazendo trincheiras e dique sobre elas”.²⁹

A represa original, conforme indicado acima, se estendia da sua nascente, por trás do Mosteiro de São Bento, próximo a Barroquinha, até uma barreira artificial, perpendicular à cidade, que ligava os fundos do convento franciscano ao topo da atual ladeira de Santana.

Fig. 4 – Inserir informação da fotografia



²⁹ Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Livro I do Tombo, fls. 72-85v, [Bahia, 21.04.1636].

Em julho de 1625, de acordo com o mercenário Johann Gregor Aldenburgk, “as nossas fortificações foram arrasadas, o dique arrombado” por ordem de D. Fradique de Toledo.³⁰ O dique, contudo, seria refeito, com o mesmo objetivo estratégico, cerca de uma década após a conquista de Pernambuco pela Companhia das Índias em 1630, que impôs à Bahia uma contínua guerra defensiva.³¹

O DIQUE APÓS 1640 E A EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA

O plano de represamento do dique de 1624 foi reaproveitado pelo matemático jesuíta Inácio Stafford, conselheiro do Marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil, entre 1639 e 1641. É muito possivelmente por consulta ao jesuíta inglês, que D. Jorge Mascarenhas redigiu os oito apontamentos registrados no papel *Discurso sobre a conveniência de se fortificar a cidade da Bahia capital do Brazil*.³² O projeto Stafford não ficou apenas no papel, visto que em consulta ao Conselho Ultramarino, o próprio Montalvão afirmou a participação do “Padre da Companhia Estaforte, que levou por engenheiro” nas obras de fortificação da cidade.³³ Stafford se reuniu com outros dois

³⁰ ALDENBURGK, Johann Gregor. Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador pelos Holandeses em 1624. [1627]. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961, p. 218.

³¹ MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. A Guerra Defensiva na Capitania da Bahia (1625-1654). Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 69, p. 87-161, 2016.

³² MASCARENHAS, Jorge de. Discurso sobre a conveniência de se fortificar a cidade da Bahia, capital do Brazil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LVI, Parte I, 1893, pp. 77-83.

³³ AHU, Bahia. Luis. Fons. Cx. 9. Doc. 1053. [Lisboa, 13.05.1644]. “Sobre a

engenheiros, um anônimo que, vindo do Rio da Prata, estava de passagem pela Bahia para seguir em direção a Espanha, e o Tenente de Mestre de Campo Pinheiro.

De acordo com *Discurso sobre a conveniência de se fortificar a cidade da Bahia*, a partir de uma planta do engenheiro João Coutinho, o perímetro das linhas de defesa seria ampliado. Em segundo lugar, os montes que cercavam a cidade estavam a padraço de todas as fortificações, sendo necessário construir um forte na eminência do Barbalho para impedir que o inimigo bloqueasse as linhas de condução de gados e mantimentos para a cidade. Outro forte deveria ser construído em Itapuá, mas as 13 léguas de extensão da Barra da Bahia eram indefensáveis para a artilharia em terra e continuaria vulnerável, mesmo se construísse nesse local uma fortaleza. Mais um forte deveria ser construído em Paraúnas para que, com o de Santo Antonio, efetivasse uma estratégia de fogo cruzado para dificultar o desembarque inimigo em Itaparica. Em terceiro, a autonomia das vilas do Recôncavo deveria ser ampliada, criando lotação de gente auxiliar e companhias de cavalo, sendo que já havia duas com cinquenta cavalos cada, para que seus habitantes se defendessem.

No quarto ponto, a influência do matemático Inácio Stafford é mais perceptível. O autor afirma que a cidade estava cercada por diques que a rodeavam pela parte da terra, “quase todos vazios e com as eclusas arruinadas”. Caso um ataque se desse pelas praias do Rio Vermelho, os neerlandeses poderiam esvaziar facilmente estes peque-

fortificação da cidade da Bahia”.

nos diques e deixar a cidade vulnerável a uma ofensiva por terra. Na parte baixa da urbe, os trapiches poderiam servir de fortalezas por comportar artilharia, mas toda a extensão de praias entre o Rio Vermelho e Itapuá ficava desguarnecida. Uma linha de trincheiras altas que cingia a cidade até o mar, com 1500 braças de circuito, estava desbarata, mas poderia ser consertada.

O quinto ponto afirma que, com a cidade fechada pelos diques, contra inimigos por terra e mar, seria necessário um sistema de condução de água para os moradores e as embarcações, mantendo a cidade abastecida em caso de novo cerco. Este projeto custaria doze mil cruzados, que poderiam ser conseguidos vendendo terrenos da marinha.

O dique refeito no governo do Marquês de Montalvão, reforçava as defesas de Salvador por terra, mas ocasionou um problema de saúde pública. Construções de represas e diques próximos a vilas e cidades são comuns na Europa, mas manter a água estacionada nos trópicos resultou em uma epidemia. Um surto epidêmico, possivelmente de malária, grassou os moradores de Salvador no verão entre 1641 e 1642, por isso Montalvão acusou no Conselho Ultramarino, em 1642, que a Junta de Governo “esgotou o Dique, com pretexto de que faria dano a saúde de poucos moradores que estão mais vizinhos a elle”.³⁴ O dique foi esvaziado pela segunda vez.

Decerto, já não eram poucos os moradores que ocupavam o en-

³⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca. Cx. 9. Doc. 1053. Lisboa, 7/5/1644. “Sobre a fortificação da cidade da Bahia”

torno do dique, visto que a maior parte dos retirados de Pernambuco foi assentada próximo ao Mosteiro de São Bento, na extremidade sul do manancial. O tom rancoroso das palavras de Montalvão demonstrou seu ressentimento por ter sido substituído pela junta governativa tripartite encabeçada pelo Bispo D. Pedro da Silva de Sampaio na direção do Governo do Brasil. O fato é que, apesar de não existir no século XVII as noções mais elementares de epidemiologia, não tardou para se perceber que, quanto mais próximos ao dique viviam os habitantes, mais facilmente adoeciam, levando o governo a esvaziá-lo.

O parecer do Conselho Ultramarino, então chefiado pelo próprio Marquês de Montalvão, inimigo do Bispo que o depôs do governo, foi de que o esvaziamento do dique era “h a couza muito indigna de se fazer em tempo que mais necessitamos de toda a fortificação e segurança daquella praça”. Assim, o Conselho recomendou que o monarca ordenasse ao novo Governador, Antonio Teles da Silva (1642-1647), que “ponha o Dique no estado em que estava, e o melhore sendo possível”.³⁵

Antonio Teles da Silva afirmou que o surto epidêmico afetou muitos africanos, aumentando a taxa de mortalidade a ponto de ameaçar a produção de açúcar no Recôncavo.³⁶ O mesmo governador, não obstante, ordenou que fossem retomadas as obras do dique, mas

³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca. Cx. 9. Doc. 1053. Lisboa, 07.05.1644. “Sobre a fortificação da cidade da Bahia”.

³⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca. Cx. 8. Doc. 975. Lisboa, 22.09.1642. “Carta de Antonio Teles da Silva para sua Magestade sobre a falta de escravos.”

para evitar novas epidemias e torná-lo mais eficaz, resolveu ampliar o circuito da represa. O dique foi aumentado ao longo de todo o perímetro urbano da Porta Sul da Cidade, também conhecida por Porta de Santa Luzia, próxima ao Mosteiro de São Bento, à Porta Norte junto ao Convento de Nossa Senhora do Carmo. Apenas a recém-criada freguesia de Santo Antonio Além do Carmo permaneceu fora do alcance do dique.

O prolongamento da barreira fluvial, não obstante, causou transtornos às propriedades dos carmelitas que representaram ao governo em Portugal os inconvenientes causados pela água. Em 1658, após os neerlandeses serem expulsos do Brasil, coube ao Desembargador Luís Salema de Carvalho investigar as queixas dos frades carmelitas. Através da sua diligência, o desembargador concluiu que:

os Olandeses quando tomarão esta Cidade fiserão um Dique iunto a ella que corria pella cerca dos Relligiosos de sam francisco E vindo governar este Estado Antonio Telles da silua fes com grande conselho outro Dique mais afastado E mais alcantilado E largo E de grande defensa; Este passa pella cerca dos Relligiosos do Carmo E o piqueno que estava feito de antes se vasou E os moradores tornaram a cultiuar suas terras E ortas. O grande he o que oje passa pella terra que esta do lavor da orta dos padres impetrátes E asim Esta terra como algumas arvores de espinho que tinham nella estam cubertas de agua ficando lhe o mais da serca livre.³⁷

³⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca. Cx. 15. Doc. 1727. Bahia, 6.6.1658. “Informação sobre as perdas que o Dique deu aos padres do Carmo daquela Cidade”.

A extensão alcançada pelo dique durante as obras do governo Antonio Teles da Silva, executadas entre 1644 e 1647, meados da segunda metade do século XVII, visto que na planta da cidade do Salvador desenhada por Amédée-François Freziér, em 1716, o represamento do Rio das Tripas era contínuo até os fundos do Convento do Carmo, onde hoje está o Taboão. Aqui surge uma questão. A planta de Salvador desenhada pelo engenheiro Jean Massé (c. 1715), com posterior notas de Luís dos Santos Vilhena, indica uma ligação entre o rio das Tripas, “Pantano que algum dia fortificava s Cidade e hoje a infesta por ficar dentro”, e o Dique Grande, atual dique do Tororó.

O cronista franciscano Frei Antonio de Santa Maria Jaboação (1759), escrevendo sobre o dique dos holandeses em 1759, confirma que era, naquele período, apenas um brejo. Jaboação identifica os locais que limitavam o dique dos holandeses, assinalando de acordo com a malha urbana do século XVIII. Segundo o franciscano, em 1624 os invasores fizeram “tres grandes represas ou Diques (...). Hum destes eram abayxo do Carmo, e com elle reprezavão as aquellas bayxas athe assima da que chamão quinta do Maciel. Outro abaixo do Convento [de São Francisco], entulhando hum estreito, que fica entre a Rua de S. Miguel, e a que sobre, e de diz da Poeyra”. Por fim, “O terceyro para São Bento, com outro entulho entre a descida da Palma e a Rua, que sobe para a cadeya”. Nesse período o rio das Tripas começou a se canalizado, posto que “No baixo, e meyo deste vem entrar um cano de tijollo, e abobeda pelo qual corre a agoa por mais se sincoenta passos, começando este já bem pegado ao muro, a par da qual vay a estrada

ou Rua pela frontaria da nova Igreja de S. Anna”.³⁸

O dique dos holandeses, que em meados do século XVIII dividia a Cidade alta em duas partes, tornou-se um estorvo no interior da primitiva malha urbana. Ficou cada vez mais insalubre na medida em que, com o aumento da população, servia como local de descarte dos dejetos de toda a cidade. Por volta de 1800, o professor Vilhena afirmava que os charcos do rio das Tripas, “todo desalagado e a maior parte dele povoado de hortas”, durante o verão “evapora eflúvios, que infeccionam a cidade, motivando sezões e febres mortais”.³⁹ Em nota a planta de Massé, Vilhena assinala o “Dique com que os Holandeses a havião guarnecido pella parte da Campanha, o que tudo se acha hoje destruído”.

Observa-se que, no século XIX, a despeito da planta setecentista de Jean Massé, não havia ligação entre o rio das Tripas e o Dique Grande, atual Tororó, posto que drenavam por entre vales distintos, apesar de convergirem próximo ao rio Vermelho, chamado pelos índios de Urucaia, hoje com a corruptela de Lucaia. A atual rua Djalma Dutra, possuía o nome de Sangradouro, que significa local por onde se faz derivar parte de uma corrente de água ou canal natural que liga dois rios, dois lagos ou um rio e uma lagoa. A planta de Augusto Weyll (1855), contudo, não mostra a existência de uma ligação, apesar de indicar o “Sangradero”. O nível d’água do Dique não permitia que as

³⁸ JABOATÃO, Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasilico. Rio de Janeiro: Typ. de Maximiliano, 1858, T. I, Liv. 1. p. 63-67.*

³⁹ VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVII. Salvador: Itapuã, 1968, Vol. 1, p. 163.*

águas pudessem fluir para o rio das Tripas, a não ser, talvez, quando houvesse grandes enchentes.

Nas primeiras décadas do século XIX, o rio das Tripas tonou-se um problema de Saúde Pública, que precisava ser resolvido. Há uma descrição do seu trajeto em 1845, quando o governo pretendia construir um cano de escoamento da Cidade Alta para o Rio das Tripas:

O rio das Tripas he um valle profundo, que tendo a sua origem entre São Bento e Palma, separa a Cidade alta em duas partes, seguindo entre S. Francisco e Santa Anna na direção Este, corta depois à Norte aproximando-se muito do Rozario e Carmo, e por consequencia à muito pequena distancia do mar por este lado; volta outra vez à Este e vai metter-se no Rio Camarogipe, depois no Vermelho por entre o Campo do Barbalho, e as montanhas que sustentam o Dique, saindo na costa do mar por um longo trajecto ao Sul da Cidade. He pois uma necessidade dar forma regular a esta grande valla, mettida no centro da povoação, para evitar o que hoje succede; de estar todo este longo curso do Rio reduzido a um charco de immundicies. Seria mesmo mais conveniente dar-lhe prompta sahida ao mar por meio de uma boa galeria subterranea entre o Rozario e Carmo pelo lugar chamado - Baixa dos Sapateiros - com grande vantagem no escoamento pelo seo mais rapido declive, e deixando o resto do Rio das Tripas para ser melhorado quando o terreno adjacente se torna mais habitado.⁴⁰

⁴⁰ Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia, na Abertura da Sessão Ordinaria do Anno de 1845, pelo Presidente da Provincia. Bahia: Typographia de Galdino Jose Bizerra e Companhia, 1845, p. 43.

O rio das Tripas foi gradualmente coberto no século XIX. O mapa de Augusto Weyll, de 1855, registra parte desse trabalho de canalização das suas águas, ao mesmo tempo em que mostra outro dique, maior, obra do governo-geral: o Dique do Tororó, com o que pode ser um sistema de eclusas no rio Lucaia.⁴¹

Encerrada a controvérsia sobre o dique dos holandeses. O *Plano da Cidade da Bahia no Brasil*, excepcional representação da capital colonial em 1624, expande a possibilidade de maior compreensão sobre a ocupação de Salvador e do seu desenvolvimento urbano. Supera, na riqueza de detalhes, inclusive com o registro de parte do sistema hídrico da cidade, a *Planta da Restituição da Bahia*, de João Teixeira Albarnaz. O estudo do engenheiro militar Joos Coecke, notável achado para a história da cartografia brasílica, apenas começou a ser compreendido.

⁴¹ WEYLL, Augusto. Mappa Topgraphica da Cidade de S. Salvador e seus suburbios levantada e dedicada a Illustre Assembleia Provincial por Carlos Augusto Weyll e publicada por Ferd. Glocker. Imprensa em Stuttgart: Por Fr. Malte, 1855.

Fig. 5 – WEYLL, Augusto. *Mappa Topgraphica da Cidade de S. Salvador*.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Círculos mostram, 230 anos depois, a
região representada no Plano da Cidade da Bahia.



A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DE TRÊS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

Ednaldo Soares¹

RESUMO

A universidade é uma instituição que se dedica a estudos de nível superior relacionados com ensino, pesquisa e extensão. Originária da Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 1808, pelo Príncipe Regente Dom João de Bragança, quando da transmigração da Família Real de Portugal para o Brasil, fugindo das tropas napoleônicas, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) é considerada a primeira instituição de nível superior criada no país. A partir de seu envolvimento socioeconômico através da valorização e transferência de conhecimento, que inclui o nível de extensão, resultou na criação de três museus universitários – Museu de Arte Sacra (MAS), Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) e Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). Este artigo, resultado de pesquisa bibliográfica e documental, conduzida sob abordagem qualitativa, traz um relato histórico e sociológico acerca da criação da Universidade Federal da Bahia, assim como do Museu de Arte Sacra, Museu Afro-Brasileiro e Museu de Arqueologia e Etnologia.

¹ Ednaldo Soares é Pós-doutor e Doutor em Administração e Mestre em Museologia, é pesquisador acadêmico com trabalhos publicados em periódicos científicos e/ou em anais de eventos acadêmicos nacionais e internacionais de Administração, História e Museologia. Poeta e contista, tem livros editados no país e na Itália. É sócio da Casa do Poeta de Alagoinhas (CASPAL), do IGHB e da Associazione Italia-Brasile (Roma).

Palavras-chave: criação da Universidade Federal da Bahia; criação de museus da UFBA; museus universitários.

ABSTRACT

The university is an institution dedicated to higher level studies related to teaching, research, and extension. Originally from the Bahia School of Surgery, created in 1808 by Prince Regent Dom João de Bragança, when the Royal Family transmigrated from Portugal to Brazil, fleeing the Napoleonic troops, the Federal University of Bahia (UFBA) is considered the first institution of higher education created in the country. Resulting from its socioeconomic involvement through the valorization and transfer of knowledge at the extension level, three university museums – Museu de Arte Sacra (MAS), Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) and Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) – were thus created. This article, as the result of a bibliographic and documentary research, conducted under qualitative approach, provides a historical and sociological account about the creation of the Federal University of Bahia, as well as the creation of Museu de Arte Sacra, Museu Afro-Brasileiro and Museu de Arqueologia e Etnologia.

Key words: creation of the Federal University of Bahia; creation of museums at the Federal University of Bahia; university museums.

[I]

Composta por várias faculdades, a universidade é uma instituição científica e didática, voltada a estudos de nível superior de ensino, pesquisa e extensão, em diversos campos do saber e em diferentes

graus, que prevê a concessão de diploma de formação profissional e científica, para quem completa um ou mais cursos por ela oferecidos. As “[u]niversidades são instituições dinâmicas, com vida própria e capacidade de reflexão” (SALLES; MIGUEZ, 2017, p. 9).

A primeira universidade europeia foi a de Salerno², criada no século XI. Neste e nos séculos sucessivos, foram criados outros importantes centros universitários, a saber: na Itália, Bolonha (1088), Vicenza (1204), Arezzo (1215), Padova (1222) e Nápoles (criada por Federico II, em 1224, como um centro de instrução politicamente alternativo a Bolonha); na França, em Paris, “a Sorbonne [foi] criada em 1257 por Robert de Sorbon” (QUEIROZ, 1994, p. 208); na Inglaterra, Oxford (1096) e Cambridge (1209).

Nos séculos XIV e XV houve um notável desenvolvimento das universidades nacionais e foram criadas universidades em Praga, Cracóvia, Viena, Colônia, Erfurt, Leuven, Tübingen. (ENCICLOPEDIA ZANICHELLI, 1995). Na América Latina, em São Domingos (1538) e Lima (1551) e a Real e Pontifícia Universidade do México (1551), depois reorganizada como Universidade Nacional do México. (NUNES, 2010, p. 21) Nos Estados Unidos, entre os séculos XVII e XIX, foram criadas: Harvard (1636); Yale (1701); Princeton (1746); Stanford (1885). No Brasil, “[as] universidades, por motivos históricos de todos conhecidos, são relativamente jovens em relação às de outros

² “Em pleno século XI foram publicadas em latim as ‘Normas Sanitárias de Salerno’, [...] destinadas a prevenir a saúde, inclusive para dificultar o envelhecimento”. Para maiores detalhes, ver a referência: QUEIROZ, José Ramos de.

países do continente” (sic) (JOÃO PAULO II *apud* QUEIROZ, 1994, p. 207). Ou seja,

[s]ó a partir de 1808, [...], é que **passaram** a existir cursos [de nível superior] no Brasil, mas bastante escassos: duas Escolas de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro) e, mais tarde, com D. Pedro I, uma Academia de Belas Artes (Rio de Janeiro) e dois cursos jurídicos (São Paulo e Olinda). [...] No ano de 1877 começou a funcionar a **Escola Agrícola da Bahia**. (sic) (NUNES, 2016, p. 33, 47 e 49).

Portanto, no Brasil, antes de 1808, qualquer cidadão portador de diploma universitário, havia de tê-lo obtido fora do país, principalmente na Europa.

[II]

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Apesar de ter sido “[c]riada sob a liderança do médico e Professor Edgard Rego dos Santos em 1946, no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)” (SALLES; MIGUEZ, 2017, p. 16), para muitos o começo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) coincide com o da Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 18/02/1808, pelo Príncipe Regente D. João de Bragança. Foi no mesmo prédio da antiga Faculdade de Medicina, localizado no Terreiro de Jesus, que, em 2 de julho de 1946, a Universidade da Bahia foi oficialmente instalada (SALLES; MIGUEZ, 2017).

A Escola de Cirurgia da Bahia foi a primeira instituição educacional de nível superior criada no Brasil. Sendo assim, a UFBA é considerada a primeira universidade brasileira, tendo incorporado outros cursos de nível superior criados em Salvador no século XIX: “Farmácia (1832) e Odontologia (1864), a Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e Politécnica (1896)” (UFBA, 2020). Posteriormente, também incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1941 pelo professor Isaías Alves. (*Ibidem*, 2020), a Faculdade de Ciências Econômicas criada em 1905 e a Escola de Biblioteconomia iniciada em 1942 (UFBA, 2006a *apud* MARQUES, 2007, p. 68). Em 1948, a Universidade da Bahia criou o Hospital das Clínicas e mantinha alguns órgãos autônomos, fora da estrutura da universidade, a exemplo do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), do Instituto de Música, da Escola de Teatro, vinculados ao e dependentes diretamente do reitor. A autonomia lhes foi retirada a partir da reforma universitária ocorrida em 1968. (FARIAS; RODRIGUES, 2009).

Apesar de pretensões antigas (século XVI) “de elevar o colégio jesuíta baiano a universidade” (NUNES, 2010, p.25), a Universidade da Bahia foi constituída pelo Decreto-lei 9.155, de 08/04/1946, e federalizada em 1950, sob a denominação de Universidade Federal da Bahia, que só passou a vigorar a partir de 1965³. Nela, aglutinaram-se cursos superiores oferecidos em **centros de estudos** (*e.g.*: CEAO), **escolas** (*e.g.*: Administração, Belas Artes, Dança, Música, Politécni-

³ Para maiores detalhes, ver “Linha do Tempo”, In: SALLES, João Carlos; MIGUEZ, Paulo. Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA: 2018-2022. Salvador: UFBA, 2017.

ca, Teatro), **faculdades** (Arquitetura, Ciências Econômicas, Direito, Filosofia), **institutos** (*e.g.*: Biologia, Física, Matemática, Química) etc.

Ao prof. Edgard Santos coube a responsabilidade de agrupar instituições preexistentes e constituir a Universidade. Desafio político-institucional, que, ao final do “ciclo da criação” já havia dotado a Universidade com “17 Unidades de Ensino, o Hospital das Clínicas, o Museu de Arte Sacra, o Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO, Institutos de Extensão Cultural, o Instituto de Física e Matemática - IFM, um Teatro, Orquestra Sinfônica e Madrigal” (SALLES; MIGUEZ, 2017, p. 18).

Em conformidade com o planejamento estratégico, elaborado como cerne do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, a UFBA tem a missão de

[...] produzir e disseminar ciência, tecnologia, arte e cultura, base para a formação sólida de profissionais, docentes e pesquisadores que atuem dentro de elevados padrões de desempenho técnico e ético e sejam cidadãos comprometidos com a democracia e a promoção da justiça social. (SALLES; MIGUEZ, 2017, p. 65),

Na UFBA, as atividades dos eixos ensino, pesquisa e extensão são compreendidas como processos parcialmente autônomos, geradores de produtos específicos para segmentos sociais distintos. As mais recentes atividades (eixo extensão) visam à aproximação da UFBA com a população em geral, por meio de três categorias complementares: formação, difusão, cultura e arte. São classificadas como

ações de Cultura e Arte, as atividades do MAS, MAFRO e MAE, da sala do cinema Sala de Arte UFBA, da TV UFBA, dos Memoriais das Unidades Universitárias, dos Grupos Artísticos e dos seguintes equipamentos institucionalizados: Orquestra Sinfônica, Madrigal, Companhia de Teatro, Grupo de Dança Contemporânea, Galeria Cañizares. (*Ibidem*, 2017).

[III]

MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: MISSÃO

Sem dissensão, entende-se (conforme menção anterior) que a universidade tem três missões principais. A primeira está relacionada com a atividade de ensino (interação direta com o estudante); a segunda, com a pesquisa (interação prevalentemente com a comunidade científica); e a terceira, com o contexto socioeconômico por meio da valorização e transferência de conhecimento (extensão). Concordando com *esserationale*, Corradini (2019, p. 100) afirma que “*university museums can become an effective support for [...] all the activities by which universities interact directly with the society*”⁴. Com esse propósito missionário, museus universitários existem desde o século XVII ou até antes, como o *Museum Gustavianum*, na Suécia. No entanto, de modo geral, considera-se a existência desses museus a partir da criação do *Ashmolean Museum*, em Oxford, em 1683. Este,

⁴ Museus universitários podem se tornar um efetivo suporte para [...] todas as atividades através das quais as universidades interagem diretamente com a sociedade. (Tradução livre do autor).

portanto, é considerado “*el primer museo organizado como Institución Pública*”⁵ (OVENELL, 1986 apud HERNANDEZ, 1994, p. 17). E, desde a criação do *Ashmolean Museum*, faz mais de 300 anos que museus universitários exercem uma série de atividades: colecionismo, pesquisa, ensino, exibição e divulgação (KOZAK, 2016).

Para Roberto Grandi (2020), até poucos anos atrás, a missão das universidades se referia à pesquisa e à formação (ensino). Hoje, fala-se de uma terceira missão: a divulgação aberta do conhecimento na interação com o território. Também pontua, que as universidades devem estar conscientes de que o serviço à sociedade integra suas funções. A seu ver, pensar em museus, concebidos como polos culturais, significa pensar em todas as interações possíveis entre os museus e a sociedade, numa lógica de *accountability*⁶.

Com o surgimento da Nova Museologia⁷, os museus presenciais têm sido desafiados a promoverem novos serviços que respondam às expectativas da sociedade (CHEN, 2018). No caso dos museus universitários, as transformações ocorridas neste século, na educação superior, surgem como oportunidade para que se redefinam seu papel dentro da universidade (*Ibidem*, 2018).

⁵ O primeiro museu organizado como Instituição Pública (Tradução livre do autor).

⁶ O conceito de *accountability* ainda não é bem traduzido (entendido?) no Brasil. Para mais detalhes acerca desse conceito, ver a referência: PINHO, José Antônio Gomes; SACRAMENTO, Ana Rita Silva.

⁷ “A Nova Museologia é um movimento de larga abrangência teórica e metodológica, cujos posicionamentos são ainda centrais para uma efetiva renovação de todos os museus do século XXI.” (DUARTE, 2013, resumo).

Para CHEN (2018), o primeiro e o mais importante objetivo do museu universitário e o de sua coleção é fornecer um ambiente estimulante para a pesquisa aos membros da universidade e até mesmo ao público. A seu ver, um museu universitário é um local para se pesquisar e coletar dados históricos, materiais e artefatos universitários. Em geral, o museu universitário adequa suas políticas de coleção e exibição ao *currículum* da universidade a que está vinculado, mas precisa trabalhar em comunicação e cooperação com as comunidades. (*Ibidem*, 2018).

[IV]

A CRIAÇÃO DE MUSEUS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E/OU ESTRUTURAIIS DAS INSTALAÇÕES, DAS COLEÇÕES E ASPECTOS GESTORIAIS MUSEU DE ARTE SACRA (MAS)

O Museu de Arte Sacra foi criado em 1958, visando à preservação da Arte Sacra Cristã Luso-Brasileira. Sua criação resultou de um convênio entre a UFBA e o Arcebispado da Bahia, com duração (já renovada) de 60 anos. Foi, então, instalado no antigo Convento de Santa Teresa D'Ávila dos Carmelitas Descalços da Bahia – um conjunto arquitetônico seiscentista em estilo carmelitano, isto é, construído de acordo com as Constituições da ordem dos Carmelitas Descalços, que previam construções de conventos não suntuosos, mas humildes (LINS, 2008, p. 32) e que, “ao longo de sua história, teve várias funções: colégio; sede da Academia Brasílica dos Acadêmicos

Renascidos e da Academia Brasília dos Esquecidos; Seminário Arquiepiscopal [Seminário Maior]; Quartel das tropas portuguesas na guerra da Independência do Brasil na Bahia; e, finalmente, Museu de Arte Sacra.” (SOARES, 2017, p. 177). Integra o complexo um templo, que, “[j]untamente com São Bento de Salvador, [...] é a única igreja seiscentista brasileira com planta jesuítica romana, inspirada na igreja de Il Gesù” (BUENO *et al.*, 2016, p. 94). O complexo foi tombado pelo IPHAN, em 17/06/1938 e declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1985.

A arquitetura do prédio é nitidamente de influência renascentista, com destaque para sua torre sineira ou “espadaña” e para sua imponente e erudita fachada de traço maneirista. A edificação conta com uma área total construída de 5.250m², inserida em uma área livre de 8.000m² (sic) (TVBRASIL, 2015).

O convento foi erguido em meados do século XVII (provavelmente, entre os anos de 1667 e 1676), após a chegada dos primeiros monges portugueses da ordem dos Carmelitas Descalços à Bahia (entre 1661 e 1665), ocupando o complexo em 1697 (UFBA, 2019). Quanto ao construtor, há divergências a seu respeito, mas atribui-se o risco da igreja ao beneditino Macário de São João (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1962 *apud* ORAZEM, 2009, p. 132), cuja

[...] fachada se abre em galilé de três arcos, encimado por um nicho, sobre o qual se ergue, em um terceiro nível, a janela do coro, ladeada por dois brasões de pedra. Enci-

mando tudo, frontão triangular com óculo. Em recuo, à direita, paralela à fachada lateral e sobre a linha do beiral, ergue-se a magnífica torre sineira em cantaria, com três arcos plenos. A nave tem a forma de cruz latina, com transepto da mesma altura, cúpula no encontro de ambos e capelas correspondentes aos arcos dos corredores laterais.

Os retábulos das capelas são de talha seiscentista, e nas laterais do transepto há dois grandes altares de feição já neoclássica. O retábulo do altar-mor, [... foi] destruído por térmitas em inícios do século XX. Em seu lugar, sob a imagem de Santa Teresa, vê-se agora o magnífico altar de prata da demolida Sé de Salvador. Todo o piso da nave é dividido, numa forma tradicional, pelos retângulos de sepulturas.

O convento desenvolve-se em torno de um pequeno claustro quadrado. Admirável é o jogo de águas do telhado, de grande variedade e movimento, sobre paredes emolduradas por fortes cunhais, com destaque para o corpo, semelhante a um mirante, que envolve a belíssima cúpula da igreja. Tanto nesta como no convento há magnífico conjunto de mobiliário, azulejaria e pintura. (BUENO *et al.*, 2016, p. 94 e 97).

A biblioteca do MAS, batizada com o nome de Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, também criada em 1959, conta com cerca de 4.800 títulos (livros e folhetos) relacionados com religião, artes, história do Brasil e da Bahia (MAS, 2020b).

Reconhecido como um dos mais importantes museus do continente americano dedicados à preservação e ao estudo da arte sacra, o

acervo do MAS “[...] tem cerca de 5.000 peças”⁸ (TVBRASIL, 2015), que constituem uma coleção de arte sacra cristã valiosa e rara. Dela, constam “imagens em madeira e terracota, esculturas, pinturas, painéis em azulejos, prataria, mobiliário, marfim e ourivesaria” (SOARES, 2017, p. 176-177), com destaque para

[imagens] em marfim do O Bom Pastor, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Anunciação, Nossa Senhora com o Menino; azulejos belíssimos que compõem o edifício representativos dos séculos XVII, XVIII e XIX; pinturas feitas pelo criador da Escola Baiana de Pintura, José Joaquim da Rocha (século XVIII), e seu discípulo José Teófilo de Jesus (século XIX); mobiliários de alta qualidade; entre outras peças (TVBRASIL, 2015).

Além do próprio acervo, o museu expõe permanentemente outros objetos (tomados em comodato), a exemplo de cerca de 460 peças da Coleção Mirabeau Sampaio⁹ de Arte Sacra, exposta em espaço construído *ad hoc* para hospedar os objetos.

Devido ao seu reconhecido valor histórico e cultural, o MAS – primeiro museu criado na UFBA – tem sido visitado por personalidades importantes, dentre eles: Eduardo Freire – então, presidente do Chile e, além de outras autoridades, por “S. M. a Rainha Elisabeth

⁸ Parte dessas peças pertence à Arquidiocese de São Salvador, ao Convento dos Perdões, à Irmandade do SS. Sacramento do Pilar, ao Mosteiro de São Bento e a algumas igrejas, ou integra a coleção Abelardo Rodrigues.

⁹ José Mirabeau Sampaio (1911 – 1993) – empresário, médico e formado em Belas Artes. Pintor, escultor, desenhista, colecionador de arte sacra cristã e professor na Escola de Belas Artes da UFBA.

II da Inglaterra, em 3 de novembro de 1968.” (BOAVENTURA, 2016, p. 183).

Entende-se a criação do MAS como “um marco nos estudos da arte sacra no mundo” (RABELO; ROSA, 2018, p. 2), cuja responsabilidade pela organização e direção coube ao beneditino Dom Clemente Maria da Silva-Nigra (MAS, 2020a) -historiador e pesquisador de arte sacra cristã, descobridor da produção artística em barro cozido de frei Agostinho da Piedade – que recebeu o convite do reitor (CALDERÓN, 1970, p. 144-146), por “sugestão [...] de Deoclécio Redig de Campos, encarregado dos museus do Vaticano, que veio à Bahia assessorar a criação do Museu de Arte Sacra” (MAIA, 1987 *apud* BOAVENTURA, 2016, p. 182).

Para a inauguração do MAS, Silva-Nigra organizou uma exposição com objetos de arte, adquiridos para compor o acervo do museu e com “peças da antiga Sé Primacial demolida, como o altar de prata. [Também] tomou em comodato imagens e outros objetos artísticos do Mosteiro de São Bento para completar o acervo do novo museu.” (BOAVENTURA, 2016, p. 182).

Professor Valentin Calderón, arqueólogo, criador e iniciador do curso de Museologia da UFBA (AZEVEDO, 1981 *apud* SOARES, 2017, p. 175), sucedeu a Dom Clemente na direção do MAS e deixou registrada sua marca pessoal, mormente no que tange à ação educativa em museus (SANTOS, 1987; RABELO; ROSA, 2018).

Pelo empenho do professor Edgard Santos para a criação do MAS e de tê-lo instalado em um edifício histórico, após seu faleci-

mento, no décimo aniversário do MAS, os restos mortais do Reitor foi transladado

[...] do cemitério do Campo Santo para o *Túmulo de Honra* [na Igreja de Santa Teresa]. A lápide tumular foi desenhada pelo Irmão Paulo Lachenmayer, OSB. Bem talhada em mármore com inscrições e o brasão da Universidade, encontra-se localizada embaixo da cúpula da igreja, tendo ao lado a sepultura de sua senhora D. Carmen Figueira Santos. (sic) (BOAVENTURA, 2016, p. 183).

Apesar de seu valor histórico e cultural, dos três museus universitários analisados neste estudo, o MAS é o menos visitado (número anual máximo de visitantes abaixo de dois mil). Para o baixo número de visitantes, alega-se a localização do museu em área dita de risco. Mesmo assim, a parceria da UFBA com a Arquidiocese tem dado certo e é considerada importante para a conservação daquele patrimônio eclesiástico.

MUSEU AFRO-BRASILEIRO (MAFRO)

O MAFRO foi criado em 1974 como parte de uma política de relacionamento do Brasil com o continente africano, mas só foi inaugurado em 7/1/1982, pela etnolinguista Yeda Pessoa de Castro, diretora do CEAO e a ele ficou vinculado por anos. Porém, desmembrado do CEAO em meados dos anos 1990, sua gestão tem sido exercida por docentes do Departamento de Museologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA).

A criação do CEAO, em 1959, pelo reitor Edgard Santos, seguiu o propósito idealizado pelo professor, filósofo e humanista português George Baptista Agostinho da Silva, como um órgão autônomo, diretamente ligado ao reitor (CEAO, 2020). Agostinho da Silva foi tanto o idealizador, quanto o primeiro diretor (1959-1961) do CEAO.

Desde a sua criação, previa-se a implantação de um museu, cuja missão deveria voltar-se à divulgação das influências da cultura africana na Bahia, considerando a língua portuguesa o fator preponderante da aproximação. Ao revés, mais que o idioma, outros diretores, sucessores de Agostinho da Silva – Waldir de Freitas Oliveira (1961-1972) e Guilherme de Souza Castro (1972-1978) –, enxergaram a religião como o real elo entre a África e a Bahia. (MATOS, 2012).

Opositor do ditador português António Salazar, Agostinho da Silva idealizou um órgão por meio do qual se pudesse concretizar uma aproximação político-cultural entre a Bahia e a África. O reitor Edgar Santos ampliou essa aproximação, incluindo questões orientais relacionadas com o Brasil. Daí o nome dado ao órgão, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), primeira instituição no país a produzir conhecimento sobre tais questões. (MATOS, 2012).

“Concebido como um canal de diálogo entre a universidade e a comunidade afro-brasileira, por um lado, e entre o Brasil e os países africanos e asiáticos, por outro” (CEAO, 2020), a partir da implantação da reforma universitária, ocorrida em 1968, o CEAO passou a ser um órgão suplementar da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, atualmente, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH

(CEAO, 2020; FARIAS; RODRIGUES, 2009).

A criação do MAFRO resultou de um acordo de cooperação técnica estabelecido entre o CEAO/UFBA, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura de Salvador, com o propósito de fomentar o intercâmbio acadêmico e cultural Brasil-África, bem como promover estudos afro-brasileiros no país (MAFRO, 2020a). Deveria ter sido implantado conforme o projeto original do antropólogo e fotógrafo francês radicado na Bahia – Pierre Verger –, mas não foi o que ocorreu.

Desde o seu desmembramento do CEAO, mesmo sem sofrer alteração funcional, o MAFRO tornou-se um núcleo de pesquisa da FFCH, visto como um projeto estratégico para o curso de museologia, sendo o único museu da Universidade com perfil interativo e gestorial (não oficial) relacionado com o Departamento de Museologia. Isso explica o motivo de sua gestão vir sendo exercida por docentes desse departamento. Ressalta-se, no entanto, a autonomia gestorial do MAFRO.

O vínculo inicial do MAFRO a um órgão autônomo da UFBA, provavelmente, seja a razão pela qual não é considerado propriamente um museu, mas um “núcleo de cultura e pesquisa dedicado ao estudo, divulgação e defesa da cultura afro-brasileira” (SOARES, 2017, p. 166). Todavia, em que pese o dúbio *status* (ser ou não ser um museu), o MAFRO dispõe de um importante acervo, que, em sua formação contou apenas com o apoio do Ministério das Relações Exteriores

(MRE). Dos demais signatários do Termo de Cooperação não houve efetiva participação a esse respeito, tampouco qualquer aporte de recursos ao projeto do Museu.

Na exposição de longa duração do Museu, destacam-se os painéis do “Mural de Orixás”¹⁰ talhados em madeira pelo escultor, pintor, ceramista, desenhista, gravador, muralista, ilustrador, historiador e jornalista argentino, naturalizado brasileiro e radicado na Bahia, Hector Julio Páride Bernabó (1911-1997), o baiano Carybé - divulgador da cultura afro-baiana/afro-brasileira e a ela espiritualmente integrado e confirmado Obá de Xangô no terreiro Ilê Axé Apô Afonjá. Primeiramente, como Otun (e depois Obá) OnãXokun e Iji-Apógan de Omulu. (WIKIPEDIA, 2021).

Afora os citados painéis, o acervo do MAFRO conta “com 1100 peças de cultura material africana e afro-brasileira” (MAFRO, 2020b),

majoritariamente constituído por doações de países africanos e da comunidade afro-brasileira local e inclui: trabalhos de imaginária, tecelagem [incluídos atributos iconográficos – roupas e adereços de orixás e yalorixás], pintura, escultura e fotografia, objetos litúrgicos, indumentárias de candomblé, afoxés e blocos afro. (BAHIATURSA *apud* SOARES, 2017, p. 166). A instituição atualmente é guardiã de parte do acervo (baseado em criminalística – material sobre o cangaço e peças de uso litúrgico em rituais afro-brasileiros) do Museu Antropológico Estácio de Lima, vinculado à Secretaria de Segurança Pública. (SOARES, 2017, p. 166).

¹⁰ “O mural representa os orixás, deuses africanos cultuados nos candomblés da Bahia” (ROCHA, 1994, p. 151).

Tanto o MAFRO quanto o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) estão instalados no prédio do antigo Real Colégio dos Jesuítas ou Colégio de Jesus, que, com a expulsão dos inacianos de Portugal e dos territórios lusitanos ultramarinos, em 1779, por decreto do Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, serviu às instalações de um hospital militar.

Após a expulsão dos inacianos dos territórios lusitanos, com adaptação a cargo do Capitão Manuel Rodrigues Teixeira, em 1781, o Colégio foi transformado em hospital, mas “em 1801 o pátio dos Estudos Gerais [foi] destruído por um incêndio [e só] [s]ete anos depois instala-se no antigo Colégio o hospital militar” (BUENO, 2016, p. 52). As instalações sofreram novo incêndio em 1905; episódio em que se destruiu a faculdade, juntamente com “uma importantíssima capela jesuítica das mais antigas do Brasil.” (*Ibidem*, 2016, p. 52). “[A] edificação teve sua porção superior demolida e a inferior em grande parte soterrada, que veio a ser redescoberta a partir de 1975” (UFBA, 2012). E “[... s]obre as ruínas do Colégio [foi] reconstruída, com feição neoclássica, a Faculdade de Medicina” (BUENO, 2016, p. 52).

Sabe-se ainda, que

[...] as plantas [do prédio,] desenhadas no século XVIII pelo engenheiro português José A. Caldas [...] permitiram que o pesquisador em arqueologia da UFBA, Valentín Caldeirón, realizasse prospecções que resultaram na descoberta das estruturas soterradas pelas construções da Escola de Medicina, transformando os vestígios seiscentistas em um

sítio arqueológico colonial (ETCHEVARNE, 2006 *apud* MARQUES; SILVA, 2011, p. 72).

E

Os espaços evidenciados pela remoção do entulho receberam o tratamento arquitetônico apropriado para ser instalado o MAE, inaugurado em 27 de setembro de 1983. (UFBA, 2012). [E c]omo resultado [de] sucessivas intervenções, somente uma parte do plano inferior do conjunto escapou de destruição quase total, constituindo hoje, emblematicamente, seu sustentáculo que, conforme registro em sua pedra fundamental datada de 1656, faz deste um espaço tricentenário em defesa da cultura (CLU-SEUM, 2020).

A escolha do edifício da antiga Faculdade de Medicina para abrigar o MAFRO, mesmo estando o prédio desocupado e em estado de degradação, não foi bem recebida por setores da referida faculdade e da medicina local, e levantou um embate intenso nos primeiros anos, retomado nos últimos anteriores à inauguração, que ocorreu somente em 1982, com uma configuração bem distante da inicial pensada por Pierre Verger¹¹, em projeto encomendado pela UFBA, cuja abordagem geográfica do acervo, que deveria compreender a totalidade do continente africano, foi reduzida basicamente a áreas da denominada África Ocidental, notadamente Benin.

¹¹ Para mais detalhes ver a referência ROCHA, Carlos Eduardo da.

Merecem ser destacados alguns aspectos gestoriais do MAFRO. Sua primeira gestora, conforme menção anterior, foi a Dra. Yeda Pessoa de Castro, também diretora do CEAO. Durante sua gestão, o Museu promovia uma série diversificada de atividades culturais, tais como: exposições, palestras, lançamentos de livros e desfiles de moda. Posteriormente, devido à escassez de recursos, as exposições temporárias deixaram de ocorrer. Na verdade, tanto os museus, quanto o setor de museologia da UFBA só voltaram a ter novo impulso a partir de 1996, com a posse do Reitor Felipe Serpa, cuja gestão fomentou os setores da Universidade voltados às artes, cultura e humanidades. O MAFRO é o museu da UFBA mais visitado; o número anual de visitantes é superior a quinze mil.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE)

Museus arqueológicos e etnológicos têm a ver com o estudo do homem. A partir desse entendimento, o MAE¹² foi idealizado pelo arqueólogo espanhol Valentin Rafael Simon Joaquim Calderón de la Vara (considerado o pai da arqueologia baiana e, no passado, o mais experiente arqueólogo integrante do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, coordenado pelo Smithsonian), radicado em Salvador, onde se dedicou ao ensino de nível superior na UFBA e ao estudo da Cultura Aratu.

Na UFBA, conforme registro anterior, Calderón criou e iniciou

¹² O professor Calderón idealizou um museu voltado apenas à arqueologia. O caráter etnológico só foi pensado e inserido posteriormente.

o curso de Museologia e exerceu o cargo de diretor do Museu de Arte Sacra (AZEVEDO, 1981; ROCHA, 2013 *apud* SOARES, 2017, p. 175). Calderón, infelizmente, faleceu antes da inauguração do MAE, ocorrida em 27 de setembro de 1983. (MAE, 2015a, p. 3).

Referindo-se ao propósito inicial a embasar a criação do MAE, *i.e.*, de procurar “atender as variantes da vida acadêmica e da pesquisa científica, tanto na área arqueológica quanto na etnológica, sobretudo no que diz respeito à cultura indígena” (AGENDA, 2020), o ex-diretor Cláudio Luiz Pereira ([2014] *apud* AGENDA, 2020) afirma que “[a] vocação do Museu está relacionada com essa perspectiva de investigação e disposição das culturas indígenas brasileiras”.

Outro personagem importante para a implantação do MAE foi o arqueólogo e professor Pedro Manuel Agostinho da Silva, pois, de acordo com Caroso Soares (2013, p. 2),

Pedro Agostinho, juntamente com outros contemporâneos, teve papel fundamental na implantação deste Museu e na constituição de seu patrimônio. Os objetos da cultura material Kamayurá incorporados aos acervos do MAE foram coletados e doados a esta instituição por esse professor que, não só participou intensamente da concepção deste museu, como de sua qualificação e montagem de exposições. Se não fosse bastante este gesto de desprendimento ao doar toda uma coleção adquirida com seus próprios recursos, alguns dos objetos arqueológicos que compõem o acervo resultaram de seu trabalho e de seus alunos.

O MAE é guardião de “importante acervo arqueológico e etnoló-

gico, proveniente de estudos *strictu senso*, que abarcam conhecimentos de diferentes sociedades da Bahia e área indígena do Xingu” (MAE, 2015, p.1). De acordo com Gilson Jorge (2020), em reportagem do jornal A Tarde (online - 22/01/2020 às 13:52 h), o MAE tem cerca de 600 mil peças arqueológicas (apenas 200 estão expostas) e 800 peças etnológicas que exigem cuidados especiais, devido à facilidade com que se degradam. Conforme menção retro, o edifício onde o MAE está instalado é um sítio arqueológico, o antigo Colégio dos Jesuítas, construído entre os séculos XVI e XVII. Ressalta-se que a ocupação do subsolo do citado complexo, embora estivesse completamente entulhado e sem uso, não se deu sem os protestos da Faculdade de Medicina.

Por um lado, sabe-se que a criação do MAE foi um projeto de professores da UFBA, com o apoio do Governo Estadual, da Fundação Pró-Memória e da Empresa Caraíba Metais. “[O MAE foi] concebido como um centro de estudos, pesquisas e divulgação das ciências arqueológicas e etnológicas na Bahia”. (MAE, 2015, p. 3). Por outro lado, enquanto um projeto de acadêmicos, o MAE permaneceu ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA). Atualmente, desligado da FFCH, trata-se de uma instituição administrativa e não acadêmica, reorganizada com a contratação de servidores técnicos especialistas concursados.

Seu acervo arqueológico está dividido em alas, cujas coleções (resultantes de doações, coletas e aquisições) recebem as seguintes denominações:

“Valentin Calderón; Carlos Ott; Vital Rego; Associação de Pré-História da Bahia (Projeto Sobradinho em parceria com a Cia. Hidroelétrica do São Francisco – CHESF); Piragiba (escavações na Vila Piragiba – município de Muquém do São Francisco – Ba); e Praça da Sé (objetos provenientes de escavações no Centro Histórico de Salvador). (MAE, 2016 *apud* SOARES, 2017, p. 175).

Para a concepção e montagem da exposição de longa duração nas alas, comprometida com questões sociais, o MAE contou com efetiva colaboração de professores do Curso de Museologia da UFBA, mas também com assessoria tanto do Departamento de Antropologia e Etnologia da própria Universidade, quanto da Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia. (MAE, 2015, p. 4). Foi concebida conforme a seguinte descrição:

A ala Prof. Calderón tem foco na arqueologia da Bahia, arte rupestre, sambaqui, arte colonial e pós-colonial. Em outra ala, denominada Antônio Matias, também de temática arqueológica, o foco recai em enterramentos, objetos de adorno e nas pedras polida e lascada. O acervo etnológico conta com as coleções: Prof. Pedro Agostinho (artefatos coletados pelo pesquisador e doados ao MAE) – enfoca a cultura material indígena da Bahia e do Alto Xingu; Aristóteles Barcelos e Maria Inês Melo (coleção xingwana – cerâmica, instrumentos musicais e indumentária ritual: máscaras e adornos – coletada na aldeia Waurá de Piyu’lagá); Pankararé (coleção composta por chocalhos, arcos, flechas, cachimbos, apitos, colares, jarros – adquiridos dos Pankararé

no povoado de Brejo do Burgo, município de Glória – Ba); Tuxá (coleção coletada no município de Rodelas – Ba); e Kiriri. (MAE, 2016 *apud* SOARES, 2017, p. 175).

O MAE desenvolve atividades de pesquisa e ensino com vistas à “popularização do conhecimento e da ciência, [sua aproximação] com outros níveis de ensino e com a formação de uma consciência histórica do cidadão brasileiro.” (MAE, 2015, p. 4). “Para além da musealização de objetos arqueológicos e etnológicos, [o MAE] atua também como ávido local de pesquisa de diversas etnias e grupos no âmbito de áreas como a Arqueologia, Antropologia, Conservação, Etnologia e Museologia” (CLUSEUM, 2020). Sua implantação, conforme já mencionado, contou com a assessoria da Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia, do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA (MAE, 2015, p. 4) e do Departamento de Museologia da UFBA, que pensaram o museu de uma maneira didática (SANTOS, 2014, p. 3), visando à missão de “[p]romover processos socioeducativos e culturais junto a diferentes públicos, buscando difundir conhecimentos sobre arqueologia e etnologia baiana e brasileira, por meio dos pilares Ensino, Pesquisa e Extensão” (sic) (MAE, 2015, p. 5; UFBA, 2012). O MAE é o segundo museu da UFBA mais visitado (número anual de visitantes entre doze e quinze mil).

REFERÊNCIAS

AGENDA ARTE E CULTURA – UFBA. *Museu de Arqueologia e Etnologia*. Disponível em: www.agendaartecultura.com.br/

museu-de-arqueologia-e-etnologia/. Acesso em: 22 nov. 2020.

AZEVEDO, Thales de. A Memória de Valentin Calderón, *Jornal A Tarde*, 18 set. 1981. Disponível em: https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=pYaV8nbKJKq8wfNtonYDw#q=Valentin_Calder%C3%B3n+faleceuem. Acesso em: 20 jul. 2016.

BOAVENTURA, Edivaldo M. A volta de Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, OSB, *Revista IGHB*, Salvador, v. 111, p. 179-186, jan./dez. 2016.

BUENO, Alexei; TELLES, Augusto da Silva; CAVALCANTI, Lauro (textos); MASCARO, Cristiano (fotos). *Patrimônio Construído: As 100 mais belas edificações do Brasil – 2ª ed.* Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2016.

CALDERÓN, Valentin. *Biografia de um monumento: o antigo convento de Santa Teresa da Bahia*. Salvador: Editora Beneditina, 1970.

CAROSO SOARES, Carlos Alberto. Um mestre de muitos méritos, *Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia* (Editorial), n. 4, a. 1, p. 2, abr./mai. 2013 (Edição Especial sobre Pedro Agostinho).

CEAO - CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 09 jun. 2020.

CHEN, Jeng-Horng. University museum as a multifunction platform: a preliminary proposal of initiator-activity-function theory. *University Museums and Collections Journal*, v. 10, p. 84-90, 2018. Disponível em: umac.icom.museum/wpcontent/

uploads/2018/12/6-Chen.pdf. Acesso em: 04 set. 2020.

CLUSEUM. *Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA* (2020). Disponível em: <https://www.gluseum.com/BR/Salvador/245887775483407/Museu-de-Arqueologia-eEtnologia-da-UFBA>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CORRADINI, Elena. Il ruolo dei Musei Universitari per la Terza Missione e l'impatto sociale, *Museologia Scientifica-Memorie*, n. 20, p. 100-103, 2019. Disponível em: <https://iris.unimore.it/retrieve/handle/11380/1187613/237495/art%20anms%20vicenza%20dic%202019%prop.pdf>. Acesso em: 20 abril 2020.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora, *Museologia e Patrimônio*, v. 6, n. 1, p. 99-117, 2013.

ENCICLOPEDIA ZANICHELLI. *Dizionario Arti, Tecniche, Lettere, Filosofia, Storia, Geografia, Diritto, Economia. Enciclopedia di* Bolonha: Edigeo/La Repubblica, 1995.

ETCHEVARNE, Carlos. (Org.). *Catálogo dos Museus da UFBA*: Museu de Arqueologia e Etnologia. Salvador: Ministério das Relações Exteriores [do Brasil], 2006.

FARIAS, Edson; RODRIGUES, Fernando. Encontro entre ciências sociais e candomblé baiano: produção científica e engajamento político-cultural: entrevista com Vivaldo da Costa Lima, *Sociedade e Estado*, v. 24, n.1, jan./abr. 2009. (<https://doi.org/10.1590/S102-69922009000100011>).

GRANDI, Roberto. *Cos'è un Museo?* Disponível em: grandiroberto.it/cultura/cose-ummuseo/. Acesso em: 4 set. 2020.

HERNANDEZ, Francisca Hernández. *Manual de Museologia*. 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/44436288_Manual_de_museologia_Francisca_Hernandez_Hernandez?enrichId=rgreq-3914f8806be0f3c061444f240a8d0caaXXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzQ0NDM2Mjg4O0FTOjMxNDU4MDg1OTg1MDc1M0AxNDUyMDEzMzI5NDE1&el=1_x_2&esc=publicationCoverPdf. Acesso em: 29 out. 2020.

JORGE, Gilson. “Nosso acervo tem 600 mil peças e não temos um prédio definitivo.” In: *Jornal A Tarde* (online – 22/01/2020 às 13:52h). Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/muito/noticias/2116597-nosso-acervo-tem-600-mil-pecas-enaotemos-um-predio-definitivo>. Acesso em: 22 nov. 2020.

KOZAK, Zenobia R. The Role of University Museums and Heritage in the 21st Century, *The Museum Review*, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: articles.themuseumreview.org/vol1no1kozak. Acesso em: 21 abril 2020.

LINS, Eugênio de Ávila. Arquitetura Carmelitana: Convento de Santa Teresa da Bahia. In: GUIMARÃES, Francisco de Assis Portugal (coord.). *Museu de Arte Sacra – Universidade Federal da Bahia*. Salvador: Bigraf, 2008.

MACGREGOR, A. (ed.). *Tradescent's rarities*. Oxford: University Press, 1983.

MAE - *Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Salvador, n. 8, a. 3, ago. 2014 – jan. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19078/1/Ago%20Jan%202015final.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia. *Coleções*. Disponível em: <http://www.mae.ufba.br/exposicoes/arte-rupestre/>. Acesso em: 26 jul. 2016.

MAFRO – Museu Afro-Brasileiro. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.mafro.ceao.ufba.br/pt-br/apresentacao>. Acesso em: 22 jun. 2020a.

MAFRO – *Museu Afro-Brasileiro*. Disponível em: <http://www.mafro.ceao.ufba.br/>. Acesso em: 22 jun. 2020b.

MARQUES, Roberta Smania. *Os Museus da Universidade Federal da Bahia enquanto espaços de ensino não-formal*. 2007, 302 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana. Salvador (BA), Brasil. 2007.

MARQUES, Roberta Smania; SILVA, Rejâne Maria Lira da. O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA, *Museologia e Patrimônio*, v. 4, n. 1, p. 63-84, 2011.

MAS – *Museu de Arte Sacra – Universidade Federal da Bahia. História da Instituição*. Disponível em: <https://mas.ufba.br/node/3>. Acesso em: 09 jun. 2020a.

MAS. *Biblioteca*. Disponível em: <https://mas.ufba.br/biblioteca>. Acesso em: 28 out 2020b.

MATOS, Thiara Cerqueira. *Correspondências pessoais ajudam a criar instituições: Pierre Verger, o Museu Afro-Brasileiro e sua rede de colaboradores (1972-1976)*, 2012, 178 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador (BA), Brasil, 2012.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Sinopse da História da Educação baiana até o período Imperial, *Revista IGHB*, v. 111, p. 23-57, 2016.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A Formação Universitária na Bahia desde os tempos coloniais. In: TUTAIN, Lídia Maria Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (orgs.): *UFBA do século XIX ao século XXI*. Salvador: EDUFBA, 2010.

ORAZEM, Roberta Bacellar. *A representação de Santa Teresa d'Ávila nas igrejas da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeiral Bahia e São Cristóvão/Sergipe*. 2009, 308 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador (BA), Brasil, 2009.

OVENELL, R. F. *The Ashmolean Museum 1683-1894*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

PINHO, José Antônio Gomes; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *RAP*, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, Nov./Dez. 2009.

QUEIROZ, José Ramos de. A Universidade e a formação de recursos humanos nos diversos setores da área gerontológica, *Revista IGHB*, v. 91, p. 207-214, 1994.

RABELO, Priscila; ROSA, Flávia. O papel do plano museológico para a integração do museu com a comunidade: o caso do Museu de Arte Sacra da UFBA. In: *IV Congresso Internacional sobre Culturas – Memória e Sensibilidade: Cenários da experiência cultural contemporânea*, Cachoeira (BA),

21-23 nov. 2018. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/eventos/4congressoculturas/wpcontent/uploads/sites/19/2019/03/RABELO-Priscila-e-ROSA-FI%C3%A1via.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ROCHA, Carlos Eduardo da. As influências africanas nas artes da Bahia, *Revista IGHB*, v. 91, p. 147-157, 1994.

SALLES, João Carlos; MIGUEZ, Paulo. *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA: 2018-2022*. Salvador: UFBA, 2017.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museu, escola e comunidade: uma integração necessária*. [Salvador]: SPHAN/Pró-memória, 1987.

SOARES, Ednaldo. Planejamento estratégico de museu: uma pesquisa na cidade de Salvador. *Museologia e Patrimônio*, v. 10, n. 2, p. 157-182, ago. 2017.

TVBRASIL. Museu de Arte Sacra da Bahia. In: *Conhecendo Museus* (programa televisivo levado ao ar em 03/10/2015, às 18:30 h). Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/conhecendomuseus/episodio/museu-de-arte-sacra-da-bahia>. Acesso em 28 out. 2020.

UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA prepara festa dos 30 anos*. (Notícia divulgada em 29/09/2012). Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/museu-de-arqueologia-e-etnologia-da-ufba-prepara-festados-30-anos. Acesso em: 20 jun. 2020.

UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Museu de Arte Sacra da Bahia comemora os seus 60 anos de fundação no dia 09/08*. (Comunicado datado de 06/08/2019). Disponível

em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/museu-de-arte-sacrada-comemora-os-seus-60-anos-de-fundacao-no-dia-0908. Acesso em: 10 out. 2020.

WIKIPEDIA. *Carybé*: anos 1950. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caryb%C3%A9>. Acesso em: 14 abr. 2021.



APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO TEATRO CASTRO ALVES

Aramis Ribeiro Costa¹

RESUMO

Este artigo trata da situação do teatro na Bahia até os anos 40 do século XX, a origem do Teatro Castro Alves, sua construção, a inauguração, o incêndio que o destruiu, a reconstrução, a segunda inauguração, com aspectos pouco conhecidos e pouco divulgados.

Palavras-chave: teatro; Bahia; origem; construção; incêndio.

ABSTRACT

This article addresses the theater background in Bahia until the 40 sin the XX century, the origin of the Castro Alves Theater, its construction, the opening, the great fire that causes its destruction, the reconstruction and the second opening, including previously unexplored aspects.

Key words: theater; Bahia; origin; construction; great fire.

¹ Aramis Ribeiro Costa é médico e escritor. Pertence à Academia de Letras da Bahia, instituição da qual foi presidente por dois mandatos e é membro benfeitor. É também membro efetivo do Instituto Genealógico da Bahia e da Academia de Letras e Artes do Salvador. Foi membro efetivo do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Sócio efetivo do IGHB desde 1996, exerce atualmente o cargo de 1º vice-presidente.

A Cidade do Salvador chegou ao final dos anos 40 do século XX com uma reivindicação da sociedade, em particular dos artistas e intelectuais: uma casa de espetáculos que pudesse levar ao público, de maneira digna e adequada, as apresentações de palco de médio e grande porte, fosse uma peça teatral, uma revista, um espetáculo de dança, uma orquestra sinfônica, enfim, qualquer exibição que exigisse um número maior de participantes, objetivando, por outro lado, um maior público. Ao lado disso, que cumprisse as exigências técnicas da veiculação por meio do palco, como visão perfeita, acústica, iluminação, cortinas, conforto. As companhias de teatro estrangeiras e os atores afamados que elas traziam ao Brasil, bem como orquestras e corpos de baile de reconhecido prestígio, apresentavam-se no Rio de Janeiro, em São Paulo e, quando muito, em Recife, passando ao largo da Cidade do Salvador.

A capital da Bahia, sempre receptiva a novidades, sucumbira fácil, nas primeiras décadas do século, às seduções do cinematógrafo, que depois passou a ser chamado de cinema. E não faltavam, para a arte da tela grande, as boas casas exibidoras, de irresistível interesse e numeroso público. Mas, teatro, ou local onde se pudessem fazer apresentações de palco, não havia. De grande porte, houvera o Theatro São João, por mais de cem anos, destruído por um incêndio em 1923, quando, aliás, já funcionava mais como cinema do que como teatro, e o Polytheama Bahiano, que também exibia cinema, e que, arruinado e decadente, fora demolido em 1936 para, no local, ser erguido o prédio do Instituto Feminino da Bahia. Nem um nem outro fora de grandes

recursos cênicos, mas eram imponentes, de acordo com os padrões do teatro em suas épocas, e comportavam um numeroso público. Então, mesmo com limitações, ao desaparecerem, acentuaram a deficiência da cidade no setor teatral. Restaram, de boa capacidade de espectadores, na quarta década do século, o Cine-Theatro Guarany, ainda com “th” e “y” no nome, bastante inadequado para teatro e com uma programação bem mais voltada para o cinema, o Cine-Theatro Jandaia, na mesma situação, ou pior, e o imenso auditório do Instituto Normal da Bahia, também chamado de Teatro do Instituto Normal, com todas as inconveniências técnicas possíveis para a apresentação de grandes espetáculos teatrais, ainda mais visíveis e danosas antes da reforma de Chianca de Garcia, em 1949, a começar pela falta de acústica e pela má visibilidade do palco, até o fato de ser no Barbalho, um bairro distante do Centro, mal servido pelos meios de transporte coletivo, numa época em que poucos possuíam carro particular. O fato é que nenhuma dessas três casas de espetáculo, embora com surpreendente número de cadeiras na plateia, oferecendo também frisas, camarotes e galeria, atendia às exigências de uma grande companhia dramática ou de comédia, de balé, de ópera, ou se prestava à apresentação de orquestras sinfônicas ou mesmo de solistas. A Bahia não tinha um grande teatro. Talvez não tivesse sequer um verdadeiro teatro.

Era essa a situação quando Octavio Mangabeira chegou ao governo da Bahia, e também quando aconteceu o episódio definidor da opereta *Narizinho*, de Adroaldo Ribeiro Costa, representada pelos meninos da Hora da Criança no Cine-Theatro Guarany, em 22 de

dezembro de 1947. O espetáculo, com a presença de Monteiro Lobato, vindo de São Paulo especialmente para assisti-lo, foi o acontecimento de maior repercussão teatral à época. Após a exitosa apresentação, o público insistiu em novos espetáculos. Mas havia a questão do teatro. O Cine-Theatro Guarany, funcionando mais como cinema, não tinha interesse em interromper a exibição dos filmes, que davam mais lucro e menos trabalho, para exibir uma temporada teatral, fosse ela de que companhia fosse, trouxesse a plateia que trouxesse. O senhor Antenor Borges da Motta, arrendatário da casa desde 1932, relutava em ceder a pauta, ainda que por curto período. Ninguém mais pensava, àquela altura, no decadente Cine-Theatro Jandaia. E o auditório do Instituto Normal ainda não havia se beneficiado com a reforma aqui referida, feita para a apresentação de um grande espetáculo no Quarto Centenário da Cidade do Salvador, encontrando-se imprestável. Então não havia como prosseguir com a apresentação de *Narizinho*.

No mês seguinte ao do espetáculo que causara tanto impacto no público baiano, o motor do cinema do Guarany apresentou um problema e precisou parar alguns dias para conserto. Adroaldo Ribeiro Costa aproveitou a pausa forçada e realizou uma pequena temporada de três dias, segunda, terça e quarta-feira, duas vesperais e uma *soirée*, mais três espetáculos de casa lotada e muito entusiasmo do público, tanto o infantil quanto o adulto. Mas teve de parar por aí. O público seguia pedindo mais espetáculos, era constante a procura na bilheteria do teatro, porém, outra vez, não era possível prosseguir. Afinal, a má vontade do arrendatário e a necessidade das férias prevaleceram, e

o numeroso elenco — eram cento e dez crianças — foi dispersado para retornar com a matrícula de cada um, na Hora da Criança, em março. Com o retorno do elenco, voltou a pressão pela reencenação de *Narizinho*. Mas o obstáculo permanecia. Adroaldo insistiu, acabou vencendo o arrendatário do Guarany pelo cansaço, e na última semana de maio *Narizinho* voltou à cena. Foram mais seis espetáculos com casa superlotada, as poltronas vendidas, pelos cambistas, até pelo dobro do seu valor. Porém, apesar do sucesso, não houve, mais uma vez, possibilidade de prolongamento da temporada pelo mesmo motivo: a pauta do teatro.

O último desses seis espetáculos foi na noite de 30 de maio de 1948, domingo. Estava na plateia o deputado estadual Antônio Balbino, líder da maioria. Profundamente impressionado com o que vira no palco e com as palavras iniciais de Adroaldo, que sempre ia à ribalta falar ao público, antes de cada apresentação, três dias depois, dia 2 de junho, quarta-feira, após consultar o governador Mangabeira e obter dele a necessária aprovação, deu entrada, na Assembleia Legislativa do Estado, ao projeto de lei nº 432, que determinava a construção do Teatro Castro Alves. Esse projeto, subscrito também pelos deputados Gorgônio Araújo, André Negreiros, Augusto Públio, Joaquim Hortélio, Ladislau Cavalcanti e Amarílio Benjamin, foi publicado no *Diário Oficial* do dia imediato. Encaminhado à Comissão de Finanças, cujo presidente era o deputado Lafayette Coutinho, teve como relator o deputado Berbert de Castro. No parecer de nove itens, assinado por esse deputado, e que se encontra transcrito na íntegra

nas orelhas da publicação *A Verdade sobre o Teatro Castro Alves*, da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia em 1957, havia o seguinte:

VI — Esta, infelizmente, a triste e acabrunhadora verdade: não temos um Teatro. Ainda faz pouco, quando da última apresentação no chamado “Teatro Guarani”, da opereta *Narizinho*, encanto de arte cênica, pela concepção, pelo arrojo e pela magnífica oportunidade de revelar o esplêndido material humano, para a arte pura, que existe na infância da Bahia, em todas as camadas sociais — foi, evidentemente, uma verdade, dura e desalentadora verdade, que feria como um látigo aos responsáveis pela coisa pública, aquela que brotou da emoção do autor da peça em representação ao dizer: “Meus senhores: Este é o nosso último espetáculo, na Bahia, apesar dos insistentes pedidos em contrário e apesar do nosso desejo de que fosse esta opereta assistida por todos quantos assim o quisessem. Mas, enquanto a Bahia não tiver um Teatro isso não será possível. Não podemos, não temos o direito de submeter os nossos colaboradores e estas crianças, em número superior a cem, ao suplício de uma representação, preparando-as num ambiente em que nem espaço elas têm para ficar. Não é possível, realmente, fazer Teatro assim...”

VII — Tais palavras não podem ser esquecidas. Esquecido não pode ser que o Povo da Bahia, cada dia que se passa, mais distanciado vai ficando do tempo em que os seus maiores conheciam um Teatro e sabiam o que era uma Ópera, um bom Drama, uma boa companhia de Revistas.

A Bahia, o Povo da Bahia, sem um Teatro, está destinado a ficar sem cultura artística. E a nova geração — isso chega a ser um crime — não tem noção do que seja a vida teatral, a não ser pelas comédias mais ou menos picantes em representações que, com raras exceções, revelam muito boa vontade e altos propósitos, mas constituem simples manifestações do que poderíamos chamar o subteatro nacional...

E concluía desta forma:

IX — Recomendamos, pois, a aprovação do Projeto nº 432, de autoria do deputado Antônio Balbino, com os votos por que não se retarde a execução de uma obra que a Bahia se deve sentir constrangida em declarar que não possui, e que o Teatro Castro Alves dignificando o alto patrocínio do nome que ostentará, possa assinalar o marco do reflorescimento da arte cênica na Bahia.

O parecer foi aprovado em primeira discussão no dia 12 de junho, em segunda discussão no dia 15, em 3ª discussão no dia 8 de julho, e em redação final no dia 10, sendo o projeto sancionado no dia 13 de julho de 1948 pelo governador Octavio Mangabeira, tomando a lei respectiva o número 72. Estava criado o Teatro Castro Alves, uma velha aspiração baiana, com uma lei motivada por *Narizinho* e pelas veementes palavras de protesto de Adroaldo Ribeiro Costa.

Mas estava criado em lei, não construído. O governador Octavio Mangabeira, que tinha o particular pendor para as obras grandiosas e, quando a oposição se manifestava, respondia que “nada é grande

demais para a Bahia”, em lugar de simplesmente focar no teatro, mandou elaborar e aprovou um anteprojeto monumental, que previa a construção não apenas do Teatro Castro Alves, mas de todo um conjunto arquitetônico voltado para a atividade teatral, onde estava inserida uma Escola Dramática com seu teatro experimental, um Teatro de Comédias, uma Concha Acústica e, já no vale, um Teatro Infantil. O local da construção do grande teatro, centro desse universo, que seria, àquela altura, por sua idealização, único no país, não podia ser mais bem escolhido: a cabeceira do Campo Grande, onde, até ali, existiam dois casarões do século anterior, um deles, o maior, a antiga residência do médico Antônio Pacífico Pereira, e que, depois, abrigou a Pinacoteca do Estado da Bahia e seu anexo, o Museu Histórico.

Entretanto, Mangabeira não conseguiu realizar o ambicioso plano, nem mesmo o núcleo fundamental daquele conjunto, que seria o Teatro Castro Alves. Obras e serviços preliminares arrastaram-se com grande morosidade, e o teatro, que já seria, desde ali, de monumental arquitetura, não passou do preparo do terreno, algumas estacas de fundação e um pequeno trecho da laje térrea do *foyer*.

Régis Pacheco, o sucessor de Octavio Mangabeira no governo da Bahia, de 1951 a 1955, não levou adiante a grandiosa concepção teatral de seu antecessor, nem mesmo a já iniciada construção no seu núcleo, o Teatro Castro Alves. O anteprojeto concebido exigia o necessário desenvolvimento que o transformasse em projeto detalhado e completo, e o valor para esse trabalho foi considerado exorbitante. Já no final do governo, em 1954, houve uma tentativa, mediada por

Anísio Teixeira, de fazer com que os arquitetos reduzissem esse valor. Não havendo acordo, o governo rescindiu os contratos de construção, arcando o Estado com todos os prejuízos disto decorrentes, e lá ficou o grande canteiro de obras abandonado.

Ocorreu, entretanto, que o sucessor de Régis Pacheco no governo da Bahia foi justamente Antônio Balbino de Carvalho Filho, aquele deputado estadual autor do projeto de lei que determinava a construção do teatro. Tendo assumido o governo em 7 de abril de 1955, dois anos depois, em 1957, já estava com um novo projeto, pronto e acabado, para o Teatro Castro Alves, o que, aliás, foi motivo de grandes críticas. Por que um novo projeto? Por que não, simplesmente, dar seguimento ao projeto já iniciado, retomando as obras? A argumentação do governo Balbino, por meio de sua secretaria de Viação e Obras Públicas, cujo titular era o senhor Josaphat Borges, é que, na verdade, não havia projeto algum até ali, o que havia era um anteprojeto de autoria dos arquitetos Alcides Rocha Miranda e José Souza Reis, do Rio de Janeiro, tendo havido um contrato anterior de construção com a empresa Christiani & Nielsen. Os motivos oficiais que levavam à opção por um novo projeto prendiam-se ao custo excessivo do anterior, mesmo tratando-se apenas da construção do teatro e não do originalmente idealizado conjunto arquitetônico teatral, no que, aliás, concordavam com o governo Régis Pacheco; mas também, segundo opinião de especialistas abalizados, consultados pelo governo, à sua desatualização. Vários anos haviam decorrido, e havia novos recursos, tanto arquitetônicos quanto cênicos a serem aproveitados. Em vista disso é

que foi elaborado um projeto inteiramente novo, incluindo apenas o Teatro Castro Alves e um teatro ao ar livre dotado de concha acústica anexo, porém ambos de concepção bem mais arrojada, de custo menor e de mais rápida realização, além de mais atualizada tecnicamente. Os autores do novo projeto, assessorados por uma equipe de técnicos renomados, foram o arquiteto José Bina Fonyat Filho e o engenheiro Humberto Lemos Lopes. Quanto à construtora, seguiu-se a recomendação da Christiani & Nielsen, que não tinha interesse na obra, por não ter mais nenhuma outra na Bahia, e entregou-se a execução à Construtora Norberto Odebrecht S/A.

Ao contrário de seu antecessor, Balbino tinha um grande interesse na realização da obra, e tinha pressa, pois não apenas queria inaugurá-la em seu governo, como usufruir das vantagens culturais e eleitoreiras do grande teatro. Iniciou-a em julho de 1957 com um cronograma rigoroso que devia ser cumprido à risca, para ser finalizada em 30 de junho de 1958, portanto em menos de um ano, marcando antecipadamente a data para a inauguração: 2 de julho de 1958. Para isso, contratou mil operários e pôs à disposição da obra cento e cinquenta milhões de cruzeiros. Tudo isso servia de combustível para a oposição, não faltando quem criticasse duramente a pressa, tentando apontar improvisação e irresponsabilidade no projeto. Mas a verdade é que tudo estava sendo feito com o maior critério, dentro das especificações mais exigentes, e o teatro que rapidamente se erguia era de fato admirável.

A lotação era de mil e seiscentos lugares, o que estava não só de acordo com o recomendável para o teatro moderno, como adequado

para uma cidade de quinhentos mil habitantes. Projetado para funcionar perfeitamente como teatro lírico, teatro dramático, teatro de comédia, teatro de concerto e centro comunal, nada foi negligenciado, tanto na estética, quanto no conforto e capacitação técnica, levando-se em consideração, com muito rigor, visibilidade, refrigeração e renovação de ar, acústica, hidráulica e iluminação.

Os próprios projetistas consideravam que o grande teatro integrava três volumes equilibrados e harmoniosos entre si: a caixa do palco, a plateia e o vestíbulo, ou, como se dizia largamente à época, o *foyer*. O vestíbulo era um bloco funcional independente, grandioso e belo, com piso, coluna e paredes revestidos de mármore, esquadrias em alumínio anodizado em preto com vidros de cristal em toda a sua extensão. Numa das extremidades havia um bar com todos os serviços, cabines de telefone público, chapelaria e sanitários. Na outra, um jardim interno em torno à escada de acesso ao terraço, sob a qual estendia-se um espelho d'água. O terraço era totalmente ajardinado. Era, esse vestíbulo, já um belo equipamento, que, independentemente da sua função de *foyer* do teatro, permitia, pela estética, espaço e funcionalidade, a sua destinação para outras finalidades, como exposições, recepções e comemorações. Na sua destinação de *foyer*, a ligação com a plateia dava-se por uma rampa coberta, de inclinação suave, com dimensões adequadas a um perfeito acesso ou escoamento do público.

Propositadamente, o que também, aliás, foi alvo de crítica de alguns setores, o projeto aboliu os tradicionais camarotes, frisas e galerias, que determinavam a separação de classes sociais, optando

democraticamente por uma plateia única, porém ampla e majestosa, que proporcionasse a todos os espectadores, indistintamente, as mesmas vantagens e regalias. Ao final da rampa, chegava-se a um salão impressionante por sua beleza e amplitude que, em ângulo reto, cujo vértice representava o ponto mais distante da boca de cena, ia alteando o teto à aproximação do palco, enquanto a plateia, inversamente, descia em declive. Uma plateia estudada de maneira a permitir uma fácil circulação por meio de acessos largos e passagens amplas entre as fileiras, dotando o público do máximo de conforto, tanto pelas poltronas, quanto pela acústica e visibilidade, que eram excepcionais para todos os espectadores, qualquer que fosse a sua localização e qualquer que fosse o espetáculo. Para que as condições ideais de acústica fossem atendidas, fora dado um tratamento extensivo e cuidadoso ao piso, às paredes e ao forro, e as próprias poltronas haviam sido especificadas e desenhadas de maneira a reduzir a um mínimo a absorção sonora entre um lugar e outro, ocupado ou não. O resultado é que um suspiro fundo emitido por um ator no palco podia ser ouvido por toda a plateia em silêncio.

É interessante acrescentar, porque pouco se soube e pouco se divulgou sobre isso, que aquela imensa plateia podia, originalmente, ser dividida ao meio, com uma separação móvel, de modo a reduzi-la para espetáculos de menor público. Próximas ao palco, uma de cada lado, havia duas saídas adicionais diretamente para o exterior, para um escoamento mais rápido do público ao fim do espetáculo, ou em caso de emergência. E, entre a plateia e o palco, abria-se o fosso da orques-

tra, de estrutura especial de aço com revestimento de madeira, com piso de elevação e rebaixamento, e capacidade para noventa músicos.

O palco, razão de ser de todo o conjunto, estava à altura de toda essa estrutura. Com largura, altura e profundidade ideais para grandes espetáculos, podendo abrigar, de uma só vez, trezentos artistas ao mesmo tempo, contava com movimentação automática de cenários, que podiam ser deslocados por meio de suspensão ou horizontalmente, e iluminação telecomandada. De estrutura especial de aço com assoalho de madeira, à semelhança do fosso da orquestra, apresentava, igualmente, recursos de elevação e rebaixamento de qualquer de suas seções. Como recurso adicional, dispunha de um ciclorama vindo inteiriço da Holanda, porque não podia ter nenhuma costura: uma grande tela clara, semicircular, que cobria o fundo e os lados do palco, e que possibilitava uma variedade infinita de efeitos cênicos especiais, como a ilusão de espaço aberto, de grande distância, de chuva, fumaça, nuvens, neve, além da projeção de cenários ou mesmo filmes que complementassem a ação dramática. Naturalmente, não faltavam ao palco a caixa do ponto, os bastidores e as cortinas habituais. Mas possuía, também, reguladores de estrutura metálica, que, à semelhança da plateia, podia reduzir a boca de cena à metade, o que podia ser utilizado em espetáculos de menores proporções.

O mais eram os camarins individuais e coletivos em número suficiente e com as especificações exigidas pelo grande teatro, salas para ensaios, para pintura de cenários, para guarda-roupa, para depósito de malas, para depósito de outros materiais etc., administração,

além de — notem! — uma sala destinada ao Corpo de Bombeiros, com instalação de um sistema especial de alarme, movimentado pelo soldado destacado para esse serviço.

Portanto, apesar da aparência de obra improvisada e a toque de caixa para cumprir um cronograma e servir à vaidade de um governador, e ao contrário do que alardeava a oposição a Balbino, tratava-se, na verdade, de uma magnífica obra, meticulosamente pensada, um teatro que tinha todas as condições de pôr finalmente a Bahia no roteiro dos grandes espetáculos do mundo. A Concha Acústica, que se valia de uma peculiaridade do terreno situado atrás do teatro, obedecia aos mesmos critérios de estética, modernidade e funcionalidade.

No dia 13 de dezembro de 1957, por meio do decreto de número 16.969, o governador Antônio Balbino instituiu a Comissão de Cultura Artística e Teatral do Estado da Bahia, com o fito principal de determinar sobre o teatro que seria inaugurado, e cuja posse solene ocorreu na tarde desse dia, no Palácio da Aclamação, com a presença dele, governador, e do secretário Josaphat Borges, além da imprensa. Pode se dizer que essa comissão, aliás numerosa, era bastante representativa da cultura artística e literária da Bahia. Sendo histórica, vale a pena transcrever os nomes de seus membros: professor Luiz Pinto de Carvalho, dona Alexandrina Ramalho, padre Luiz Gonzaga Mariz, jornalista Odorico Tavares, engenheiro José Pedreira de Freitas, bacharel Walter Ruy Soares dos Santos, bacharel Percy Esteves Cardoso, bacharel Adroaldo Ribeiro Costa, professor Manoel Ignácio de Mendonça Filho, maestro Paulo Atanásio Jatobá, cirurgião dentista

Alexandre Robatto Filho, doutor Hélio Simões, professor Eros Martim Gonçalves, bacharel Emílio Fontes, doutor Enock Torres, professora Ivonildes Matos, doutor José Antônio Prado Valadares, bacharel Raymundo José da Mata, bacharel Jorge Filgueiras, bacharel Mário Cabral e bacharel João Martins. Os títulos antepostos aos nomes no decreto referiam-se, naturalmente, à formação acadêmica ou profissão dessas pessoas que, na verdade, ali estavam não por esses títulos, mas por seu significativo envolvimento nas diversas áreas da cultura.

O governador Balbino fez um discurso. Relembrou os tempos gloriosos do velho Theatro São João, acentuou a grande lacuna teatral que, depois do incêndio daquela casa de espetáculos, ficara aberta durante trinta e cinco anos na vida cultural da Bahia, referiu-se às tentativas frustradas de reerguimento do teatro, e concluiu essa parte da oração agradecendo a Deus por haver permitido que a ele, Balbino, “um humilde beiradeiro”, coubesse a honra e a glória de restaurar à Bahia o seu primado cultural. No seguimento, declarou que, consciente de suas limitações, havia escolhido aquela ilustre comissão, à qual incumbia de traçar o destino do Teatro Castro Alves. Para isso, teria carta branca, e, a partir daquele momento, ele, governador, apenas cumpriria ordens.

O discurso, feito de improviso, sem arroubos, quase sempre de olhos baixos, com atitude e expressão da mais profunda humildade, arrancou aplausos calorosos às últimas palavras. Adroaldo aguardou que algum outro membro da comissão se pronunciasse, mas, como isso não aconteceu, tomou a palavra e, depois dos agradecimentos pela

honra do convite, apresentou duas proposições: 1^a — que se decidisse, logo ali, o local onde a comissão deveria reunir-se, pois no Palácio da Aclamação é que não seria; 2^a — que se escolhesse imediatamente o presidente, e tomava a liberdade de indicar para o cargo o professor Luiz Pinto de Carvalho.

A segunda proposição foi acolhida por aclamação unânime, e, desse modo, o presidente da Academia de Letras da Bahia tornou-se também o presidente da comissão. Quanto à primeira, ficou decidido que o local dos encontros seria a sede do órgão que substituíra a Superintendência de Difusão Cultural, dirigido à época por Walter Ruy Soares dos Santos e situado no Corredor da Vitória. Resolvidas essas questões, o governador convidou os membros da comissão a visitar as obras. O numeroso grupo deslocou-se para o Campo Grande, ali perto. Já nos degraus da escada que daria acesso ao jardim suspenso do majestoso *foyer*, o governador Balbino parou, e virando-se para todos os demais, que o seguiam, fez uma revelação que foi surpresa para o próprio Adroaldo, pois, embora já impresso, ainda não havia sido distribuído o livro *A Verdade sobre o Teatro Castro Alves*, pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, em cujas orelhas é transcrita na referida publicação do *Diário Oficial* já registrada nesta narrativa:

— Quero dizer aos senhores que, em grande parte, tudo isto que estão vendo se deve a *Narizinho*. Eu estava no Guarany, quando Adroaldo disse palavras que me calaram profundamente. Fui para casa, naquela noite, resolvido a lutar para que a Bahia tivesse um teatro. E

ele já está aqui de pé. Isto, aliás, está dito em documento oficial que, nestes dias, será distribuído aos senhores.

De fato, poucos dias mais tarde, cada um dos membros da comissão recebia um exemplar de *A Verdade sobre o Teatro Castro Alves*. Admirador do trabalho de Adroaldo com a Hora da Criança, e tendo, publicamente, vinculado *Narizinho* ao projeto do teatro, depois dessa revelação Balbino chamou Adroaldo à parte e disse que fazia questão da presença da Hora da Criança na programação inaugural. Disse mais: que não se preocupasse com o custo, porque disso se encarregaria ele, Balbino.

Imediatamente a comissão tratou de reunir-se. Logo no início, entretanto, surgiu um impasse. Antes mesmo de instalada a primeira sessão, dias após a visita ao teatro, chegou Jorge Filgueiras, secretário particular do governador e também membro da comissão, com um recado de Balbino: o governador queria que fosse constituída, de pronto, uma Comissão Executiva para assessorar o presidente e enviava a lista dos cinco nomes que deveriam compô-la, todos ligados ao governo. O presidente Pinto de Carvalho reagiu. Concordava que fosse instituída a Comissão Executiva, mas, quanto aos nomes, fazia questão fechada de que o nome de Adroaldo figurasse na lista. Adroaldo tentou demovê-lo desse propósito, alegando que o governador tinha todo o direito de escolher as pessoas de sua mais imediata confiança, mas Pinto de Carvalho permaneceu intransigente: ou Adroaldo era incluído na Executiva, ou ele renunciaria à presidência. O secretário Jorge Filgueiras telefonou para o palácio e o impasse foi removido com a inclusão do nome de Adroaldo.

Já nesse primeiro encontro a comissão cuidou de organizar-se criando subcomissões e foram designados três membros para a elaboração do Regimento Interno do teatro: Odorico Tavares, Mendonça Filho e Adroaldo Ribeiro Costa. Por delegação dos outros dois, Adroaldo redigiu o anteprojeto que, quarenta e oito horas depois, discutiu com eles na Escola de Belas Artes e apresentou na reunião seguinte. E a comissão seguiu em trabalhos acelerados, dentro do esquema geral que havia sido apresentado pelo governador no encontro da posse. Sendo um grupo numeroso, nem todos continuaram comparecendo e, em pouco tempo, restaram apenas aqueles determinados a levarem a tarefa até o fim. Mas eram em número suficiente e os trabalhos ganharam forma e conteúdo.

Por determinação do governador, a inauguração oficial seria no dia 2 de julho e o espetáculo inaugural no dia 14 do mesmo mês, seguindo-se uma temporada teatral com a apresentação do que “houvesse de melhor em matéria de teatro” até o dia 12 de outubro. As subcomissões agiram com presteza, estabelecendo imediatamente contatos com empresas, companhias e grupos teatrais do Brasil e do estrangeiro, e, em pouco tempo, havia o programa que o plenário da comissão aprovou sem restrições, apesar de ter havido uma curiosa controvérsia quanto ao espetáculo de estreia. Adroaldo havia proposto, já que era pacífica a ideia de que fosse um espetáculo de teatro lírico, a encenação de “*Il Guarany*”, de Carlos Gomes, e não apenas por ser a ópera um orgulho nacional, cuja profonia, como bem classificou o proponente, é uma espécie de segundo Hino Nacional Brasileiro, mas

também porque seria uma oportunidade de reviver os esplendorosos dias de 1879, quando, no Theatro São João, “O Guarani” foi levado triunfalmente em Salvador. Mas dona Alexandrina Ramalho, cantora lírica, criadora da Sociedade de Cultura Artística da Bahia e integrante da comissão, foi veementemente contra, alegando que não se podia inaugurar o Teatro Castro Alves com uma peça “cheia de homens nus”, referindo-se naturalmente aos índios que, aliás, como é óbvio, nem apareciam inteiramente nus no palco. Mas dona Alexandrina mostrou-se intransigente, e a comissão chegou a um acordo: em lugar de *‘Il Guarany’*, encenariam outra ópera do consagrado compositor e maestro paulista: “*Lo Schiavo*”. Não era tão popular quanto, não tinha a mesma significação histórica e afetiva, porém mantinha a homenagem a Carlos Gomes, como queria Adroaldo, e apresentava-se, afinal, uma grande ópera nacional.

Decidido o programa, a comissão tinha de passar para a etapa seguinte, que seria a da assinatura dos contratos e da elaboração do calendário. Foi então que Adroaldo, no centro de tudo aquilo e, praticamente, à frente das principais decisões, assustou-se com a responsabilidade que a comissão ia assumir. Havia sido estabelecidos contatos com as melhores companhias teatrais brasileiras, e com outras de Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Estados Unidos, e até o famoso Bolshoi Ballet fora sondado, havendo forte possibilidade de sua presença na brilhante programação. Seriam curtas temporadas de três dias apenas, de maneira que o Teatro Castro Alves funcionasse ininterruptamente durante três meses, apresentando,

como desejava o chefe do governo, “o que melhor havia em matéria de teatro, no Brasil e no mundo”. Mas isso custaria uma fortuna, uma soma que talvez o próprio Balbino não tivesse imaginado, e Adroaldo considerou que a comissão não deveria dar o passo seguinte sem a aprovação expressa do governador. A comissão concordou com ele, e Percy Cardoso ficou incumbido de conseguir a audiência.

O governador Balbino recebeu-os mal-humorado. O acolhimento foi notadamente frio:

— Percy me informou de que os senhores querem minha aprovação para o programa que elaboraram. Não precisavam vir aqui para isto, uma vez que desde o primeiro dia afirmei que a comissão tinha carta branca.

— Mas acontece, governador — respondeu Adroaldo —, que a execução do programa vai custar rios de dinheiro e nós precisamos saber se há disponibilidade para tudo isto.

— Quando eu me meto a fazer uma maluquice, estou pronto para o que der e vier. Não faltará dinheiro.

— Muito bem — insistiu Adroaldo. — Ainda assim, acho necessário que o senhor veja o programa e a estimativa que fizemos. Chamo sua atenção para o fato de que vamos lidar com profissionais e o pagamento terá que ser feito à boca do cofre...

Balbino tomou o programa e leu-o apressadamente, comentando:

— Já vi que a Hora da Criança está incluída...

Adroaldo não deixou sem resposta:

— Está. Segundo seu desejo.

Ele terminou a leitura, falou:

— Estou de acordo. Podem tocar para diante.

Mas Adroaldo não se conformou:

— Então faça o favor de escrever isto e assinar.

Balbino olhou-o, certamente para verificar se Adroaldo estava pondo em dúvida a sua palavra. Mas logo compreendeu que a chancela oficial era indispensável para as negociações que seriam feitas e, embora ainda com um pouco de má vontade, escreveu e assinou.

A partir daí os entendimentos passaram a ter forma concreta.

E tudo parecia correr bem, até que, certa tarde da segunda quinzena de maio, faltando, portanto, um mês e pouco para a inauguração oficial do teatro, Adroaldo estava no Estádio da Fonte Nova, quando foi procurado por Mário Cabral, alto funcionário da Secretaria de Viação e Obras Públicas e já considerado primeiro diretor do teatro a ser inaugurado, que lhe disse:

— Rapaz, desde a manhã que estou procurando você para dar-lhe um recado urgente do governador. Urgente e confidencial.

Afastaram-se para um canto e Mário Cabral deu o recado:

— O governador manda dizer-lhe que não concorda seja uma ópera o espetáculo de estreia do Teatro Castro Alves. Diz que ópera é um gênero ultrapassado, só servirá para o esnobismo de gente grã-fina, que ele está construindo um teatro para o povo, e, portanto, o espetáculo de estreia deve ser popular, capaz de ser entendido e gostado pelas “lavadeiras”.

Era uma referência de Balbino aos conjuntos assistenciais por

ele implantados, cujos núcleos eram lavanderias, e que a oposição, incluindo o jornal *A Tarde*, tentava ridicularizar.

Adroaldo ficou estarecido:

— Mas companheiro, a comissão, por intermédio de dona Alexandrina Ramalho, já fechou negócio com a companhia lírica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e eles já estão até ensaiando a peça!

— Pois o negócio terá que ser desfeito, ainda que isto acarrete prejuízo. O governador quer que você faça o espetáculo, uma coisa bonita como você é capaz de fazer, sobre assuntos da Bahia, utilizando músicas de Caymmi e outros, enfim, de hoje em diante você é que passa a ser responsável por tudo e não mais a comissão. Suas palavras textuais foram estas: diga a Adroaldo que ele tem carta branca para agir.

O estarecimento de Adroaldo subiu de ponto e ele foi franco com o emissário do governador:

— Olhe aqui, estou muito honrado com esta prova de confiança e claro que seria para mim, em tudo e por tudo, valioso figurar como o realizador do espetáculo inaugural do Teatro Castro Alves. Mas não posso aceitar a incumbência. Isto equivaleria a desferir um golpe de morte na comissão de que faço parte, digo mesmo que valeria como uma deslealdade para com os companheiros, especialmente para com o mestre Pinto de Carvalho que me honra com sua confiança ilimitada e a cuja casa irei, quando sair daqui, para dar-lhe ciência do ocorrido.

Mário Cabral ainda tentou convencê-lo, mas Adroaldo ficou firme:

— Não se preocupe que tudo acabará bem. Isto foi um momento

de irreflexão do governador, mas amanhã o procurarei e estou certo de que o convencerei a mudar de opinião.

Terminado o jogo, Adroaldo dirigiu-se à casa de Pinto de Carvalho, que era na Barra Avenida, e contou-lhe o acontecido. A reação do presidente da comissão foi a que Adroaldo esperava. Passado o primeiro momento de estupor, ele disse:

— Só acredito porque é você que está dizendo. Mas, em face disto, só me resta uma coisa: renunciar. É o que vou fazer agora.

Adroaldo conseguiu demovê-lo. Mostrou-lhe como seria altamente negativa para a Bahia uma crise aberta naquele momento, argumentou que ainda não tinham ouvido do governador a afirmação da irrevogabilidade daquela decisão, e que tudo, afinal, podia não passar de um mal-entendido. O mais acertado seria que, no dia seguinte, promovessem um encontro para definir a situação. E saiu da casa de Pinto de Carvalho com a sua palavra de que assim procederia.

Não foi possível, entretanto, o encontro com Balbino. Chegaram apenas ao secretário Josaphat Borges, com quem debateram a questão. Houve, do gabinete do secretário, uma série de contatos telefônicos e a decisão a que se chegou foi a de que, no lugar da ópera, que o governador não queria de maneira nenhuma — nisto ele se mostrou intransigente —, seria apresentado um espetáculo de balé com o Corpo de Baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Decidido isso, e enquanto as várias subcomissões cuidavam do desenvolvimento da temporada, a Comissão Executiva elaborou o programa da festa inaugural, que ficou sendo o seguinte:

2 de julho — Recebimento oficial da obra concluída e inauguração do busto do governador Antônio Balbino no *foyer* do Teatro Castro Alves.

3 a 12 de julho — Aberto o teatro à visitação pública.

12 a 14 de julho — Montagem do espetáculo inaugural.

14 de julho — Apresentação do balé, que trazia, como destaque, a solista Tâmara Taumanova. Às 20 horas, uma numerosa comissão se deslocaria para o Palácio da Aclamação, a fim de ir buscar o governador. Do palácio ao teatro ele passaria por alas de jovens colegiais que lhe atirariam flores. Conduzido ao palco, depois de haver atravessado toda a plateia, o governador, em cena aberta, entregaria o Teatro Castro Alves à Bahia.

A título de curiosidade, eis as atrações programadas para os primeiros meses: o Coral da Universidade da Bahia, um recital com Lia Salgado, o Grupo Lírico do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a Companhia de Teatro Falado Tônia-Celli-Autran, o Grupo Lírico de Belo Horizonte, a pianista Maria Penha, o Coral Paulistano, o Balé de São Francisco, Califórnia, a Hora da Criança com o espetáculo inédito *A Agulha* ou *A Fantasia das Idades*, idealizado e montado especialmente para aquele teatro, a Orquestra Sinfônica da Bahia, a Federação de Teatro Amador da Bahia, o Teatro Experimental de Ópera da Bahia e a Companhia Nydia-Lycia-Sérgio Cardoso.

O programa começou a ser cumprido rigorosamente. Antes mesmo da conclusão da obra, mas já em sua fase final, ainda nos últimos dias de maio e início de junho, houve permissão para visitação pública do

teatro, o que foi interrompido no dia 6 de junho por meio de uma nota pela imprensa. Mas, de acordo com o cronograma, no dia 30 de junho a obra estava concluída, faltando apenas pequenos reparos de eletricidade e outros. No dia 2 de julho, quando a Bahia comemorava a Independência, como sempre com desfile cívico e grandes festejos, ocorreu a solenidade do recebimento oficial da obra, com a inauguração do busto do governador no *fóyer*. A partir do dia seguinte, como estava programado, recomeçou a visita pública, agora de uma maneira mais organizada e mais completa, com o povo formando filas extensas para percorrer as dependências do teatro.

De repente, no dia 7, portanto cinco dias antes do determinado, em decorrência de uma ordem vinda do palácio, sem explicação e sem nota pela imprensa, sem também nenhuma satisfação à comissão organizadora, a visita foi suspensa. Especulou-se que depredações estariam ocorrendo, o que não era verdadeiro. O comportamento popular estava sendo irrepreensível, o povo percorria as instalações de forma educada e contida, como se adentrasse um templo, as pessoas perplexas diante do luxo e da beleza do novo teatro, não sendo poucas as que se surpreendiam ao ver os pés afundando nos tapetes, numa demonstração de que o teatro que Balbino queria para o povo não era originalmente uma obra despojada, pelo contrário, trazia, em suas linhas modernas e aparentemente sóbrias, além do arrojo e da beleza, requintes de verdadeiro luxo, o que causava admiração e impunha respeito. Além disso, havia um bem montado policiamento ostensivo por todo o percurso. Então, o que determinou a suspensão das visitas?

Nunca se soube, nem Antônio Balbino nem o secretário Josaphat Borges esclareceram, nenhum integrante da comissão jamais soube responder. Mas isso logo foi superado, porque o que interessava agora era o espetáculo inaugural do dia 14, cujos convites eram avidamente disputados. A Bahia culta, a Bahia política e a Bahia social tinham encontro marcado na noite do dia 14, e tudo que interessava era ser um dos mil e seiscentos privilegiados espectadores que, naquela plateia magnífica, veria o pano de boca do Teatro Castro Alves abrir-se pela primeira vez.

Foi então que, apenas dois dias após a suspensão da visitação pública, na madrugada do dia 9 de julho de 1958, uma quarta-feira, ocorreu o sinistro. A notícia da imprensa, que se tornou também a versão oficial, embora com grandes manchetes e estardalhaço, como não poderia deixar de ser, foi, em sua explicação, muito simples. O incêndio teve início às duas da madrugada, motivado, segundo os registros da imprensa, por um curto-circuito na navalha do quadro de luz do teatro, próximo ao escritório. O alarme foi dado pelo vigia Aureliano Santos, que ali estava no momento, e saiu a gritar por providência, logo acordando quatro funcionários da firma paulista que se encarregara da parte de eletricidade. Os quatro haviam trabalhado até uma hora da madrugada, quando foram dormir no interior do teatro, o que vinham fazendo com permissão dos responsáveis pela obra. Mas o fogo alastrou-se com grande rapidez, começando pelo pano de boca do palco e irradiando-se para o teto, de sorte que, quando os funcionários foram acordados pelos gritos do vigia, já a fumaça dominava inteiramente o ambiente.

Imediatamente trataram de comunicar ao Corpo de Bombeiros, que, a princípio, não atendeu ao chamado, acreditando ser um “trote”. Afinal, enviou um carro ao local, uma hora depois, mas nada pôde fazer, pois havia um único hidrante na frente do teatro, e sem água, e o fogo, alimentado por todos os materiais altamente combustíveis da construção, já havia consumido tudo, o próprio “balanço” de cimento da plateia havia desabado. Assim, nas primeiras horas da manhã daquela quarta-feira, 9 de julho, no lugar da majestosa obra que seria inaugurada com todas as pompas com seu primeiro espetáculo daí a cinco dias, havia apenas um monte de cinzas fumegantes, que uma multidão atônita contemplava. De pé, restara apenas o *foyer*.

Curiosamente, repetia-se com o Teatro Castro Alves o que ocorrera ao Theatro São João, trinta e cinco anos antes. Primeiro grande teatro de ópera do Brasil, a construção daquele teatro, erguido nas Portas de São Bento, à cabeceira do que passou a ser o Largo do Teatro, tornando-se, depois, Praça Castro Alves, foi iniciada em 1806 por D. João de Saldanha da Gama de Melo e Torres Guedes de Brito, sexto Conde da Ponte, à época governador régio da Bahia, cabendo a inauguração a outro governador da Bahia, D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde dos Arcos, no dia 13 de maio de 1812, aniversário do príncipe-regente D. João, daí o nome teatro. Em 1923, comemorava-se o primeiro centenário da vitória nas lutas pela Independência, na Bahia, e o governador José Joaquim Seabra, entre outras providências, mandou restaurar a velha e gloriosa casa de espetáculos. Pretendia reinaugurá-la, como bem mais tarde fez

Antônio Balbino com o Teatro Castro Alves, no dia 2 de julho, a data magna da Bahia. Mas, no dia 6 de junho desse ano, menos de um mês, portanto, da grande festa, o Theatro São João foi consumido por um misterioso incêndio.

A tragédia do Teatro Castro Alves repetia, em muitos pontos, a do Theatro São João, inclusive nas suspeitas sobre as verdadeiras causas do incêndio, e destruía, mais uma vez, o justo anseio dos baianos em possuir uma grande e majestosa casa de espetáculos. Segundo se noticiou à época, o fogo havia consumido não apenas o teatro e o sonho do teatro, mas também o dinheiro enorme que naquela construção fora empregado, que não se resumia aos cento e cinquenta milhões que o governador Antônio Balbino pôs inicialmente à disposição, mas o dobro: trezentos milhões de cruzeiros.

Balbino, em lágrimas, prometeu reconstruir tudo imediatamente, mas não foi possível. Seu governo foi concluído em abril de 1959. Seguiram-se nove longos anos, de obras e paralisações que pareciam intermináveis, e só no apagar das luzes do governo Antônio Lomanto Júnior, em pleno regime militar, na noite de 4 de março de 1967, o teatro pôde ser inaugurado. Uma noite solene, os convidados de *smoking* e vestidos de baile, com a presença do presidente Castelo Branco, também em final de governo e de vida, pois morreria pouco mais de quatro meses depois, em acidente aéreo. A programação inaugural durou um mês, um tempo menor do que pretendia Balbino, da vez anterior, e incluiu a Companhia Nacional de Ballet, lembrando o Corpo de Baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que faria o espetáculo inaugural

de 1958. Um teatro que estava muito longe do original, sem os luxos e os recursos cênicos do que fora consumido pelas chamas, sem tapetes onde os pés afundavam, sem ciclorama ou outro equipamento similar mais avançado, sem a mobilidade do chão do palco, sem possibilidade de redução de plateia, mas, enfim, era o tão aguardado Teatro Castro Alves.

Três anos após a inauguração, no governo Luís Viana Filho, o Teatro Castro Alves foi fechado para reformas e manutenção do palco e da Concha Acústica. Voltou, depois, a funcionar. Mas, em julho de 1989, no governo Nilo Coelho, tornou a fechar suas portas, mais uma vez com o pretexto de consertos e melhorias. A reforma, entretanto, deu-se verdadeiramente no terceiro governo de Antônio Carlos Magalhães, dessa feita de maiores proporções, com interferências na arquitetura e nova decoração. Outro grande dinheiro foi ali posto. Foram retiradas algumas poltronas da plateia para permitir a instalação de uma mesa de luz computadorizada, criados seis camarins, sala de camareira e de maquiagem, e aberto o Café-Teatro. A reinauguração aconteceu em 22 de julho de 1993. Já a sala de coro, após ser fechada, só foi reaberta em 1995.

Outras reformas vieram, e sempre ocorrerão. A história do maior teatro da Bahia, um dos maiores e mais belos do país, cujo nome homenageia o seu maior poeta, terá sempre um novo capítulo a ser escrito. E nessa história completa do Teatro Castro Alves que, um dia, certamente será escrita, deverão ser registrados com destaque os espetáculos e apresentações ali ocorridos, eventos que são a razão de existir de um teatro. Aqui, são apenas apontamentos.

REFERÊNCIAS

A verdade sobre o Teatro Castro Alves. Salvador: Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, 1957.

COSTA, Adroaldo Ribeiro. “O Teatro e o 2 de Julho”. In: *Aspectos do 2 de Julho — 150 Anos de Independência na Bahia*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, 1973.

COSTA, Adroaldo Ribeiro. *Igarapé — História de uma teimosia*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1982.

COSTA, Aramis Ribeiro. “O Teatro Infantil de Adroaldo Ribeiro Costa”. In: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, nº 51, 2013.

FRANCO, Aninha — *O Teatro na Bahia através da imprensa*. Salvador: Casa de Palavras, 1994.

Jornal pesquisado: *A Tarde*.

A VIRTUDE ARISTOTÉLICA NA PEDAGOGIA DE ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO E SEU LUGAR NA CONTEMPORANEIDADE

Jayme Augusto Ribeiro de Oliveira Matos¹

RESUMO

O artigo examina o pensamento pedagógico de Ernesto Carneiro Ribeiro, educador que exerceu na Bahia o seu ofício ao longo da segunda metade do século XIX e princípio do século XX. Carneiro Ribeiro tornou-se referência na educação brasileira, conquistando reconhecimento na condução do Lyceu da Bahia e do Colégio Carneiro Ribeiro. Propõe-se investigar o conceito de virtude moral no pensamento pedagógico de Carneiro Ribeiro na tentativa de relacioná-lo à visão de educação promovida pelo filósofo Aristóteles. Analisa-se o espaço reservado na sociedade moderna à virtude moral no processo de formação e avanço das relações sociais de natureza pragmática determinadas pela dinâmica da virtude instrucional, em um contexto de fatores que fomentam um paradoxo do pragmatismo, perda da autonomia do indivíduo e subtração de aspectos da vida subjetiva.

¹ Jayme Augusto Ribeiro de Oliveira Matos é sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Católica do Salvador, Professor de História SEC-BA, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas Olga Mettig, Acadêmico da Egrégia Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Estudos Rede de Estudos em Direito Educacional e Ensino Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Palavras-chave: Virtude aristotélica; virtude moral; paradoxo operacional.

ABSTRACT

The article examines the pedagogical thinking of Ernesto Carneiro Ribeiro, educator who exercised in Bahia his craft throughout the second half of the 19th century and the beginning of the 20th century. Carneiro Ribeiro became a reference in Brazilian education, gaining recognition in conducting the Lyceu da Bahia and College Carneiro Ribeiro. It is proposed to investigate the concept of moral virtue in Carneiro Ribeiro's pedagogical thought in an attempt to relate it to the vision of education promoted by the philosopher Aristotle. The space reserved in modern society for moral virtue is analyzed in the process of formation and advancement of social relations of a pragmatic nature determined by the dynamics of instructional virtue, in a context of factors that foster a paradox of pragmatism, loss of individual autonomy and subtraction of aspects of subjective life.

Keywords: Aristotelian virtue; moral virtues; paradox operational.

INTRODUÇÃO

O pensamento pedagógico do Prof. Ernesto Carneiro Ribeiro é o objeto da pesquisa que se submete à apreciação do respeitável Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Analisar o conceito de virtude no pensamento pedagógico do professor Carneiro pode parecer tarefa inglória por duas razões: porque a sociedade brasileira contemporânea desinteressou-se pela preservação da memória nacional e pelo desenvolvimento social através da educação — tornaram-se artigo obsoleto.

Entretanto, mesmo diante de uma negligência promovida por nossa elite intelectual contra o nosso passado, ressurgem as vozes da nossa Tradição Acadêmica para oferecer uma breve reflexão sobre os destinos da civilização ocidental.

Foi necessário revisitar a biografia de um simples baiano, filho da Villa de Itaparica (hoje cidade de Itaparica), para nos dizer que a virtude moral é um pilar para o desenvolvimento das inteligências. Carneiro Ribeiro nasceu em 12 de setembro de 1839 em uma família humilde, cujo pai assumiu o ofício de escrivão de órfãos da Villa.

No seu percurso intelectual, Carneiro Ribeiro foi um dedicado estudioso, o que lhe permitiu desenvolver múltiplas habilidades: educador, moralista, filósofo, filólogo, médico e sábio. Em uma trajetória de 63 anos dedicados à educação tornou-se referência na educação baiana e brasileira, conquistando reconhecimento na condução do Lyceu da Bahia (atual Colégio Central) e do Colégio Carneiro Ribeiro, sendo este último equiparado à notabilidade do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

O mestre Carneiro foi professor de Castro Alves e de Ruy Barbosa e de sucessivas gerações de baianos. Tornou-se um estudioso respeitável da Língua Portuguesa defendendo as origens latinas ante os estrangeirismos de sua época. Assumiu as cadeiras de gramática filosófica, linguística, gramática geral e comparada, e latim no Lyceu da Bahia. Houve também a oportunidade de lecionar botânica, zoologia, francês, inglês, história do Brasil, literatura, português e filosofia. Ocupou os cargos de Diretor e Vice-Diretor do Lyceu da Bahia, a

Vice-Presidência do antigo Conselho Superior de Instrução Pública e a Direção da instrução Pública. Ao mesmo tempo acumulou responsabilidades de valor cultural ao cofundar Instituições importantes da sociedade baiana: o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, e a Academia de Letras da Bahia.

“Mais perene que o Bronze” — foi definido Carneiro Ribeiro por um contemporâneo² após seu passamento para outra vida no dia 13 de novembro de 1920. Aos 80 anos morreu o professor que não se entregou à velhice porque renunciou à inatividade trabalhando incansavelmente. Alguns frutos do árduo trabalho podem ser verificados em obras destacadas: Serões Gramaticais e a Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa. A sua manifestação contrária à linguagem utilizada na elaboração do ordenamento civil brasileiro rendeu um volume de 900 páginas submetidas à avaliação do Congresso Nacional.

Em um contexto de unanimidade, os principais jornais da época, no dia após a sua morte, estamparam artigos e matérias em primeira página (a exemplo de O Imparcial³ e Diário de Notícias⁴) concedendo honras ao professor que acabara de partir. O cortejo fúnebre foi uma romaria que envolveu toda a cidade: uma desolação profunda⁵.

Este diminuto artigo propõe, portanto, investigar o conceito de virtude no pensamento pedagógico do Prof. Carneiro Ribeiro na tentativa de relacioná-la à visão de educação promovida por Aristóteles

² SOUZA, 1921, p. 17-19.

³ O Traspasse do Patriarcha, 1920.

⁴ AINDA a morte do mestre, 1920.

⁵ *Ibid.*, *loc. cit.*

segundo o sistema da *paidéia* — formação do indivíduo. É, portanto, apresentado na primeira parte, “A virtude aristotélica em Carneiro Ribeiro”, um exame indicando a existência de uma semelhança entre os dois educadores, finalizando com uma hipótese relativa a uma possível visão pedagógica aristotélica em Carneiro.

Na segunda parte, “O sentido da filosofia pedagógica de Carneiro Ribeiro segundo seus contemporâneos”, debruça-se sobre o olhar daqueles que de algum modo conviveram ou tiveram a oportunidade de conhecer a pedagogia e as qualidades pessoais e profissionais do Prof. Carneiro. Aqui são apresentados depoimentos que revelam o Carneiro sábio, santo, educador, latinista, moralista e humanista, relacionados a um esforço em contextualizar o lugar do seu pensamento em uma Bahia pré-industrial.

Na parte três, “A virtude moral e seu lugar na contemporaneidade”, ambiciona discutir o espaço reservado à virtude moral no processo de formação e avanço das relações sociais de caráter materialista que, em tese, superdimensionaram a dinâmica da virtude instrucional. Além disso, é examinada a crítica feita por Carneiro, em formato de alerta, sobre os efeitos da subtração da virtude moral em nossa civilização, acompanhada por hipóteses teóricas que sinalizam possíveis fatores que fomentam um paradoxo moderno do pragmatismo.

Carneiro Ribeiro (1939, p. 98) era um crítico da sociedade moderna que oferece demasiada atenção à ordem material em detrimento do plano moral. Carneiro Ribeiro antecipou em décadas o debate sobre a degeneração moral da sociedade dos nossos dias. Carneiro é atual.

A VIRTUDE ARISTOTÉLICA EM CARNEIRO RIBEIRO

Estamos diante de uma complexidade — porque possui muitas camadas e níveis — quando analisamos a lógica que sustenta o funcionamento da educação, seja ela a familiar ou a escolar. Que sentido possui o sistema educacional? Que lógica em si apresenta? Ao se tomar uma criança com o intuito de cuidar da sua formação são lançadas as bases conceituais que sustentarão, invariavelmente, os pilares formadores deste sujeito.

Para qual fim educa-se reiteradamente gerações e gerações de jovens? O que se pleiteia desenvolver ou encontrar na formação educacional dos indivíduos?

Ao longo da história da educação foram concebidos diferentes sistemas que objetivaram diferentes fins. O objetivo educacional, para alguns sistemas, resumia-se a uma atividade ritual, na qual o membro deveria ser introduzido nos costumes da comuna — iniciação ritual⁶. Em outros sistemas o que prevalecia era uma educação familiar voltada geralmente para práticas agrícolas — centro da vida social.

Em seguida surgiram os sistemas educacionais que tiveram que responder à demanda da vida cidadina, a exemplo da Grécia Antiga quando os indivíduos eram educados para responder às leis da polis — formação do cidadão. No medievalismo, o que importava era a formação essencialmente religiosa, quando a metafísica ditava as regras e dirigia as vontades sociais em direção a Deus.

⁶ BLOCH, 1976. p. 3 *et seq.*

Existe, em tese, portanto, um sentido, pelo menos, para os sistemas educacionais operarem suas manobras. Projeta-se um fim em si, um objetivo a alcançar. Ao examinarmos a história da nossa educação, seja ela a brasileira ou a baiana, entramos em contato com ideias norteadoras. No caso em análise — o pensamento pedagógico do Prof. Ernesto Carneiro Ribeiro, o gênio que formou sucessivas gerações da sociedade baiana — pode-se perceber de maneira mais atenta através de sua filosofia educacional, que se constituiu em uma estrutura de significados e práticas que ofereceu destaque, a priori, à dimensão moral do sujeito, sem a qual a dimensão instrucional acabaria por se definhando ou desfalecer.

Esta condição relacional entre as duas dimensões da educação — a moral e a instrucional — recebeu pouca atenção nos últimos anos, ou por negligência da classe de educadores, ou por ausência de respeito à Tradição Cultural no Brasil, ou pela força da invasão de novas concepções que se autoproclamaram modernas (progressistas).

Verifica-se, contudo, que há um elemento pedagógico, apresentado por Carneiro Ribeiro, que dialoga com a educação clássica, mais exatamente com a socrática, e, especialmente, em hipótese, com a aristotélica, ao construir uma proposta de *paidéia* (formação do indivíduo).

O documento em análise, “Da Educação em suas relações com a moral” (RIBEIRO, 1939, p. 83-104)⁷ é a principal fonte de informação

⁷ O texto resulta de uma conferência realizada por Carneiro Ribeiro no IGHB em 1915.

sobre a sua filosofia educacional. São identificados referenciais teóricos a exemplo de Leibniz, Herbert Spencer, Hobbes, Locke e Spinoza. Mas, o discurso que se destaca quando ele propõe um sistema de educação é o aristotélico e sua virtude (*areté*), vejamos:

Para alguns escriptores (sic)⁸ vai grande diferença entre o instruir e o educar: tem por fim a primeira operação cultivar as faculdades propriamente intellectuaes, esclarecer o entendimento, aguçar a habilidade, fortalecer o saber e o engenho; a segunda respeita especialmente á correção da tempera e á formação do character, cultiva a vontade em todos os seus actos, aquilatando os moveis e os motivos para as deliberações, firmando as resoluções, medindo o esforço, que é o padrão do merecimento, amenizando os sentimentos, afinando o gosto, dirigindo as maneiras e os hábitos. (RIBEIRO, 1939, p. 87)

O que está posto é um sistema aristotélico que contempla duas virtudes – uma, instrucional; a outra, moral. A primeira busca desenvolver o conhecimento objetivo que lida com as várias ciências; enquanto a segunda cuida da formação moral, de uma ética do indivíduo.

Em Ética a Nicômaco, de Aristóteles (2005, p. 40), é exequível visualizar a influência do filósofo de Estagira em Carneiro Ribeiro quando se analisa o conceito de virtude: “[...] há duas espécies de virtude, a intelectual e a moral. A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo;

⁸ A grafia das palavras segue a reforma ortográfica de 1911 quando se tratar de citações oriundas desta fonte.

ao passo que a virtude moral é adquirida em resultado do hábito [...]”.

Em ambos existe uma preocupação com a formação integral do indivíduo, que não separa as duas dimensões (a intelectual e a moral), de modo que o desenvolvimento possa se revelar harmônico contemplando as inúmeras necessidades do sujeito, permitindo-lhe lidar com o mundo e suas complexidades. Acredita-se, sem titubear, que de dez educadores, dez façam a defesa de um modelo integral de educação no qual estarão contempladas as duas dimensões citadas. Mas, sabe-se que, na prática educacional, esta tese não é factível.

É necessário compreender qual seria a convergência possível entre os sistemas pedagógicos de Carneiro e Aristóteles.

O que fica claro em Carneiro, ao se fazer uma abordagem comparativa entre as duas dimensões, é a importância dada à questão moral como elemento fundamental no desenvolvimento educacional. Para ele, mesmo na defesa da não separação entre as duas dimensões – moral e instrucional – é necessário promover um cuidado especial com relação à moral do indivíduo, porque é nesta dimensão que a virtude é capacitada para conduzir a instrução em estágio harmônico de sociabilidade. Carneiro afirma:

[...] é a educação o desenvolvimento completo e harmônico de todas as faculdades humanas, esse divorcio entre a instrução e a educação, considerado literalmente, é de todo o ponto infundado [...] privar a intelligencia e os seus productos daquela feição moral que, como óleo, purificador, se infiltra em todas as regiões e recessos do intellecto, abrandando, dulcificando, suavizando a vida do agente

moral em todas as suas relações na sociedade, de que é membro. (RIBEIRO, 1939, p. 88)

As duas dimensões possuem as suas peculiaridades. Uma cuidará do exame da realidade concreta, exterior; enquanto a outra lidará com o ser e sua formação, e seu papel na sociedade. A fim de validar a afirmativa segundo a qual este sistema proposto por Carneiro se constitui em um discurso aristotélico, devemos examinar a posição de outros especialistas que tratam do tema. Hobson (2008) analisa o educador Aristóteles da seguinte forma:

Mas como alcançamos a felicidade? Basicamente, sendo virtuosos. Se isso soar pouco convincente para alguns, desenvolve o argumento fazendo a distinção entre virtude intelectual e moral. Aquela equivale ao que chamaríamos de sabedoria ou inteligência e adquire-se principalmente por meio do ensino e da instrução, ao passo que a virtude moral diz respeito à nossa conduta com relação aos outros e é adquirida principalmente pela prática. Quando Aristóteles diz que a virtude é necessária para a felicidade, está incluindo ambas. (HOBSON, 2008. p. 27)

Verifica-se a semelhança entre as abordagens de Carneiro e Aristóteles dificultando refutações. É necessário apontar que em Aristóteles a virtude está a serviço da felicidade, como objetivo final da humanidade. E em Carneiro (1939, p. 97) a virtude fica a serviço do bem, o que reforça a proximidade: “[...] é, em summa, o bem o fim supremo da vida humana, a maior, a mais sublime, a mais nobre, a

mais santa aspiração da natureza moral do homem em sua tendência eterna para o perfectível e o infinito”.

Reforçando a hipótese da semelhança existente entre os dois sistemas pedagógicos, em Dalbosco, Casagrande e Mühl, através do texto de Cenci (2008) que analisa a educação para a virtude de Aristóteles, diz:

[...] faz necessário levar em conta dois aspectos. O primeiro é a divisão dos saberes por ele proposta – em teórico, prático e poético –, com seus respectivos tipos de racionalidade [...]. O segundo aspecto diz respeito ao papel central que o hábito assume na aquisição da virtude moral. Conforme a célebre formulação de Aristóteles, “nenhuma das virtudes morais pode ser engendrada em nós por natureza, pois nada do que existe por natureza pode ser mudado pelo hábito. (CENCI, 2008, p. 236)

A convergência entre os dois sistemas de pensamento fica mais intensa quando Cenci cita um novo elemento para esta análise, ao afirmar que a moral só poderá ser adquirida através da ideia, pois não cabe à natureza determinar esta aquisição. Portanto é através do hábito, da disciplina, da constituição de uma ideia moral que os indivíduos são forjados nas sociedades para um bem em si. Carneiro fala que os mestres devem coibir e extinguir em seus discípulos os hábitos considerados nocivos, reprimindo com severidade infrações contra a moralidade. E aqui entra o significado do magistério que é visto como um sacerdócio (RIBEIRO, 1939, p. 96): “[...] sua missão não intenta fazer um mister, uma simples e mera profissão, senão um

sacerdócio [...]”.

A virtude é, pois, a causa e a meta. Segundo Carneiro (1939, p. 91) é essencial que o mestre assuma este papel exemplar de modo que o aluno aprenda através da experiência e da convivência: “O exemplo ensina mais, muito mais, que o preceito” — já afirmava. Portanto, a conquista da virtude é obra coletiva, empreendimento que envolve o mestre e o aprendiz. Não se concebe, conforme esta pedagogia, uma metodologia de educação que anule o sujeito aprendiz a partir de uma ação arbitrária. Contrariamente, Carneiro (1939, p. 92) afirma: “A educação, pois, é obra difícilíssima, de paciência, de perseverança, de sagacidade, de amor e de dever”.

O SENTIDO DA FILOSOFIA PEDAGÓGICA DE CARNEIRO RIBEIRO SEGUNDO SEUS CONTEMPORÂNEOS

Ao se avistar nas páginas dos principais jornais da Bahia, em 14 de novembro de 1920, a notícia de morte do Prof. Carneiro Ribeiro com todo fausto e suntuosidade, acendeu uma ideia — Como o significado social do ofício de professor transformou-se em breve passar dos anos? É possível identificar uma virtude moral de Carneiro Ribeiro? Não é verossímil que tal sociedade não exista mais. A História dirá através de Leibniz (1976, p. 36): “as origens das coisas presentes encontradas nas coisas passadas”. E acrescenta: “A melhor maneira de compreender uma realidade é conhecer-lhes as suas causas”.

Portanto, é preciso verificar a relação perdida entre o que é atual em educação e o que não é mais. Reexaminar a filosofia pedagógica

do Prof. Carneiro é o mesmo que revisitar aquela sociedade que cultivava a Tradição.

É interessante perceber o que havia de criativo (no sentido de aptidão intelectual para criar), como lembra Domenico De Masi, nesta forma de conduzir a formação educacional de uma época que ainda vivia numa era pré-industrial, ou seja, com uma infraestrutura ligada aos ritmos agrícolas da Bahia do final do século XIX e início do século XX⁹. Para De Masi (1999, p. 69) o advento da sociedade pós-industrial, que libertou o indivíduo para formas mais intelectualizadas de vida, deslocou a exploração dos braços para o cérebro e permitiu o surgimento de uma sociedade com condições de gozar de mais tempo livre para o lazer e cultura. A automatização da produção industrial vem apresentando há anos esta tendência.

O estudo do ócio criativo, em hipótese, pode ser aplicado à realidade e à rotina de trabalho do professor Carneiro em uma Bahia que respirava muito pouco as fumaças das fábricas. Dito isto, permite-se alcançar uma compreensão segundo a qual as sociedades pré-industriais poderiam ter uma capacidade de algum modo de promover elementos do chamado ócio criativo. As sociedades não industriais, aparentemente, possuem uma característica que permite maior tempo reservado ao saber, à reflexão e ao conhecimento perpassado pela moral. Deste modo, questiona-se, a partir desta premissa, se a sociedade moderna teria uma potência em promover a amoral? Para que este sistema moderno consiga se estruturar é necessário o esvaziamento dos sentidos?

⁹ TAVARES, 2001, p. 361 et seq.

São questões que serão discutir na terceira parte.

Mas, o que disseram os contemporâneos de Carneiro sobre Carneiro? Talvez, pontuando algumas falas, é possível identificar a importância educacional do professor Carneiro. “Em Carneiro Ribeiro no juízo de seus discípulos e contemporâneos” (RIBEIRO, 1939, p. 27-57) — há uma coletânea de depoimentos daqueles que o conheceram.

Ruy Barbosa, seu antigo aluno, afirmou que Carneiro foi: “[...] o mais sábio dos meus mestres, a mais saudosa parte restante de todo o meu passado” (RIBEIRO 1939, p. 29). Já Satyro Dias afirmou: “[...] o que sobreleva notar nesse velho mestre, é a segura lucidez do espírito e a perenne juventude da palavra e do saber [...]”. (RIBEIRO, 1939, p. 31)

Em Congresso Brasileiro de Geografia realizado na Bahia no ano de 1916, o ilustre professor recebeu as honras de um dos membros, Virgílio de Lemos, da seguinte forma: “Tudo nelle é medido, exemplar, perfeito. O seu proceder é a possível inserção do necessário no contingente, do absoluto no relativo. É este, senhores congressistas, o typo moral do venerando cidadão e patriarcha insigne da pedagogia bahiana”. (RIBEIRO, 1939, p. 32)

O depoimento do Prof. Theodoro Sampaio um ano após a morte de Carneiro Ribeiro serve para ilustrar o significado deste professor para sua época. Vejamos:

“Um dia pela manhã, subia eu a cavallo a ladeira da Soledade [...] À certa altura, e de uma sala que abria a suas janellas para a rua, me chegou aos ouvidos uma voz

pausada, forte e bem timbrada de alguém que, em aula, a discípulos atentos, lia um trecho latino, e se bem me lembra, uma página da guerra persa em Cornélio Nepos. [...] Era elle; era o mestre Carneiro que eu, ha tanto não via;” (RIBEIRO, 1939, p.35)

Neste trecho é possível identificar ainda uma influência da literatura latina utilizada nos bancos escolares de então. Havia uma preocupação em respeitar as raízes latinas da língua e da literatura — o que para Carneiro constituía-se em questão de honra¹⁰. A formação dos alunos perpassava por uma abordagem greco-romana, o que representa a fonte de sua inspiração. O que parece é que esta pedagogia estava subsidiada por um conteúdo que dialogava intimamente com a virtude moral.

Em artigo publicado no “Imparcial” (Rio de Janeiro) e no *A Tarde*, João Ribeiro revela uma abordagem que o santifica: “É a memória de um grande idealista, de um philosopho asceta ou de um santo a que hoje commemoramos com a saudade de todos os que conheceram na vida exemplaríssima e cheia de juvenil enthusiasmo”. (1939, p. 37).

Xavier Marquez aborda a pedagogia de Carneiro com o intuito de revelar o professor de humanidades preocupado em civilizar seus alunos em uma formação integral: “[...] É que para elle os deveres e os bons costumes, os nobres sentimentos e as boas maneiras constituem a disciplina basica, imprescindivel na formação, quer do homem social, quer do homem de sciencia”. (RIBEIRO, 1939, p. 38).

¹⁰ RIBEIRO. Da importância do conhecimento das línguas, especialmente da língua vernácula: dotes e belezas do português dos séculos XVI E XVII. Op. cit. p. 105.

Nesta abordagem dá-se um indicativo da formação integral do indivíduo.

As saudações e depoimentos dos contemporâneos seguem nesta linha de significados, o que pode ser verificado consultando a fonte apresentada (RIBEIRO, 1939, p. 39 et seq.). Os demais depoimentos pertencem a: Carlos Chiaccho, Clementino Fraga, Mello Carvalho, Clovis Bevilaqua, Homero Pires, Acácio França, Asterio de Campos, Hermes Lima, Arthur Neiva, João Marques dos Reis e Pedro Calmon. Este último dedicou um texto ao Prof. Carneiro no seu Centenário de Nascimento, no qual glorifica a figura do mestre comparando-o a um Machado de Assis, que lavrou as almas dos jovens estudantes, assim como Machado fez com as letras. Calmon celebrou a figura do mestre, a qual concentra as qualidades do sábio, do filólogo e do filósofo, traduzindo o sistema pedagógico de Carneiro que até aquele momento, 1939, ainda representava um modelo a ser perseguido, pois a virtude moral não havia sido consumida completamente pelo avanço das urgências materialistas da sociedade moderna. O que parece é que o ritmo das relações sociais na Salvador daquele tempo ainda não sofria com a dinâmica da sociedade industrial - hipótese a ser verificada pelos pesquisadores.

A VIRTUDE MORAL E SEU LUGAR NA CONTEMPORANEIDADE

É preciso examinar o lugar da virtude moral na contemporaneidade. Examinar a civilização construída pelos saberes modernos e

entender de algum modo onde está localizada a virtude da sociedade ocidental; pelo menos, e em menor grau, entender a virtude moral na construção e legitimação dos valores da dinâmica social. Nos últimos cem anos o mundo enfrentou guerras nunca vistas na história, as quais exterminaram milhões de vidas. A contemporaneidade é um produto da materialidade de um sistema que esvaziou o olhar em relação ao outro, como se de um núcleo fosse retirado seu conteúdo. Esvaziaram para poderem controlar.

Um aspecto fundamental é verificar a subtração da virtude moral em favorecimento da virtude instrucional, sendo a segunda aquela que determina o ritmo da sociedade moderna, ou aquela virtude que se constitui enquanto ferramenta a serviço da dinâmica social. Que risco existe para o equilíbrio relacional entre instrução e moral? Que magnitude de eventos sociais pode surgir a partir de uma supremacia do conhecimento essencialmente intelectual? Aristóteles (2005, p. 212) já afirmava que não convém às almas nobres e aos espíritos livres o cuidado exclusivo pelas ideias consideradas utilitárias, ou seja, ideias inúteis para formação do homem na prática da virtude. E para que isto não se efetivasse sugeria um programa de estudos que valorizasse a priori a música e o desenho.

O aristotélico Carneiro Ribeiro não silenciou diante do avanço cientificista e pragmático do mundo ocidental. Crítico da civilização que naquele instante encontrava-se ávida por seguir numa trajetória que contemplasse o conhecimento objetivo do mundo, Carneiro alertou:

A ascendencia que nas sociedades modernas habitualmente

se dá ás faculdades intellectuais em relação á vontade, aos sentimentos e a todos os actos, donde depende o character e a moralidade, é de efeito dissolvente e desastroso na vida da collectividade. (RIBEIRO, 1939, p. 90)

Isto se constitui em uma evidente denúncia em relação aos rumos escolhidos pela sociedade no sentido de promover um projeto que atribui uma falsa dimensão para a virtude instrucional. Ele chama de desastroso o efeito provocado pelo desequilíbrio conceitual, ao qual se devotou nos últimos anos uma extraordinária importância. Qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento poderá arrolar os benefícios provocados pela ciência através de novas tecnologias, que tanto facilitaram a vida do homem contemporâneo. Contudo, a premissa apontada por Carneiro, é perceber o homem através do desenvolvimento de todas as suas faculdades. Ela ainda completa fulminando:

[...] Essa subordinação da vontade á inteligência, da virtude e dos bons costumes ao talento e ao saber, enerva e atrofia os sentimentos mais generosos da natureza humana: o heroísmo, o desinteresse, a abnegação, o altruísmo, o sacrifício ao dever e ao bem, a benevolencia, a beneficencia, a filantropia, a *sympathia*, a compaixão, a piedade [...] a grandeza d'alma, a beleza moral, tudo, tudo foge, desaparece e morre diante de um absorvente egoísmo, que revigora a intelligencia e o talento, mas sufoca e mata todos os germes da grandeza moral, do coração e da virtude. (RIBEIRO, 1939, p. 90)

Os rumos traçados pela sociedade moderna chocam o entendi-

mento aguçado de Carneiro Ribeiro, restando-lhe fazer uma crítica aberta à civilização citando os horrores provocados pela primeira guerra mundial, enquanto produto deste novo paradigma verificado:

[...] tremenda pela multiplicidade dos meios de destruição que a traça e o engenho moderno têm inventado, tornando-se a civilização a maior inimiga de si mesma, quando se desenvolve e cresce, só por só, sem o apoio da moral e de seus altos fundamentos. (RIBEIRO, 1939, p. 99).

É necessário, portanto, analisar as causas que de algum modo determinam a hegemonia de um saber que podemos convencional-lo de pragmático, que esvazia o sentido das coisas, relegando-nos a um lugar menor nos rumos da sociedade contemporânea. Precioso verificar a lógica educacional que forma as novas gerações para viver socialmente subtraindo a virtude moral.

Faz-se necessário examinar, conforme Jaeger (2001, p. 534), o processo de ruptura entre as duas virtudes, de modo a entender uma ausência da relação entre o antes e o depois provocando uma mudança abrupta entre o que existia enquanto virtuoso – a bravura, a ponderação, a justiça, a piedade, a saúde, a força e a beleza, segundo o modelo da *aretai* grega. Esta subtração da moral determinou de algum modo o desenvolvimento de um modelo de sociedade que objetiva proteger o que pode ser considerado superficial.

À revelia dos avanços técnicos da informação e das mídias, os indivíduos são encaminhados a consumir um tipo de informação que os deixem mais próximos da superfície do banal. E estamos vivendo

neste paradigma. Somos máquinas sentimentais caminhando para formas de vida automatizadas, inseridos numa ordem de operações, conforme afirma Baudrillard, absorvidos em um “paradoxo operacional”, cujo trabalho não se constitui mais em uma ação e sim em uma operação: “A comunicação não é o falar, é fazer-falar. A informação não é o saber é o saber-fazer. O verbo fazer indica que se trata de uma operação.” (BAUDRILLARD, 1992, p. 53-56)

A sociedade moderna está experimentando intensamente esta dinâmica operacional. Como está o nível de exposição das relações estabelecidas na esfera do sistema econômico de consumo de massas e seu gozo máximo neste estado de coisas? O que é o neoliberalismo em educação¹¹ senão a tentativa de fragilizar a capacidade da abordagem da virtude moral?

Fromm (1960, p. 205), em 1941, alertava-nos a respeito do isolamento e da impotência do indivíduo frente à cultura moderna: “O indivíduo sente-se prêsso (sic), sem saída, em uma caótica massa de dados e aguarda, com paciência comovente, que os especialistas descubram o que fazer e para onde ir”. O sujeito acredita que possui autonomia, mas não a possui. Ela é relativa. A ordem das coisas parece dizer: “Você é livre, numa sociedade livre!”. A fundação da ordem burguesa permitiu que alguns pudessem se apropriar desta máxima, reservando à maioria a ignorância em relação ao processo. Fromm ainda completa afirmando:

Outra maneira de paralisar a capacidade de pensar cri-

¹¹ Ver o estudo de Pablo Gentilli sobre educação e neoliberalismo.

ticamente é a destruição de qualquer tipo de imagem estruturada do mundo. [...] A perda do eu aumentou a necessidade de conformar-se, pois dela provém uma dúvida recôndita a respeito da própria identidade. Se eu não sou mais do que aquilo que julgo que devo ser – quem sou ‘eu’? [...] Não tenho identidade, não há ego que não aquele (sic) que é o reflexo do que os outros esperam que eu seja: Eu sou ‘como você me quer’. (FROMM, 1960, p. 205 e 208)

Este processo alienante de marcha da sociedade moderna expandiu mais as distâncias entre a Tradição e a novidade. As conexões no espaço/tempo – passado e presente – tornaram-se enfraquecidas produzindo dimensões com poucos canais de diálogo, como se a sociedade estivesse mergulhada em um transtorno cognitivo comprometendo a capacidade de abrigar o passado, como se a história da sociedade, do mundo e das ideias estivesse apagada ou esquecida.

Este novo mundo pragmático que individualiza as relações sociais extraindo autonomia, subtraindo as identidades, pode ser compreendido como um espaço ideal para atuação da virtude instrucional. Aguçou-se o saber racional e científico de maneira que não houve reserva de espaço para as demandas morais. Houve de algum modo um deslocamento da virtude moral do interior para exterior do homem, o que sinaliza para um possível paradoxo, pois esta virtude possui uma lógica que precisa ser sentida antes de qualquer ideia objetiva. Chega-se, portanto, ao dilema de encontrar a razão de ser deste fenômeno, porque a moral não tem mais lugar. É preciso realizar a sua genealogia e perceber o movimento desenhado por ela.

Em Simmel (1903), “As grandes cidades e a vida do espírito”, ensaio crítico que resulta de um olhar sobre a Berlim dos anos 1900, é apresentada uma tese reveladora das oposições existentes nas estruturas que compõem as grandes cidades da sociedade capitalista e as estruturas da cidade pequena pré-capitalista.

Simmel analisa o mecanismo técnico-social no qual o corpo da cultura fundamenta uma condição psicológica das individualidades que são nutridas por uma dinâmica nova do ambiente urbano, onde o espírito objetivo domina o espírito subjetivo. Simmel apresenta um sistema social que ilustra a tese do binômio no qual existem dois mundos em comparação: a cidade grande com sua objetividade, individualidade e liberdade versus a cidade pequena com sua subjetividade, coletividade e prisão.

Na tese de Simmel são verificadas contradições sobre esta vida anímica do habitante da cidade grande. Neste cenário, os conteúdos e as formas de vida são projetados de maneira mais ampla e universal de modo a atender a um individualismo. O espaço de atuação do indivíduo é na liberdade em contraposição às limitações existentes em uma cidade pequena. Contudo, há o reverso dessa liberdade onde o indivíduo encontra-se solitário, abandonado e imerso em uma multidão da cidade grande. A divisão econômica do trabalho, outro elemento que compõe a tese do autor, caracteriza a dinâmica da vida cidadina, reforçando uma pulsão rumo à existência pessoal a mais individual. O indivíduo é “livre” dentro da sua esfera pessoal, o que não deixa de ser um paradoxo.

Nesta condição potencializa-se uma atrofia da personalidade. Para Simmel, o indivíduo tornou-se incapaz de se sobrepôr à cultura objetiva, denominando este fenômeno de “grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências” que subtrai aspectos da vida subjetiva.

Esta vida subjetiva em Simmel é a dimensão da virtude moral defendida por Carneiro Ribeiro. Há uma viabilidade ao estabelecer esta correlação.

A pergunta que fica é – que indivíduos na contemporaneidade estão sendo formados com a subtração da virtude moral? Esta resposta, segundo Carneiro Ribeiro, aponta para uma condição social na qual os indivíduos não aspiram ao bem, e ao mesmo tempo, ficam desprovidos dos laços de solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da virtude moral hoje é o equivalente à subtração da importância da família ou da religião na formação dos indivíduos na contemporaneidade. Estas são instituições que estão em processo de revisão dos seus espaços sociais. Em certa medida, o olhar social reservado nos dias de hoje à moral enquanto virtude é repleto de preconceitos e de incursões que levam à distorção do objeto. Diante da aceleração da vida no seu movimento em direção ao paradoxo operacional (BAUDRILLARD, 1992), ou em direção da perda da autonomia do indivíduo (FROMM, 1960), ou da subtração dos aspectos da vida subjetiva em Simmel (1903), não foi demasiado apresentar a

relevância da virtude moral no pensamento pedagógico do professor Carneiro Ribeiro enquanto um fundamento para a conquista da virtude instrucional e sua subsequente utilidade pública. Contudo, diante do avanço da virtude instrucional, Carneiro conseguiu nos servir com um alerta no que se refere aos destinos da civilização ocidental que superdimensionou o desenvolvimento do conhecimento objetivo sobre a vida, reservando, simultaneamente, um espaço menor e fraca influência para a virtude moral, o que se traduz em grande risco, pois, é ela que conduz o indivíduo a selecionar o conhecimento objetivo, dando-lhe um sentido.

Há muitos aspectos ainda para serem verificados sobre a dimensão filosófica, social ou genealógica da virtude moral em Carneiro, sobretudo na colaboração da formação da civilização baiana.

De um modo geral é necessário examinar a natureza formadora do fundamento moral no homem. Saber se a moral serve a um poder constituído ou se ela é definidora deste. Para Sócrates, segundo Antístenes (PLATÃO, 1971, p. 111), a virtude não tem nada a ver com as leis – como se estas fossem definidas pela primeira. Jaeger (2001, p. 566) analisando a virtude socrática percebe uma definição da virtude relacionada ao conhecimento do bem – maior de todas as virtudes ou a virtude em si.

É importante também entender a complexidade do conjunto de valores exercidos socialmente, pois dependendo da conjuntura, a moral proposta pode servir a interesses que põem os indivíduos subjugados a um projeto inadequado de engenharia social. Entretanto, é preciso

ter um cuidado especial quando se busca uma definição genérica e rápida acerca deste tema.

É fundamental perceber que este artigo buscou lidar com a ideia segundo a qual a virtude moral é um conceito que dialoga com as características originais do ser humano — aquelas qualidades que nos tornaram melhores no convívio com os nossos vizinhos, ao optarmos por uma modelo social que nos retirou da natureza e nos inseriu em um mundo urbano e complexo. A moral serviu para nos guiar dentro desta realidade de maneira a reduzir ao máximo os conflitos ou evitar a destruição completa das conquistas humanas.

O que fica após esta visita ao conceito de virtude moral em Carneiro Ribeiro, é o entendimento sobre a relevância do tema — ainda que à revelia do olhar contemporâneo e seu espírito do tempo —, sobretudo porque há uma urgência convidando à reflexão sobre o avanço alucinante da dinâmica pragmática da cultura progressista e materialista que ocupou quase todos os setores da sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

AINDA a morte do mestre. *Diário de Notícias*, Salvador, p. 1, 16 nov. 1920.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre fenômenos extremos*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1992.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Publicações

Europa-América, 1976.

CENCI, Ângelo V. Educação e ética – aproximações a partir das propostas educativas de Aristóteles e Kant. In: DALBOSCO, Cláudio; CASAGRANDA, Edison. A.; MÜHL, Eldon H. (Orgs.). *Filosofia e pedagogia: aspectos históricos e temáticos*. São Paulo: Autores Associados, 2008.

DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio: Brasília: Unb, 1999.

FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

HOBSON, Peter. Aristóteles. In: PALMER, Joy A. *50 Grandes educadores*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 25-32.

HUBERT, René. *História da pedagogia*. 3. ed. São Paulo: Nacional: Brasília: INL, 1976.

JAEGER, Werner Wilhelm. *Paidéia: a formação do homem grego*. 4.ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

O Traspasse do Patriarcha. *O Imparcial*, Salvador, p. 1-2, 14 nov. 1920.

PLATÃO. *Apologia de sócrates*. Rio de Janeiro: Edições de ouro, 1971.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Páginas de língua e de educação*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1939.

SIMMEL, George. *As grandes cidades e a vida do espírito* (1903). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/>

WfkbJzPmYNdfNWxpyKpcwWj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 jul. 2022.

SOUZA, Bernardino José de. *Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro*. Bahia Ilustrada, Rio de Janeiro, ano v, nº 37, p. 17-19 mar. 1921.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Unesp: Salvador: Edufba, 2001.



O PRÍNCIPE ITALIANO UMBERTO DI SAVOIA E SUAS VISITAS NA BAHIA EM 1924

Antonella Rita Roscilli¹

RESUMO

Fruto de uma conferência que a autora realizou em 12 de setembro de 2017 no Auditório do IGHB, o artigo traça em detalhes o roteiro da viagem do Príncipe do Piemonte, Umberto di Savoia, quando, no ano de 1924, visitou o estado da Bahia. Trata-se de um testemunho fundamental para revelar as relações entre Itália e Brasil naquela época histórica. O Príncipe nasceu em 1904 no palácio di Racconigi, perto da cidade italiana de Turim e faleceu em Genebra em 1983. Era filho de Vittorio Emanuele III, rei da Itália e de Elena del Montenegro. A viagem para o Brasil foi motivada pela grande imigração italiana nas Américas. Em Salvador-Bahia, foi recebido com muita honra e festejos. Foi lá que festejou o seu aniversário de 20 anos. A viagem foi imortalizada em um filme histórico realizado pela A. Botelho Filme

¹ Pesquisadora, escritora, brasilianista, jornalista e tradutora. Mora em Roma e é membro correspondente pela Itália do IGHB. Doutora em Estudos Multidisciplinares (Universidade Federal da Bahia – UFBA). Diretora de “Sarapegbe”, Rivista italiana bilíngüe di Dialogo Interculturale. Graduada na Itália em Lingue e Letterature Moderne (Università La Sapienza di Roma), trabalhou por muitos anos na Rai – Radiotelevisione Italiana. Mestre em Cultura e Sociedade (Universidade Federal da Bahia – UFBA). Membro correspondente da ALB – Academia de Letras da Bahia. Tem publicado várias obras e ensaios.

do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Umberto di Savoia; Príncipe do Piemonte; Salvador-Bahia; História; Cultura, Imigração italiana no Brasil.

ABSTRACT

The preparation of this article, the result of the conference that the author held in September 12, 2017 at the IGHB Auditorium. The article summarizes the journey of the Prince of Piedmont, Umberto di Savoia, when, in 1924, he visited the state of Bahia in 1924. fundamental witness to reveal the relations between Italy and Brazil in that historical epoch. The Prince was born in 1904 in the palace of Racconigi, near the Italian city of Turin and died in Geneva in 1983. He was the son of Vittorio Emanuele III, King of Italy and Elena del Montenegro. The trip to Brazil was motivated by the great Italian immigration in the Americas. In Salvador Bahia he was received with great honor and festivities. It was there that he celebrated his 20th birthday. The trip was immortalized in a historical film made by A. Botelho Filme in Rio de Janeiro.

Key words: *Umberto di Savoia; Prince of Piedmont; Salvador Bahia; History; Culture; Italian Immigration in Brazil.*

Há quase cem anos, em 12 de setembro de 1924, aportava na Baía de Todos os Santos o italiano Umberto di Savoia, príncipe do Piemonte e futuro herdeiro ao trono do Reino da Itália. Foi sua primeira visita oficial ao Brasil e naquela viagem visitou a Bahia. A viagem ficou imortalizada em um documentário histórico, produzido pela A. Botelho do Rio de Janeiro. No Auditório do IGHB - Instituto

Geográfico Histórico da Bahia, a importante visita foi tema de palestra realizada em 2017 pela autora deste artigo e que teve a honra de ter ao seu lado, também como palestrante, o saudoso professor Edivaldo M. Boaventura (1933-2018). A coordenação da mesa foi do saudoso prof. dr. Roberto Santos (1926-2021), ex-governador do estado da Bahia.

Reconstruiu-se a viagem e os dias que o príncipe passou na Bahia, seja através de pesquisas realizadas nos jornais da época, seja através do próprio documentário. Na Itália, esta viagem de Umberto di Savoia não foi anunciada por nenhum jornal. Na Europa, a única notícia encontrada até agora se encontra em um jornal espanhol: em 14 de maio de 1924, o jornal ABC na Coluna “Resumen Telegráfico del Estranjero” anunciou que o príncipe do Piemonte efetuará a viagem pela América do Sul a bordo de um “corazado”.

Mas qual era a situação política da Itália quando o jovem Umberto fez esta viagem? Vale ressaltar que, na Itália, a situação estava bastante delicada. O país, na época, era ainda uma monarquia, mas começaram a se expandir ideologias autoritárias e iliberais que contribuíram para a ascensão do regime fascista. O rei Vittorio Emanuele III chamou o jovem Benito Mussolini para formar o novo governo, e o nomeou “Presidente del Consiglio”. Mussolini foi chefe do Governo italiano de 31 de outubro de 1922 até 25 de julho de 1943, época que resultou no conhecido “ventennio fascista” italiano. Em 6 de abril de 1924, aconteceram novas eleições e quem ganhou foi a lista política capitaneada por Mussolini. O deputado socialista Giacomo Matteotti formulou um discurso no Parlamento italiano no dia 3 de maio de

1924, denunciando e sustentando com provas a violência fascista que estava na origem da falsificação dos resultados das *eleições*. Em 10 de junho do mesmo ano foi assassinado.

Em janeiro de 1925, o próprio Mussolini assumiu responsabilidade moral, política e histórica do que aconteceu nos últimos meses. Desde o fim dos anos 1920, começou a recolher sobre Umberto di Savoia, príncipe herdeiro, um dossiê para chantageá-lo. Se passaram muitos anos e, depois da vitória da República em 1946, a família Savoia foi exilada. Pôde voltar somente em 2002, quando o Parlamento revogou o banimento dos descendentes masculinos da ex-família real, imposto pela Constituição republicana de 1946. A severidade da medida se justificava pelo fato de o penúltimo rei italiano, Vittorio Emanuele III, ter sido cúmplice do regime fascista de Benito Mussolini.

O príncipe Umberto era filho do rei da Itália Vittorio Emanuele III e Elena del Montenegro. Nasceu no Castelo de Racconigi, na região italiana de Piemonte, no dia 15 de setembro de 1904, e recebeu os nomes de Umberto Nicola Tommaso Giovanni Maria di Savoia. O pai anunciou seu nascimento ao prefeito de Roma e ao primeiro-ministro Giovanni Giolitti e, pela ocasião, doou um milhão de liras (que era uma soma muito grande na época) para a “Cassa nazionale di previdenza per l’invalidità e la vecchiaia degli operai” (“Fundo Nacional de Pensão, Invalidez e Velhice dos operários”). Umberto tinha quatro irmãs: Iolanda, Mafalda, Giovanna e Maria Francesca. Para a educação dele, chegou uma dúzia de professores coordenados pelos militares, pois o rei, seu pai, decidiu que era necessário treinar a criança em particular,

sem contato com colegas. A educação de Umberto foi, portanto, de natureza militar, incluindo disciplina, quartel, academias, exercícios, sob a orientação do almirante Attilio Bonaldi, homem íntegro, honesto, e muito exigente. Obediente e respeitoso, ele cresceu na solidão e formou um caráter dominado pelo obséquio à autoridade e hierarquia.

De acordo com o costume dinástico, o príncipe Umberto fez uma carreira militar rápida e tornou-se general do exército. Com apenas 19 anos de idade, ele, como representante oficial da Itália, realizou uma de suas primeiras missões políticas no exterior, na América do Sul, após ter acompanhado nos meses precedentes os reis da Itália em visita oficial à Inglaterra e à Espanha. Havia pouco tempo, inclusive, uma viagem de instrução o levara ao Mar do Norte, onde navegara pelas costas suecas, dinamarquesas e norueguesas, além de ter penetrado os canais dos Países Baixos. Seus passos nessa, como em outras viagens, eram acompanhados de perto pelo Almirante Attilio Bonaldi, um dos mais prestigiados da Itália. Professor catedrático de astronomia, hidrografia e náutica na Escola Naval de Livorno, Bonaldi foi o primeiro comandante de submarinos em seu país. Tempos depois, foi nomeado diretamente pelo rei como preceptor e responsável pela segurança pessoal do príncipe. Por essa razão, Bonaldi foi o encarregado principal da viagem de Umberto ao Mar do Norte, e da esquadra que, em 1924, o transportou para a América do Sul. Teve, assim, muita autoridade sobre os respectivos comandantes do San Giorgio e do San Marco, os couraçados italianos que levariam o príncipe e sua comitiva.

Duas foram as etapas do príncipe Umberto di Savoia, na Bahia, em 1924: a primeira, informal, aconteceu no mês de julho (de 26 de julho até dia 30 de julho). A outra, dessa vez oficial, aconteceu no mês de setembro (de 12 de setembro até dia 17 de setembro). As visitas faziam parte de uma viagem bem maior pois, a bordo dos couraçados italianos, o príncipe visitaria quatro países da América do Sul: Uruguai, Argentina, Chile e Brasil. A viagem estava programada desde maio daquele mesmo ano. Depois de passar pelo estreito de Gibraltar, portal do Mar Mediterrâneo, que liga o sul da Espanha ao Marrocos, a viagem previa que chegasse à Baía de Todos os Santos, passasse pela longa costa brasileira, parasse na cidade de Santos para abastecimento, e seguisse para São Paulo e Rio de Janeiro. Depois seguiria para Buenos Aires e Montevideú, onde permaneceria entre 6 e 30 de agosto. Durante esse período, a célebre cordilheira dos Andes seria visitada pelo príncipe Umberto e comitiva em viagem de trem partindo de Santiago, Chile. Em seguida, partiria de Buenos Aires para a vizinha Montevideú.

A excursão através do Atlântico proporcionaria a Umberto uma experiência em diferentes áreas de sua formação militar nos dois navios de guerra da Marinha italiana aptos para transportar cada um 12 toneladas. E ele passaria um longo período convivendo apenas com militares, isto é, os 1600 oficiais, suboficiais e marujos que constituíam a tripulação dos dois navios. Mas havia um outro importante motivo que justificava essa longa viagem, ou seja, a existência de grandes comunidades de imigrantes italianos e descendentes de imigrantes

na América do Norte e do Sul. Lembramos que, por diversos fatores sociopolíticos, a Itália foi um dos países europeus que mais exportou mão de obra para o exterior.

Entre 1876 e 1914, emigraram 14.027.100 italianos, destes 3.317.170 foram para Argentina, Venezuela e Brasil. Neste último, o percentual de italianos passou a representar 57,4% do total de imigrantes. Nas décadas 1920 e 1930, foi a vez de outros 3.000.000 emigrantes italianos e, dessa vez, o principal destino foram os Estados Unidos, enquanto na América do Sul preferiu-se a Argentina e, em segundo lugar, o Brasil. São Paulo foi o estado onde mais se concentraram tais imigrantes, devido às escolhas dos governos, às condições climáticas e econômicas. Até 1920, o estado de São Paulo recebeu aproximadamente 70% dos imigrantes italianos, representando 9% da sua população total. Até o ano de 1920, deram entrada nesse estado 1.078.437 italianos.

O terceiro motivo da viagem foi o fato de que, em maio de 1924, o senado norte-americano aprovou uma lei restritiva à entrada de alguns imigrantes definidos indesejáveis no país, inclusive europeus católicos, como era a maioria dos italianos. A “Immigration Act”, como ficou conhecida a lei, ao estreitar a entrada de italianos, levou as autoridades da Itália a se defrontarem novamente com o problema, procurando uma alternativa aos Estados Unidos. Isso poderia supor que, talvez, na viagem de Umberto, estivesse também o objetivo de examinar, junto às autoridades sul-americanas, a possibilidade de virem mais imigrantes italianos para a América do sul. Destacamos que,

ainda em 1924, um ex-ministro da Itália foi para o Brasil. Somente dois anos depois da Marcha sobre Roma (1922), Benito Mussolini enviou como novo embaixador no Rio de Janeiro o marechal Pietro Badoglio, mostrando que o Brasil tinha certa importância para a diplomacia italiana.

Para a chegada do príncipe Umberto, tanto no Rio quanto em São Paulo e Salvador, os preparativos dos festejos previam a participação das autoridades diplomáticas, como também dos italianos e seus descendentes. De fato, a cidade de Salvador não estava no cronograma inicial da viagem de Umberto ao Brasil. Sede das principais instituições da nação e das representações diplomáticas dos países era o Rio de Janeiro, que passou por várias reformas em sua estrutura urbanística. Por isso, o Rio foi a cidade eleita para receber o príncipe do Piemonte. Por sua vez, o desejo de levá-lo ao estado de São Paulo pode ser atribuído à relevância econômica de sua cafeicultura, à sua capital e, principalmente, à sua grande comunidade de imigrantes italianos.

Na realidade, foi muita a incerteza causada pelas rebeliões dos tenentes em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 4 de julho daquele ano, o general gaúcho, Isidoro Dias Lopes, e o oficial de polícia, Miguel Costa, iniciaram em São Paulo um levante militar contra o governo federal. Portanto, em meio a certo constrangimento diplomático, o cronograma sofreu importantes alterações. A primeira modificação ocorreu em julho, quando a esquadra italiana já estava navegando e excluía a capital brasileira e São Paulo do roteiro da viagem de ida, ficando adiadas para setembro, quando do retorno de Montevideú,

embora já houvesse preparação de festejos e eventos no Rio e em São Paulo para a recepção ao príncipe.

O próprio embaixador italiano Pietro Badoglio passou uma nota ao ministro Félix Pacheco, informando que se espalhou na cidade a voz de que alguns indivíduos haviam determinado a deflagração do movimento revolucionário no Rio de Janeiro, precisamente para o dia em que o príncipe Umberto chegasse à cidade. Diante de tal contexto de insegurança, o governo federal e a embaixada italiana, em conjunto, adiaram a visita de Umberto ao Rio, cancelando também a viagem a São Paulo. Entretanto, antes de Montevideu ou Buenos Aires, primeiros portos fora do Brasil, a parada para abastecimento estava prevista em Santos.

Por outro lado, isso se tornou muito inseguro também pelo fato de Santos ter se convertido em centro de operações da armada brasileira contra os revoltosos de São Paulo, acompanhada da concentração de poderosos navios de guerra e do desembarque de tropas para lutar na capital. Nem os portos de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul estavam seguros, devido à proximidade do epicentro da revolta, além de ser excessivamente distantes. O governo federal desconfiava que a insurreição de São Paulo tivesse ramificações naquela região. Foi assim que se pensou na cidade de Salvador e, julgando certamente que a situação na capital baiana era mais segura, foi indicada como porto de abastecimento para os navios italianos. As autoridades previram que, de Salvador, Umberto seguiria diretamente para Buenos Aires e Montevideu. Finalmente, na volta, a esquadra o levaria ao

Rio de Janeiro, onde permaneceria entre 9 e 24 de setembro, numa longa estadia.

Como a revolta em São Paulo começou em julho, quando os couraçados italianos já se dirigiam da Europa para o Brasil, a sua primeira parada no porto de Salvador foi, de certa forma, improvisada e atendeu prioritariamente à necessidade de abastecer os navios com água e carvão, visto ser impossível completar sem escalas a viagem de Dakar até Montevideu e Buenos Aires. Embora Umberto fosse o futuro rei da Itália, em sua primeira passagem por Salvador, ele não representou seu país em caráter diplomático, razão pela qual permaneceu “incógnito” no navio San Giorgio. Em tais circunstâncias, não se esperava do governador Góes Calmon a realização de recepções oficiais. Além de não se tratar de visita diplomática, não haveria tempo suficiente para preparar uma recepção oficial. Com o envio de um telegrama, o presidente Artur Bernardes tinha solicitado a Góes Calmon que recebesse o herdeiro ao trono do reino da Itália da melhor forma possível e dentro do que a situação permitia. Góes Calmon, então, entrou em contato com o cônsul italiano na Bahia, Fernando Scaldaferrri, pai do Sante Scaldaferrri, saudoso artista plástico de origem italiana, que foi encarregado de organizar um programa de recepções, com a participação das autoridades públicas.

No dia 26 de julho de 1924, o príncipe Umberto chegou pela primeira vez em Salvador. A população local havia sido informada de sua chegada com poucos dias de antecedência, e sabia que ele não transitaria como representante oficial da Itália. Temos registro em

jornais da época e existem poucas fotos dessa primeira passagem. Em trajes civis, Umberto realizou alguns passeios pela cidade, visitou monumentos, instituições, igrejas, e compareceu a recepções realizadas pelo governo estadual e pela colônia italiana na Bahia, mantendo, porém, a sua hospedagem no próprio navio San Giorgio.

Quando os dois navios italianos chegaram em Salvador, na manhã de sábado, 26 de julho, o almirante Bonaldi desembarcou e dirigiu-se ao Palácio da Aclamação, onde foi apresentado a Góes Calmon. Após os cumprimentos, o príncipe e os outros italianos desembarcaram sem solenidades no cais. As autoridades todas fizeram rápido giro pela cidade. No primeiro carro, seguiram Umberto di Savoia, Bonaldi, Scaldasferri, um tenente baiano posto à sua disposição e outros oficiais italianos, enquanto nos demais vinham, entre outros, o delegado de Salvador Pedro Gordilho, e o oficial italiano Rodolfo Bruzzi, ambos responsáveis pela segurança do príncipe italiano. Seguiram do bairro do Comércio, onde ficava o porto, em direção à Cidade Alta através da Ladeira da Montanha e, em seguida, pelos bairros centrais de São Pedro e Piedade, pelo Campo Grande e pela Vitória.

Desceram a ladeira da Barra e, passando pelo Forte de Santo Antônio, seguiram para Ondina, onde ficava, na época, o monumento do Cristo, erguido em 1920 por Pasquale de Chirico escultor, desenhista e professor italiano. Morava em São Paulo, quando em 1903 o engenheiro baiano Teodoro Sampaio o convidou para criar as esculturas da Faculdade de Medicina da Bahia, que estava sendo reformada após um incêndio. Depois de ter admirado este belo mo-

numento do Cristo, realizado em mármore de Carrara, à tarde, o príncipe foi conduzido pela estrada de Camaçari por um passeio. À noite, houve um espetáculo em homenagem a ele no Politeama Baiano, que se tornara a principal casa para apresentações de Salvador, após o incêndio do antigo Teatro São João em 1923. Foi nessa noite que a “sociedade” baiana foi apresentada ao príncipe, que, do camarote do governador e em sua companhia, recebeu no final da apresentação os aplausos da plateia e dos artistas da companhia espanhola Velasco, em temporada em Salvador.

Na segunda-feira, dia 28, o príncipe visitou alguns edifícios do centro da cidade. Antes de tudo, foi para o templo consagrado ao culto da memória e da tradição baianas: o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB, Junto com o presidente do IGHB, engenheiro Teodoro Sampaio, visitou o museu da instituição e foi conduzido até o zimbório que, na época, era o ponto mais alto de Salvador. Segundo relato dos jornais, Umberto ficou encantado com a paisagem que se apresentou diante dele, formada pelo telhado dos casarões do centro e os pontos mais salientes da ilha de Itaparica, no lado oposto à cidade e separada pela Baía de Todos os Santos. Em seguida, Umberto se dirigiu à Praça XV de Novembro (Terreiro de Jesus), onde visitou a centenária Faculdade de Medicina, a antiga Catedral Basílica e o Convento de São Francisco. Essa primeira visita incluiu ainda recepções da comunidade italiana no Círculo Italiano e no Clube Baiano de Tênis. Falou ainda do seu gosto em colecionar quadros de antepassados seus, inclusive um de D. Teresa Cristina,

sua prima e ex-imperatriz do Brasil.

Na terça-feira dia, 29 de julho, o príncipe permaneceu no navio San Giorgio, de luto, em resguardo da data da morte do avô, o rei Umberto I, assassinado pelo anarquista Gaetano Bresci, durante uma visita oficial na cidade de Monza em 29 de julho de 1900. No último dia, quarta feira, dia 30 de julho, antes de partir, membros da comunidade italiana foram convidados a bordo do navio. Umberto seguiria diretamente para Buenos Aires, onde permaneceria entre 6 e 30 de agosto, visitando também o Chile. Em seguida, partiria de Buenos Aires para a vizinha Montevideú, onde estaria até o dia 5 de setembro. Finalmente, a esquadra o levaria ao Rio de Janeiro, onde permaneceria entre 9 e 24 de setembro, numa longa estadia e, caso as condições os permitissem, iria visitar São Paulo.

Entretanto, a permanência da situação de incerteza no Rio, com atentados e bombas, levou o governo federal e a embaixada italiana, em conjunto, a adiarem novamente a visita nas duas metrópoles brasileiras, dessa vez sem marcar nova data. Félix Pacheco enviou ao embaixador da Itália, com o “máximo pesar”, um novo pedido de transferência da visita. Informando que a polícia, sem sucesso, vinha se esforçando para encontrar os autores dos incidentes, lamentou profundamente a impossibilidade de o Rio de Janeiro receber o Príncipe do Piemonte. Foi assim que se decidiu pela reinserção da Bahia no programa da viagem, anunciando-se para o mês de setembro recepções oficiais, com o envio a Salvador, a bordo do moderno couraçado brasileiro São Paulo, do chefe da embaixada italiana no Brasil, o marechal Pie-

tro Badoglio, do ministro das Relações Exteriores, o piauiense Félix Pacheco, Artur Bernardes Filho e outros.

No dia 10, já era de conhecimento público o fato de que haveria dois grandes eventos no Clube Baiano de Tênis e na Associação Atlética, além da realização de um passeio marítimo e de um baile no Palácio da Aclamação. Previa-se também a realização de uma festa da comunidade italiana no Clube Baiano de Tênis, na qual alguns artistas dançariam “tarantella”, além do maxixe, e de ritmos tradicionais espanhóis e portugueses. Além desses eventos, estava previsto um baile no Palácio da Aclamação. O Palácio da Aclamação é “fruto da ampliação de um solar oitocentista, com características neoclássicas, embora sem perder a rigidez que o estilo exige, reflete passagens pelo ecletismo arquitetônico que norteou as edificações das primeiras décadas do século XX na Bahia” (SENA, 1991).

Foi neste belo Palácio que o governador Calmon mandou instalar nova iluminação e telefones em seus cômodos, transferindo ao mesmo tempo sua família e alguns pertences para sua residência particular, o belo Palacete do Caquende, no bairro de Nazaré, que, em 7 de março de 1983, virou sede da ALB - Academia de Letras da Bahia. Calmon trouxe de sua casa as melhores peças da sua valiosa coleção de móveis em jacarandá e vinhático, esculturas religiosas, porcelanas, pinturas, cristais e prataria.

Foram assim mobiliados os vários cômodos da ala direita do Aclamação, destinados de início ao príncipe. Entretanto, como Umberto não aceitou a hospedagem oficial, nessa parte do prédio foi hospe-

dado o ministro, enquanto, na ala esquerda, ficaram o embaixador Badoglio, seu filho e outros. Além disso, Góes Calmon encomendou a confecção de um escudo italiano, a ser montado no obelisco situado no jardim frontal do Palácio da Aclamação, e uma bandeira italiana, a ser fixada na grande mangueira existente em seus jardins, ambos iluminados com as cores da Itália. O governador também reservou os cômodos de luxo da pensão Beau Sejour e do Hotel Meridional para acomodar os demais visitantes.

Por sua vez, a Intendência Municipal assumiu a responsabilidade de preparar as principais ruas a serem percorridas por Umberto. Em setembro de 1924, já se anunciava nos jornais da Bahia que o príncipe seria recebido oficialmente em Salvador. Os dois adiamentos da visita de Umberto e as respectivas transferências para Salvador, destacaram como o Rio de Janeiro e São Paulo, de um lado, e a Bahia, de outro, estavam vivendo situações políticas distintas. É esse um dos aspectos que tornam as visitas do príncipe na Bahia um acontecimento significativo. A transferência para a Bahia resultou da percepção das autoridades federais e estaduais de que Salvador ofereceria mais segurança e tranquilidade.

Para dar boas-vindas ao Príncipe, no dia 9 de setembro, do Rio de Janeiro para Bahia, partiu o encouraçado São Paulo. A belonave São Paulo tinha um passado importante. Em 1920, havia transportado, na ida e na volta, os reis da Bélgica, Alberto I e Elizabeth, por ocasião da visita que fizeram ao Brasil no final daquele ano, quando o governo gastou grande fortuna para sua ornamentação. Na volta para o Brasil,

o São Paulo trouxe da Europa os restos mortais dos imperadores D. Pedro II e D. Teresa Cristina para eles repousarem no país que tanto amaram. O cortejo fúnebre que saiu do Panteão dos Bragança reuniu grande multidão nas ruas da capital portuguesa; acompanharam os corpos até o navio brasileiro o Conde D'Eu e o Príncipe D. Pedro.

O encouraçado São Paulo chegou à Bahia numa ensolarada tarde do dia 11 de setembro. Era um sábado. Bandas de músicas tocaram marchas e um cortejo de vários automóveis, encabeçados pelo Landauet do estado, partiram em direção ao Palácio da Aclamação, realizando o percurso Ladeira da Montanha – Avenida 7 de Setembro por entre alas formadas pelo povo. Vinham nos carros o governador Calmon, Badoglio, Pacheco, Xavier, Mário Barbosa e outros. Ao chegarem no destino, o embaixador, o filho do presidente e o ministro receberam as continências das forças militares que os esperavam. Em seguida, foram introduzidos no palácio. Entre o final da tarde e o jantar, o ministro F. Pacheco passeou com o governador visitando a sede do Clube Baiano de Tênis. No entanto, Badoglio, Siciliani e Scaldaferrri deram algumas voltas pela cidade com o intendente Joaquim Pinho.

À noite, houve um jantar no Palácio da Aclamação, com presença dos hóspedes, da família Calmon e amigos. Na mesma tarde em que Umberto chegou, em 12 de setembro, Pietro Badoglio e Pacheco, em companhia de Góes Calmon, visitaram pela primeira vez o prédio do IGHB, subiram até o zimbório, e admiraram a bela vista. À noite, no Politeama Baiano, teve a opereta “Frasquita”, encenada pela companhia Velasco, assistida por Badoglio, o governador Calmon, o

ministro Félix Pacheco e Artur Bernardes Filho.

Naquele 12 de setembro, no início da tarde, verificaram-se cenas parecidas com as do dia anterior, mas dessa vez para a chegada de Umberto nos encouraçados italianos San Giorgio e San Marco. Os pontos da cidade alta que avistavam o cais estavam cheios de pessoas, e quando a esquadra italiana se aproximou do porto, foi saudada pelos canhões do São Paulo. Seguindo novamente o protocolo, Badoglio e Siciliani foram ao San Giorgio. Introduzidos pelo embaixador na câmara de Umberto, o governador e Pacheco cumprimentaram-no em nome do governo federal e do governo estadual.

O primeiro desembarque do príncipe deu-se na manhã do dia 13 de setembro, sábado. Já às 9h30, quando Umberto di Savoia pisou os degraus do cais, “ressoaram” os aplausos, tocou-se o Hino Nacional e a “marcha batida”, enquanto os soldados apresentavam armas, e o cortejo do bairro Comercial chegava até o Palácio da Aclamação. No primeiro carro, vinham Góes Calmon, Artur Bernardes Filho, seguidos dos carros da polícia, e do carro de Badoglio e Gordilho. Deixaram o bairro do Comércio e se dirigiram à Ladeira da Montanha, percorrendo-a em direção à cidade alta. Passaram sob o arco montado pela Intendência, pelo Mosteiro de São Bento, e entraram na Avenida 7 de Setembro, cortando novamente os bairros de São Pedro, Piedade e Mercês. Nos postes e nas casas particulares destacavam-se as cores e as bandeiras da Itália e do Brasil.

No Palácio da Aclamação, os esperava uma longa fila de soldados. As autoridades retornaram, entraram nos carros e, num cortejo

menor e sem a cavalaria, seguiram em direção ao Cristo, cortando os bairros do Campo Grande e Vitória, descendo a Ladeira da Barra e, em seguida, entrando na recém-construída Avenida Oceânica, onde ficava o monumento. Todos desceram, admiraram, entraram novamente nos carros e fizeram retorno para o Círculo Italiano. O filme produzido por Botelho mostra nesse momento que do lado de fora do edifício concentravam-se várias pessoas emocionadas e à espera da entrada e da saída de Umberto.



Príncipe Umberto Di Savoia, Governador Góes Calmon e ao fundo o consul Fernando Scaldasferri

Fonte: Acervo Sante Scaldasferri

Domingo 14 de setembro, outro evento público de importância foi a aparição de Umberto numa partida de futebol na Graça. Ao

entrar no estádio, de automóvel, Umberto recebeu as continências da força policial presente e foi saudado por 10 mil pessoas, segundo o Diário Oficial. Sentando-se na tribuna de honra ao lado de Góes Calmon e sua esposa, Julieta Maia de Góes Calmon, Bonaldi, Badoglio, Scaldaferrri e Bráulio Xavier, assistiu aos desfiles dos diversos clubes esportivos da cidade e dos marinheiros do São Paulo.

No dia 15 de setembro se festejou o aniversário do príncipe: 20 anos. Houve um jantar-banquete a bordo do San Giorgio oferecido pelo príncipe ao ministro Pacheco, a Góes Calmon, a Badoglio e a Penido. Apenas autoridades governamentais e oficiais tripulantes do São Paulo e dos navios italianos estiveram presentes. Seguiu um baile oferecido pelo governo do estado a Umberto de Sabóia, organizado pela diretoria do Clube Baiano de Tênis, na sede daquela associação – localizada na Graça – e contou com a presença do governador Calmon, o ministro Pacheco, o embaixador italiano e os almirantes Bonaldi e Penido. Naquela noite, as bandas do São Paulo e do próprio clube tocaram jazz, enquanto a banda do São Giorgio executou “O Guarany”. Outro evento foi organizado no dia 16 na sede da Associação Atlética. A maior recepção ocorreu, porém, no Palácio da Aclamação, no dia do aniversário de Umberto. Segundo o jornal A Tarde, na noite do dia 15, o Palácio tinha ares “majestosos”, cheio de luzes elétricas em sua fachada.

Terça 16 de setembro, de manhã, outro evento previsto no cronograma e de caráter mais reservado, foi a realização de um passeio pela Baía de Todos os Santos a bordo do vapor Santo Amaro, da

Companhia Baiana de Navegação. Fizeram parte do passeio, além de Umberto, Góes Calmon, Badoglio e Artur Bernardes Filho, vários oficiais, tripulantes do São Paulo e dos navios italianos, as filhas de Góis Calmon e suas amigas. O vapor dirigiu-se à baía de Aratu, onde foi servido o almoço, tendo em seguida, no meio da tarde, retornado ao porto de Salvador. O filme de Botelho, que contém um trecho gravado nesse evento, mostra não apenas as praias, os morros, a densa vegetação, o céu, mas também velhas igrejas e engenhos de açúcar à margem da baía de Todos os Santos, para depois focar os visitantes.

Na quarta-feira do dia 17, o príncipe dirigiu-se à Bolandeira, estação de tratamento de água de Salvador. Foi conduzido à fábrica de refrigerantes da Fratelli Vita, localizado na Barão de Cotegipe, no bairro da Calçada. Na entrada do estabelecimento, havia uma concentração de pessoas que saudaram o herdeiro ao trono quando o mesmo entrava no estabelecimento. Pela tarde, realizou-se uma cerimônia no Carmo, insistentemente anunciada nos jornais por não ter sido prevista no cronograma da recepção. O evento consistia em depositar coroas de flores no túmulo do conde Bagnuolo (Nápoles, 1575 - Salvador, 1640), nobre e militar italiano, sargento-mor da Calábria inferior, do Batalhão de Guerra do Exército Real, governador, mestre-de-campo no Brasil, Príncipe de Monteverde. Entrou ao serviço da Coroa Espanhola à frente de um regimento de soldados napolitanos. No contexto da primeira das Invasões holandesas do Brasil (1624-1625) participou, em 1625, da retomada de Salvador aos neerlandeses. Lutou contra os holandeses na Bahia (1625) e em Pernambuco (1631 e 1639). Faleceu

em Salvador e foi enterrado na Igreja do Carmo.

Foi uma cerimônia simples e emocionante, mostrando quanto a Bahia, berço da história e da cultura do inteiro Brasil, tivesse compartilhado com a península itálica durante os séculos. O papel da evocação da história baiana ficou nas visitas às igrejas de Salvador e ao IGHB, depositário de antigas relíquias e guardião das tradições baianas. Acompanhado, como de regra, por Gordilho e Bonaldi, o príncipe teria admirado a sacristia da Catedral Basílica, que é o diálogo da talha, dourado com a pedra de Liós, São Francisco, São Domingos, Ordem Terceira, e a concentração de azulejos. No Convento de São Francisco admirou seus aspectos artísticos, especialmente dos azulejos que forravam o claustro.

Na mesma tarde, Umberto visitou ainda a Igreja da Piedade e a do Bonfim. Um detalhe importante é que, na tarde daquele dia, após retornar da cerimônia na Igreja do Carmo, Umberto, num gesto significativo para aquela estadia, descansou na cama que lhe fora cuidadosamente preparada no Palácio da Aclamação. Era como se, assim, desse o sinal de que a Bahia, pela segurança que proporcionou aos seus hóspedes e pelo requinte dos seus anfitriões, fosse digna da visita de um Príncipe. A cama em jacarandá era preciosa, em estilo Dom João V, da segunda metade do século XVIII. Hoje em dia, pode ser admirada no Acervo do Museu de Arte da Bahia, situado no Corredor da Vitória, em Salvador.

Durante a estadia do Príncipe do Piemonte aconteceram três banquetes reservados. No primeiro, realizado no dia 13, destacaram-se

Bonaldi e oficiais do San Giorgio; Pacheco, Badoglio, Penido, Artur Bernardes Filho e outros tripulantes do São Paulo; Góes Calmon, sua esposa e mais quatro filhas; Bráulio Xavier, o presidente da Associação Comercial do Estado. O segundo banquete foi um jantar ocorrido a bordo do San Giorgio, no dia 15 de setembro, dia do aniversário de Umberto, oferecido pelo Príncipe ao ministro Pacheco, a Góes Calmon, Badoglio e Penido. Além deles, apenas autoridades governamentais e oficiais tripulantes do São Paulo e dos navios italianos estiveram presentes. Pela ocasião, o Príncipe recebeu um riquíssimo presente do presidente Artur Bernardes: cinco brilhantes do Brasil dispostos como a Cruzeiro do Sul. Por seu lado, o governador o presenteou com pedras preciosas, quais diamantes, turmalinas etc. Finalmente, no dia 17 de setembro, a bordo do couraçado brasileiro, ocorreu o último banquete, oferecido por Penido ao príncipe para a despedida.

A Bahia continuou a honrar os seus hóspedes. Reiniciaram uma nova série de recepções, visitas e saudações ao modo efusivo das manifestações de apreço do povo baiano. O ministro Felix Pacheco foi solenemente incorporado como sócio honorário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia pela palavra sábia de Teodoro Sampaio. (BOAVENTURA, 2015).

Dessa importante estadia na Bahia, além das reportagens nos jornais da época, nos resta o documentário, realizado pela A. Botelho Film, do Rio de Janeiro com título “O príncipe herdeiro da Itália em terras do Brasil”, de caráter jornalístico e dividido em três partes. Foi

encomendado pelo poder público federal. Pela primeira vez o filme foi exibido em São Paulo nos dias 4 e 5 de novembro de 1924, no cinema Colombo; 6 de novembro, no Fênix; de 10 até 12 de novembro, no Colombinho e no dia 18 de novembro, no América. Uma cópia em nitrato com tingimento foi depositada na Cinemateca Brasileira em maio de 1983 pela Coordenadoria de Cultura do Estado de Minas Gerais e duplicada no laboratório de restauro da Cinemateca em setembro do mesmo ano. Restaurado pela Cinemateca Brasileira no projeto “Resgate do Cinema Silencioso Brasileiro”/CEF - Caixa Econômica Federal, 2007-2008. Este documentário faz parte de um significativo conjunto de documentários silenciosos brasileiros, que se dedicou a registrar políticos, militares, membros da realeza e esportistas estrangeiros que visitaram o Brasil em viagens, com objetivos de estreitamento de laços políticos, comerciais, culturais. Vale ressaltar que a década de 1920 representou o início da consolidação do Modernismo no Brasil e ruptura com movimentos anteriores. Entre as artes, o cinema representava uma grande novidade.

Para a segunda passagem na Bahia do príncipe e sua comitiva, desta vez oficial, tudo foi preparado em detalhes. Para registrar os momentos significativos, a bordo do encouraçado São Paulo, viajaram profissionais da Revista da Semana e da empresa cinematográfica Botelho Film, ambas localizadas no Rio de Janeiro. Da Botelho Film, localizada num dos mais modernos estúdios da América do Sul, estavam José Alves Neto junto com Alberto Botelho, seu fundador, e um dos principais cinegrafistas da época, com mais de dez filmes

produzidos, entre obras de enredo e jornalísticos, como, por exemplo, a película da posse de Artur Bernardes na presidência da República (1922). Botelho, que foi o segundo a realizar filmes no Rio de Janeiro e o primeiro a produzi-los em São Paulo, ambicionava tornar o Brasil um grande centro de produção cinematográfica.

O filme mostra, em sequência, as principais cenas da viagem a Salvador, a bordo do encouraçado São Paulo, os embarques e desembarques de autoridades, as apresentações oficiais, os passeios e recepções a Umberto, jantares, ruas, pessoas. A viagem desses profissionais a Salvador, além de demonstrar a relevância da presença de Umberto para as autoridades brasileiras, contribuiu, através do uso da tecnologia, para dar um maior brilho à recepção do príncipe, e um dos primeiros trabalhos realizados por esses fotógrafos foi a bordo do São Paulo. De imediato, chama a atenção nas imagens o destaque dado à tripulação e ao próprio encouraçado brasileiro. Destacando detalhes como cordas, cabos, faróis, antenas e, principalmente, os poderosos canhões da belonave São Paulo, os fotógrafos quiseram destacar a relevância da belonave, no esforço do governo federal de conferir prestígio e segurança à visita do príncipe Umberto. Sem esquecer que essa belonave de 150 metros de comprimento, mais de 20 mil toneladas de deslocamento e tripulada por mil homens, era um poderoso símbolo para uma nação que pretendia participação mais ativa no concerto internacional.

A presença em Salvador do Príncipe de Piemonte, amante das artes, e amigo do futuro cineasta italiano Luchino Visconti, virou

um ótimo pretexto para um documentário sobre a cidade de São Salvador da Bahia, com tomadas das praias, da igreja do Bonfim, da Cidade Baixa, do centro histórico com seus prédios decorados com luzes elétricas, avenidas com lampiões belíssimos, e filas de árvores que embelezavam a Avenida 7. Destaca-se a beleza e o charme que tinha a cidade de Salvador na época. As ruas estavam todas enfeitadas com bandeiras italianas, a ladeira da Barra, o porto, a Avenida Oceânica, a estátua do Cristo Redentor, os belos palacetes da época. São imagens profundas, de uma beleza deslumbrante, foi aquela beleza encantadora que acolheu o Príncipe do Piemonte.

Depois desta viagem além do oceano, Umberto di Savoia voltou a viver no Palácio Real de Turim, na Itália. Em 8 de janeiro de 1930, na Cappella Paolina do Quirinale, em Roma, casou-se com Maria José, princesa da Bélgica. O casal viveu no Palácio Real de Turim (1930-1931) e Nápoles (1931-1935). Tiveram quatro filhos: Maria Beatriz, Maria Gabriella, Maria Pia e Vittorio Emanuele. Em 10 de junho de 1940, durante a campanha francesa, Umberto foi o chefe de uns exércitos de 12.000 oficiais e 300.000 soldados que operaram na fronteira com a França. Virou tenente-general do Reino de Itália (1944-1946), e foi o último rei da Itália, cargo que ocupou de 9 de maio de 1946 até 18 de junho do mesmo ano. Foi um cargo brevíssimo e, por isso, é também lembrado com o apelido de “Rei de Maio”. Foi obrigado a deixar a Itália no dia 13 de junho de 1946, após o *referendum* constitucional que decretou a vitória da República.

Partiu do aeroporto de Ciampino de Roma e escolheu como

destino a cidade de Cascais, em Portugal, sob o nome de Conde de Sarre. Decidiu ir para Cascais porque não teria sido aceito por uma nação na fronteira da Itália. Além disso, queria viver em um país com um clima mediterrâneo, mas não na Espanha, onde Francisco Franco havia chegado ao poder graças à Itália fascista. Só lhe restava o Portugal. Viveu na Villa Italia, uma estrutura antiga, ao longo da beira-mar de Cascais, perto de uma grande floresta. Lá ele morou por quase 40 anos, respondendo às cartas que recebia todo dia, escritas por italianos que depois os acolhia na sua casa. A saúde não o acompanhou mais e morreu em um hospital de Genebra, na Suíça, às 15:45 horas do 18 de março de 1983. Hoje em dia, os restos mortais do último rei da Itália repousam, por seu querer, na Abadia de Altacomba ao lado dos do rei Carlo Felice di Savoia (1765-18319, no departamento francês de Savoie, da Casa de Saboia.

REFERÊNCIAS

Arteni, Giovanni. Umberto II e la crisi della monarchia, Mondadori, Milano 1983.

A BAHIA continua a honrar os seus hóspedes. Em: **A Tarde**, capa, 19 set.1924.

A REPUBLICA triunfante e o Brasil reabilitado. Em: **A Tarde**, Salvador, capa, 29 jun.1924.

A 2ª VISITA do Príncipe Umberto. Em: **A Tarde**, capa, Salvador, 9 set.1924.

A VISITA ao túmulo do conde Bagnuolo. Em: **A Tarde**, Salvador,

capa, 17 set. 1924.

AS FESTAS de aniversário de S. Alteza. Em: **A Tarde**, Salvador, capa, 16 set. 1924.

Bartoli, Domenico. **Da Vittorio Emanuele a Gronchi**, Longanesi, Milano, 1962.

BEVILACQUA, Piero, DE CLEMENTI, Andreina, FRANZINA, Emilio (a cura di),

Partenze, vol. I, em “Storia dell’emigrazione italiana”, Roma: Donzelli, 2001

Arrivi, vol. II, em “Storia dell’emigrazione italiana”, Roma: Donzelli, 2002

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A visita de Humberto de Sabóia, Príncipe do Piemonte na Bahia em 1924**. Revista IHGB, , vol. 466, jan.-mar. 2015, p. 189-206

ESTÁ na Bahia o futuro rei da Itália. Em: **A Tarde**, Salvador, capa, 26 jun. 1924.

FRANZINA, Emilio. **Gli italiani al nuovo mondo: l’emigrazione italiana in America: 1492-1942**, Milano: Mondadori, 1995

Il Re dall’esilio (raccolte di documenti), Milano: Mursia, 1978.

OLIVA, Gianni. **Umberto II, l’ultimo Re**. Milano: Mondadori, 2000

OLIVEIRA, Nelson T. **1924 A revolução de Isidoro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

O POMPOSO festival de amanhã, em honra à S.A.R., o Príncipe do Piemonte- outras notas. Em: **A Tarde**, Salvador, 14 set. 1924

O Príncipe herdeiro da Itália em terras do Brasil”. Rio de Janeiro: A. Botelho Film, 1924. Em DVD: Coletânea Resgate do Cinema Silencioso Brasileiro. São Paulo: Cinemateca, 2007-2008

O PRÍNCIPE passeia na cidade. Em: **A Tarde**, Salvador, capa, 28 jun.1924.

O PRÍNCIPE passou o dia, ontem, em festas. Em: **A Tarde**, Salvador, capa, 29 jun.1924.

SOUZA, Bernardino de. A visita do Príncipe do Piemonte ao Brasil, na Bahia e a homenagem do Instituto à memória de Bagnuolo. **Rev. IGHB**, Salvador, n.49, p. 503-519,1924.

BAHIA VAI COMEMORAR CENTENÁRIO DE MORTE DE RUY BARBOSA

Sérgio Mattos

Ruy Barbosa nasceu em Salvador em 5 de novembro de 1849 e morreu em 1 de março de 1923, em Petrópolis-RJ. Seu corpo foi enterrado no Cemitério São João Batista, mas no ano do centenário de seu nascimento seus restos mortais foram transferidos para Salvador, mais precisamente para um conjunto arquitetônico, constituído por dois ambientes sobrepostos destinados a servir de mausoléu, saguão e cripta, no imponente prédio do Fórum Ruy Barbosa, inaugurado em 5 de novembro de 1949 pelo governador Octavio Mangabeira. Os artistas plásticos baianos Ismael de Barros e Mario Cravo Filho foram os responsáveis pelos trabalhos. Coube a Mário Cravo a autoria das águias e da monumental cabeça de bronze. Ismael ficou responsável pelos mármores, simulando colunas greco-romanas, no salão de entrada, e pelo revestimento da cripta em mármore.

O patrono dos advogados do Brasil é reconhecido como o maior vulto do civismo, da cultura e da inteligência brasileira. Ele atuou como advogado, diplomata, ensaísta, jornalista, jurista, político e orador. Sua obra impressa ultrapassa o total de 50 mil páginas. Ele é conhecido por sua participação na defesa da Abolição da escravatura no Brasil, por sua efetiva participação na formação da República e por sua liderança frente à campanha civilista. Popularmente é conhecido pela alcunha de “Águia de Haia”, devido a seu desempenho na Con-

venção de Haia, quando, na condição de embaixador e delegado do Brasil, defendeu a igualdade jurídica e a soberania das nações.

Seu pensamento e frases de sua autoria circulam por todo o país e são citadas tanto nos trabalhos acadêmicos como pelos mais humildes da sociedade. Ruy Barbosa foi um defensor da liberdade, do federalismo, da educação para todos e, juntamente com Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, da causa abolicionista. Foi Ruy Barbosa quem redigiu o projeto de libertação do ventre dos escravos de propriedade dos maçons, ideia precursora da Lei do Ventre Livre, e o projeto sobre a emancipação dos escravos, que depois foi transformado na Lei dos Sexagenários. Como advogado sempre militou pelas causas humanas do direito e da justiça.

Para ele, a liberdade “não é um luxo dos tempos de bonança; é, sobretudo, o maior elemento de estabilidade das instituições”. E como orador impactante sabia dar sua mensagem com veemência, pois considerava a palavra como “instrumento irresistível da conquista da liberdade”. Para João Mangabeira, um de seus biógrafos, Ruy Barbosa como orador era superior a Vieira, pois sabia construir suas frases com erudição e primor.

Quando foi paraninfo da turma de Direito de 1920 e estava comemorando o seu jubileu de ouro de formatura, proferiu uma de suas mais belas produções, intitulada “Oração aos Moços”, na qual aconselhava os formandos:

[...] não vos deixeis contagiar de contágio tão maligno. Não negueis jamais ao Erário, à Administração, à União os seus

direitos. São tão invioláveis, como quaisquer outros. Mas o direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado, perante a justiça, que o do mais alto dos poderes.

Uma das frases de Ruy Barbosa mais conhecidas e citadas por todos é a seguinte:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantar-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, e rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

E assim, em todas as situações, ao longo de sua trajetória de vida, manifestava-se a favor da democracia e da liberdade, nos deixando como legado seus conceitos de ética moral, honra, cidadania, justiça e direito. Apesar disso, considerava-se apenas um homem de ação. No entanto, tinha plena consciência de sua contribuição ao país, como nesta frase em um de seus discursos: “Tenho o consolo de haver dado a meu país tudo o que me estava ao alcance: a desambição, a pureza, a sinceridade, os excessos de atividade incansável, com que, desde os bancos acadêmicos, o servi, e o tenho servido até hoje”.

Por isso e muito mais, o centenário de morte de Ruy Babosa será comemorado na Bahia e as principais instituições já estão se mobilizando para reverenciar o Águia de Haia com uma extensa programação. Segundo a ABI (Associação Bahiana de Imprensa), que, desde setembro de 2020, tomou a iniciativa de liderar o movimento, as instituições

que estão participando da elaboração conjunta das comemorações são: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Associação Comercial da Bahia, Academia de Letras da Bahia, Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Câmara Municipal de Salvador, Ordem dos Advogados da Bahia, Santa Casa de Misericórdia, Secretaria de Cultura da Bahia, Secretaria de Cultura e Turismo de Salvador, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Sebrae-BA e Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

O grupo de representantes dessas instituições tem no comando a comissão executiva presidida pelo professor, acadêmico e vereador Edvaldo Brito e integrada pelo desembargador Lidivaldo Brito, do TJBA - Tribunal de Justiça da Bahia, e pelo jornalista Ernesto Marques, presidente da ABI. Dentre os projetos em desenvolvimento, destacam-se:

1. a produção de um documentário sobre Ruy Barbosa a cargo da produtora Giros, que já obteve autorização da Ancine para captar recursos;
2. a requalificação da Rua Ruy Barbosa, ação que conta com o apoio da Prefeitura Municipal do Salvador; da Conder; da Coelba e do Sebrae;
3. Confecção de revista em quadrinhos, com arte do designer gráfico Gentil, a ser distribuída na rede escolar pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT);
4. a realização de Seminários de âmbito nacional, com convidados;
5. Exposição didática em shoppings local e de outros estados

(Rio, São Paulo e Distrito Federal) sobre os 100 anos da morte de Ruy Barbosa;

6. Lançamento da Medalha Rubem Nogueira, destinada aos apoiadores da efeméride;
7. Restauração da casa natal de Ruy Barbosa e reabertura do Museu Casa de Ruy Barbosa (MCRB).

CRONOLOGIA DE RUY BARBOSA

- » **1849** – Filho do Dr. João José Barbosa de Oliveira e D. Maria Adélia de Oliveira, Rui Barbosa nasce no dia 5 de novembro, em Salvador, na Freguesia da Sé, Rua dos Capitães, hoje Rui Barbosa.
- » **1850** – No dia 5 de maio é batizado na casa dos padrinhos, Antonio Gonçalves Gravatá e D. Luiza Adelaide Barbosa.
- » **1854** – Inicia seus estudos primários com o professor Gentil Ibirapitanga, que usava o método de Antonio Feliciano de Castilho. Para demonstrar a eficiência do método fez publicar na imprensa local um depoimento sobre a prodigiosa inteligência de Ruy Barbosa: “Apliquei o método Castilho, de referência a gramática, filho do Dr. João Barbosa de Oliveira. Este menino, de cinco anos de idade, é o maior talento que eu já vi, em mais de 30 anos de magistério. Em quinze dias aprendeu análise gramatical, a distinguir orações e a conjugar corretamente todos os verbos regulares”.

- » **1861** – Ruy Barbosa é matriculado no Ginásio Baiano, dirigido pelo Dr. Abílio de Cesar Borges, mais tarde Barão de Macaúbas.
- » **1864** – Aos 15 anos, Ruy conclui o curso de humanidades.
- » **1966** – Parte para Recife, onde cursa a Faculdade de Direito.
- » **1867** – Falece em Salvador sua mãe, D. Maria Adélia Barbosa de Oliveira.
- » **1868** – Ruy matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo, iniciando intensa atividade intelectual e política.
- » **1869** – Funda, juntamente com outros colegas o “Clube Radical Paulistano”, de cuja redação participaram Américo de Campos, Bernardino Pamplona de Menezes, Martin Cabral e Luiz Gama entre outros. O primeiro número do periódico apareceu no dia 12 de abril. A linha editorial do jornal era revolucionária. Eis uma síntese do programa anunciado no primeiro número: “Descentralização; Ensino livre; Política Eletiva; Abolição da Guarda Nacional; Senado Temporário e Eletivo; Extinção do Poder Moderador; Separação da Judicatura da Política; Sufrágio Direto e Generalizado; Substituição do Trabalho Servil pelo Trabalho Livre; Presidentes de Província eleitos pela mesma; Suspensão e Responsabilidade dos Magistrados pelos Tribunais Superiores e Poder Legislativo; Magistratura independente, incompatível, e a escolha de seus membros fora

da ação do governo; Proibição aos Representantes da Nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações; os funcionários públicos, uma vez eleitos, deverão optar pelo emprego ou cargo de Representante da Nação”. Neste programa, na verdade está contido as linhas básicas do pensamento político de Ruy Barbosa.

- » **1870** – Aos 21 anos de idade termina o curso de Direito. Adoentado retorna à Bahia.
- » **1871** – Embora os médicos e seu pai lhe recomendem repouso, Ruy inicia suas atividades como advogado, patrocinando, gratuitamente, no júri, em Salvador, a causa de uma menor de família humilde. A eloquente defesa de Ruy conduziu à condenação do réu.
- » **1872** – Ruy Barbosa passa a trabalhar no escritório do Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, que dirigia o *Diário da Bahia*, vinculado ao Partido Liberal da província. Ruy começa a trabalhar na redação desse jornal, onde se torna amigo inseparável de Rodolpho Epiphanyo de Souza Dantas, filho do Conselheiro, que também ali trabalhava.
- » **1873** – **Realiza** sua primeira viagem à Europa em companhia de Rodolpho.
- » **1874** – Morre Dr. Barbosa de Oliveira, pai de Ruy, deixando uma dívida de 12 contos assumida pelos filhos. Nesse mesmo

ano, por influência do Conselheiro Dantas, é nomeado inspetor da Santa Casa de Misericórdia, de Salvador, em substituição ao pai. É um cargo modesto, com salário mensal inferior a 200\$000.

- » **1875** – É eleito presidente do Conservatório Dramático da Bahia, realizando, nesse mesmo ano, sua primeira tentativa política como candidato à Assembleia Provincial, sem lograr êxito.
- » **1876** – Casa-se com D. Maria Augusta Viana Bandeira, de tradicional família baiana e que, apesar de pobre, era muito admirada, na sociedade, por sua beleza e distinção.
- » **1877** – Assinala o começo da sua longa carreira política, quando consegue se eleger para a Assembleia Provincial.
- » **1878** – O Conselheiro Dantas incluiu o seu nome entre os candidatos à representação da Bahia na Assembleia Geral. Eleito sucessivamente para as 17^a e 18^a legislaturas, Ruy Barbosa, desde então, se torna um dos grandes nomes da política nacional.
- » **1881** – Cabe a Ruy elaborar o projeto que veio a se converter na chamada Lei Saraiva, de 9 de janeiro. Eleito em outubro, permanece no parlamento até 1884 quando, dissolvida a Câmara, teve encerrada a sua atividade parlamentar no Império,

- » **1884** – Empolgado pelos problemas educacionais do país, Ruy promove juntamente com Rodolpho Dantas e J. C. de Souza, a fundação da Liga do Ensino no Brasil, cuja presidência lhe cabe. A Liga tem como órgão a “Revista da Liga do Ensino”, editada mensalmente, tendo sido a primeira do gênero no país. São dessa época, os artigos publicados com o pseudônimo de Salisbury, que reuniu no volume “Féria Política”. Escrevendo para o *Jornal do Commercio*, usou, ainda curiosamente pseudônimos ingleses: Swift, Grey e Lincoln.
- » **1886** – Profere, em São Paulo, no Teatro São José, o “Elogio a José Bonifácio”, exaltando o mestre que havia morrido inesperadamente em 28 de outubro.
- » **1887** – Realiza, no Teatro Politeama, do Rio de Janeiro, uma conferência sobre “A Abolição no Brasil”. No mesmo ano redige o “Manifesto Pelotas – Deodoro” e o parecer sobre “Filiação Desconhecida” e publica “O Ano Político de 1887”.
- » **1888** – Em visita à Bahia recebe uma homenagem por parte de associações e grupos abolicionistas. Abolida a escravidão em 13 de maio, Ruy passa a defender a bandeira do federalismo.
- » **1889** – Assume a direção do *Diário de Notícias*. Seus artigos nesse jornal constituem a história da “Queda do império”, como ele próprio denominou a obra. Proclamada a República a 15 de novembro, coube a Ruy, principal organizador da

estrutura jurídica da República, neutralizar a influência militar com o espírito civil de que ele era a mais pura e legítima encarnação. Instalado o Governo Provisório, Ruy Barbosa foi nomeado, pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, ministro da Fazenda e, interinamente, da Justiça. No último dia do ano ele foi nomeado para o cargo de Vice-Chefe do Governo Provisório com o objetivo de retirar do governo o caráter militar “que a muitos impressionara mal”

- » **1890** – Apresenta emendas ao Projeto da Nova Constituição. Aprovada em 22 de junho, o Governo Provisório assinou o Decreto n. 510, dessa data, determinando a sua publicação e declarando a sua vigência no tocante à conservação e organização do Congresso Nacional. O Decreto n. 914-A, de 23 de outubro, introduziu ligeiras modificações ao de n. 510.
- » **1891** – A 17 de janeiro, devido a desentendimentos no governo com a questão do “Porto das Torres”, Ruy deixa o Ministério da Fazenda com o seu prestígio abalado. Em 24 de fevereiro desse ano, é, finalmente, promulgado o primeiro estatuto político da República. Em novembro Deodoro da Fonseca dissolve o Congresso, que só foi reaberto com o contragolpe de 23 de novembro, com a sua renúncia e assunção do Marechal Floriano Peixoto, que restabeleceu as garantias constitucionais pelo Decreto n.1686.
- » **1892** – Ruy renuncia à senatoria e viaja para a Bahia onde

recebe, no Teatro São João, uma homenagem promovida pelo Partido Federal. Em 27 de junho, Ruy foi eleito Senador pela Bahia, juntamente com Manuel Victorino Pereira.

- » **1893** – A 21 de maio assume a direção do *Jornal do Brasil*, “erigindo o programa da legalidade constitucional, inflexível, absoluta”. Faz oposição tenaz ao amigo Marechal Floriano. Quando estoura a Revolta armada, a 6 de setembro, o redator-chefe do *Jornal do Brasil* é considerado perigoso para a revolução. Prevenido, na véspera, consegue asilo na Legação do Chile e em seguida embarca para Buenos Aires, no paquete Madalena, onde escreve o “Manifesto Político”.
- » **1894** – A 20 de março embarca com a família, no navio italiano Liguria para Lisboa, Portugal, onde publica, no dia 1º de maio, um veemente artigo intitulado “Justiça aos Vencidos”.
- » **1895** – **Após** a saída do Marechal Floriano do poder, Ruy regressa ao Brasil, em junho, se entregando a uma nova campanha, em favor da anistia para os revolucionários de 1893 e 1894, que resulta na assinatura do Decreto n.310, de 21 de outubro, estabelecendo, porém, restrições ao retorno dos oficiais do Exército e da Armada.
- » **1896** – Reelege-se para o Senado, após intensa disputa com o candidato da oposição Aristides Cesar Spínola Zama.
- » **1898** – Em 5 de outubro funda a “Imprensa”, em cuja direção

se manteve até 10 de março de 1901.

- » **1902** – No parlamento, aprecia o projeto do Código Civil elaborado pelo prof. Clovis Beviláqua, da Faculdade de Direito de Recife, apresentando, na sessão de 3 de abril, parecer que origina a famosa polêmica com o prof. Ernesto Carneiro Ribeiro, responsável pelo exame da redação do projeto.
- » **1905** – Seu mandato de Senador é renovado pela Bahia, sendo eleito vice-presidente do Senado.
- » **1907** – Participa da 2ª Conferência da Paz, realizada em Haia, conquistando uma posição de relevo para o Brasil. A Ruy Barbosa se deve o reconhecimento do princípio da igualdade jurídica das nações, de grande significação, principalmente, para os países do hemisfério americano.
- » **1908** – **Recebe** das mãos do Presidente Affonso Pena a medalha comemorativa da conferência de Haia, sendo eleito, ainda nesse ano, membro da Corte Permanente de Arbitramento de Haia. Em sessão realizada a 3 de outubro. A Academia Brasileira de Letras elege Ruy Barbosa para a sua presidência, em substituição a Machado de Assis, que morreu no dia 29 de setembro.
- » **1909** – Eleito mais uma vez Vice-Presidente do Senado, candidata-se a Presidente da República, iniciando a Campanha Civilista, que foi um dos mais sérios movimentos políticos da

nossa história. Fez campanha em companhia de Albuquerque Lins, indicado para Vice-presidente, pelos Estados de São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

- » **1910** – No pleito de 1º de março, perder para o Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca.
- » **1916** – Quando a Argentina comemorou o centenário de sua independência política Ruy Barbosa lá esteve chefiando a delegação brasileira. Na oportunidade, na Faculdade de Direito de Buenos Aires, Ruy Barbosa recebeu o título de professor honorário, quando proferiu uma conferência intitulada “Conceptos Modernos Del Derecho Internacional”, cujo texto foi transmitido pelo telégrafo para a Europa e sai nos principais jornais da França, tendo uma edição em Londres.
- » **1919** – Em janeiro morre o Conselheiro Rodrigues Alves, presidente eleito da República, que nem sequer pudera tomar posse do cargo. Imediatamente a candidatura de Ruy é levantada em vários pontos do país. Tudo parecia indicar que Ruy finalmente chegaria à presidência, mas a Convenção Nacional, reunida em 25 de fevereiro, adota a candidatura do Senador Epitácio Pessoa, por 139 votos contra 12, dados a Ruy Barbosa. No dia 17 de junho, em manifesto à Nação, de reconhece a eleição do adversário e aconselha os amigos a aguardar os atos do novo governo.

- » **1920** – Convidado para paraninfar os bacharelados em Direito de São Paulo, escreve “Oração aos Moços”.
- » **1921** – No dia 10 de março renuncia à cadeira de Senador. A Bahia o reelegera, a 5 de junho, como candidato único. A sua resistência física, porém, já estava terminando.
- » **1922** – Em julho Ruy Barbosa adoece, tendo um edema pulmonar, mas conseguiu resistir. Volta a preocupar-se com a política do Estado da Bahia, quando dizia: “Desde 1912 não temos na Bahia, liberdade, não temos voto, não temos lei, não temos responsabilidade. É mister que os tenhamos. Para termos, necessitamos de Governo”. Esta era sua preocupação, mas seu estado de saúde já não lhe permitia, entretanto, emoções dessa natureza.
- » **1923** – No dia 1º de março, uma quinta-feira, às 20h30min, Ruy Barbosa morreu.
- » **1999** – No dia 5 de novembro desse ano, o Brasil comemorou os 150 anos do nascimento de Ruy Barbosa.
- » **2023** – No dia 1º de março de 2023 a Bahia vai comemorar o centenário de morte de Ruy Barbosa.

DOUTOR CLÍMACO, O IRMÃO MAIS VELHO DE RUY BARBOSA

Luis Guilherme Pontes Tavares¹

Se há surpresa quanto à existência de que o admirado baiano Ruy Barbosa (1849-1923) tinha um irmão, não me coube, todavia, tal descoberta. Até o Google sabe disso. O médico, jornalista, poeta, político e abolicionista Clímaco Ananias Barbosa d'Oliveira (1840-1912) é fruto da relação de dona Águeda Constança da Silva e Amaral com o então concluinte de Medicina João José Barbosa de Oliveira (1818-1874). Nasceu em Salvador, em 21 de janeiro, nove anos antes do irmão e construiu currículo à altura do mais moço.

Suponho que a discrição que o pai de Clímaco sustentou sobre esse primeiro filho, talvez para não contrariar sua prima e esposa, Dona Maria Adélia, com quem casou-se em 1848, tenha repercutido na sociedade e, cúmplice, ela também guardou silêncio a respeito. Isso, todavia, não impediu que Clímaco e Ruy fossem próximos e de que o mais velho tenha auxiliado o mais novo em algumas situações. Os dois comungaram do jornalismo, da maçonaria, da literatura, de lutas políticas, tais como o abolicionismo, e de amigos. Ambos foram próximos do poeta, jornalista, advogado, educador e abolicionista baiano Luiz Gama (1830-1882).

¹ Jornalista, produtor editorial e professor universitário. É mestre e doutor pela USP.

ORAÇÃO DE DESPEDIDA A LUIZ GAMA

Foi o médico Clímaco Ananias quem pediu a palavra quando o caixão de Luiz Gama descia à cova no Cemitério da Consolação naquele final de tarde de 24 de agosto de 1882. Os detalhes estão nas páginas 222 e 235-236 do livro *Com a palavra Luiz Gama*. Poemas, artigos, cartas, máximas (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011), da professora doutora Ligia Fonseca Ferreira, da UNESP. Ela, na página 222, reproduz trecho da notícia, intitulada “Luiz Gama – homenagens e demonstrações”, da *Gazeta do Povo*, de 26 de agosto de 1882: “Antes [do sepultamento], o Dr. Clímaco Barbosa, comovido e em prato, dissera algumas palavras de despedida ao ilustre morto”.

É, no entanto, nas páginas 235-236, onde a autora detalha o episódio ocorrido no enterramento de Gama. No livro, ela reproduz, nas páginas 227-236, o texto do escritor carioca Raul de Pompéia(1863-1895), intitulado “Última página da vida de um grande homem”, que a *Gazeta de Notícias*, de São Paulo, publicou 10 de setembro de 1882. Eis o trecho que consta nas duas páginas referidas acima:

“Quando os coveiros iam descer para o túmulo o cadáver, um homem disse:

– Esperem!... O Dr. Clímaco Barbosa (era o homem) ergueu então a voz. A voz soluçava-lhe a garganta. Disse duas palavras, sem retórica, sem tropos, a respeito do grande homem que ali jazia caído...

A multidão chorou.

Então, o orador reforçou a voz, reforçou o gesto: e intimou a

multidão a jurar sobre o cadáver, que não se deixaria morrer a ideia pela qual combatera aquele gigante.

Um brado surdo, imponente, vasto, levantou-se no cemitério. As mãos estenderam-se abertas para o cadáver...

A multidão jurou”.

CORRESPONDÊNCIAS NO ARQUIVO DA FCRB

Eis um tema para estudo: a relação do pai e do irmão com o médico Clímaco Ananias. Penso que a cronologia dos três personagens auxiliaria a busca de informações. Houve aproximação de Clímaco com o pai quando ambos viveram no Rio de Janeiro? Com Ruy Barbosa, Clímaco viveu tanto em São Paulo, quanto no Rio. E no exterior? Os dois teriam experimentado exílio em 1893 devido ao golpe militar do então presidente Floriano Peixoto (1839-1895) para esmagar a Revolta da Armada? Ademais, entre as muitas questões sem resposta, é necessário responder quem foi dona Águeda Constança, a mãe de Clímaco. Ela teve outros filhos e, portanto, ele teve outros irmãos por parte de mãe? Há descendentes de Libânia e Clímaco Ananias? Quem são? Onde vivem?

O Arquivo da FCRB possui 27 documentos textuais – cartas e telegramas – do irmão mais velho de Ruy, todos manuscritos, o que dificulta ainda mais a leitura de arquivo digital. Há, todavia, este documento, cuja cópia datilográfica, com atualizações ortográficas, está disponível. Ao fim da leitura, restou-me a impressão de irmão mais velho se dirigindo ao mais novo:

“S. Paulo 27 Novembro 1886

Rui

Se não tivéssemos plena confiança na sua conhecida competência para orador oficial na sessão de José Bonifácio, essa confiança se imporia pelo grande papel que V. desempenhou como auxiliar do Glorioso Gabinete 6 de Junho: ponha, portanto, a modéstia de parte, porque esperamos que as luzes de sua inteligência e ilustração hão de abafar as luzes em excesso que nos pede para a leitura de seu trabalho.

As providências estão dadas para estas, as outras só dependem de sua vontade.

Seu do C.

Clímaco”

Entre os 27 documentos, há a procuração datada de 9 de maio de 1891 em que o médico Clímaco Ananias Barbosa d’Oliveira, então com 51 anos, fixa “Informações e Instruções” para os procuradores Ruy Barbosa, Honorio Augusto Ribeiro, Bernadino Antonio da Silva Cardoso e Affonso Luiz Pereira da Silva de como proceder em relação ao seu patrimônio enquanto estiver em viagem pela Europa. A relação de bens inclui ações, depósitos bancários e propriedades rurais. Na instrução final, o autor escreveu: “Dinheiro á minha ordem. Em poder da Chapelaria Brasileira, conforme documento anexo, fica a quantia de Dez contos de réis a que me serão remetidos quando melhorar o cambio”.

No mesmo grupo de documentos do irmão de Ruy Barbosa há, ademais, 12 documentos – cartas, cartões e telegramas – de Lucio Ananias Barbosa, que mantinha com o tio estreito relacionamento. Tais correspondências foram enviadas do Rio, então Capital do país, e da cidade carioca de Santa Cruz entre 12 de dezembro de 1883 e 3 de janeiro de 1919, do que se deduz que o relacionamento dos parentes prosseguiu mesmo após a morte do médico. O outro filho de Libânia e Clímaco é Ernesto Ananias Barbosa.

A propósito da admissão de parentesco, a pesquisadora da FCRB, Rejane Magalhães, no livro *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta* informa:

Numa única oportunidade, no discurso na Imprensa Nacional em 13 de novembro de 1890, Rui evoca a Bahia, ‘donde era a família que me foi o berço: pais amados, irmão e irmã estremecidos’, e assim admite a existência de um irmão, talvez porque Clímaco estivesse presente no momento.

TESE, POESIA E MUITO MAIS

O baiano Clímaco Ananias residiu no Brasil e no exterior e atuou como jornalista, médico e político em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Vitória do Espírito Santo. Ele concluiu o curso de Medicina no Rio de Janeiro em 1864 e defendeu a tese “Albuminuria. Quaes as condições pathologicas que a determinão?” Foi a mestranda Ana Lúcia Albano, que dirige a Biblioteca Gonçalo Muniz, da Faculdade de Medicina da UFBA, quem localizou na página 161 do volume

1 do *Catálogo de Teses* da UFRJ, referente ao período 1831-1985, a referência ao trabalho defendido pelo doutor Clímaco.

Após a formatura no Rio de Janeiro, o doutor Clímaco Ananias seguiu para o Uruguai, onde atuou no combate à varíola. É provável que, pelo mesmo motivo, tenha, em seguida, mudado para Vitória do Espírito Santo, onde foi um dos proprietários do *Sentinella do Sul* e combateu o flagelo da varíola. Os capixabas o elegeram deputado geral, conforme as informações da *Wikipédia* e da dissertação de Karulliny Silverol Siqueira. No verbete da enciclopédia eletrônica citada, consta que Clímaco Ananias publicou, em 1863, portanto durante o curso de Medicina, o livro *Tristes e íntimas: poesias*. No campo da ficção, publicaria na capital do Espírito Santos, em 1867, o romance *Georgina*. Ele, no campo acadêmico, publicou, além da tese de 1864, o livro *Do aborto provocado*, em 1867.

A atuação de Clímaco Ananias como político e jornalista ganhou mais relevo em São Paulo, sobretudo por causa da luta pela abolição da escravatura. Ele foi um dos proprietários da *Gazeta de São Paulo*. A Wikipédia, no verbete dedicado a Clímaco Ananias Barbosa de Oliveira, informa que ele “foi o responsável em 1887 pela primeira apresentação em São Paulo da viola caipira, feita pelo fluminense Pedro Vaz”. Em 22 de agosto de 1912, o irmão de Ruy Barbosa falece no Rio de Janeiro e foi sepultado no Cemitério do Caju.

Enfim, quanto mais leio a respeito de Ruy Barbosa mais admito o acerto da sentença do professor Rubem Nogueira (1913-2010) a respeito dele: “é o personagem mais notório e menos conhecido do Brasil”.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO RUI BARBOSA. Site: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=55119>.

Arquivo Rui Barbosa (FCRB). Acesso em: 18ago2022.

FERREIRA, Lígia Fonseca. *Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas*. Organização, apresentações e notas da autora. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

JESUS, Christianne Theodoro de. *Memórias da repressão política na primeira república: relatos jornalísticos, memorialísticos e literários da repressão florianista durante a Revolta da Armada (1893-1894)*.

Dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais. (Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2018).

MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta* (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013) [texto de 1989]

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *A imprensa política e o Parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1888*.

Dissertação de mestrado em História (Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011).

WIKIPÉDIA – Clímaco Barbosa – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) consultado em 25mai2022.



RÁDIO NO BRASIL – UM MEIO CENTENÁRIO

*Nair Prata*¹

RESUMO

O rádio brasileiro é um meio centenário e o objetivo deste texto é apresentar um percurso histórico-reflexivo do período compreendido entre as primeiras transmissões aos desafios impostos pela atualidade. Abrimos explicando que o rádio não está fazendo aniversário de 100 anos exatamente pois, na realidade, as transmissões são anteriores à data de 7 de setembro de 1922. Em seguida, apontamos os principais movimentos que marcam a trajetória da radiofonia no país até a chegada da televisão. Por fim, no último tópico, trazemos breves reflexões sobre o processo de reconfiguração do rádio em seus modos de transmissão, recepção e características sociodiscursivas, se apresentando como uma mídia cada vez mais viva.

ABSTRACT

Brazilian radio is centenary and the objective of this text is to present a historical-reflective path of the period between the first broadcasts and the challenges imposed today. We open by explaining that radio is not celebrating its 100th anniversary exactly because, in fact, the transmissions predate the

¹ Jornalista (UFMG), doutora em Linguística Aplicada (UFMG), com estágio de pós-doutoramento na Universidad de Navarra (Espanha). É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto e diretora Científica da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Tem 23 livros publicados e diversos artigos e capítulos de livros sobre rádio e comunicação. E-mail: nairprata@uol.com.br

date of September 7, 1922. Then, we point out the main movements that mark the trajectory of radiophony in the country until the arrival of TV. Finally, in the last topic, we bring brief reflections on the process of reconfiguration of radio in its modes of transmission, reception and socio-discursive characteristics, presenting itself as an increasingly lively media.

O RÁDIO BRASILEIRO ESTÁ FAZENDO 100 ANOS?

Antes de abordar especificamente a trajetória do rádio no Brasil, quero trazer ao leitor uma discussão que vem movimentando os pesquisadores, as publicações, as empresas de rádio, as associações e sindicatos de trabalhadores e até pautado as comemorações: o rádio brasileiro está completando 100 anos neste 7 de setembro de 2022?

A resposta é não e vou explicar o porquê. Para isso, trago alguns trechos da *Carta Aberta Sobre o Pioneirismo no Rádio Brasileiro*, documento que elucida bem esta questão, publicado em 10 de setembro de 2021 e assinado pelos pesquisadores dos mais destacados grupos do país: Grupo de Pesquisa em Rádio e Mídia Sonora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Grupo Temático História da Mídia Sonora da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar), Rede de Pesquisa em Radiojornalismo (RadioJor) da Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo e Rede de Rádios Universitárias do Brasil (Rubra). O objetivo do texto foi justamente mostrar o posicionamento dos principais pesquisadores de rádio do Brasil sobre esta questão.

Inicialmente, a Carta Aberta explica as razões da crença sobre o

possível centenário do rádio neste 7 de setembro de 2022:

As irradiações da Exposição Internacional do Rio Janeiro não se constituem no início oficial do rádio no Brasil. Por que se atribuiria a elas o qualificativo de “oficial”? As demonstrações visavam à comercialização de equipamentos para radiotelefonia e radiocomunicação. A confusão se deve ao fato de a primeira transmissão ter ocorrido durante a inauguração do evento, com o discurso do presidente da República, Epitácio Pessoa. Se foi “oficial”, quaisquer outras demonstrações de equipamentos durante a exposição também o foram. Há ainda, neste sentido, irradiações anteriores. Em 1º de abril de 1920, por exemplo, a Marconi Company realizou experiência com objetivo comercial semelhante, conectando as instalações da Marinha, na ilha das Cobras, com o Palácio Rio Negro, em Petrópolis, local de veraneio da Presidência da República. Essa última tinha como solicitante o governo. Uma das vozes transmitidas foi também a de Epitácio Pessoa, que, do palácio, conversou com um senador. Desta forma, poderia se caracterizar também como oficial (CARTA ABERTA, 2021).

A Carta aponta que a constituição do rádio no Brasil começa a se dar em meados da década de 1910 e se consolida com a regulamentação da publicidade radiofônica, em 1932, pelo governo federal. A primeira transmissão de som em território brasileiro, “ocorreu em 17 de abril de 1911, na costa da Bahia. Trata-se da demonstração do chamado sistema Telefunken a bordo do SMS von der Tann, cruzador-encouraçado alemão, de onde se transmitiu música captada

pela Estação de Amaralina” (CARTA ABERTA, 2021). O texto lembra como foram estes primeiros registros sonoros:

Em Recife, amadores operavam estações desde meados dos anos 1910. Foram passando da radiotelegrafia e da radiotelefonia para o rádio. Com o surgimento da KDKA, emissora pioneira dos Estados Unidos, intensifica-se o interesse deles em relação à transmissão sonora. No Brasil, tais irradiações seguiam sendo consideradas clandestinas. Há registros, inclusive, de perseguição das autoridades em relação aos que operavam essas estações. Por isso não há registros dessas transmissões, o que se resolve somente após a fundação da Rádio Sociedade e por hábil intermediação de Edgard Roquette-Pinto junto ao governo (CARTA ABERTA, 2021).

Sobre a titularidade da primeira emissora do país, o texto explica que a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 20 de abril de 1923, não é a pioneira da radiodifusão brasileira pois o Rádio Clube de Pernambuco, instalado em 6 de abril de 1919, a precede.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro não foi inaugurada em 7 de setembro de 1923. Nesta data, a entidade passa a usar um transmissor cedido pelo governo. Antes, utilizava equipamento emprestado ou quase amador. Foi fundada em 20 de abril de 1923. Fez sua primeira transmissão no dia 1º de maio do mesmo ano. De 1924 a 1926, chega a dividir essa estrutura de transmissão com o Rádio Clube do Brasil, fundado em 1º de junho de 1924 por Elba Dias. Como recorda Henrique Foreis Domingues, o Almirante,

em seu livro *No tempo de Noel Rosa*: “Nos primeiros anos de suas vidas [referência às rádios Sociedade e Clube do Brasil], quando nenhum espírito de competição orientava aqueles arrojados empreendimentos, além de pouquíssimas horas em que se mantinham no ar, as duas emissoras acertavam um sistema de irradiações intercaladas, a fim de, principalmente, acomodar os interesses dos ouvintes sempre em número crescente. Suas transmissões se faziam em dias alternados: às segundas, quartas e sextas, funcionava uma delas, às terças, quintas e sábados, a outra” (CARTA ABERTA, 2021).

Diante disso, fica claro que o rádio brasileiro não está completando 100 anos nesta festa da Independência do país. No entanto, como esta efeméride tem colocado a radiofonia sob os holofotes das comemorações, tenho avaliado como bastante positiva esta movimentação, pois está permitindo que possamos falar e escrever sobre o rádio – não como um meio que comemora o aniversário de 100 anos – mas como um veículo centenário, sem uma precisão de datas.

AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO RÁDIO BRASILEIRO

Para se ter uma ideia do impacto da radiofonia na vida da sociedade brasileira, é preciso compreender como foram os anos 1920 do século XX. Conhecidos como “loucos anos”, a década de 20 foi marcada pela Semana de Arte Moderna, movimentos feministas, revolta tenentista, criação do Partido Comunista Brasileiro, quebra da bolsa de Nova York, entre tantos outros acontecimentos históricos determinantes

para as décadas seguintes. No entanto, mesmo em meio ao intenso desenvolvimento científico e tecnológico, a população iletrada daquela época – a taxa de analfabetismo beirava os 70% da população acima de cinco anos de idade – só podia acompanhar as notícias pelos jornais impressos. Mas para ler um jornal não é preciso apenas saber agrupar as letras e formar palavras, mas compreender o contexto e interpretar a narrativa. Assim, a radiofonia impactou profundamente a população daquele tempo, um impacto muito maior do que aquele que a televisão viria a produzir algumas décadas depois. Pelo rádio, as pessoas podiam ouvir, e ouvir não apenas notícias, mas também músicas, programas de humor, radionovelas, propagandas. Era um universo sonoro que se descortinava, não importando se a pessoa era alfabetizada ou não, era necessário apenas ouvir. Numa sociedade em que apenas as entidades divinas poderiam estar ao mesmo tempo em vários lugares, o rádio realizou o milagre da presença a distância, como destaca a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert):

A radiodifusão é a primeira invenção humana a realizar o milagre da presença a distância, a qualquer distância; é a abertura para o caminho da ubiquidade, que a televisão viria com enorme impacto realizar. Diante disso, empolgou-se o homem do princípio do século, e o rádio alastrou-se pelo mundo, assim como no Brasil, com uma rapidez assustadora. Reuniam-se pessoas em clubes ou sociedades, juntando suas economias a fim de fazer e receber transmissões de rádio (ABERT, 1990, p. 6).

Uma reflexão importante sobre o início da trajetória do rádio

no país é sobre a relação espaço/tempo, profundamente impactada pelo novo meio. Um exemplo que mostra bem como mudaram estas relações foi a divulgação da eleição do presidente americano Warren Harding, em 1920. As pessoas, acostumadas a saber dos fatos com relativo atraso, ficaram assustadas com a instantaneidade da divulgação da notícia. Além disso, como explica Miranda (s/d) “o rádio comercial e a popularização do veículo implicaram a criação de um elo entre o indivíduo e a coletividade, mostrando-se capaz não apenas de vender produtos e ditar “modas”, como também de mobilizar massas, levando-as a uma participação ativa na vida nacional (p. 72).

O início da história do rádio no Brasil é marcado pela forma como se organizavam as emissoras que, como clubes, viviam do pagamento de mensalidades por parte dos associados. Edgard Roquette-Pinto, o patrono da radiodifusão brasileira, afirmava: “Todos os lares espalhados pelo imenso território brasileiro receberão livremente o conforto moral da ciência e da arte; a paz será realidade entre as nações. Tudo isso há de ser o milagre das ondas misteriosas que transportarão no espaço, silenciosamente, as harmonias” (LOPES, 1957, p. 12).

O rádio como negócio foi instaurado na década de 1930. Aos poucos, a introdução de mensagens comerciais deu lugar ao modelo educativo e cultural que se pensava até então, impactando a sociedade de forma definitiva. O presidente Getúlio Vargas, com o Decreto-Lei nº 21.111, de 1º/3/1932, autorizou e regulamentou a publicidade e a propaganda pelo rádio. Além de autorizar a propaganda radiofônica, limitava essa comercialização a 10% do total da programação. É inte-

ressante observar que o *business* na televisão brasileira, diferentemente do rádio, nasceu junto com o novo veículo, pois a primeira transmissão da TV Tupi, de Assis Chateaubriand, em 1950, foi patrocinada por quatro grandes empresas.

Silva (1999) explica que, mesmo antes da permissão oficial, a publicidade já aparecia nas programações do rádio brasileiro, ainda que de maneira embrionária, como forma de sustentação econômica: “a publicidade aparecia na forma de “assinatura”, ou seja, uma simples menção ao “colaborador” na abertura e no encerramento da programação” (p. 15). Ortriwano (1985) explica que o rádio sofreu uma transformação radical a partir da entrada da publicidade na programação, transfigurando “o que era erudito, educativo e cultural, passando a popular, voltado ao lazer e à diversão” (p. 15).

Uma das formas mais populares de publicidade, o *jingle*, apareceu no rádio brasileiro em 1932. O compositor e cartunista Antônio Nássara improvisou, ao vivo, um fado para anunciar uma padaria do Rio de Janeiro. A letra dizia: *Seu padeiro não se esqueça, tenha sempre na lembrança, o melhor pão é o da padaria Bragança.*

Reis (2004) divide a história da publicidade radiofônica no Brasil em quatro períodos: 1) a descoberta dos formatos de anúncio, de 1922 a 1930; 2) a expansão e consolidação dos investimentos, de 1930 a 1960; 3) as mudanças ante a presença da televisão, de 1960 a 1980 e 4) a transição para um novo modelo de mercado, a partir de 1980. Segundo o autor, “estas etapas e suas transformações estão vinculadas a aspectos tecnológicos, jurídicos e econômicos que protagonizam o

rádio, a publicidade e o próprio país” (p. 2).

Os recursos advindos da publicidade conformam um novo modelo de negócio para o rádio e trazem uma nova configuração para a programação radiofônica, conforme lembra Gomes Júnior (2000):

Com o investimento publicitário as emissoras de rádio começam a desenvolver e popularizar sua programação, contratando “corretores de reclames”, responsáveis por “alugar” o tempo publicitário dos programas aos comerciantes e industriais que se instalavam no país e almejavam progresso. O grande representante destes primeiros profissionais da propaganda no rádio foi Ademar Casé, que, de tanto sucesso com seu trabalho para a PRA-X Rádio Philips, passou a ter seu próprio programa, estreando em 14 de fevereiro de 1932 e permanecendo no ar, em várias emissoras, até 1951, quando passou para o novo veículo que se instalava no país: a televisão (p. 5).

Getúlio Vargas percebeu rapidamente a importância política do rádio e manteve as emissoras entre as suas áreas de controle direto. No Estado Novo, a partir de 1937, o presidente se utilizou do rádio para fazer propaganda da sua ideologia política e criou até um programa *A Voz do Brasil*, na época *Hora do Brasil*, para ser o divulgador oficial do governo. “Nos anos 30, os minutos finais da *Hora do Brasil* eram culturais, dedicados à transmissão de sucessos da música popular brasileira. A participação de artistas de prestígio no programa foi uma maneira encontrada por Getúlio para estar sempre presente junto à população (COSTA; NOLETO, 1997, p. 12).

Criado em 1935, três anos depois a veiculação do programa *A Voz do Brasil* passou a ser obrigatória nas rádios, com o horário fixo das 19 às 20 horas. Algumas alterações sutis foram feitas no programa ao longo dos anos, porém, uma das mais importantes é a flexibilização do horário de transmissão. Em 2018, a Lei 13.644 permitiu que *A Voz do Brasil* pudesse ser veiculada pelas emissoras de rádio no intervalo das 19 às 22 horas e não mais obrigatoriamente das 19 às 20 horas. No entanto, as rádios educativas continuam obrigadas a transmitir o programa às 19 horas, assim como as vinculadas aos poderes legislativos nos dias em que não houver sessão deliberativa no plenário da Casa. O tempo destinado a cada órgão continua o mesmo: o Executivo tem 25 minutos; o Judiciário, 5 minutos; o Senado, 10 minutos; e a Câmara dos Deputados, 20 minutos.

Nos anos 1940, chamada época de ouro do rádio brasileiro, ganhou força o que hoje denominamos de guerra de audiência, com as emissoras se esforçando cada vez mais para conquistar o público com as suas programações. No início da década de 40, o rádio brasileiro foi marcado pelos programas humorísticos, como *PRK-30*, *Jararaca e Ratinho* e *Balança mas não cai*. Além do humor, a radiofonia partiu para o entretenimento e, em 1941, foi ao ar a primeira novela do rádio e de toda a história da comunicação não-impressa no Brasil: *Em Busca da Felicidade*. Ficou no ar quase dois anos, de junho de 1941 a maio de 1943, a partir da história original do cubano Leandro Blanco e adaptação de Gilberto Martins, com patrocínio da pasta dental Colgate. Esta primeira experiência foi um grande sucesso e, a partir

daí, o gênero se difundiu, principalmente no Rio de Janeiro, com a Rádio Nacional e, em São Paulo, com a Rádio São Paulo.

Em Prata, Pessoa e Brandão (2019), apontamos que o gênero novela – radionovela e telenovela – se confunde com a própria história da cultura brasileira: “o modelo utilizado era o das *soap-operas* surgidas nos Estados Unidos na década de 1930 e concebidas originalmente como veículos de propaganda das fábricas de sabão, devendo atingir um público predominantemente feminino” (CALABRE, 2002, p. 36). Mas o maior exemplo de sucesso de radionovela no Brasil foi *O Direito de Nascer*, exibida em 314 capítulos a partir de 1951, ficando quase três anos no ar. Calabre (2002) explica que a radionovela ocupou os noticiários, “gerando debates entre especialistas diversos, como advogados, psicólogos, membros da igreja, ginecologistas etc.” (p. 37-38). A trama tinha uma audiência tão expressiva “que em seus últimos capítulos o comércio fechava mais cedo. Os jogos de futebol tinham os horários alterados e os cinemas começavam suas sessões mais tarde, após a transmissão da novela” (CALABRE, 2002, p. 38).

Também desta época foi a criação do Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – fundado em 1942 com o objetivo específico de quantificar o número de ouvintes na época de ouro da radiofonia. O empresário Auricélio Penteadado era proprietário da Rádio Kosmos, em São Paulo e, passando férias no exterior, viu algumas experiências em pesquisa de audiência em rádio. No Brasil, até então, nunca havia sido feita qualquer tentativa de medir a audiência. Penteadado voltou da viagem e fez uma enquete informal, sem nenhum

critério técnico, e descobriu que a Rádio Kosmos era uma das últimas colocadas no ranking. Ele, então, vendeu a rádio e fundou o Ibope. Em 2014, a divisão de mensuração do Ibope foi vendida para o grupo Kantar e nasceu a Kantar Ibope Media. Em 2021, as atividades do Ibope foram encerradas e alguns executivos remanescentes da empresa criaram o Ipec, que também trabalha com pesquisas de mercado.

As primeiras pesquisas do Ibope foram feitas para aferição da audiência em rádio; depois vieram as pesquisas políticas, com levantamento de intenções de voto e, após o advento da TV, surgiu o mapeamento do gosto do telespectador. No começo, a pesquisa era feita através do critério de flagrante, porque o entrevistador batia de porta em porta perguntando qual emissora a pessoa estava ouvindo. Mas com o passar dos anos este critério foi ficando defasado, porque o rádio deixou de ser um aparelho domiciliar, passando a ser portátil, com o ouvinte podendo estar no estádio de futebol, em casa, no carro ou fazendo uma caminhada. O próprio mercado passou, então, a criticar o critério do Ibope, questionando a defasagem. A partir daí, em 1982 foi criado o critério de *recall*, quando o entrevistado era levado a se recordar o que ele ouvira ontem e anteontem em emissoras de rádio.

No final da década de 1940, surge uma tendência no rádio que se mantém até hoje, tanto na transmissão hertziana quanto na internet: a segmentação. Segundo Ortriwano (1985), algumas emissoras começam a especializar-se em determinados campos de atividade: “a Rádio Panamericana, de São Paulo, por exemplo, transformou-se na “Emissora dos Esportes”, conseguindo liderança de audiência e

introduzindo muitas inovações nas transmissões esportivas” (p. 20).

No dia 28 de agosto de 1941, foi ao ar pela primeira vez o mais importante noticiário do rádio de todos os tempos: o *Repórter Esso*. Até então, o jornalismo radiofônico se constituía na leitura de notícias dos jornais, mas quando o Brasil entrou na Segunda Guerra ao lado das forças aliadas, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro lançou o *Repórter Esso*, que já funcionava, de forma experimental, na Rádio Farroupilha, de Porto Alegre. O noticiário era patrocinado pela Esso Brasileira de Petróleo e já existia em cidades como Nova York, Buenos Aires, Santiago do Chile, Lima e Havana, fruto da política dos Estados Unidos com os países da América Latina, seus aliados na guerra. Até 1945, quando a guerra acabou, as notícias transmitidas pelo *Repórter Esso* eram principalmente informes sobre o desenrolar do conflito. Os dois slogans principais do programa eram: “*O primeiro a dar as últimas*” e “*Testemunha ocular da história*”.

Costa e Noleto (1997) lembram que *a maior contribuição do Repórter Esso foi introduzir no rádio brasileiro o noticiário adaptado para a linguagem radiofônica* (p. 15). Pela primeira vez, um jornal falado tinha noticiários certos para entrar no ar: às 8h, 12h55, 19h55 e 22h55, sem contar as edições extras, que dependiam de informações urgentes vindas das frentes de combate na Europa. O *Repórter Esso* inaugurou o radiojornalismo brasileiro, introduzindo técnicas utilizadas até hoje e lançou o primeiro guia impresso para orientar radialistas na preparação de noticiário. O Manual de Produção destacava três regras básicas cumpridas com rigor pelo programa: 1. O *Repórter Esso* é um

programa informativo; 2. O *Repórter Esso* não comenta notícias; 3. O *Repórter Esso* sempre fornece as fontes da notícia.

O advento da televisão, na década de 1950, marca o fim da época de ouro do rádio. Para enfrentar a nova e potente concorrência, o rádio teve que buscar outros caminhos e definir uma linguagem específica. De acordo com Ortriwano (1985),

No início, foi reduzido à fase do vitrolão: muita música e poucos programas produzidos. Como o faturamento era menor, as emissoras passaram a investir menos, tanto em produção quanto em equipamento e pessoal técnico e artístico. O rádio aprendeu a trocar os astros e estrelas por discos e fitas gravadas, as novelas pelas notícias e as brincadeiras de auditório pelos serviços de utilidade pública. Foi-se encaminhando no sentido de atender às necessidades regionais, principalmente ao nível de informação. Começa a acentuar-se a especialização das emissoras, procurando cada uma delas um público específico (p. 21).

Uma inovação tecnológica importante marcou a história do rádio na década de 1950: a chegada do transistor, que livrou o aparelho de fios e tomadas, proporcionando a criação de uma nova linguagem, apropriada para um veículo com alta mobilidade, que acompanha o ouvinte no lugar em que ele está. O rádio transistorizado foi um grande sucesso, sendo apontado como “o dispositivo de comunicação mais popular da história” (SKRABEC JR., 2012, p. 197). Assim, a partir do transistor, o público pressuposto do rádio passou a ser um ouvinte móvel, o que não acontecia anteriormente quando as famílias

se reuniam na sala ao redor do aparelho para uma escuta coletiva. A vida dos ouvintes já não girava mais em torno do aparelho do rádio e, como lembra Fanucchi (1997, p. 130), “além de liberar o receptor, até então ligado umbilicalmente à tomada elétrica, o transistor permitiu a redução do tamanho e peso do aparelho, agora alimentado a pilhas, que passou a acompanhar o ouvinte aonde quer que ele fosse”.

Um caminho importante encontrado pelo rádio foi a transmissão em FM. Por transmissão em AM (Amplitude Modulada) entende-se a modulação da amplitude das ondas e, por FM (Frequência Modulada), a modulação da frequência. O uso do FM começou com a Rádio Imprensa do Rio de Janeiro, a primeira emissora a operar nesta faixa. Em 1955, lançou dois canais: um comercial (com programação para uma rede de supermercados) e outro não-comercial (música para lojas e escritórios). Até esta época, a faixa de FM era usada apenas como forma de comunicação entre o estúdio e a antena de retransmissão da emissora. Nos anos 1960, o FM foi regulamentado pelo governo federal. Em 1966 foi inaugurada a Rádio Tropical, de Manaus, primeira emissora do país a operar em FM estéreo.

O RÁDIO BRASILEIRO HOJE

A Constituição brasileira define que os serviços de radiodifusão têm por fundamento filosófico a finalidade educativa e cultural, a promoção da cultura nacional e regional e o estímulo à produção independente que objetive sua divulgação, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e o respeito aos valores éticos e sociais

da pessoa e da família. No entanto, permite a exploração comercial desses serviços, na medida em que não prejudique os interesses e finalidades para os quais foram criados. Dessa forma, a outorga para a prestação dos serviços de radiodifusão hertziana é conferida em caráter comunitário, educativo ou comercial.

A radiodifusão comunitária só pode ser explorada por fundações ou associações comunitárias sem fins lucrativos, sendo que a área de cobertura da estação tem que atender, apenas, a determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Já o serviço educativo pode ser explorado pela União; Estados, Territórios e Municípios; Universidades brasileiras e fundações constituídas no Brasil cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações. A radiodifusão educativa “não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos” (Parágrafo único do Art. 13 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

Já a outorga para a exploração comercial da radiodifusão depende de procedimento de licitação e podem executá-la a União; os Estados, Territórios e Municípios; as Universidades brasileiras; as fundações constituídas no Brasil cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações; as sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que subscritas, as ações ou cotas, por brasileiros natos.

Hoje, este rádio centenário, com a digitalização e a chegada da

internet é um meio profundamente reconfigurado em seus modos de transmissão, recepção e características sociodiscursivas e segue sendo uma mídia viva no *dial*, na internet, nos aplicativos e em modelos híbridos que mesclam formatos e dispositivos (DEL BIANCO; PRATA, 2020).

A Rádio Klif, no Texas, Estados Unidos, foi a primeira emissora comercial a transmitir de forma contínua e ao vivo através da internet, a partir de setembro de 1995. A criação desta emissora jogou por terra todos os pressupostos conhecidos até então sobre radiodifusão, como necessidade de concessão, presença de elementos visuais, limites geográficos e, é claro, a ausência do bom e velho aparelho de rádio. Aqui, no Brasil, o rádio com transmissão exclusiva pela internet – a webradio – só chegou três anos depois dos Estados Unidos. No dia 5 de outubro de 1998, entrou em funcionamento a Rádio Totem, a primeira emissora brasileira com existência apenas na internet. Dois anos depois do início das transmissões da Rádio Totem, no primeiro semestre de 1997, apenas nove estações transmitiam *on-line*. Em setembro de 2000, a web já era o suporte de 191 emissoras. Hoje é muito difícil precisar o número de emissoras brasileiras com existência exclusiva na internet, já que não há um órgão que faça este controle.

Mas com a transmissão por ondas hertzianas, existem atualmente no país pouco mais de dez mil emissoras de rádio, a maioria FM, já que o número de AMs vem diminuindo cada vez mais em função do processo de migração. O rádio AM foi perdendo prestígio e competitividade ao longo do tempo, e Curado (2014) destaca três fatores

que impactaram para que isso acontecesse: a perda da qualidade do som; a popularização do uso de celulares, *smartphones* e *tablets*; a perda de financiamento publicitário e audiência. O processo de migração teve início em maio de 2010, quando a Agência Nacional de Telecomunicações publicou um estudo sobre a viabilidade técnica da migração do rádio AM para a faixa de FM, usando os canais 5 e 6 de televisão em Santa Catarina. Em junho de 2012, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, anunciou a decisão do governo de proceder os estudos para a migração do rádio AM e, pouco mais de um ano depois, a presidente Dilma Rousseff assinou o decreto da migração em 7 de novembro de 2013, Dia do Radialista, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

Em ampla pesquisa realizada em 2018, com emissoras que já haviam migrado e também em processo de migração, buscamos compreender o impacto do processo sob os seguintes aspectos: caminhos da mudança, adaptação técnica e investimento da emissora; sustentabilidade (faturamento e audiência); reconfiguração do conteúdo; reorganização da programação; mudanças na equipe de profissionais; estratégias de relacionamento com a audiência; reposicionamento da marca da rádio (PRATA e DEL BIANCO, 2018). Uma das questões da pesquisa foi saber dos radiodifusores por que eles buscaram a migração. As respostas foram: melhoria da qualidade do som (94,12% dos respondentes), possibilidade de aumentar a audiência (92,44%), expectativa de alcançar várias faixas da audiência, a exemplo dos jovens (81,51%), possibilidade de aumentar o faturamento com publicida-

de (88,24%), oportunidade para renovar o conteúdo e formato da programação (66,39%), renovação das formas e canais de interação com a audiência (49,58%), necessidade de inserir a rádio no ambiente digital móvel (celular) (57,98%), trocar o transmissor para reduzir custos com energia elétrica (47,90%).

Além do processo de migração para o FM, podemos apontar outras tendências do rádio brasileiro, este meio centenário que está mais vivo do que nunca. Como apontamos em Del Bianco e Prata (2020), “em um ecossistema midiático moldado por algoritmos e plataformas, o rádio é o meio analógico ainda relevante na sociedade. Em parte, o sentido de permanência se deve à capacidade de integração e adaptação às inovações tecnológicas, sem romper com sua tradição” (p. 22).

A partir das novas plataformas comunicacionais, é possível visualizar a configuração de uma nova conjuntura radiofônica no campo mercadológico. Um dos modelos de negócio mais representativos deste cenário é a rádio corporativa, “que pode ser entendida como uma emissora feita sob encomenda para uma determinada empresa, seguindo os preceitos de sua cultura organizacional” (PRATA; MARTINS, 2017, p. 78). É possível apontar que as origens do rádio corporativo estejam ligadas ao Muzak, termo que hoje é quase sinônimo de música ambiente. No final da década de 1920, o empresário George Squires começou a oferecer música por telefone nos Estados Unidos e o nome comercial da empresa era Muzak. Também era conhecida como “música de elevador” porque era usada em edifícios para acalmar os ocupantes do elevador enquanto subiam ou desciam.

Na década de 1940, o Muzak começou a ser utilizado nas empresas, com o intuito de aumentar a produtividade dos funcionários, com músicas sem partes cantadas para evitar distrações.

Outra tendência importante no rádio é a estratégia de negócio tendo como base o *branded content*. Muitas empresas migraram suas emissoras para a internet nos anos 1990, entretanto, ainda estão buscando formas de se manter financeiramente neste espaço. O *branded content* é um destes caminhos e pode ser compreendido como um tipo de comunicação não intrusiva que valoriza os atributos e experiências de determinado produto em substituição ao tom impositivo e interruptivo do discurso publicitário (AVELAR, 2017). Neste processo, o desafio é focar os esforços comunicativos para tornar as mensagens publicitárias atraentes e não intrusivas, porém capazes de balancear marca e conteúdo (REGUEIRA, 2014; AGUILERA; BAÑOS, 2016). Para Corral (2014), trata-se de uma inversão da lógica publicitária com o consumidor passando a procurar a propaganda. Há o desafio para se desenvolver formas para impactar os novos modelos de mercado, de tal modo que o espectador vá até a publicidade e não o contrário como normalmente acontece. Pastor, Ojeda e Rueda (2014) entendem que o *branded content* precisa ser apreendido como uma estratégia e não como um formato que, a partir do conteúdo, gere engajamento.

Também é fundamental destacar que a expansão das plataformas de internet e telefonia móvel têm impulsionado novas lógicas de produção, distribuição e consumo de conteúdo para as mídias tra-

dicionais. Especificamente no caso do rádio, esta expansão permitiu oferecer conteúdo sonoro em linguagem hipertextual e interativa, proporcionando ao público experiências diferenciadas. “Sites das principais emissoras de rádios pelo mundo são mais do que *players*, transformaram-se em verdadeiros portais, com notícias de artistas, clipes de músicas, reportagens, informações sobre shows e passaram a integrar as estratégias de marketing multimídia, hipermídia e transmídia” (DEL BIANCO; PRATA, 2018, p. 100).

Assim, o telefone celular está se convertendo na principal porta de entrada e consumo de conteúdo e canal de interação com a audiência. Como ferramenta de convergência midiática, o celular alarga a mobilidade do rádio tradicional e oferece o que Castells (2009, p.107) denomina de “conectividade perpétua”, ou seja, permite que mensagens e informações sejam captadas e difundidas de qualquer local e em tempo real, formando redes de comunicação instantâneas em escala planetária (DEL BIANCO; PRATA, 2018).

Por fim, gostaria de destacar o espaço criado pelo rádio nas novas plataformas sociais de emissão (MARTÍNEZ-COSTA; PRATA, 2017). Além dos tradicionais equipamentos de escuta de rádio e emissões a partir de aplicativos de internet e *smartphone*, o rádio agora encontra novas plataformas de transmissão em espaços originalmente pensados para comunicação interpessoal ou redes sociais. Como aponta Peñafiel-Saiz (2002, p. 30), há mudanças mais importantes no campo da tecnologia, como “a extraordinária mutação das linguagens”. Assim, temos hoje transmissões radiofônicas pelo WhatsApp e pelas

redes sociais, numa desafiadora reconfiguração dos usos que remodela o centenário invento de Marconi, que está mais forte do que nunca.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, J.; BAÑOS, M. *Branded entertainment: cuando el branded content se convierte en entretenimento*. Madrid: ESIC, 2016.

ASSOCIAÇÃO Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – Abert. *Radiodifusão e Democracia*. 1990.

AVELAR, Kamilla. *Rádio Corporativo: o branded content como estratégia de programação*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Brasil, 2017.

CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CARTA Aberta Sobre o Pioneirismo no Rádio Brasileiro. 2021. Disponível em: https://blog.ufba.br/portaldoradio/files/2021/09/20210204_CARTA_ABERTA.pdf

CASTELLS, Manuel. *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CORRAL, E. El <<branded content>> como estrategia en la industria cultural del videojuego. In: RON, Rodrigo; ÁLVAREZ, Antón; NÚÑEZ, Patricia (Coord). *Bajo la influencia del branded content: efecto de los contenidos de marca em niños y jóvenes*. Madrid: ESIC. Versão Kindle, 2014.

COSTA, Gilberto; NOLETO, Pedro. *Chamada à Ação: Manual do*

radialista que cobre educação. Projeto Nordeste/Unicef. Brasília. 1997.

CURADO, Camila C. *Migração de rádios AM para FM: processos de preparação e perspectivas de mudança frente à convergência tecnológica*. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/12196>.

DEL BIANCO, Nélia R.; PRATA, Nair. Inovação na tradição. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v. 17, 2020.

DEL BIANCO, Nelia; PRATA, Nair. Rádio, mobilidade e ubiquidade: análise do projeto de inclusão mobile digital da Abert. *RBCC*, v. 41, p. 99-117, 2018.

FANUCCHI, Mário. O rádio de Brecht – setenta anos depois. *Revista USP*, São Paulo (34): p. 125-133, junho/agosto 1997.

GOMES JÚNIOR, José. A publicidade no Rádio: origem e evolução. *XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Manaus, 2000. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/40c31f36d4d023b0726c48094dd32b21.pdf>

LOPES, Saint-Clair. *Fundamentos Jurídico-Sociais da Radiodifusão*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito, 1957.

MARTÍNEZ-COSTA, María del Pilar; PRATA, Nair. La radio en busca de su audiencia: hacia una escucha diversificada y multiplataforma. *RBCC*, v. 40, p. 109-128, 2017.

MIRANDA, Orlando. A Era do Rádio. In: *Nosso Século*. Abril Cultural, nº 17.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

PASTOR, E.; OJEDA, M.; RUEDA, M. “Branded Content” juguetes y niños. In: RON, R.; ÁLVAREZ, A.; NÚÑEZ, P. (Coord.). *Bajo la influencia del branded content: efecto de los contenidos de marca em niños y jóvenes*. Madrid: ESIC. Versão Kindle, 2014.

PEÑAFIEL-SAIZ, Carmen. La información en la radio. In: MARTINEZ-COSTA, M. P. (Coord.). *Información radiofónica – Como contar noticias en la radio hoy*. Barcelona: Ariel, 2002.

PRATA, Nair; DEL BIANCO, N. (Org.). *Migração do rádio AM para o FM - Avaliação de impacto e desafios frente à convergência tecnológica*. Florianópolis: Insular, 2018.

PRATA, Nair; PESSOA, Sônia; BRANDÃO, V. C. Entre o Rádio, a Televisão e a Internet: Fluxos Intermediáticos e Narrativa Transmídia na Teledramaturgia Brasileira. In: IRIGARAY, Fernando; GOSCIOLA, Vicente; PIÑERO-OTERO, Teresa (Org.). *Dimensões transmídia*. Aveiro: Ria Editorial, 2019.

PRATA, Nair; MARTINS, Henrique Cordeiro. Brand radio: La segmentación personalizada como modelo de negocio. *Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, v. 4, p. 77-85, 2017. Disponível em: <http://www.revistaaic.eu/index.php/raaic/article/view/88>

REGUEIRA, J. Do Popeye a Red Bull. In: RON, R.; ÁLVAREZ, A.; NÚÑEZ, P. (Coord.). *Bajo la influencia del branded content:*

efecto de los contenidos de marca em niños y jóvenes. Madrid: ESIC. Versão Kindle, 2014.

REIS, Clovis. A evolução histórica da publicidade radiofônica no Brasil (1922-1990). *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis. 2004.

SILVA, Júlia Lúcia de Oliveira Albano da. *Rádio: oralidade mediatizada: o spot e os elementos da linguagem radiofônica*. São Paulo: Annablume. 1999.

SKRABEC JR., Quentin R. *The 100 Most Significant Events in American Business: An Encyclopedia*. ABC-CLIO, 2012.



O CENTENÁRIO DA CAIXA FALANTE

Nelson Varón Cadena¹

RESUMO

Este artigo aborda a trajetória do rádio, no Brasil, em especial da Rádio Sociedade da Bahia, nas suas origens, constituída oficialmente em 1924, e faz uma avaliação crítica sobre as datas comemorativas que se referenciam ao centenário do rádio, em nosso país, que são várias a depender de pontos de vista. O artigo discorre sobre o desinteresse dos brasileiros e em especial da mídia, em torno da transmissão experimental realizada em 7 de setembro de 1922, por ocasião da Exposição Internacional, comemorativa da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro. E traça um panorama das dificuldades operacionais vivenciadas pelas emissoras de rádio, registradas e constituídas no papel, e que demoravam alguns anos a entrar em operação, de fato, com uma grade de programação estruturada, transmissões regulares e audiência garantida fora do espectro restrito de aficionados radioamadores.

ABSTRACT

This article discusses the trajectory of radio in Brazil, especially Rádio Sociedade da Bahia, in its origins, officially constituted in 1924 and makes a critical assessment of the commemorative dates that refer to the centenary of radio in our country, which are several depending on points of view. The article discusses the lack of interest of Brazilians and, in particular, the

¹ Escritor e jornalista

media, around the experimental transmission carried out on September 7, 1922, on the occasion of the International Exhibition, commemorating the Independence of Brazil, in Rio de Janeiro..It provides an overview of the operational difficulties experienced by radio stations, registered and constituted on paper, but which took a few years to come into operation, in fact, with a structured programming schedule, regular broadcasts and guaranteed audience outside the restricted spectrum of radio amateurs.

O CENTENÁRIO DA CAIXA FALANTE

O Brasil celebrou em 7 de setembro deste ano o centenário da caixa falante. É uma data apenas simbólica, como tantas outras que se reportam supostamente à origem do rádio. O verdadeiro centenário da caixa falante transcorre em 1º de maio de 2023; no ano próximo, celebra-se a entrada no ar da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, constituída pelos cientistas Edgard Roquette-Pinto e Henrique Morize, no Dia do Trabalhador, em 1923

Foi a primeira emissora do país a operar com uma grade de programação definida, regular, um escopo de trabalho que definiu o perfil das audiências. E o mais importante, a ter um equipamento para a retransmissão da programação em escala. Contou inicialmente com um transmissor de 100 watts, que pertencera à repartição dos Correios e Telégrafos, no ano seguinte substituído por um mais potente de 2000 watts adquirido da Marconi Company.

Antes da existência de uma emissora de rádio, tivemos algumas transmissões experimentais, esporádicas, através das estações radio-

telegráficas e radiotelefônicas, para um público restrito de radioamadores. A transmissão que justificou as comemorações do centenário do rádio, no ano em curso, se deu através de alto-falantes instalados na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, inaugurada em 7 de setembro de 1922.

Recentemente, em abril de 2019, os pernambucanos comemoraram com o endosso das mais respeitáveis entidades acadêmicas do país, o centenário do rádio no Brasil. Justificado através da documentação que provou ter sido constituída, no papel, inclusive com estatutos, a Rádio Club de Pernambuco, em 6 de abril de 1919. Pioneirismo no Brasil e na América Latina. Porém, só veio operar como emissora de rádio, de fato, com transmissor e audiência de um público com receptores, a partir de outubro de 1923, cinco meses após a operação da Rádio Sociedade.

No Brasil, o Centenário do Rádio acabou sendo um ponto de vista, ao gosto dos pesquisadores da mídia: comemoramos o pioneirismo da emissora constituída e legalizada apenas no papel (Rádio Club de Pernambuco); a experimentação num evento (irradiação através de alto falantes de um discurso e uma ópera); a entrada no ar de uma emissora com grade de programação e transmissor para retransmitir em escala (Radio Sociedade do Rio de Janeiro) e até a experimentação de um cientista (o padre Landell de Moura) que transmitiu sinais sem fios, mas não a voz humana.

A DATA SIMBÓLICA

Em 7 de setembro de 1922 demonstrações experimentais de radiotelegrafia, realizadas pela Westinghouse International Company e Western Electric Company² por ocasião da Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, ensejaram a motivação para se celebrar a origem do rádio no Brasil.

A imprensa, na época, não se interessou pela novidade, apesar dos releases distribuídos pelos americanos; publicaram-se pequenas notas do mesmo teor, destacando os fornecedores dos equipamentos e não o evento em si. A mídia não tinha a menor ideia do que era a então denominada telefonia, ou telegrafia sem fio, e nem estava interessada diante de tantos eventos e tantas personalidades do Brasil e do mundo a destacar.

As irradiações ocorreram no latifúndio da Exposição, uma área gigantesca, de forma tão precária que ninguém ouviu direito. Consistiram na emissão da voz do presidente da República, Epitácio Pessoa, (não foi a primeira vez que o presidente falou pelo “radio”, em 1º de abril de 1920 sua voz foi ouvida numa transmissão experimental da Marconi Company na Ilha das Cobras)³ e no mesmo dia dos acordes da ópera O Guarani, de Carlos Gomes, através de um link com o Teatro Municipal onde estava sendo executada. As irradiações teriam sido ouvidas também através de 80 receptores instalados em São Paulo,

² Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, edição de 8/9/1922.

³ Fragmentos impressos sobre a história da centenária Rádio Clube de Pernambuco. Pedro Serico VAZ Filho. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2441-1.pdf>

Niterói e Petrópolis⁴. Fora a curta notícia do jornal A Noite, não se conhece documento que fundamente essa informação.

A nenhum fotógrafo brasileiro, ou da imprensa internacional credenciada, lhe ocorreu registrar a fala do presidente da República, o estúdio improvisado, um microfone, um fio auditivo na orelha, seja lá o que for. As revistas O Malho, Revista da Semana, Careta e Fon-Fon dedicaram juntas centenas de páginas à cobertura da Exposição. Nenhuma linha de texto, **uma sequer**, sobre a irradiação que marcou a origem do rádio em nosso país.

O cientista Edgard Roquette-Pinto, um dos fundadores da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, lembrando o episódio, anos depois, assim descreveu o fiasco da transmissão:

Muita pouca gente se interessou. Creio que a causa principal desse desinteresse foram os alto-falantes instalados no recinto da Exposição. Ouvindo discurso e músicas reproduzidas no meio de um barulho infernal, tudo roufenho, distorcido, arranhando os ouvidos; era a curiosidade sem maiores consequências⁵.

Disse tudo. Não existia a caixa falante, o receptor, apenas uma parafernália de fios e cornetas, os chamados alto-falantes. Vinte anos depois, quando os sistemas de alto-falantes se popularizam nas grandes cidades, o som roufenho e distorcido continuava a ser o calcanhar de

⁴ Jornal A Noite, do Rio de Janeiro, edição de 8 de setembro de 1922.

⁵ TAVARES, REYNALDO C. Histórias que o rádio não contou. Negócio Editora, 1997. p. 51.

Aquiles do rádio de rua.

Quem não se incomodou muito com o barulho infernal da irradiação foi o Dr. Cesário de Andrade, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e Diretor da Academia Baiana de Medicina. Tão empolgado ficou com a novidade, segundo contou, certa feita, o professor Cid Teixeira, que, de volta à terrinha, requeria autorização do Ministro da Viação e Obras Públicas para a implantação de um posto receptor teleradiofônico na sua residência. Licença concedida, o posto seria inaugurado em junho de 1923, um mês após o início de operações da Radio Sociedade do Rio de Janeiro, emissora pioneira, no país.

O mesmo Cesário de Andrade, no ano seguinte – abril de 1924 – constituiria com Agenor Augusto de Miranda, Caio Moura, Arquimedes Gonçalves, Oscar Carrascosa, Gustavo Lopes, Gaston de Oliveira e Dagoberto Menezes, dentre outros, a Rádio Sociedade da Bahia.

OS PREPARATIVOS

O posto rádio receptor, instalado em junho de 1923, na residência do Dr. Cesário de Andrade, é um dos indícios da movimentação de alguns rapazes baianos no intuito de captar mensagens através das ondas hertzianas, e as transmissões experimentais da rádio operada na capital do país pela repartição dos Correios e Telégrafos, desde 1922, e mais tarde, pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. O próximo passo seria adquirir e instalar um transmissor, constituir uma socie-

dade, obter uma licença do Ministério da Viação e Obras Públicas e, o mais difícil, estruturar um modelo de programação. Enfim, operar uma emissora de rádio.

Em 16 de janeiro de 1924, o governador do Estado, Antônio Moniz, recebia no Palácio da Aclamação o engenheiro carioca Moreno Del Valle, em audiência destinada a obter o apoio do Governo para a instalação de uma “Central Radiotelefônica da Bahia”⁶ tendo o mesmo encontrado da primeira autoridade “o caloroso apoio à sua ideia” que também beneficiaria o Estado, segundo o pleito do visitante. O fato é que, dois meses depois, era publicado no Jornal A Tarde edital de convocação para a Assembleia Geral destinada à discussão dos estatutos da Sociedade e eleição de sua primeira diretoria. O edital convidava “todos os adesistas e interessados no assunto”.⁷

A reunião realizada nos salões do Instituto Politécnico da Bahia resultou na constituição formal da Rádio Sociedade da Bahia, segundo documento do Arquivo Público da Bahia⁸, sendo eleitos o engenheiro civil Agenor Augusto de Miranda, Chefe do Distrito de Telégrafos como Presidente Executivo e o Dr. Caio Moura, facultativo da Escola de Medicina como Presidente da Assembleia Geral. Os demais cargos de diretoria foram ocupados pelo professor da Escola de Medicina, Cesário de Andrade, eleito 1º Vice-Presidente; engenheiro civil e Diretor do Instituto Politécnico, Archimedes Gonçalves, 2º Vice-Presidente; engenheiro civil, Oscar Carrascosa, 1º secretário; e engenheiro civil e

⁶ Jornal O Imparcial, edição de 17/1/1924.

⁷ Jornal A Tarde, edição de 13 de março de 1924.

⁸ APEB. Caixa 2295.

fiscal de saneamento da capital, Filinto de Mello, 2º secretário.

Também foram eleitos dois conselhos, um técnico e um fiscal. O primeiro constituído pelos engenheiros civis Dagoberto de Menezes, chefe do Distrito Telegráfico; Gastão de Oliveira, encarregado da Estação Radiográfica de Amaralina; e Gustavo Lopez, chefe do Serviço Telefônico. O segundo, composto pelo engenheiro civil, Epaminondas dos Santos Torres, presidente do Instituto Politécnico; banqueiro, Urbano Pires; e o Diretor da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, Anísio Masorra. Não integravam a Diretoria, mas foram figuras-chaves nesse processo os engenheiros Elba Dias e o já mencionado Moreno Del Valle, que residiam na capital do país.

A constituição da diretoria não deixa dúvidas quanto à preocupação do grupo de fornecer um serviço do ponto de vista de tecnologia correto. De modo que reuniu os responsáveis no Estado pelos serviços de telefonia, telegrafia, radiotelegrafia e energia elétrica, além de técnicos e engenheiros do Instituto Politécnico da Bahia. Ou seja, os melhores recursos humanos para a operação de um sistema, que se saiba, tinha como fundamentos as ondas magnéticas espalhadas pelo espaço em círculos concêntricos, mas continuava a ser um sistema precário em relação à recepção dos sons, em particular da palavra e da música e ainda indefinido quanto a sua utilidade prática.

A experiência do professor Roquette-Pinto, no Rio de Janeiro, em maio de 1923, sinalizava para um sistema de rádio no Brasil engajado num propósito educativo, de difusão cultural. O Dr. Cesário de Andrade falava em “múltiplos objetivos entre os quais o de promover

e difundir a instrução pública, tal como acontece em Paris, onde se realizam conferências radiofônicas patrocinadas pela Sorbonne”. Então, reportava-se à operação do sistema no país vizinho, a Argentina: “[...] irradiam diariamente...conferências literárias e patrióticos sermões, lições cívicas, concertos musicais... as quais ouvimos frequentemente, sobretudo à noite, aqui, na nossa residência do Campo Grande”.⁹ (8)

A INAUGURAÇÃO OFICIAL

Logo após a constituição da Radio Sociedade da Bahia, a emissora entrou no ar, março ou abril, não se tem certeza quanto à data das primeiras emissões esporádicas, experimentais, através da estação telegráfica. 20 de março tem sido uma data referencial, desconheço a fonte original. Em todo caso, foi em 27 de abril de 1924 que a emissora foi apresentada à sociedade baiana oficialmente, em solenidade de inauguração realizada no Palacete Mercury, da Rua Chile; no térreo, funcionava afamada chapelaria ostentando o sobrenome do imigrante italiano Giovanni Mercury, bisavó da cantora Daniela Mercuri. Uma foto publicada na revista Renascença, edição de maio, registrou o acontecimento.

Março ou abril, qualquer que seja a data de início das “transmissões”, é certo que estas eram experimentais, eventuais e precárias, e a audiência também irrisória, contava teoricamente com 200 associados, muitos nem eram radioamadores, ou seja, eram associados no papel. Colaboradores.

⁹ Jornal Diário da Bahia, edição de 27/4/1924.

O Dr. Cesário de Andrade, no artigo referido, publicado pelo Diário da Bahia, reportava as providências tomadas:

A Rádio Sociedade tem trabalhado ativamente, tendo em pouco mais de um mês de existência resolvido sobre a escolha de uma estação receptora, de modo a receber as irradiações do Rio de Janeiro...contratado um técnico para orientar os seus associados na instalação aos seus postos receptores...Talvez na próxima semana, já possa a Sociedade oferecer a seus 200 associados...uma audição em alto-falante do concerto irradiado do Largo do Machado.

Então, cogitava em adquirir um transmissor de 50 a 80 watts “para o serviço de pequenos amadores, que não possuem aparelhos de alcance”. Indícios claros de que a emissora realizava uma ou outra transmissão experimental, não tinha uma programação regular e, por isso mesmo, não há registros na imprensa escrita da época. Confirmados por um ofício do Presidente da emissora, Agenor Augusto de Miranda, endereçado em 22/12/1924 ao governador Góes Calmon, onde agradece as providências da autoridade junto ao Ministro da Fazenda para a liberação dos equipamentos adquiridos, temporariamente retidos na alfândega, por motivo do não pagamento das taxas de importação.¹⁰ (9)

O governador obtinha com suas gestões a isenção de direitos para a *broadcasting* adquirida da Western, retida na repartição federal. Num ofício anterior, de data ilegível, o presidente da emissora afirmava que

¹⁰ APEB. Caixa 2295.

“A Sociedade dará brevemente começo ao programa que se traçou no interesse público”. Em dezembro de 1924, ou seja, oito meses após a solenidade de inauguração, de fato simbólica, representada por uma foto, no ofício de agradecimento aqui mencionado, Miranda afirmava textualmente: “Deste modo esperamos em breves dias inaugurar, no Estado que vossa excelência dirige com patriotismo, os serviços a que se propõe a Rádio Sociedade da Bahia”. Indícios claros de que, até o momento, a operação da rádio era a de uma mera estação receptora para um público formado exclusivamente por radioamadores.

O PROBLEMA DOS CONTEÚDOS

Tudo indica que a Rádio Sociedade da Bahia, constituída em março de 1924 e inaugurada no mês seguinte, de fato operou somente em 1925, resolvido o impasse com os transmissores retidos na alfândega. Nesse período, limitou-se a captar concertos realizados no Largo do Machado, Rio de Janeiro, com o auxílio do engenheiro Elba Dias, que ali residia, um velho conhecido da turma da Escola Politécnica; entre 1909 e 1916, realizara o curso de engenharia na terrinha, formando-se engenheiro geógrafo e convivera com alguns dos fundadores da rádio baiana. Há registros também de comunicações com a América do Norte, sempre irradiações esporádicas, captadas, mas, desconhecemos indícios de retransmissão desses eventos.

Não há nenhum demérito nessa atuação limitada da rádio. A Sociedade da Bahia, como as demais emissoras que já operavam no país, não tinha o intuito de atingir audiências. Representava para

seus idealizadores o uso para serviço próprio de uma tecnologia inovadora, a possibilidade de se comunicarem entre eles e de ter acesso a elementos de cultura de outros países; ouvir concertos através da caixa falante, sem ter de comparecer ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro ou ao Teatro da Ópera de Nova Iorque, era um privilégio. Enquanto os intelectuais da cidade trocavam erudição em tertúlias caseiras ou acadêmicas, os rapazes do rádio promoviam a seu modo a troca de cultura.

Se a Rádio Sociedade da Bahia não tinha uma programação regular estruturada, consequência da retenção de seus transmissores na alfândega e da falta de recursos de seus associados, essa situação não era muito diferente no resto do país. A questão da geração de conteúdos para o veículo não tinha sido devidamente equacionada. Seguia-se, enquanto possível, o padrão da “Caixa de Música”, de David Sarnoff, que foi um dos personagens mais importantes da história do rádio a partir da constituição da Radio Corporation of América-RCA, em 1919. Alguns anos antes, em 1916, Sarnoff redigira o célebre memorando da “Caixa de Música”, estabelecendo as diretrizes do que seria o rádio comercial na década de 1920, na época um documento desprezado por inconsistente, “fora da realidade”. A música, conferências e notícias, no seu memorando, era o futuro do rádio, o seu conteúdo mais provável.

Ainda em relação ao escopo do rádio, lidava-se com a precariedade dos equipamentos, os transmissores tinham de ser desligados e resfriados a cada duas horas, fora outras variáveis que descompromis-

savam os “programadores”, uma delas a não referência de horários e dos conteúdos específicos. Os jornais ainda não publicavam a grade de programação por antecipação, talvez pela sua irregularidade, registrando apenas o impacto de alguma irradiação dias após realizada.

Não era uma limitação exclusiva da radiofonia brasileira. Em todo o mundo as emissoras lidavam com essa questão da falta de conteúdos, pois o rádio tinha sido concebido por radioamadores, técnicos interessados nos avanços da então nascente engenharia de comunicações. Alguns autores situam por exemplo o conceito de formato de programação, cronologicamente, somente a partir de 1927, isso nos Estados Unidos, onde então proliferava mais de um milhar de emissoras, melhor diríamos “experiências”, em operação.

No país do Tio Sam, onde o rádio desenvolvia-se de acordo com os interesses dos fabricantes de insumos para o veículo, conteúdo era o de menos. O público em princípio era considerado apenas um consumidor de aparelhos de rádio, mais tarde seria visto como uma audiência vendável. O fato é que, por essas circunstâncias, não há como se estabelecer o pioneirismo de uma ou de outra emissora, os simples registros nos órgãos competentes, atas de fundação das sociedades e clubes. no caso do Brasil, notas de jornais destacando esta ou aquela irradiação; são todos elementos vagos que não nos permitem aferir uma cronologia confiável da estreia, do ponto de vista operacional, das emissoras de rádio.

O conceito do veículo nos moldes de uma programação regular, estruturada, em horários convencionados e previamente anunciados,

vai sendo construído entre 1923 e 1927, de modo que estabelecer o pioneirismo da entrada no ar desta ou daquela emissora, torna-se apenas um ato de vontade. O certo é que no período acima referido, em várias cidades brasileiras, grupos de radioamadores aprendiam na troca de experiências a lidar com um invento que encantava o mundo, e que a rigor ainda não descobrira a sua vocação de massa.

O PROBLEMA DOS RECEPTORES

A constituição da Radio Sociedade passou despercebida para a maioria dos baianos, o fato destacado apenas em pequenas notas de jornais, mesmo assim a elite baiana teve a percepção de que o invento que irradiava sons, inclusive a voz humana e que se diferenciava do telefone pela sua possibilidade de irradiar esses sons para várias pessoas ao mesmo tempo, tinha chegado até nós. Mas se a elite teve a percepção da importância da nova tecnologia, não teve a compreensão exata do que isso significava. Se o rádio parecia uma caixa falante, essa caixa era um bem, naquele momento, não disponível.

Até 1927, o rádio no Brasil se desenvolveu de forma experimental, inclusive no que diz respeito à formação e fidelização das audiências. O problema maior era a dificuldade de se adquirir um aparelho receptor, não os havia disponíveis no mercado. A solução era fabricar os próprios receptores através da tecnologia de manipulação de cristais, o de galena mais adequado, aparelhos que não expandiam o som, sendo necessário o uso de um fio auditivo colocado na orelha. Podiam se importar, também, aparelhos, da marca Westinhouse, dos

Estados Unidos, mas o seu custo proibitivo, neste caso, tornava essa possibilidade um privilégio de poucos.

A necessidade da fabricação artesanal dos receptores, sem dúvida, adiou o processo de formação das audiências e refletiu na geração de conteúdos, já que, na prática, o rádio era um intercâmbio de cultura entre os associados (você irradia Verdi, eu irradio Pucchini) sem o compromisso de prestação de serviços. Fabricar um receptor demandava um mínimo de conhecimento técnico e implicava num custo elevado, ainda que inferior ao de um receptor importado. Somente em 1928 é que jornais e revistas começam a anunciar a venda de receptores Phillips no país, através de importadores, com técnicas de marketing direto, mediante remessa de cupom que autorizava a sua instalação em casa.

A Phillips aqui aportara em 1924, apresentando-se aos brasileiros como uma empresa que vendia insumos elétricos, lâmpadas principalmente, mas também válvulas que podiam ter vários usos, dentre eles o de ser um componente do rádio. Ou seja, a empresa disponibilizava o insumo para a fabricação artesanal do aparelho receptor porque esse era o mercado vigente. A venda dos componentes do rádio em separado ainda era uma prática comum em 1930. Naquele ano, a Telefunken apresentava no Pavilhão da Feira de Amostras do Rio de Janeiro um estande contendo diversos modelos de receptores como atração e, também, válvulas e outros componentes em separado, certamente para quem não podia adquirir o produto montado.

O primeiro receptor Philips, o modelo 2501 que os brasileiros

conheceram em 1928, em anúncios de revistas e almanaques, foi fabricado e apresentado em 1927 durante a Feira de Utrecht. Era uma caixa com botões e fios condutores ligados a um alto-falante (denominado “Chapéu Chinês”) e um alimentador de energia.¹¹ A Telefunken, por sua vez, lançava os modelos T9W, T40G e, em 1929, o T40W Special, este semelhante ao modelo 2511 da Phillips, também lançado naquele ano. A Philco, especializada em baterias e carregadores, ingressava no mercado de venda de receptores a partir de 1927, enquanto a Westinhouse e a General Eletric (associadas num pool de patentes) produziam rádios com a marca RCA, os afamados Aeriola Jr e Aeriola Sr.

Como referido, nos primórdios da Rádio Sociedade, assim como das demais rádios que operavam no país, não se tinham receptores fabricados industrialmente, e sim rudimentares aparelhos de gale-na, fabricados artesanalmente, em geral pelos próprios usuários. E quando os rádios de marca começaram a chegar no país foi a preços proibitivos, somente acessíveis a uma classe média alta. Em inícios da década de 1930, por exemplo, um receptor custava 600 mil reis, o equivalente ao preço de um terreno na Marechal Floriano ou na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Ainda que pago em suaves prestações era um bem caro e de custo-benefício questionável, em função dos conteúdos oferecidos e dos ruídos costumeiros na difícil sintonia do dial.

¹¹ <http://historiadoradiojoseense.blogspot.com/2010/06/o-primeiro-radio-da-philips.html>

Na Bahia, a Philco foi o fabricante que mais investiu no mercado com ações de marketing de alto impacto. Na I Feira de Amostras da Bahia, realizada no espaço que hoje é do Colégio Central, em dezembro de 1935, o representante da marca na terrinha, o empresário espanhol Frutos Gonzales Dias, proprietário da firma Frutos Dias, mandou construir um display gigante no seu estande que tinha o formato de um aparelho de rádio, altura estimada em oito metros, e convidou a imprensa para um coquetel como pano de fundo para o registro do evento que foi uma das grandes sensações da Feira.¹²

TÉCNICAS DE VENDAS

Tanto a Philips como a alemã Telefunken valeram-se do marketing direto para a venda de receptores de rádio. Era uma técnica de certo modo inovadora no país, mas não aleatória. O marketing direto através de recursos de cuponagem tinha a sua razão de ser uma vez que os eventuais usuários do rádio precisavam ser estimulados a adquirir o aparelho, aprender a usá-lo e, o consumidor comum, aquele não envolvido em experiências de radioamadores, encontrar uma utilidade prática nisso tudo. Daí que os fabricantes optaram por apresentar o produto na residência das pessoas e, nesse caso, o melhor sistema era a remessa de um cupom concordando com a visita “sem compromisso” proposta no anúncio, para demonstração.

Era difícil vender a engenhoca, de modo que qualquer técnica de venda inovadora tinha chances de ser mais bem sucedida. Foi assim

¹² Jornal O Imparcial, edição de 25/1/1935.

que Rafael Casé, avô da atriz global Regina Casé, contratado da Casa Lucas, revendedor Philips, obteve sucesso, através de uma estratégia de visitas em domicílio bem-sucedida. Casé aguardava o dono da casa sair para trabalhar e, então, abordava a esposa. Contava a ela uma história de que seu marido estaria interessado no aparelho e deixava sem compromisso o receptor por alguns dias, de modo a criar um hábito de audiência. Quando retornava dificilmente deixava de vender o aparelho. O dono de casa pressionado pela família, enfeitiçada com a novidade, dava um jeito de adquirir o bem, “facilitado” em várias prestações.

Fora o preço, outra circunstância dificultava a aquisição de um aparelho receptor: a burocracia para o registro do mesmo junto à repartição dos Correios e Telégrafos, conforme determinava a Lei. O Brasil, nesse particular, tinha seguido uma convenção internacional que não lhe dizia respeito. O registro era na verdade um resquício dos primórdios do invento quando ainda era radiotelegrafia e tornou-se necessário separar os interesses privados dos militares, antes mesmo da primeira grande guerra.

Na década de 1930 não tinha o menor sentido o Governo saber quem era possuidor de um aparelho de rádio. O registro tornou-se em todo caso obrigatório, foi caindo em desuso, mas continuou letra de Lei. Muitos anos depois, durante a segunda guerra mundial, a falta de registro seria arguida como prova para o confisco em massa de receptores de rádio em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na guerra fria contra os imigrantes dos países do eixo.

AS RÁDIOS SOCIEDADES E CLUBES

Quando os baianos testemunharam pela primeira vez as emissões experimentais da Radio Sociedade da Bahia, em março de 1924, já operavam no país a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Rádio Clube do Brasil e Rádio Clube de Pernambuco e, nesse mesmo ano de 1924, surgia a Rádio Clube Paranaense e, segundo alguns autores, a Rádio Educadora Paulista e a Sociedade Rádio São Paulo. A Rádio Clube do Brasil do Rio de Janeiro prefixo PRA-3, teria sido a segunda emissora a operar regularmente no país, o prefixo sequencial sugere isso, porém Rafael Casé estabelece a sua data de entrada no ar como 1º/10/1924, portanto posterior à Rádio Sociedade da Bahia.

Como se vê, na primeira década do rádio brasileiro prolifera a denominação Sociedade: Sociedade do Rio de Janeiro, Sociedade da Bahia, Sociedade Rádio Pelotense, Sociedade Educadora Paulista, Sociedade Rádio São Paulo, Sociedade de Juiz de Fora, Sociedade Rádio Gaúcha, Sociedade Rádio Phillips, Sociedade Record, Sociedade Cajuri, Sociedade Guanabara, Sociedade Triângulo Mineiro. Também a denominação Clube: Clube do Brasil, Clube de Pernambuco, Clube de Ribeirão Preto, Clube de Santos, Clube do Pará, Clube de Sorocaba, Clube do Espírito Santo. Outras denominações menos correntes foram Difusora e Educadora. Sociedades e Clubes eram pré-requisitos de funcionamento, uma que as emissoras de rádio operavam como entidades de caráter educativo, ainda não se tinha a perspectiva de mídia de massa com ênfase no entretenimento.

As denominações “Sociedades” e “Clubes” tiveram origem nas

associações e grupos de radioamadores constituídos, já que, nos primórdios, apenas eles usufruíam do serviço, eram operadores e audiência ao mesmo tempo. Somente eles possuíam aparelhos receptores rudimentares, de fabricação caseira, construídos a partir do cristal de galena, ou outro cristal similar. Sociedades e Clubes que se mantinham no Brasil através de taxas mensais, ou anuais, pagas pelos associados. Na Europa, cobrava-se, igual, taxas mensais e ainda royalties sobre a venda de aparelhos receptores pela indústria, já na segunda metade da década de 1920, quando saem de cena os aparelhos metálicos com fones para vários ouvintes, substituídos pelo aparelho de madeira para um ouvinte só.

Interessante observar que essa característica das emissoras de rádio brasileiras, a sua identificação como sociedades e clubes é um caso único no mundo. Nenhum outro país adotou esse conceito de agremiação. Os pioneiros da radiodifusão pelo mundo afora preferiram rotular as suas empresas com nomes que representavam países, cidades, regiões, jornais, ou casas comerciais. No país vizinho, Argentina, as pioneiras seriam denominadas de Rádio Argentina e Cultura; no Uruguai, Rádio El Espectador; em Cuba, Radio Cuba; no Chile, rádios El Mercurio e Ilustrada; no México, Tarnava Notredame, JH e El Universal; na Colômbia, HJN e La Voz de Barranquilla; na Venezuela, Ayre e Rádio Caracas; na Bolívia, rádios Chuquisaca e Nacional de Bolívia; no Peru, Lima OAX; em Portugal, rádios Porto e Lisboa.

AFINAL QUEM INVENTOU O RÁDIO?

Os americanos reconhecem como inventor o Dr. Lee De Forest, entendem que foi ele com a invenção do “audion” que viabilizou a modulação e ampliação da voz e por ter sido o primeiro a transmitir música de ópera de sua estação da Califórnia, em 1916. Os russos reconhecem Alexandre Popov que, em 1895, fizera demonstrações práticas de um sistema sem fios com a utilização de uma antena exterior, o dia 7 de maio considerado o Dia do Rádio, nesse país em sua homenagem. Os franceses reivindicam a paternidade para Edouard Branly pela invenção do “coesor”, detector de ondas de rádio muito utilizado nos primórdios da radiotelegrafia.

O Brasil, por sua vez, reconhece o Padre Roberto Landell de Moura pela sua iniciativa de apresentar em 1893 um projeto de transmissão de sinais sem fios. Moura condecorado pelo governo brasileiro, *post mortem*, com a Ordem Honorífica das Comunicações, teria realizado naquele ano uma transmissão de sinais do alto da avenida Paulista para o Alto de Sant’ Ana, testemunhada pelo cônsul britânico Mr. Lupton, antecedendo em dois anos as primeiras experiências de Marconi de telegrafia sem fio. O padre registrou algumas de suas patentes no Brasil e nos Estados Unidos, mas a rigor não chegou a irradiar a voz humana, faltou-lhe apoio do governo brasileiro que, inclusive, o considerou louco.

O fato é que o rádio é o resultado de muitos teóricos e inventores: da teoria de Maxwell posta em prática por Hertz, aperfeiçoada por Brandly, Ruhmkorff e Popov, tornada realidade em sinais radiotelegráficos e radiotelefônicos por Marconi, Landell de Moura, Nikola Tesla,

dentre outros. Daí por diante o rádio torna-se negócio lucrativo, pelas mãos da iniciativa privada que racionaliza os custos dos componentes transmissores e receptores. A economia de escala populariza o veículo que então descobre a sua vocação, já nos anos 1930, como a maior canal de comunicação de massas que o mundo até então conhecera.

REFERÊNCIAS

- ASA, Briggs; BURKER, Peter. *Uma história social na mídia: de Gutemberg à internet*. Editora Zahar;2004.
- CASÉ, Rafael. Programa Ca\sé. O rádio começou aqui. MUAD, Consultoria e Planejamento editorial Ltda; 1995.
- FERRARETTO, L. A. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, ano 2, v. 3, n. 1, p. 11-20, jan.-jun. 2013.
- MURCE, Renato. *Bastidores do Rádio-Fragmentos do rádio de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- PINTO, O. D. *Rádio Clube de Pernambuco – Notas sobre sua história*. Rio de Janeiro: abr. 1984.
- SCHILLER, Herbert. *O império norte-americano das comunicações*. Petrópolis: Vozes; 1976.

Homenagem



ÉDISON CARNEIRO: VALORIZAÇÃO DAS RAÍZES AFRICANAS E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Biaggio Talento¹

Fatores conjunturais marcantes contribuíram para a formação intelectual e o engajamento político de Édison Carneiro. Ele cresceu em meio a um clima turbulento no País. Seu pai, o professor Antonio Joaquim Souza Carneiro foi um nacionalista com ideias liberais e de esquerda. Deve ter se indignado com os eventos que resultaram na Revolta da Chibata, em 1910, quando marinheiros negros resolveram dizer “não” a uma antiga prática dos oficiais, de açoitar grumetes que cometiam pequenas faltas. Comandados por João Cândido, os marinheiros tomaram os modernos navios encouraçados e apontaram os potentes canhões para o Rio de Janeiro, então a capital federal. Ameaçaram abrir fogo se o governo não banisse a chibata, uma prática de tortura que remonta a escravidão.

A questão do racismo na Marinha ganhou, assim, projeção nacional, tendo contribuído para uma maior repercussão, a implacável repressão do governo que se seguiu à revolta. Dois anos depois, em janeiro de 1912, mesmo ano do nascimento de Édison Carneiro, a nação era sacudida por mais um episódio traumático: o bombardeamento de Salvador, motivado pela briga dos grupos políticos que lutavam

¹ Biaggio Talento é jornalista e pesquisador independente. Autor, em parceria com Luiz Couceiro, da biografia *Édison Carneiro - o mestre antigo*, 2009. Coleção Gente da Bahia da Assembleia Legislativa do Estado.

pelo controle da Bahia.

Nas décadas seguintes, de 1920 e 1930, o Brasil sofreu as consequências da crise econômica internacional provocada pela primeira guerra mundial situação agravado pela disputa das oligarquias locais e nacionais.

Na Bahia, lutavam pelo controle do Estado, os dois principais segmentos da elite política: o grupo conservador, representante da antiga oligarquia rural e mercantil (cuja estrela era Ruy Barbosa) e o grupo neoliberal capitaneado por José Joaquim Seabra. Em função dessa divisão, no ano de 1919, quando ocorreu eleição para a presidência da República e a política fervilhava, lideranças operárias de Salvador perceberam que o cenário era favorável para deflagrar uma greve geral, reivindicando melhorias salariais e de condições de trabalho. Esse movimento paralisou a economia baiana, obteve alguns ganhos para os trabalhadores e marcou o cenário político do Estado, pois, no ano seguinte à greve surgia a Federação dos Trabalhadores Baianos e logo depois o núcleo estadual do Partido Socialista. A sucursal baiana do Partido Comunista do Brasil foi organizada no fim da década de 1920.

Nos anos 1930, o golpe militar de Getúlio Vargas introduz na política brasileira o segmento que ficava de fora do jogo de poder das oligarquias agrárias de São Paulo e Minas Gerais. Vargas surge como sendo o arauto da modernização conservadora do País. Na Bahia, os ventos políticos levaram Nelson Carneiro, irmão de Édison, e o pai dos dois, o professor Souza Carneiro a seguirem a Aliança Liberal, arregimentada por Ruy Barbosa, contra o interventor de Vargas na

Bahia, Juracy Magalhães.

Édison Carneiro, Jorge Amado e os demais integrantes da Academia dos Rebeldes (movimento literário que fundaram), entraram no Partido Comunista e passaram a ter um engajamento político mais efetivo. Em 1936, Edison formou-se bacharel em Direito e optou pela carreira de jornalista. Foi então que passou a produzir as primeiras matérias positivas sobre o candomblé, religião normalmente tratada com desprezo e chacota na imprensa baiana. Édison se torna uma voz importante na defesa do culto afro e aprofunda seus estudos sobre o candomblé, o funcionamento dos terreiros e a vida de seus integrantes.

Enquanto isso, junto com a política, eugenia (o estudo do melhoramento genético) e religião eram temas que se entrelaçavam na virada dos séculos XIX e XX. E provocavam inflamadas discussões. Alguns intelectuais brasileiros influentes discutiam os eventuais “malefícios” da miscigenação, ocorrida na formação do País. Os arianistas usavam a teoria evolucionista de Darwin para tentar justificar uma suposta superioridade das pessoas de pele branca e vinculavam a religião africana a uma raça que consideravam inferior. O culto aos orixás era, assim, para essa corrente de pensamento, animista e fetichista, própria de segmento primitivo.

Um dos principais representantes dessa escola, o médico maranhense radicado na Bahia, Nina Rodrigues, tinha em Édison Carneiro, paradoxalmente, um admirador e até seguidor. Isso fez com que muitos pesquisadores da história do negro e do candomblé no Brasil criticassem a postura do ativista em função das posições racistas de

Nina, que considerava o negro inferior intelectualmente em relação ao branco. Parece claro, contudo, que Carneiro entendia e separava a parte negativa da postura de Nina e valorizava seus estudos pioneiros sobre as religiões afro cultuadas na Bahia. Ele explica claramente sua posição num texto de 1956, alusivo aos 50 anos da morte do cientista, publicado no livro **Ladinos e Crioulos** (Civilização brasileira, 1964).

Era indisfarçável a simpatia que Nina Rodrigues nutria pelo negro. Tentava, porém, sobrepor a essa simpatia natural, adquirida no trato diário com o negro do Maranhão e da Bahia, as teorias científicas então em voga na Europa. Não pode – e seria injusto culpá-lo, agora, pelo erro de todos – entender o significado exato dessas teorias, que tanto corromperam o pensamento humano.

Segundo Édison, ao aceitar “as falsas constatações de [Cesare] Lombroso e [Enrico] Ferri”, Nina violentava a sua natureza, “mas supunha, honestamente, estar colocando o problema das nossas populações em plano verdadeiramente científico – e não emocional”. Ao tratar antropológicamente o problema do negro e do mestiço fazendo comparação com a cultura branca Nina, na visão de Edison, deu dignidade ao estudo sobre a raça. Assim, teria incidido em erros grandes ao mesmo tempo em que, “como um desbravador, desvendava riquezas inesperadas”. Integraria, o cientista maranhense, o grupo de intelectuais, da virada do século, que “à falta de uma equipe menor de pesquisadores devia ser enciclopédico”. Ao estudar as “imunidades mórbidas” das raças Nina foi parar na antropologia, na etnologia e

no folclore. “Isto, que podia ter sido um mal, foi um bem, pois o enciclopédico enriqueceu de tal maneira o seu documentário que, ou o dado vale por si mesmo ou Nina Rodrigues não pode ou não soube interpretá-lo de acordo com os conceitos científicos da época”. Edison deixa claro não ser um “discípulo” de Nina, mas um continuador de seus estudos assim como Manoel Quirino e Arthur Ramos. “Esta linha de pesquisadores constituiria a ‘escola baiana’”, escreveu.

Ele não podia concordar com a elite da eugenia, que queria implantar no Brasil uma espécie de projeto civilizatório para “limpar” o País de um determinado segmento e sua religião considerada “exótica” que influenciou a grande perseguição da Justiça e da Polícia aos candomblés e suas práticas denunciadas como “curandeirismo” e “charlatanismo”. Isso tudo açulado por vários jornais de Salvador e suas matérias depreciativas, que cobravam o fechamento de candomblés. Esse clima alcançou a década de 1930 com o início da era de Getúlio Vargas e seu modelo de modernização da economia brasileira.

Em meio a essa maré de perseguições, se insurgem as vozes de intelectuais dissidentes, com características nativistas ou de engajamento político de esquerda. Nomes como Euclides da Cunha e Aluísio Azevedo, que marcaram posição em favor da valorização do homem da terra, do mestiço, do sertanejo, no final do século XIX, eram representados nas primeiras décadas do século XX, por Mário de Andrade e os demais integrantes da Semana de Arte Moderna em São Paulo. Na Bahia essa bandeira ficou com o segmento integrado entre outros por Édison Carneiro e Jorge Amado.

Em oposição ferrenha às teses racistas, Jorge e Édison passam a trabalhar pelo resgate e valorização do culto afro, ao mesmo tempo em que diagnosticam e denunciam as péssimas condições de vida da população negra no Brasil. Por essa época, o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre lança o livro *Casa Grande e Senzala* (1933), onde propõe uma nova linha de análise: a de que em vez de deteriorar a nação brasileira, a cultura e a população negras, contribuíram para melhorar o Brasil. Freyre, inclusive, apontou que os grandes heróis do País eram mestiços: Osvaldo Cruz, Graça Aranha, Juliano Moreira, Santos Dumont, Machado de Assis, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Coelho Neto, Ruy Barbosa. Todos mulatos.

Criou-se então, o mito, da “democracia racial brasileira”, afinal não havia nenhum impedimento constitucional, desde o Império, que barrasse a ascensão social em função da raça, ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos. Em tese, seria possível, sem maiores dificuldades, que negros e mestiços galgassem cargos importantes numa sociedade dominada por brancos.

Contudo, o próprio Gilberto Freyre constataria o preconceito por cor, de uma forma dissimulada e privada, no seu outro livro, **Ordem e Progresso** (1957), em que publica o resultado de um questionário sobre o pensamento do brasileiro em relação à raça. Descobriu que a maioria dos entrevistados se revelava com mentalidade igualitária em teoria e arianista na prática. Um dos exemplos dessa posição contraditória: o paraibano Antonio da Rocha Barreto, nascido em 1882, respondeu para Freyre: “num País como o Brasil, onde é forte

a contribuição do sangue africano, seria ridículo distanciar-me de homens de cor, por efeito de um presumido arianismo”, disse Barreto. Em seguida confessa que receberia com desgosto o casamento de um parente próximo com “uma espécie de negro ou mulato indisfarçável”. O estudo mostra também que o preconceito a cor induz os próprios negros e mestiços a almejavam o branqueamento para serem mais bem aceitos na sociedade. Alguns mulatos que responderam ao questionário, manifestaram o desejo de casar-se com pessoa de pele mais clara que a sua. Ou que seus filhos casassem com parceiro mais branco.

Muitos mestiços e negros que se destacavam socialmente foram, então, embranqueando. Criou-se até o termo “branco da Bahia” para caracterizar o mulato doutor, o mestiço que se tornou pessoa grada, rica ou respeitável na comunidade. O próprio Édison Carneiro e o pai dele, o professor Antonio Joaquim Souza Carneiro eram dois típicos “brancos da Bahia”. No atestado de óbito do professor Souza Carneiro, ele é qualificado como uma pessoa de pele branca, embora seja mulato escuro.

Ao perceber esse racismo silencioso, o brasileiro passa a se utilizar de eufemismos para definir sua própria cor. Se tornou famosa a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 1976, quando pela primeira vez se deixou o próprio brasileiro definir sua cor no questionário. Apareceram 136 cores diferentes no levantamento. Algumas das cores que as pessoas se atribuíram foram as seguintes: Acastanhada, Agalegada, Alvarenta, Azul, Azul-Marinho, Branca-Melada, Baiano, Bugrezinha-escuro, Burro-quando-foge, Cardão, Cobre, Corada,

Cor-de-ouro, Cor-de-rosa, Encerada, Enxofrada, Lilás, Marinheira, Meio-preta, Mulatinha, Negrota, Puxa-para-branca, Quase-negra, Regular, Roxa, Ruiva, Sapecada, Sarará, Turva, Verde, Vermelha.

Gilberto Freire, Jorge Amado e Édison Carneiro passaram a vida defendendo a integração das raças e combatendo o racismo, mas percebiam que o preconceito persistia com o passar dos anos.

Édison tentava quebrar certo paradigma de estudiosos sobre a cultura dos afrodescendentes que tratavam o negro como um estrangeiro, isolando-o, conforme disse, “à feição dos microbiologistas”. Quando sociólogos começaram a estudar a presença do negro no Brasil, a partir de projeto patrocinado pela Unesco nos anos 1950, Edison saudou a iniciativa com uma certa ironia, ao constatar que a Sociologia entrava nessa questão atrasada.

Ele já havia publicado alguns livros fundamentais sobre o tema, principalmente **Raízes negras** (1936) e **Candomblés da Bahia** (1948), além de ter ajudado a antropóloga americana Ruth Landes a percorrer os candomblés de Salvador para realizar a pesquisa sobre as religiões negras que a permitiu produzir o famoso livro **A cidade das mulheres**, (City of Women) onde trata do matriarcado que domina o candomblé da Bahia e descreve as características do culto aos orixás. A obra, escrita em forma de uma grande reportagem, é recheada de observações sobre a personalidade e a vida de Édison e por essa razão constitui-se em fonte preciosa de informações biográficas sobre o etnólogo como neste trecho:

Em Édison encontrei um dos melhores exemplos da chama-

da “classe alta”. Era um liberal, e até mesmo o consideravam um radical em certos círculos; mas absolutamente não era um homem do povo. A sua natureza de classe pertencia a um sistema de pensamento diferente da sua ideologia política e social. Isso se revelava na sua vestimenta e na sua fala, no seu próprio interesse pelos negros, e provinha da sociedade em que fora educado. Não estava absolutamente cômico disso e talvez achasse graça dessa minha opinião (LANDES, 1967, p.100).

Ela também concluiu que o etnólogo “encarava a gente do candomblé, como se o fizesse por cima de um abismo”, ou seja, como um observador de uma classe social superior, mas que mantinha uma compreensão sobre o direito desse povo a viver como bem entendesse, cultuando deuses africanos, sincretizando-os com os católicos, o que na visão da americana era uma tendência dos intelectuais brasileiros, “que é surpreendentemente romântica em vistas das suas convicções democráticas”, um sentimento, segundo ela, semelhante ao que os intelectuais russos do século XIX sentiam “em relação aos servos da gleba”.

Em cima dos estudos sociológicos sobre o negro, a escritora Lilian Schwarcz fez um histórico da evolução do racismo após a escravidão no seu trabalho “Nem preto, nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na intimidade”. Ela assinala que coube ao sociólogo paulista Florestan Fernandes, no início dos anos 1950, demolir de vez o mito da democracia racial brasileira. Florestan foi um dos participantes do projeto da Unesco e deu uma contribuição notável para a identificação

do racismo dissimulado existente na sociedade brasileira. Curiosamente, Édison e Florestan andaram se estranhando. Travaram uma famosa polêmica na década de 1950 motivada pelos estudos sobre folclore no Brasil onde defendiam posições antagônicas. Mas essa é uma outra história.

Voltemos à questão do afrodescendente. Ao analisar os resultados do censo de 1950, Florestan percebeu que, embora algumas barreiras de ascensão social para o negro haviam caído após a abolição, levantaram-se outras, de origem nitidamente racistas. A principal delas, a barreira econômica, que é até os dias de hoje, a mais difícil de ser superada, e constitui-se na prova maior do preconceito dissimulado existente no País.

O censo mostrou que a população branca era majoritária nas regiões mais ricas e os negros nas regiões mais pobres, que 82% dos patrões eram pessoas brancas, enquanto 18% eram mulatos e apenas 3% negros, que os brancos ocupavam 60% dos empregos, os mulatos 23% e os negros 15%. Um quadro explicado, em parte, pela formação da mão de obra, deficiente em relação aos negros: entre os diplomados com dez anos de estudos, pesquisados pelo censo de 1950, 96,8% eram brancos, 2,2% mulatos e apenas 0,28% negros. No censo de 1960 foi o sociólogo Valle e Silva que demonstrou a continuidade dessa desigualdade: a renda média dos trabalhadores brancos era o dobro da renda do restante da população.

Já o sociólogo Sérgio Adorno investigou se era verdade a famosa máxima, “todos são iguais perante a lei” como prega a Constitui-

ção brasileira. Não são. O número de condenações de indivíduos negros é bem maior que a de brancos. Adorno descobriu um fato curioso ao analisar inúmeros processos: os acusados enegreciam ou embranqueciam no decorrer dos inquéritos. Se o sujeito provava que era trabalhador, pai de família e inocente, virava moreno claro nos autos. Por outro lado, ficava mais negro à medida que sua culpa ia se cristalizando. As conclusões de Adorno são terríveis e conhecidas até os dias de hoje. Os réus negros são mais perseguidos pela vigilância policial, têm maiores dificuldades de acesso à justiça criminal e dificuldade de acesso à ampla defesa. Os réus negros têm muito mais chances de serem condenados a penas maiores que os brancos, em função de todas essas restrições.

Dados da última década do “Observatório da População Negra”, que é um projeto conjunto da Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos, Faculdade Zumbi dos Palmares, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Fundação Getúlio Vargas, indicam que a situação ainda é muito desigual, nos dias de hoje, em flagrante desvantagem para os negros. No Brasil, apesar de 51% da população ser formada por negros, eles representam apenas 20% dos brasileiros que ganham mais de dez salários-mínimos. A população negra também representa apenas 20% dos brasileiros que chegam a fazer pós-graduação no país. Na população negra está o maior percentual de analfabetismo entre os brasileiros, 15%.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Secretaria do Planejamento

da Bahia referente a 2010 sobre “A inserção da população negra no mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador”, confirma a discriminação, ainda existente, em relação aos afrodescendentes. Conforme o estudo “o mercado de trabalho é um espaço privilegiado de observação, pois nele as desigualdades sociais se reproduzem de forma, muitas vezes, explícitas”. Um dos itens expressivos da pesquisa é a comparação da cor das pessoas desempregadas: 91,2% eram pessoas negras, 8,8% pessoas não-negras. Significativo também é a desproporção dos salários pagos para brancos e negros. O salário médio do trabalhador negro foi R\$ 1.003,00 e o do branco R\$ 1.851,00. Ou seja, quase o dobro.

A partir do surgimento do Movimento Negro Unificado nos anos 1970, formado por ativistas influenciados tanto pelos estudos dos sociólogos paulistas e intelectuais como Edison Carneiro, passou-se a discutir no Brasil, com mais ênfase, essa questão da democracia racial, que não ocorria na prática. Começou-se a cobrar políticas oficiais afirmativas mais eficientes e a luta se amplia na tentativa de diminuir as desigualdades sociais. O legado de Édison Carneiro está justamente nesse despertar de consciência da população afrodescendente que, graças aos heróis negros, passaram a ter orgulho de sua origem e partiram para cobrar seus direitos de brasileiros que é igual ou até maior, em função do que sofreram ao longo da história, que o das outras raças.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Édison. *Candomblés da Bahia*. Salvador: Publicação do Museu do Estado da Bahia, Nº 8. Secretaria de Educação e Saúde, 1948.

CARNEIRO, Édison. *Ladinos e Crioulos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schimdt Ltda, 1933.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. 1ª ed. em português. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (*The City of Women*. USA: The Mcmillian Company, 1947.)

SCHWARCZ, Lilian. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*. São Paulo: Claro Enigma, 1998.



ÉDISON CARNEIRO NO ACERVO DE RUTH LANDES

Jamie Lee Andreson¹

RESUMO

Esse artigo oferece um retrato de Édison Carneiro a partir das informações deixadas pela antropóloga Ruth Landes em seu acervo. Carneiro e Landes passaram oito meses realizando pesquisas etnográficas nos candomblés da Bahia entre 1938 e 1939. Nesse curto tempo, eles formaram uma forte colaboração e uma relação íntima que influenciaram o desenvolvimento de suas teorias publicadas em livros e artigos que foram marcantes no desenvolvimento do campo de estudos afro-brasileiros. Carneiro mandou várias cartas, artigos, e escritos não publicados para Landes ao longo de sua carreira, que são analisados como parte de sua produção de conhecimento na área de religiões de matriz africana.

Palavras chaves: Candomblé, estudos afro-brasileiros, fontes primárias, mães-de-santo

ABSTRACT

This article offers a portrait of Édison Carneiro primarily through information left by the anthropologist Ruth Landes in her archive. Carneiro and

¹ Jamie Lee é PhD em Antropologia e História pela Universidade de Michigan, Estados Unidos. Ela é autora, entre outros, do livro *Ruth Landes e a Cidade das Mulheres: uma releitura do candomblé*, publicado pela EDUFBA em 2019.

Landes spent eight months together conducting ethnographic research in Candomblé temples in Bahia, Brazil from 1938 to 1939. During this short time, they formed a strong collaboration and intimate relationship that influenced the development of theories they published in books and articles that were fundamental to the development of the field of Afro-Brazilian studies. Carneiro sent many letters, articles, and unpublished writings to Landes throughout their career, which are analyzed here as part of the knowledge production on the topic of religions of African descent in the Americas.

Key words: Candomblé, Afro-Brazilian Studies, primary sources, priestesses

A publicação da etnografia *The City of Women* (1947) pela antropóloga norte-americana Ruth Landes detalhou sua experiência de campo de outubro 1938 até maio 1939 nos candomblés da Bahia, guiada pelo seu colega baiano Édison Carneiro, que aparece como personagem principal do livro. Na época, era um “segredo público” que os dois se envolveram romanticamente durante o processo de pesquisa, um fator que tornou sua colaboração mais intensa e íntima. Os detalhes de seu relacionamento estão registrados principalmente nas fontes deixadas pela própria Landes em seu acervo pessoal, doado para o Acervo Nacional da Antropologia (National Anthropological Archives) do museu Smithsonian, localizado em Washington, DC e tem sido um assunto de fofoca e pesquisa pelos interessados na história dos candomblés (FRY, 1982, 1995; LIMA, 2003; CORRÊA, 2002, 2003, 2004; CUNHA, 2004, 2005; HEALEY, 1996, 1998; ROSSI, 2011; MATORY, 2005). As cartas trocadas entre Landes e Carneiro desde seu tempo na Bahia em 1939 até o falecimento de Carneiro em 1972

deixa muitas informações sobre seu relacionamento e sua colaboração como colegas, amigos e amantes (Andreson, 2019). Além das cartas, também existe a coleção de fotos da Landes com mais de 400 fotos capturadas durante a elaboração de suas pesquisas etnográficas. Edison Carneiro tirou várias fotos da coleção e está bem representado como sujeito que acompanhou Landes pela cidade de Salvador. Ele a levou para as festas populares da cidade e a apresentou às lideranças mais prestigiosas dos terreiros da época, como Martiniano do Bonfim, Mãe Menininha do Gantois, Mãe Flaviana do Cobre, e Mãe Maximínia do Terreiro Casa Branca, entre outras menos conhecidas como a Mãe Sabina de Caboclo e a Mãe Idalice de Angola.

Além das cartas trocadas entre Édison Carneiro e Ruth Landes e as fotos tiradas no campo, o acervo de Landes contém materiais inéditos que Carneiro mandou para Landes no processo da escrita da etnografia. Existe também os cadernos de anotações da pesquisa de campo de Landes, que apesar de ter uma escrita difícil para interpretação, deixa informações sobre seu roteiro, sua abordagem de pesquisa, seus interlocutores e sua relação afetiva com Carneiro. Esse artigo amplia as informações compartilhadas no livro *Ruth Landes e a Cidade das Mulheres: uma releitura da antropologia do candomblé* (ANDRESON, 2019) com mais detalhes sobre Edison Carneiro através da leitura de sua colaboração etnográfica com Landes no Brasil de 1938 a 1939 e aspectos de sua vida depois que Landes voltou à Nova Iorque. Juntos, eles publicaram trabalhos valiosos nos estudos afro-brasileiros frequentemente citados, relevantes até hoje, principal-

mente às etnografias produzidas através das pesquisas, *A Cidade das Mulheres* (1947 em inglês, 1967 em português) no caso de Landes e *Os Candomblés da Bahia* (1948) de Carneiro.

Landes viajou de barco de Nova Iorque ao Rio de Janeiro em 1938 e encontrou os estudiosos da área para começar seu processo de pesquisa. Landes foi apresentada a Arthur Ramos através de seu colega Rudiger Bilden que estava na Fisk University no estado de Tennessee, onde ela estudou “a vida dos negros” norte-americanos em preparação para sua viagem à Bahia. Ela também conheceu a diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Heloisa Alberto Torres, que tinha orientado outros antropólogos formados na mesma universidade que Landes, a Columbia University, como Charles Wagley, Buell Quain e William Lipkind. Alberto Torres também trabalhou com Lévi-Strauss, Raimundo Lopes, Luiz de Castro Faria e manteve intensa correspondência com Franz Boas, Ralph Linton, Paul Rivet, Alfred Métraux e Charles Wagley (CORRÊA, 2003).



Figura 1: Museu Nacional, Rio de Janeiro, em 1939: Édison Carneiro, Raimundo Lopes, Charles Wagley, Heloisa Alberto Torres, Claude Lévi-Strauss, Ruth Landes e Luiz de Castro Faria. Foto reproduzida em Corrêa, 2003.

Em setembro de 1938, depois de conhecer Édison Carneiro, Landes mandou um cartão postal a Arthur Ramos em seu português iniciante. Ela agradece a Ramos por suas cartas de apresentação, “especialmente, do conhecimento do Dr. Édison Carneiro. Ele é um bom cicerone e muito inteligente. Estou ocupada agora com os candomblés porque está no tempo”. Ela refere a suas atividades acompanhando a estação das festas e cerimônias públicas dos terreiros. Landes também aproveita para pedir artigos de Ramos, sugerindo interesse em uma colaboração acadêmica entre eles. Ramos respondeu a Landes no mês seguinte e enviou os artigos pedidos. A partir de agosto de 1938, Landes começou mais intensamente suas pesquisas de campo em vários

terreiros de candomblé, guiado e apresentado em sua maioria por Carneiro. Refletindo em sua experiência de campo com Landes, em 1964, Carneiro afirmou que “nunca, absolutamente nunca, letrado algum, brasileiro ou não, tivera tanta intimidade com os candomblés da Bahia” (CARNEIRO, 1964, p. 225).

Édison Carneiro cresceu numa família parda de classe média, nos anos 1920, em Salvador. Seu pai era professor e a educação era a prioridade para sua família. Os biógrafos Biaggio Talento e Luiz Alberto Couceiro escreveram que “a família de Edison Carneiro tem raízes na nobreza intelectual mestiça brasileira” (TALENTO E COUCEIRO, 2009, p. 39). Seu pai “investiu todos os seus recursos na educação dos filhos” para ascender “por mérito numa sociedade dominada por brancos” (TALENTO E COUCEIRO, 2009, p. 41). No livro *A Cidade das Mulheres*, Landes descreve que Carneiro “vinha de família pobre, mas boa, qualificada de fidalga... Era o tipo de família, às vezes, chamada de ‘negros brancos’, por muito respeitada” (2002, p. 50). Carneiro também aprendeu a falar e escrever inglês bem, e chegou a traduzir alguns livros. Após formar-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, ele trabalhou como jornalista no importante jornal da época: *O Estado da Bahia*. Sua atuação como jornalista lhe permitiu divulgar as atividades dos candomblés como parte de um movimento de intelectuais e líderes que procuraram legitimar esta religião frente a perseguição que vinha enfrentando há séculos.

Carneiro era um “não branco”, sua “raça”, por vezes, funcionava

como “fator de exclusão, preterimento ou interdição velada às posições e aos postos por ele pleiteados” (ROSSI, 2011, p. 25). Mas sua cor nem sempre o prejudicava, circunstancialmente era sua “*negritude*, inclusive, passível de “capitalização” e de conversão em trunfos sociais, políticos e intelectuais, não estando fatalmente destinada a se constituir em uma desvantagem” (ROSSI, 2011, p. 28). Carneiro tinha autoridade entre as comunidades de candomblé e transitava entre eles e os elites baianas, e até entre os pesquisadores estrangeiros que chegaram na Bahia. Como um pardo bilíngue e um intelectual público, Carneiro tinha, enfim, uma posição estratégica no âmbito das políticas de raça e a produção de conhecimento na Bahia.

Como um etnólogo, Carneiro pesquisava nos terreiros de Candomblé, estabelecia relações com lideranças religiosas e com membros dos terreiros, com o propósito de melhor entender do tema aproximava-se de seus principais atores e interagia com a liturgia religiosa. Tornou-se ogã, a exemplo do que faziam alguns artistas e acadêmicos do século XX, incluindo seu amigo e companheiro de militância política Jorge Amado. Como jornalista, Carneiro escreveu reportagens sobre o Segundo Congresso Afro-Brasileiro (organizado por ele) e publicou entrevistas com importantes personalidades daquela época ligadas ao candomblé como Martiniano do Bonfim e Joãozinho da Goméia, além de noticiar eventos políticos relacionados ao Candomblé e à cultura afro-brasileira no jornal *O Estado da Bahia*. Fazia uma cobertura inovadora em relação às tendências jornalísticas da época, que ao noticiarem sobre batidas policiais nos candomblés, se mostravam

explicitamente simpáticas à repressão aos cultos tratados como sendo coisa de “feiticeiros” e “bárbaros” (BRAGA, 1999, p. 204; LIMA, 1987, p. 43; ICKES, 2013, p.51). De acordo com os biógrafos da Mãe Menininha, Carneiro

[...] teve o mérito de usar sua coluna em jornais para divulgar, de forma positiva, os assuntos ligados à tradição e à religião dos descendentes de escravos. Uma total novidade. Carneiro, ele próprio um negro, um ‘negro doutor’ que viveu intensamente esse tempo e participou intimamente da vida de muitas das comunidades religiosas (NÓBREGA; ECHEVERRIA, 2006, p. 94).

No início dos anos 1930, Carneiro entrou para o Partido Comunista do Brasil (PCB) e passou a fazer parte do grupo de literatos comunistas, a Academia dos Rebeldes. A missão da instituição era “valorizar a cultura popular, particularmente, a cultura africana e afro-baiana, que foram marginalizadas durante a colonização do Brasil” (SOARES, 2005). Notáveis escritores baianos, tais como Jorge Armado, Pinheiro Viegas, Sosígenes Marinho Costa, Áydano Pereira do Couto Ferraz, Guilherme Dias Gomes, João Alves Ribeiro, Walter da Silveira, Oswaldo Dias da Costa, José Bastos, José Severiano da Costa Andrade, João de Castro Cordeiro, Guilherme Freitas Dias Gomes e Clóvis Amorim, colaboraram e publicaram na revista *O Momento*, com o propósito de incorporar a vida e os problemas dos afro-brasileiros nos trabalhos literários. Carneiro e esses seus companheiros de jornada faziam parte de um grupo de intelectuais

e artistas do PCB. A ligação de Carneiro com o partido comunista o tornou suspeito, como naquela época, estavam preocupados com a expansão do comunismo no contexto do regime autoritário de Getúlio Vargas, presidente de 1930-1937 e ditador de 1937-1945. A afiliação de Landes com Carneiro, também fez com que ela seja expulsa da Bahia pela polícia.

Édison Carneiro tinha publicado sua primeira etnografia, *Religiões Negras*, em 1936 e no ano seguinte organizou o Segundo Congresso Afro-Brasileiro em Salvador para reunir “as massas populares, os acadêmicos e os especialistas” (CARNEIRO, 1940). A inclusão dos afrodescendentes e membros dos terreiros foi uma inovação para os estudos da época, eles tornaram-se mais acessíveis ao público (ROMO, 2010, p.65). Os participantes do Segundo Congresso discutiram - comprometidos com uma “orientação democrática” - ensaios e teorias apresentados pelos líderes de candomblé, artistas baianos, e acadêmicos brasileiros e estrangeiros (CARNEIRO, 1940). Além de Edison Carneiro, participaram estudiosos brasileiros, como Áydano do Couto Ferraz, Reginaldo Guimarães, Jorge Amado, Clóvis Amorim, Renato Mendonça, os norte-americanos Donald Pierson e Melville Herskovits, o cubano Salvador Garcia Aguero e o artista plástico Santa Rosa. A participação das mães e pais de santo como Martiniano do Bonfim, Eugênia Ana dos Santos (Mãe Aninha), Manoel Bernardino da Paixão (Bernardino) e Manuel Vitorino dos Santos (Manouel Falefá) “conferiria um alto grau de autenticidade e lhe garantiria ampla aceitação popular” (OLIVEIRA, 1987, p. 28). Terreiros de candomblé receberam

os participantes para festas públicas e o Congresso ofereceu exibições de capoeira, batuque e samba. Num artigo escrito por Carneiro no *Estado da Bahia*, ele explica como “Todo o ‘terreiro’ estava aberto à visita dos congressistas. A festa do Opô Afonjá encantou sobremaneira aos Congressistas” (CARNEIRO, 1937).

Esta colaboração direta com membros de candomblé durante o Congresso de 1937 inspirou a criação da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia - o primeiro grupo no estado a representar o candomblé em público. Esta União, organizada por Carneiro, foi proposta da “mãe de santo mais honorável da Bahia” na época, Dona Aninha, do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá. Esta União foi fundada para organizar e representar a comunidade contra a repressão do candomblé desferida pelo Estado. A União contribuiu para assegurar os Direitos e Garantias Individuais da Constituição de 1934 que assim se expressa em seu Inciso 5 do artigo 113: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública e os bons costumes. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica nos termos da lei civil” (TALENTO; COUCEIRO, 2009, p. 61). Carneiro e os líderes da União denunciaram a violação da liberdade religiosa pelo Estado com a ação de repressão policial aos candomblés. A União realizou poucas reuniões, pois tinha restrições quanto à mobilização, apoio e recursos. Teve uma vida curtíssima, provavelmente por problemas políticos entre as diferentes “nações” ali representadas (NASCIMENTO, 2010).

Quando Landes encontrou Carneiro nos círculos acadêmicos

baianos, imediatamente reconheceu-o como uma autoridade e colega, explicando que ele “tinha apenas 27 anos, mas o número e a originalidade de seus estudos sobre os negros brasileiros e os candomblés, e a solidez da sua reputação faziam-me esperar um homem muito mais idoso” (LANDES, 2002, p.49). Landes, que tinha 30 anos, relacionou-se com Carneiro com a provocação: “como entender a Bahia, se eu não aprender o candomblé em primeira mão?”. Assim, decidiram trabalhar juntos, “de modo que concordamos em fundir os nossos recursos, os nossos conhecimentos, o nosso tempo, as nossas observações” (LANDES, 2002, p. 75, 50). Passaram oito meses realizando pesquisas de campo nos candomblés da Bahia, reuniram farta documentação e juntaram os materiais que comporiam suas futuras publicações.



Figura 2: Foto de Édison Carneiro tirada por Ruth Landes (sem legenda ou data, Ruth Landes papers, Photographs, Brazil: Bahianblacksand candomblé, 91-4_0133)

Nos primeiros meses de pesquisa, de agosto a setembro de 1938, Landes e Carneiro visitavam principalmente o Terreiro de Mãe Sabina e o Terreiro Gantois. Com Sabina, ela acompanhou a festa Mãe d'água, assistiu suas festas de caboclo, brincou com as crianças do terreiro e até se vestiu de “Baiana” com as roupas e joias rituais de Sabina. Landes foi apresentada à Mãe Menininha pelo Eustácio da Lima e não o Édison Carneiro, por conta de conflitos entre ele e a Mãe Menininha sobre a União das Seitas Afro-brasileiras. No dia 12 de setembro de 1938, Carneiro a levou para conhecer o babalaô Martiniano do Bonfim e ela voltou para a casa dele nos dias seguintes para continuar suas entrevistas, fazer uma consulta de búzios e acompanhar rituais. Carneiro também ofereceu Landes tours da cidade, como a igreja São Francisco, a Igreja da Lapinha, o Rio Vermelho, capoeira no Mercado Modelo, o Dique Tororô, e Itapagipe. No dia 9 de setembro, Landes anota no seu caderno “as mães que eu conheço”, que demonstra como em apenas um mês de pesquisa, ela foi apresentada à sete sacerdotisas e cinco pais-de-santo, a maioria pelo Edison Carneiro.² Só era possível isso porque Carneiro já tinha estabelecido relações de amizade e colaboração com as lideranças do candomblé e tinha inserção nas comunidades de terreiro.

No dia 24 de setembro, Landes passeou com Carneiro no Ilê Axé Opô Afonjá, referido como “Achê” ou “a roça da Aninha” nas

² “Mães I know: 1) Menininha 2) Sabina 3) Mrs. Palmeiras 4) Idalice 5) Maximínia (Engenho Velho) 6) Aninha 7) Adetesa (?) – Paes I know: 1) Bernardino 2) Palmeiras 3) Falefá 4) Vavá Pau Brasil 5) Manoel” (Ruth Landes Papers, Noetbooks. Folder: Brazil IV).

anotações. Landes tinha chegado poucos meses depois do falecimento da sacerdotisa da casa, a Mãe Aninha (Eugênia Ana dos Santos, 1869-1938). Mesmo depois de ter falecido, a memória e o legado da Mãe Aninha estavam bem presentes no terreiro. Mãe Aninha era uma figura política, conhecida no universo do candomblé do início do século XX. Na década de 1930, Mãe Aninha reconheceu Carneiro como um homem com potencial de servir seu terreiro. Dona Aninha designou-o como ogã e deu-lhe delegação para representar a comunidade em trabalhos acadêmicos e profissionais (LANDES, 1947, p. 35, 72). Em 5 de janeiro de 1938, Carneiro publicou um obituário de Mãe Aninha e descreve seu enterro em Salvador com um artigo de primeira página intitulado: “Era a mais popular mãe de santo da Bahia”, em *O Estado da Bahia*. Nesse artigo, ele elogia Aninha, sua liderança e popularidade (destaca que mais de duas mil pessoas estavam presentes no enterro). Também utiliza a oportunidade para discutir, novamente, seu importante papel no Segundo Congresso Afro-Brasileiro e na União das Seitas Afro-Brasileiras.

Mesmo após o falecimento de Aninha, seu legado permaneceu forte no terreiro. Durante a visita ao Ilê Axé Opô Afonjá, no dia 9 de outubro de 1938, Landes tirou várias fotos, inclusive das casas dos orixás, das árvores, da roça, dos visitantes, dos “homens negros”, de Edison Carneiro e de si mesma. Numa foto bem interessante, Carneiro segura uma imagem impressa de Mãe Aninha no próprio terreiro. Em outra imagem, Carneiro segura uma foto do caixão de Mãe Aninha que foi tirada no dia do enterro. É bem claro que a memória

e a liderança da Mãe Aninha foram marcantes no desenvolvimento da teoria do matriarcado de Landes.



Figura 3: Édison Carneiro segurando uma foto do caixão de Eugenia Ana dos Santos no terreiro de Ilê Axé Opô Afonjá (Ruth Landes papers, Photographs, Brazil: Bahianblacksand candomblé, 91-4_0519).

A expressão de Carneiro é de lamento, seriedade e de tristeza pela perda que o faz sofrer. Tal estado de espírito não surpreende a quem atentar para o tom de seu artigo descrevendo o enterro de Aninha,

Perto de três mil pessoas chorando, lutando por carregar o caixão, gritando desvairadamente que ela ia ressuscitar, se atropelando para colocar também a sua pá de terra na cova de Aninha, se lastimando, se maldizendo pela morte dela, cantando lúgubres canções africanas para acompanhar-lhe os últimos passos por este mundo (CARNEIRO, 1964, p. 208).

Carneiro esteve próximo a Mãe Aninha e a respeitava como a mulher poderosa e inteligente que era. Atento ao fato, Vivaldo da Costa Lima expressa os sentimentos de Carneiro por ela da seguinte forma:

Pode-se imaginar quanto terá custado a Edison Carneiro resumir todos os sentidos de respeito e gratidão que mantinha pela falecida ialorixá, desde a ajuda que ela lhe prestou na realização do Congresso até o santuário que lhe concedeu, no seu terreiro de São Gonçalo, no fim do ano de 1937, quando Carneiro ali se refugiou, ao abrigo seguro da perseguição da polícia política (LIMA, 1987, p. 46).

Na foto tirada por Landes, parece que seu interesse maior era captar Edison em pleno terreiro, ali onde ele tinha passado muito tempo com Mãe Aninha. O caderno de Landes anota como ela acompanhou o Axêxê de Aninha no terreiro Opô Afonjá, na terça feira dia 10 de janeiro, 1939, um ano depois de seu falecimento.

Landes reconheceu a inestimável ajuda que Carneiro lhe deu durante a sua pesquisa na Bahia. Em *A cidade das mulheres*, ela deixa clara a dívida que com ele contraiu, “Preciso dizer que a devedora foi eu?”. Carneiro a guiou munido de um conhecimento da etnologia baiana e uma ligação especial com os terreiros. Eles também concordavam quanto a abordagens e metodologia de pesquisa de campo nos Estudos Afro-Brasileiros. Landes descreveu a opinião de Carneiro sobre as pesquisas em candomblés e expos sua visão sobre métodos de abordagem,

Os aristocratas sempre condescendem — resmungou, em

voz calma, carregada de intensidade, tirando baforadas do seu cigarro — e quando alguns deles resolvem estudar candomblé, colhem material, chamando os negros aos seus escritórios para entrevistas porque são muito orgulhosos ou muito preguiçosos para visitar os templos nos arrabaldes. Mas você tem de ir a eles. Você não pode esperar que se protejam com naturalidade num escritório ou num hotel. E eles saberão que você os respeita, se for a eles. Eu a apresentarei (LANDES, 2002, p. 56).

Essa atitude correspondia ao que pensava Landes quanto ao envolvimento pessoal no processo de pesquisa. Ela também era herdeira de uma tradição antropológica baseada na valorização do método de abordagem – a observação participante – de Franz Boas e Ruth Benedict. Ela entendeu que, para os pesquisadores estrangeiros, o campo “não é a vida real... Mas para Edison, ao contrário, ‘o campo’ era sua vida e seu trabalho também” (LANDES, 1970, p.133). Carneiro reunia todas as qualidades para ser um ótimo mediador: por ser intelectual, ter experiência como anfitrião a pesquisadores internacionais e por ser afro-baiano. Agia “localmente, entre o povo de santo e as elites baianas, se convertendo gradualmente em *porta-voz* e *mandatário* das demandas políticas e simbólicas dos candomblés baianos, que Edison encaminhava a um público abrangente na forma de artigos, notícias e reportagens” (ROSSI, 2011, p.265).

Embora Carneiro se visse como alguém que se distinguia da classe aristocrática, Landes via-o de um jeito diferente. Ela escreveu que ele,

absolutamente não era um homem do povo. A sua natureza

de classe pertencia a um sistema de pensamento diferente da sua ideologia política e social. Isto se revelava na sua vestimenta e na sua fala, no seu próprio interesse pelos negros, e provinha da sociedade em que fora educado. Não estava absolutamente cômico disso e talvez achasse graça nesta minha opinião... Ele nunca apareceu sem um chapéu, paletó, colarinho e gravata... Ao contrário dos costumes dos povos de língua inglesa, o fato de ser de raça escura não o excluía da aristocracia, nem o impedia de casar-se com uma branca” (LANDES, 2002, p.100-101).

Ela enfatizava que as diferenças raciais não trouxeram prejuízos a Carneiro e que sua posição econômica o colocou numa posição privilegiada na sociedade. Landes enfatizou esse fato para destacar as diferenças entre o racismo no Brasil e nos Estados Unidos. Do ponto de vista dela, a principal diferença estava no *onedroprule* – um costume norte-americano de discriminar qualquer indivíduo que tenha em suas veias uma “gota” de sangue de origem africana. Numa carta pessoal, ele respondeu acerca do tratamento que Landes lhe concedeu no livro, “nem sempre me satisfaz quando você me retrata como um aristocrata, diverte-me as coisas que você relembra” (CARNEIRO, 1947).

As cartas que trocaram, claramente indicam que Carneiro e Landes tiveram um relacionamento amoroso e uma forte empatia, nascida durante o tempo em que estiveram juntos na Bahia. Em geral, a produção acadêmica não valoriza esse aspecto da relação, mas argumento que esta intimidade criou uma ligação fundamental, facilitando conexões e colaborações mais profundas e duradouras.

Em vez de considerar o aspecto romântico de seu relacionamento como algo insignificante, indecente ou vergonhoso como alguns de seus contemporâneos, eu o trato como um fator decisivo para o amadurecimento de suas conclusões e para a produção de seus dados etnográficos. Seu romance guiou-os no que Carneiro chamou de tantos dias lindos nos candomblés da Bahia (CARNEIRO, 1946a), para ajudar Landes a escrever um relato controverso sobre o candomblé, publicado para leitores internacionais, a exemplo de norte-americanos, ingleses e latino-americanos.



Figura 4: Ruth Landes e Édison Carneiro em Salvador, Bahia (sem legenda ou data, Ruth Landes papers, Photographs, Brazil: Bahianblacksand candomblé, Ruth_Landes_01).

As cartas de Carneiro escritas para Landes, em 1939, durante o período mais intenso do romance, estão no acervo deixado e orga-

nizado por ela. De junho até outubro de 1939, ele escreveu para ela pelo menos 15 vezes. Essas cartas revelam sentimentos fortes que Carneiro nutria por Landes após sua saída da Bahia. Porém, não dispomos das respostas de Landes para avaliar os seus sentimentos a respeito do relacionamento deles naquele período. A maioria das cartas por ela escritas, a partir de 1946, estão no acervo de Edison Carneiro (O Centro de Folclore e Cultura Popular – CNFCP). É possível que Carneiro (ou a família dele) não tenha incluído, no acervo, as cartas mais íntimas escritas por Landes. A ausência de informações acerca dos seus escritos pessoais deixa aberta a perspectiva de que Carneiro seria a voz mais ativa na relação. No entanto, enquanto Landes escrevia e publicava o livro *The City of Women*, nos EUA, ela começou a escrever novamente para Carneiro. Nessas cartas, de 1946 a 1948, Landes também deixa pistas que revelam o entendimento que tinha sobre o relacionamento, que foi duradouro e assumiu várias formas ao longo de suas vidas.

A primeira carta do acervo foi escrita em setembro 1938 quando Landes realizava pesquisas no terreiro do Engenho Velho (também conhecido como a Casa Branca e Ilê Axé Iyá Nassô Oká). Ela foi para a festa de Oxalá no Engenho Velho enquanto Carneiro viajava (Carneiro, 1938). Landes tinha chegado recentemente em Salvador e, nessa carta, Carneiro não escreve nada que indique um romance. Estavam ainda no início da colaboração mútua, ele demonstra ser um colega atencioso e respeitoso, oferecendo-se para acompanhá-la nas pesquisas. A próxima carta, datada de oito de junho de 1939, foi escrita após a

expulsão de Landes da Bahia. Ele a escreveu em inglês, nela, pedia desculpas por alguns problemas de relacionamento. Carneiro relata que eles brigavam sempre, mas não por culpa dele, foi “meu amor, sempre te guardando e protegendo”. Landes, por vezes, considerou Carneiro “cruel” por seu “amor tirânico” (CARNEIRO, 1939a). Por essa carta, a impressão que fica é que Landes e Carneiro não se despediram amistosamente. Os comentários de Carneiro deixam dúvidas quanto a seu comportamento “tirânico” ao longo do relacionamento. É possível que ele tenha exibido algumas características machistas, certo grau de possessividade, ou algum tipo de abuso. Porém, as fontes disponíveis não nos permitem qualquer confirmação dessas suposições.

Em julho de 1939, ele escreveu para Landes sobre planos de casamento. Carneiro desejava conseguir uma bolsa para viajar a Londres e encontrar com a parceira. Então, se candidatou a um emprego, na expectativa de morar com ela, mas a Embaixada Britânica não recomendava tal movimentação em função da situação na Europa, que estava entrando na Segunda Guerra Mundial, razão por que o British Broadcasting não quis assinar um contrato com Carneiro, nem com ninguém (CARNEIRO, 1939e). Ele propôs uma bolsa ao Guggenheim como “uma última esperança”, porém a única vaga oferecida ficou para Anísio Teixeira (CARNEIRO, 1939e). Em 14 de julho, ele escreveu que seus “sonhos” de casamento não iriam dar certo, mas, “Eu te amo, eu sei que sempre te amarei. Portanto, temos que ser apenas amantes quando nos encontrarmos de novo...” (CARNEIRO, 1939c). Esse reencontro demoraria quase duas décadas, quando Landes voltou

pela segunda e última vez ao Rio de Janeiro em 1966.

Meses depois que Landes retornou ao Nova Iorque, Carneiro sofria, sempre a pensar nela (CARNEIRO, 1939d). Ele escreveu, “depois que você foi, parece que qualquer coisa ficou amputada em mim. Andei, ontem, como um sonâmbulo, dormi mal e estou me sentindo ainda sem rumo. Você levou alguma coisa de mim... Estou para ficar maluco... Pensei muito em você. Penso ainda. Pensarei muito, daqui para diante. Mas, ninguém pode saber de nada”. Carneiro se referia aos beijos trocados, deixando claro que “ninguém me falou deles. Todo mundo esteve sério e decente”. Em várias cartas, Carneiro diz que a ama, “Eu te amo, você me ama também?” (CARNEIRO, 1939a). Parece que Landes não lhe respondia prontamente ou com frequência, já que ele pergunta, “Eu te amo, porque não está me escrevendo?” (CARNEIRO, 1939d). Porém, as respostas dela não estão acessíveis em acervos para que se possa fazer uma avaliação do quanto era mútuo este amor.

O acervo sugere um silêncio enquanto suas cartas trocadas, que pausaram entre novembro de 1939 até outubro de 1940, quando Carneiro avisou a Landes que ele se casou. Carneiro relata como nesse período ele passou doente e seu irmão faleceu de tuberculoses (CARNEIRO, 1940b). Ele retorna aos assuntos acadêmicos, falando como ajudou o Lorenzo Turner e Franklin Frazier nas suas pesquisas na Bahia, e comenta sobre o artigo que Landes publicou, “A Cult Matriarchate and Male Homosexuality” (1940), dizendo “Você parece ter alterado muito o seu artigo sobre os pais—e talvez por isso eu o

achasse um tanto forçado. Mas o material (rawmaterials) é formidável...” Ele continua em inglês, agora sobre sua relação pessoal, “não posso esquecer meu amor por você. Estou te esperando no ano ’41—e eu sei que vamos ser mais felizes que nunca quando volta para mim.” No final da carta, ainda manda beijos de sua esposa, Magdalena, e assina “Sempre seu, EC” (CARNEIRO, 1940b). Passa mais cinco anos até a próxima cartade Carneiro na coleção Landes.

No ano 1946, sete anos depois da realização de sua pesquisa etnográfica, Landes escreveu para a Carneiro: “Depois da guerra, eu finalmente comecei a escrever o livro sobre a Bahia!” (LANDES, 1946b). A Segunda Guerra Mundial reduziu não só as oportunidades profissionais de Landes e Carneiro, como também as possibilidades deles se reencontrarem. Os dois começaram a se corresponder mais intensamente durante o período em que Landes estava terminando *The City of Women* que teve como base as pesquisas que fizeram juntos. Durante este processo, ela se sentiu próxima dele, lembrou dos bons tempos na Bahia. Carneiro tinha mandado vários artigos e materiais de referências (LANDES, 1946b). Ela lhe pedia ajuda, algumas vezes, chegando a perguntar detalhes que veio a incluir no livro, nunca deixando de lhe perguntar sobre os sujeitos com quem interagiram durante a pesquisa de campo. Quando esqueceu os nomes dos pesquisados, criou outros para o livro. Carneiro perguntou o motivo de o nome da esposa de Martiniano do Bonfim estar escrito errado e ela disse “eu chamei a esposa de Martiniano de Esmeralda porque não consegui lembrar seu nome real! Mas não importa” (LANDES,

1948). Ela afirmou como ele aparece como o herói do livro e que isso o tornará bem conhecido (LANDES, 1946c).

O acervo de Landes contém artigos inéditos produzidos e enviados por Carneiro. Não há confirmação da data de envio desses materiais, que parecem rascunhos de capítulos e artigos escritos por Carneiro, talvez na época que pesquisavam juntos, ou enviados depois no processo de elaboração dos resultados da pesquisa. Há um artigo escrito por ele, “A Linguagem Popular da Bahia”. Inclui vários contos etnográficos também como “Histórias de Orixás”, com um prefácio que detalha seu propósito,

Estas histórias, colhidas aqui e ali, eu as reúno porque são significativas do estado mental do negro da Bahia... Sei que o seu valor é mínimo, mesmo como pesquisa. Apenas o trabalho de escrever... Procurei, por isso mesmo, dar-lhes a forma popular em que as ouvi, contadas pelos negros da Cidade, sem me meter no meio da narrativa. Não aumentei, não inventei nada. Estas histórias vêm do mais fundo da alma popular para o seio amigo do Congresso Afro-Brasileiro.

O texto continua com os contos dos orixás como passados em narrativas orais das comunidades de terreiro, oferecendo altos detalhes etnográficos sobre o contexto religioso, os mitos e os ritos. Parece que Carneiro escreveu para um colega que participou do Segundo Congresso Afro-Brasileiro, e depois passou para Landes.

Outro conto mais curto, “A quitanda das Yawôs” é assinado por Carneiro com a anotação: “Pode ficar com este original, se quiser”,

destinado à Landes. Esse texto detalha a cerimônia de “dar o nome” àsião se o processo de compra para o ritual: “A mãe-de-santo explica que a compra da yawô vale como a compra de uma escrava. De-facto, a yawô, pelo simples facto de haver sido comprada por alguém, fica na obrigação de lhe obedecer por toda a vida, como uma escrava.” O texto coloca os nomes de todas as comidas envolvidas na cerimônia, e conclui: “Depois deste domingo, as yawôs vão, na sexta-feira seguinte, em romaria à Igreja do Bonfim. Só então estão ellas feitas, isto é, filhas-de-santo.”

Há mais um texto de autoria de Carneiro, com o título apenas de “Candomblé”, que oferece um roteiro de uma cerimônia completa, junto com uma lista de “personagens”: filha-de-santo, mãe-de-santo, mãe-pequena, ogans, Axogún, Ekedí, Orixás e “tocadores de tabaqué”. Carneiro detalhou todos os nomes e termos ritualísticos em relação a preparação e realização da festa de orixás, com detalhes dos ritmos, cheiros, sabores, cantigas e organizações sociais envolvidas. Na conclusão, ele afirma: “Parece ser o objetivo principal do candomblé a presença do orixá entre os mortais.” Ele também coloca a importância da mãe-de-santo como líder supremo: “o fim da festa é decretado única e exclusivamente pela mãe, cuja absoluta autoridade sobre toda a comunidade religiosa não pode sofrer dúvidas.” Tal afirmação sugere como Carneiro também influenciou Landes em sua percepção da liderança feminina na construção da teoria do matriarcado do candomblé (LANDES, 1940; LANDES, 1947).

Se a veneração da mãe-de-santo como líder suprema está nítida nos

textos que Carneiro compartilhou com Landes, a estigma projetada nos pais-de-santo, principalmente aqueles vistos como homossexuais, se revelam claramente nas anotações de pesquisa de campo. Em várias instâncias Landes anota fofocas relatadas de Carneiro, como sobre a sexualidade de João da Pedra Preta (conhecido depois como Joãozinho da Gomeia), e Bernardino, o fundador do Terreiro Bate Folha. Tem uma anotação que diz como os pais de santos em geral são “fraudes”. Eles frequentemente ficaram até a madrugada nos terreiros e passearam na rua de noite, fofocando sobre prostitutas e casais passageiros. Landes anotava tudo que via, mesmo nos passeios com Carneiro, com muitos detalhes, como parte de sua formação antropológica. Eles tomaram sorvete no Pelourinho e cachaça depois da festa de caboclos. Como casal eles falavam de todos os assuntos, e a sexualidade estava bem presente nas suas interações.

Os argumentos nos trabalhos de Édison Carneiro (1936; 1948) e Ruth Landes (1940; 1947) foram fundamentais em estabelecer divisões em termos de raça e gênero na definição de nações de candomblé no campo de estudos afro-brasileiros e a antropologia dos povos afrodescendentes nas Américas. Como uma aliança teórica, eles sugeriam que a nação Nagô (também referida hoje em dia como Ketu) foi fundada por mulheres de origem africana e a nação caboclo (que hoje muitos terreiros se identificam como congo-angola), foi liderado por homens, apontando características de mestiçagem cultural e racial. Na etnografia *Religiões Negras/Religiões Bantos*, Carneiro, argumentou sobre a suposta “degradação” das tradições culturais Bantos, oriundas dos

povos da região de Congo e Angola do continente africano, criando uma hierarquia civilizatória e de prestígio entre as nações do candomblé.

É importante ressaltar que através da leitura dos cadernos e a coleção de fotos da pesquisa etnográfica realizada por Landes e Carneiro, que eles estavam envolvidos com Mães e Pais-de-santo da nação angola em grande medida. Landes visitava o Terreiro de Sabina com alta frequência, acompanhada por Carneiro, e parece ter sido bem inserida na comunidade, mesmo que ela não esteja bem representada no livro publicado. Eles também anotaram muitas informações sobre uma Mãe de santo de Angola, chamada Idalice, que de acordo com as anotações de Landes, foi iniciada por Mãe Flaviana do Terreiro do Cobre. O preconceito e julgamento contra os terreiros de caboclo (também chamado de angola) que aparece nas publicações e como desdobramento de suas teorias parecem forçados, e não uma reflexão da experiência de Landes ou suas atitudes de campo. O maior preconceito identificado nas anotações vem da parte de Carneiro contra pais-de-santo que ele identificou como homossexuais.

Depois da publicação da tradução *A Cidade das Mulheres* (1967) no Brasil, no ano 1970, Landes escreveu sua última carta ao parceiro, dois anos antes do falecimento de Carneiro. Ela havia visitado o Rio de Janeiro em 1966 com seu primeiro projeto de pesquisa pela McMaster University, para estudar a urbanização. Ficou decepcionada. A estada no Rio se mostrou bem diferente da experiência vivenciada 27 anos antes na Bahia (LANDES, 1966a). Ela passou cinco meses e ficou “chocada com o caos” da cidade. Reclamou da sujeira e do barulho,

exclamando que “São Paulo pareceu até pior” (LANDES, 1967). Ela visitou Édison Carneiro e sua família. Foi a primeira vez que se encontraram desde que ela partiu do Rio de Janeiro em 1939. Em um caderno, ela escreveu como ele “pareceu tão [...] apático, porque está infeliz!”. No encontro, discutiram como o candomblé tinha perdido sua qualidade mística e religiosa, comentando como agora é macumba, é teatro, um espetáculo comercial (LANDES, 1966b). Nas anotações, Landes ainda lamenta sobre como as coisas mudaram desde a última vez que esteve no Brasil. Ela não havia encontrado o mesmo país, a mesma religião ou a mesma pessoa em Édison Carneiro.

Em 1970 ela também refletiu publicamente sobre o relacionamento amoroso e o trabalho com Carneiro, num artigo chamado “Uma Antropóloga no Brasil”. Nele, a pesquisadora afirma,

Tenho certeza de que na história de pesquisa de campo ninguém poderia ter sido mais afortunada do que eu, por poder contar com uma associação com Edison. Apesar da reputação dele como estudioso e escritor, e seus grandes talentos e boa caráter, o fato era que eu não podia andar na Bahia sem sua “proteção” de homem. Eu vi essa realidade todo dia quando tentei andar sozinha, quando virei uma minoria vulnerável e um possível alvo sexual (LANDES, 1970, p. 128).

Essa confiança que Landes depositava em Carneiro e a orientação que dele recebeu durante suas pesquisas de campo e durante o processo de elaboração da sua etnografia facilitou a produção do livro *A Cidade das Mulheres*. A tradução para o português também foi supervisionada

por Carneiro, no Rio de Janeiro e saiu no ano 1967. Ele a ajudou ao longo da carreira e a defendeu de críticas feitas por colegas próximos, principalmente Arthur Ramos (RAMOS, 1942). Landes enfatiza como, “Édison, que estava consciente dos riscos, foi minha única proteção. Ele me apresentou a quase todos com que trabalhei, e eu sei que os negros me aceitaram porque ele me assegurou” (LANDES, 1970, p. 129). Os estudos acadêmicos a respeito do assunto quase nunca são debatidos por Carneiro sem pelo menos uma referência ou uma seção dedicada a Landes. Em menor medida, isso é também verdade no que concerne à Landes. Eles estão inextricavelmente ligados pelos estudos afro-brasileiros, vozes paralelas, colegas próximos e amigos íntimos. Como revelado nas cartas, o relacionamento entre eles era complexo, dinâmico e variável. Nunca foi apenas um romance ou somente uma relação profissional. Foi um vínculo flexível e, às vezes, ambíguo, que se adaptou às condições variáveis da vida entre o Brasil e os EUA ao longo do século XX.

Landes organizou seu próprio acervo para doação no final de sua carreira e vida, sabendo que tinha informações importantes sobre Carneiro, seu relacionamento e muitos detalhes sobre o candomblé e suas lideranças na década trinta, que foi uma época marcante na história da religião. Essa leitura de Carneiro a partir dos registros deixados por Landes oferece um retrato do homem que foi fundamental para a construção da etnografia *A Cidade das Mulheres*, a teoria do matriarcado, e o estabelecimento de divisões no campo de estudos afro-brasileiros em termos de raça, gênero e sexualidade. Essa história

reflete a complexidade dos laços afetivos criados no campo de pesquisa, e oferece uma visão humana das relações íntimas que fazem parte da produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANDRESON, Jamie Lee. *Ruth landes e a cidade das mulheres: uma releitura da antropologia do candomblé*. Salvador: Edufba, 2019.

BRAGA, Julio. Candomblé in Bahia: Repression and Resistance. In: CROOK, Larry; JOHNSON, Randall (eds). *Black Brazil: Culture, Identity and Social Mobilization*. UCLA Latin American Center, 1999.

CARNEIRO, Édison. *Religiões Negras* [1936] e *Negros Bantos* [1937]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

CARNEIRO, Édison. 2º Congresso Afro-Brasileiro. *O Estado da Bahia*, Salvador, 21 jan. 1937. Periódico antigo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

CARNEIRO, Édison. Aninha. In: CARNEIRO, Édison. *Ladinos e Crioulos: Estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CARNEIRO, Édison. O Congresso Afro-Brasileiro da Bahia, 1940. In: CARNEIRO, Édison. *Ladinos e Crioulos: Estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CARNEIRO, Édison. Apresentação. In: *O Negro no Brasil: Trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940a.

- CARNEIRO, Édison. Uma falseta de Artur Ramos, 1964. In: CARNEIRO, Édison. *Ladinos e Crioulos: Estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CARNEIRO, Édison. *Os Candomblés da Bahia* [1948]. 2. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Coleção Retratos do Brasil, v. 106.
- CORRÊA, Mariza. O Mistério dos Orixás e das Bonecas: Raça e Gênero na Antropologia Brasileira. *Etnografia*, vol. IV (2), 2000.
- CORRÊA, Mariza. Prefácio: Esboços no espelho. In: LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, Oct. 2004.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do Ponto de Vista de Quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*. Vol. 36, 2005.
- FRY, Peter. Homossexualidade masculina e os cultos afro-brasileiros. In: FRY, Peter. *Para o Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ZaharEditores, 1982.
- FRY, Peter. Male Homosexuality and Afro-Brazilian Possession Cults. In: MURRAY, Stephen O. (ed.). *Latin American Male Homosexualities*. Albuquerque, NM: University of New Mexico

Press, 1995.

FRY, Peter. Apresentação. In: LANDES, Ruth. *A Cidade das mulheres*. Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

HEALEY, Mark. Os desencontros da tradição na ‘Cidade das mulheres’: raça e gênero na etnografia da Ruth Landes”. *PAGU: Revista de estudos de gênero* 6 (Brasil, 1996), pp. 153-200.

HEALEY, Mark. The Sweet Matriarchy of Bahia: Ruth Landes’ Ethnography of race and Gender”. *Disposition* XXIii.50 (1998): 87-116. Department of Romance Languages, University of Michigan.

LANDES, Ruth. A Cult Matriarchate and Male Homosexuality. *Journal of Abnormal Psychology*, 35: 386-397, 1940a.

LANDES, Ruth. *The City of Women*. New York: Macmillan Company, 1947.

LANDES, Ruth. A Woman Anthropologist in Brazil. In: GOLDE, Peggy. *Women in the Field: Anthropological Experiences*. University of California Press, 1970.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva. 2.ed., Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

LIMA, Fábio Batista. Revisitando a Cidade das Mulheres. XXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT17: Relações Raciais e Etnicidade. 21 a 25 de Outubro, 2003. Caxambu, Minas Gerais.

LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo Da Costa,

eds. *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: De 4 de Janeiro de 1936 a 6 de Dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

MATORY, J. Lorand. *Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomble*. Princeton University Press, 2005.

NASCIMENTO, Ana Carolina Carvalho de Almeida. “O sexto sentido do pesquisador: a experiência etnográfica de Edison Carneiro”. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia e Antropologia, UFRJ, 6/5/2010, 176 p.

NÓBREGA, Cida; ECHEVERRIA, Regina. *Mãe Menininha do Gantois: Uma biografia*. Salvador: Corrupio, 2006.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Os estudos Africanistas na Bahia dos anos 30. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo Da Costa, eds. *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: De 4 de Janeiro de 1936 a 6 de Dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

RAMOS, Arthur. Pesquisas Estrangeiras Sobre o Negro Brasileiro. In: RAMOS, Arthur. *A Aculturação Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

ROMO, Anadelia. *Brazil's Living Museum: Race, Reform and Tradition in Bahia*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. “Um intelectual ‘feiticeiro’: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil”. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de

Campinas, 30/3/2011, 228 p.

SANSONE, Lívio. USA and Brazil in Gantois: Power and the Transnational Origin of Afro-Brazilian Studies, *Vibrant*, v. 8, n. 1, January – June 2011.

SOARES, Ângelo Barroso Costa. *Academia dos Rebeldes: modernismo à moda baiana*. Feira de Santana, 2005. 191 f., il. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) -Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2005.

TALENTO, Biaggio; COUCEIRO, Luiz Alberto. *Edison Carneiro O Mestre Antigo: Um estudo sobre a trajetória de um intelectual*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2009.

FONTES NÃO PUBLICADAS

CARNEIRO, Édison. “Candomblé”, Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARNEIRO, Édison. “A quitanda das Yawôs”, Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARNEIRO, Édison. “Histórias de Orixás”, Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARTAS

CARNEIRO, Édison. Carta a Ruth Landes. 18 de setembro, 1938, Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARNEIRO, Édison. Carta a Ruth Landes. 8 de junho, 1939a, Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARNEIRO, Édison. Carta a Ruth Landes. 7 de julho, 1939b. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARNEIRO, Édison. Carta a Ruth Landes. 14 de julho, 1939c. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARNEIRO, Édison. Carta a Ruth Landes. 18 de novembro, 1939d. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARNEIRO, Édison. Carta a Ruth Landes. 22 de dezembro, 1939e. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARNEIRO, Édison. Carta a Ruth Landes. 24 de outubro, 1940b. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

CARNEIRO, Édison. Carta a Ruth Landes. 22 de fevereiro, 1946a. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

LANDES, Ruth. Carta a Édison Carneiro. 27 de fevereiro, 1946b. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

LANDES, Ruth. Carta a Édison Carneiro. 19 de junho, 1946c. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, Edison. Carta a Ruth Landes. 28 de agosto, 1947.
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

LANDES, Ruth. Carta a Édison Carneiro. 28 de novembro, 1948.
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

LANDES, Ruth. Carta a Marriott. 22 de junho, 1966a. Ruth
Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian
Museum.

LANDES, Ruth. Carta a Jadjopouos. 18 de novembro, 1967. Ruth
Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian
Museum.

CADERNOS

LANDES, Ruth. Research materials, notebooks. 1938. Box 9.
Folder II. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives,
Smithsonian Museum.

LANDES, Ruth. Research materials, notebooks. 1938. Box
9. Folder IV. Ruth Landes Papers, National Anthropological
Archives, Smithsonian Museum.

LANDES, Ruth. Research materials, notebooks. 1938. Box 9.
Folder V. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives,
Smithsonian Museum.

LANDES, Ruth. Research materials, notebooks. 1938. Box 9.
Folder XIII. Ruth Landes Papers, National Anthropological
Archives, Smithsonian Museum.

LANDES, Ruth. Research materials, notebooks. 1938. Box 9.

Folder XVI. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

LANDES, Ruth. Research materials, notebooks. 1938 - 1939. Box 9. Folder XVII. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

LANDES, Ruth. Research materials, notebooks. 1939. Box 9. Folder XVIII. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

LANDES, Ruth. Research materials, notebooks. 1939. Box 9. Folder XX. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

LANDES, Ruth. Research materials, Brazil. Box 19. Series 2: Folder XX. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.

LANDES, Ruth. Research materials, notebooks. 1966b. Box 11, Series 2: Folder II. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives, Smithsonian Museum.



ÉDISON CARNEIRO E O CEAO: EM TORNO DE ALGUMAS RELAÇÕES POSSÍVEIS E IMAGINÁVEIS

Cláudio Luiz Pereira¹

Estou ficando velho e, com o diabo, quanto mais velho, mais sabido...²

A vida trata a gente assim...³.

Agora pois, “bola pra frente”. Vejamos o que acontecerá!...⁴

1. INTRODUÇÃO

O itinerário intelectual de Édison Carneiro se imbricou inevitavelmente na trajetória institucional do CEAO, já que foram eles, ohomem e a instituição, agentes históricos constituintes do campo afro-brasileiro. Esse será aqui meu argumento fundamental, de modo que o presente texto apresenta registros históricos precisos (cartas, ofícios, bilhetes) e uma forma diversa de sobrepor elementos que conformam relações dentro deste campo afro-brasileiro. São os dados aqui apresentados que oferecem plausibilidade a esse argumento.

Édison Carneiro, é bom se dizer de saída, era um intelectual de uma geração anterior ao CEAO. Lendário por suas posições militantes a favor da cultura africana no Brasil, contra os desmandos que então

¹ Antropólogo (UFBA). Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP).

² Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 19-12-1971.

³ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

⁴ Ofício 121/68 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 18-4-1968.

se fazia ao negro e ao candomblé, também como homem de esquerda, membro da Academia dos Rebeldes, jornalista, etnólogo de acordo com a moda, e mais ainda folclorista. Baiano, tomou rumo da Capital Federal nos anos 40.

Já o CEAO, fundado por Agostinho da Silva, em 1959, na UFBA, vai agregar jovens intelectuais baianos ainda em formação, mas com marcante interesse pela cultura afro-brasileira. Vivaldo da Costa Lima, nasceu em 1925 e Waldir Freitas de Oliveira veio ao mundo quatro anos depois. Já Yêda Pessoa de Castro é nascida em 1937.

É verdade é que o próprio Oliveira faz uma menção direta ao fato de que o CEAO é tributário do projeto do Instituto de Estudos Afro-Brasileiros, pensado por Carneiro, em 1949, portanto uma década antes. Agostinho, entretanto, nas duas exposições que faz sobre o nascimento do CEAO não explicita essa conexão.

Carneiro vai morrer em 1972, portanto foi contemporâneo do CEAO durante pouco mais que 12 anos. Manteve contato mais próximo, todavia, a partir de 1967, os últimos cinco anos de sua vida.

Nesse ponto, entretanto, gostaria de fazer uma ponderação metodológica. Acredito que não foi tão somente a oportunidade o que me motivou a apresentar um texto ainda tão incipiente. O breve espaço de tempo entre o convite e sua realização, na Semana Manuel Quirino, me impôs um limite para a investigação, o que me levou a abandonar inúmeras boas pistas de pesquisa⁵.

⁵ O presente texto, como bem pode notar o leitor, foi um guia para a comunicação oral na referida Semana Manuel Quirino, Personalidades negras: Edison Carneiro, Biblioteca Central dos Barris, 2012. Decidi manter o texto enquanto

Os dados aqui são limitados por um rol de documentos exatos. A montagem, a exposição dos dados, pressupõe, todavia, certo tipo de sobreposição ou embaralhamento, e uma fuga da ordem cronológica dos dados. A intenção é fazer “etnografia” enquanto um experimento, outexto performático. Será, então, sobretudo, um registro da interação de Edson Carneiro com os intelectuais ligados ao CEAO.

Para tanto, proponho como requisito do método de análise, que os dados sejam de um determinado modo arranjados. Com tal procedimento pretendo expor as relações que existiam entre esses intelectuais: Como, afinal, demonstrar as relações entre Carneiro e os intelectuais do CEAO? O que se deveria depreender de tais relações com respeito ao campo afro-brasileiro?

Acredito que uma sociedade baseada em relacionamento pessoal⁶, como foi a sociedade baiana da época, transferiria facilmente essa pessoalidade para o âmbito das relações acadêmicas, as institucionais, e as de produção de conhecimento.

Acredito que estas pistas de pesquisa, resultantes de um trabalho meramente preliminar, nos induzem a pensar que esse assunto bem explorado, poderia muito nos ajudar numa melhor compreensão

tal para esta edição, não fazendo qualquer tipo de alteração, a despeito das observações pontuais que fiz durante a apresentação. Na ocasião desfrutei na plateia da presença do Professor Waldir Oliveira, um dos personagens desta história que terço e retorço e assim conto.

⁶ Dou um belo exemplo disto a partir de uma carta encaminhada por Pedro Moacir Maia a Costa Lima (s/d). Escreve ele: “Estivera pidamente aqui com a mulher do Souza Dantas. Pois ela é cunhada de Edison Carneiro, cujo pai era primo de minha avó, ora veja!...”

sobre as relações formativas do campo de estudos das populações afro-brasileiras, e em particular sobre aqueles intelectuais, como foram Édison Carneiro e Vivaldo da Costa Lima, e são Waldir Oliveira e Yêda Pessoa de Castro, participantes na época do CEAO.

2. UM ARGUMENTO

Partirei do pressuposto então de que entre Carneiro e o CEAO se estabeleceu relações tanto institucionais quanto pessoais, sobretudo com Waldir Oliveira e Vivaldo da Costa Lima, que formam a primeira geração de pesquisadores.

De resto, vale mencionar que Costa Lima seguramente manteve contato com Carneiro em sua estadia no RJ, durante os anos 1950, período em que lá exerceu a odontologia. Já Oliveira escreve alhures que encontra Carneiro através de Anísio Teixeira, estreitando o contato a partir de muitas visitas e passagens pelo RJ nos anos 1960.

Não sem razão esses dois intelectuais escreveram textos de homenagem funerária a Carneiro. Costa Lima na Revista da USP, Oliveira na Afro-Ásia⁷. Coube aos dois, também, editar o livro de cartas de Carneiro e Arthur Ramos⁸. Já Ursa Maior, livro póstumo de Carneiro, publicado pelo CEAO, e pela UFBA. No prefácio dessa publicação Oliveira alega que “foi Édison Carneiro, um amigo incondicional e um colaborador assíduo” do CEAO.

⁷ Oliveira, W. Édison Carneiro Afro-Ásia. Salvador: CEAO, n. 13, PP. 5-12. 1980.

⁸ Não posso deixar de pensar na ironia de que agora o feitiço se volta contra os feiticeiros, enquanto organizo aqui as cartas dos dois a Carneiro.

Ademais, diversos eventos nos quais o CEAO fez-se presente como entidade organizadora, como o famoso Festival na África, fez com que mais importância fosse dada a Carneiro que, segundo confessa Oliveira, foi cogitado inclusive para substituí-lo à frente desta instituição.

De concreto temos, realmente, duas visitas de Carneiro ao CEAO, em 1968 e 1971. Em ambas as ocasiões Carneiro fez conferências que resultaram em publicação na revista Afro-Ásia.

Mas partiremos para uma explanação analítica, abandonando o que a “história oficial”, esse senso comum da prática historiográfica, nos impõe como verdade elementar.

Meu pressuposto metodológico é que correspondências, na forma de cartas, ofícios, bilhetes, etc. são, por excelência, documentos da cultura. São objetos que repousam numa liminaridade enigmática, de onde saem para elucidar uma história, fomentar novas narrativas, dar novos significados a obscuros enredos. Assim, enquanto elementos culturais tangíveis, este tipo de correspondência retém o processo histórico no qual esse se manifesta, fixando residualmente o calor da hora, os passos e os compassos das incertezas. Registram, desse modo, a vigorosa tensão de certos momentos em que se vislumbra o sentido da história da qual se faz parte.

No total são vinte e dois documentos, alguns dos quais correspondências institucionais do CEAO. A maior parte dessa correspondência institucional, aliás, se concentra nas vistas de Carneiro a Bahia, para realização de conferência e a seguir para a publicação dessas na revista Afro-Ásia. Foram dois os textos de Carneiro aqui publicados: O negro

com objeto de ciência⁹ e, A Lei do Ventre Livre¹⁰. Ressalte-se que o número 13 da revista, que só vai sair em 1980 e que traz afinal o texto da última conferência, é dedicado a ele.

Para arguir essas relações pretendo expor as cartas, ou seja, meus dados, a partir de algumas categorias de análise particulares, quais sejam: as formas de tratamento pessoal e o trato dos assuntos pessoais; os assuntos institucionais, estrito senso; questões relativas às políticas de promoção profissional, aqui se incluindo as intrigas profissionais; os assuntos do momento nos jornais; as fofocas, naturalmente; e, por fim, o mais importante: as questões de pesquisa que conformavam o campo afro-brasileiro.

Vamos então passar a sumária análise dessa correspondência:

2.1. FENOMENOLOGIA DO TRATAMENTO PESSOAL

Meu pressuposto é que ao se ler a correspondência deve-se atentar para um modelo de interação tipicamente baiano. Logo, devem-se incluir aqui diversos assuntos pessoais. Evoco, neste sentido, a validação sociológica dada por Thales de Azevedo ao caráter nacional baiano, com seus diversos traços de personalidade. Acredito que isto pode ser visto na correspondência. Senão, vejamos...

A primeira frase de uma carta perfaz um ritual de encontro, a última um ritual de despedida. Nas primeiras frases encontram-se,

⁹ Carneiro. O negro como objeto de ciência. Afro-Ásia. Salvador. CEAO. N. 6-7, PP 91-99. 1968.

¹⁰ Carneiro, E. A lei do Ventre Livre. Afro-Ásia. Salvador: CEAO, n. 13, PP. 13-25. 1980.

quase sempre, saudações alvissareiras, nas últimas recomendações inevitáveis. As palavras são, pois, calorosas no chegar e no partir.

O tratamento dispensado ao outro, nesta dialógica epistolar em que se envolvem remetentes e destinatários, ganha nestas palavras sua própria fenomenologia, expondo assim as relações hierárquicas, sociais e geracionais, e um subentendido código onde flui um sistema de lealdades, tanto acadêmicas quanto afetivas.

Sinais de deferência e respeito, mais que de obrigatória urbanidade. É assim que podem ser expostas as relações. Pode-se demonstrar isto a partir de cinco variáveis, nas quais a correspondência se articula.

A primeira variável aponta para a conexão entre Carneiro e Oliveira, sendo este o Diretor Geral do CEAO:

“Amigo Waldir [...] Que o Ano Nôvo traga paz e tranquilidade para você, Madame e a obrigação – e mais verbas para o Centro. Abraços do Amigo¹¹.”

“Mestre Waldir [...] Espero sua resposta. Ânimo, companheiro! Como dizia Bilac: “jamais vereis um país como este...”¹².

“Mestre Waldir [...] lembranças a Vivaldo, abraços para você do Édison Carneiro.”¹³

“Amigo Waldir [...] lembranças para os amigos daí. Abraços do Édison Carneiro.”¹⁴

¹¹ Carta de Édison Carneiro a Waldir Oliveira. 3-1-1969.

¹² Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 19-12-1971.

¹³ Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 13-9-1968.

¹⁴ Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 27-07-1968.

A segunda variável expõe a correspondência entre Carneiro e Costa Lima. O tom é quase sempre de familiaridade:

Amigo Vivaldo, Como vai a bizzarria? [...] Abraços na turma, dos candomblés e do Centro. Para você, a velha amizade do Édison Carneiro.”¹⁵

“Amigo Vivaldo [...] Saravá! Espero que este ano lhe coloque afinal na cátedra. Um abraço do amigo Édison Carneiro.”¹⁶

Eventualmente, nestas cartas se encontra referência a esposa de Carneiro:

“Madalena está no Matatú, na casa do irmão (Barros Falcão 7ap 2-303, Conjunto dos Bancários).”¹⁷

Na terceira variável, as cartas de Oliveira para Carneiro, encontra-se uma relação que progressivamente, com o correr dos anos, vai se afinando no sentido da pessoalidade. O fato de que essas cartas sejam parte de uma correspondência oficial também deve ser notado. Como se sabe a linguagem da burocracia não contempla uma gramática dos sentimentos.

“Meu caro Édison; [...] E terminado envio-lhe um grande abraço. Do amigo e discípulo...”¹⁸

“Prezado Édison [...] Receba um grande abraço do amigo

¹⁵ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

¹⁶ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 3-1-1969.

¹⁷ Bilhete de Edison Carneiro a Vivaldo da Costa Lima. 2-7-70.

¹⁸ Ofício 304/68 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 18-9-1968.

sincero.”¹⁹

“Prezado Édison: [...] Aceite o meu abraço e transmita as minhas recomendações à família.”²⁰

A quarta variável apresenta as cartas de Costa Lima para Carneiro. Aqui os termos são mais que cordiais, revelando francamente uma velha amizade. O tom respeitoso é marcante e nas entrelinhas se encontra profusas revelações de relações pessoais.

“Meu caro Édison”²¹, este é o tratamento por excelência. Reiterado, cuidadosamente escolhido. Note-se que num primeiro plano são postas as relações pessoais, quase domésticas:

“Muito obrigado a V. e Madalena pela comunicação do noivado da nossa Lydia (escrevo seu belo nome com y por saudosismo gráfico) com o feliz moço Airton Luís. Para eles, que vão começar breve o mais belo dos caminhos, os meus melhores votos. Sou ainda – ai de mim – dos otimistas sem remédio, e na absurda contradição em que vivemos – é sempre bom ver em jovens que se amam e casam, e têm filhos, e são felizes – um sinal maior de que, afinal, tudo, um dia, irá melhorar.”²²

Noutro ponto desta mesma missiva anota Costa Lima de próprio punho: “Lembre-me especialmente a Madalena. Virá ela para o Bonfim ou 1º. de ano ? Você por que não vem também? O Filón

¹⁹ Ofício 157/68 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 17-5-1968.

²⁰ Ofício 353/71 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 27-12-1971.

²¹ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

²² Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 21-11-67.

como está? O meu abraço e a Lydiá e ao noivo e para você, sempre o amigo Vivaldo.”²³

Outro tipo de despedida curiosa pode ser encontrada numa carta posterior. Aqui se vê, aliás, como a personalidade é fortemente presencial:

“De todo modo fico à sua disposição para esclarecer qualquer outra coisa. V. sabe que tenho sempre a maior alegria quando recebo notícias suas. Não julgue, entretanto, minha amizade por V. e os seu, e minha admiração grande e muito sincera pelo seu trabalho – obra que me ensina a cada dia – pelos meus silêncios ocasionais. A vida trata a gente assim. Mas pessoalmente aqui falaremos longamente sobre tudo isto. [...] Lembre-me à Madalena a quem não vejo há um tempo, com um abraço para vocês, Lídia e Filon. Escreverei logo [...]. Com um abraço o seu velho amigo Vivaldo.”²⁴

Às vezes é, também, apenas o descortinar das fofocas, aqueles assunto que precisam ser tratados pessoalmente, porque dão satisfação: São os fuxicos, tão caros aos antropólogos baianos. Este veio na forma de um pós-escrito, rabiscado a mão:

“P.S. E nem lhe falei da onda que o livro de Ruth Landes anda causando aqui... Ai no Rio lhe conto tudo!”²⁵

Na quinta variável encontramos a carta isolada de Castro para Carneiro que, pelos próprios termos denuncia um distanciamento:

²³ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 21-11-67.

²⁴ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

²⁵ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 21-11-67.

“Prezado Professor Edison Carneiro, [...] Colocando-se ao seu inteiro dispor, reiteramos a nossa consideração e apreço. Cordialmente, Yêda Pessoa de Castro.”²⁶

2.2. O EIXO INSTITUCIONAL

São aqueles elementos concernentes aos objetivos do CEAO. São encaminhamentos e procedimentos protocolares, convites e expedientes, etc.

São, por exemplo, os contatos com pesquisadores sejam nacionais, sejam internacionais: Numa carta, Carneiro escreve a Oliveira, falando de contatos com outros centros brasileiros: “[...] estive em Ponta Grossa, Paraná, e lá conheci o professor Faris Antônio Michaele, de ascendência árabe, autor de alguns estudos razoáveis de antropologia brasileira (que ensinou na Faculdade de Filosofia local).

Ele havia sido informado de que o Centro de Estudos Afro-Orientais tinha sido extinto. Fiquei de arranjar para ele, contando com você, os dois números da revista e, dada a origem étnica e os interesses dele, *A civilização Árabe*, de Ayad. Creio que seria bom mandar-lhe os *Costumes Africanos* de Óscar Ribas. [...] Hildegardes Vianna me prometeu mandar o volume do Arquivo sobre os Malês.”²⁷

Noutras cartas, Carneiro pede ajuda para o cineasta francês Pierre Kast recomendando-o tanto a Oliveira quanto a Costa Lima. Este

²⁶ Carta de Yêda Pessoa de Castro a Edison Carneiro. 17-7-1967.

²⁷ Carta de Edison Carneiro para Waldir Oliveira. 12-9-1968.

cinasta, ligado ao *Cahier du Cinema*, na ocasião faz o filme *Bandeira Branca de Alairá*. “Espero que você o ajude, informe, facilite contatos, lembre coisas a fazer, etc., de modo que o filme seja realmente uma revelação das religiões africanas em perspectiva cultural.

Ele esteve com Didi e a dama dele na França e, tanto quanto sei, já conhece a Bahia. Esta contando muito com você – e eu reforço esta confiança dele e lhe peço que o ajude e lhe facilite o que desejar dos candomblés daí. O roteiro dele não se limita ao candomblé nagô: indique-lhe candomblés angola e caboclo, a queda d’água de São Bartolomeu, a festa da mãe-d’água no Rio Vermelho... Quem sabe você poderia facilitar Amoreira. A lavagem e a segunda-feira do Bonfim estão no programa.

O homem é inteligente, mas a informação dele é, naturalmente, superficial. Utilizando o roteiro do filme talvez se possa, com a sua colaboração, que espero seja constante e prestimosa como costuma, fazer alguma coisa boa.”²⁸

É nesse universo amplo de coisas burocráticas que vem a tona a cogitada indicação de Carneiro para a direção do CEAO. Escreve Oliveira, após rezar um rosário de queixas contra a burocracia que, segundo ele, se implantou no Brasil, e revelar que estará deixando o CEAO: “Não sei quem irá me substituir. Talvez Marli: professora de História da África. Não sei se você se recorda dela. Você não se manifestou a tempo de me permitir lutar pela sua inclusão na lista sêxtupla. Lamentei sinceramente sua não-inclusão.

²⁸ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 3-1-1969.

[...] Espero que o nosso CEAO não vá por água abaixo, depois de haver criado um renome de repercussão internacional. Se morrer, contudo, não será culpa minha.”²⁹

Acho que poderíamos chamar de políticas de promoção profissional este amplo leque de estratégia e táticas vigentes no campo acadêmico. É aqui, sem dúvida, que devem estar incluídas as mais diversas formas de intrigas que conformam também todo campo profissional. Quem faz a intriga não são as pessoas, mas os acontecimentos, o ir e vir das opiniões.

Eventualmente as coisas são sutis, como aquele perguntar pelo outro ausente: “Waldir Como vai? Cadê a nova Afro-Ásia?”³⁰ As vezes as coisas são mais diretas. Mas, em geral, a trama e a intriga são tidas como coisas chatas. Um bom exemplo de intriga é colocado como um assunto melancólico, em torno da edição de um livro de Nina Rodrigues, que todos sabem, tem uma trajetória editorial maldita.

A abordagem do tema cabe a Carneiro e numa carta posterior tem-se a resposta de Oliveira. Escreve Carneiro:

“Outro assunto, talvez também melancólico. Hyldon Rocha está programando umas publicações da Livraria Rubayyat (subsidiária, parece, da José Olympio), em co-edição com o Instituto do Livro. Disse-me que queria fazer umas reedições e citou Os Africanos do Nina. Bem, eu falei no trabalho que o Vivaldo (pelo que você me disse por ter ouvido dêle)

²⁹ Ofício 121/68 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 18-4-1968.

³⁰ Bilhete de Édison Carneiro a Vivaldo da Costa Lima. 2-7-70.

já teria concluído. No primeiro momento, Hyldon Rocha me pediu escrever para saber como estava a coisa; mas ontem já me telefonou pedindo emprestado meu exemplar para mandar datilografar e me propondo fazer (organizar) a reedição, independentemente da do Vivaldo. Pelo jeito, o livro estará datilografado antes do fim do ano e eu terei de me decidir. Poderia você informar-se com Vivaldo? O Dermeval³¹ anda doido para publicar o Nina; agora aparece o Hyldon. Se Vivaldo não der sinal de si, que fazer? Veja em que situações chatas a vida nos coloca.”³²

A resposta de Oliveira chega antes do fim do ano:

“Quanto ao livro de Nina comece a trabalhar e deixe as coisas correrem. Você é, pode estar certo, o mais capaz de comentar a obra de Nina. Se me empenhei, uns dias, para que o Vivaldo fizesse os comentários foi porque queria valorizar o CEAO e havia sido ouvinte atento do curso que ele aqui ministrou sob o título – Revisão de Nina, realmente excelente.

Mas, tanto você como eu conhecemos o Vivaldo. Instável, caprichoso e por tudo isso, imprevisível. Quizesse ele e já uma nova edição do livro estaria circulando com os seus comentários. Não se deliberou a fazê-lo, muito embora houvesse demonstrado tal desejo. E sendo assim perdeu e também o CEAO, a oportunidade surgida.

Cabe agora a você, de fato e de direito, a responsabilidade honrosa

³¹ O dono da Editora Civilização Brasileira.

³² Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 19-12-1971.

de comentar “Os Africanos no Brasil”. Sei que será bem sucedido e prestará assim aos intelectuais interessados mais uma valiosa contribuição.”³³

2.3. QUESTÕES DE PESQUISA NO CAMPO AFRO BRASILEIRO

Nesse tópico me concentrarei em duas relações: a primeira entre Castro e Carneiro, a segunda entre Carneiro e Costa Lima. Nestas relações muitas questões de pesquisa pertinentes ao campo afro-brasileiros serão colocadas, como pode ser verificado nos experimentos dialógicos, a seguir expostos:

A. RETÓRICA DA APRESENTAÇÃO: A CONSULTA E A APRECIÇÃO

A primeira demonstração diz respeito, tão somente, uma carta isolada de Castro a Carneiro.

A missiva começa informando que presentemente encontrava-se a remetente, num empenho em conjunto com o Prof. Guilherme de Castro, trabalhando uma pesquisa, tendo por campo o Recôncavo baiano, “com o objetivo de tentar determinar traços de culturas africanas no Estado da Bahia através da aplicação de um questionário lingüístico de 1215 perguntas divididas em cinco áreas semânticas, que vem sendo aplicado com a chamada “gente-de-santo”.

Os resultados iniciais vêm-nos revelando uma predominância sensível BANTO-JEJE não só nos candomblés como na parte referente a contribuição africana nos falares baianos, inclusive mesmo à

³³ Ofício 353/71 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 27-12-1971.

linguagem popular da Bahia, ou melhor, de Salvador, a despeito da presença marcante dos NAGÔ-IORUBÁ nessa cidade.

Certamente tal revelação não lhe causará surpresa por ter sido quem dedicou atenção aos BANTO na “cidade da Bahia”, como precisamente o diz; mas, para surpresa geral, acostumados, ou melhor, mal acostumado que estamos a só pensar em influência africana na Bahia em termos NAGÔ-IORUBÁ, tal revelação torna-se espantosamente surpreendente pelas implicações que trará por desfazer um fato aceito como indiscutível num lamentável equívoco, cujo início deve-se a uma imprecisão terminológica, a de falar-se em Bahia querendo dizer Salvador.

Baseados assim em informações dadas sobre a Bahia, quando na verdade compreendiam apenas Salvador e impressionados pela coincidência de ser aí largamente notada a influência NAGÔ-IORUBÁ, exceções a Souza Carneiro e ao prezado Professor, de Nina a Verger voltaram-se todas as atenções para os nagôs na Bahia – leia-se Salvador – e as pesquisas nunca foram além dessa Capital. Não fora essa limitação, o equívoco não persistiria até hoje”.³⁴

Nesse ponto é feita uma pausa de ênfase: “Compreende agora, Professor, o motivo desta carta”. Ao qual é acrescentado um elogio ao mestre e ao seu pai:

“Souza Carneiro e Édison Carneiro estiveram sempre absolutamente certos quanto à importância dos BANTO na Bahia, em particular no Recôncavo, verdade que teremos

³⁴ Carta de Yêda Pessoa de Castro a Édison Carneiro. 17-7-1967.

prazer em provar, com a devida menção, quando publicarmos nosso trabalho, pelo menos em parte, se possível no fim deste ano, caso nossas limitadas finanças não nos obriguem a interromper as pesquisas.

Nosso trabalho não pára por aí!”³⁵ – assevera Castro exclamativa.

Em seguida, a remetente parece expor a obra de sua autoria que se fazia vindoura:

“Como era inevitável, graças aos conhecimentos gerais que possuímos de lingüística africana e a experiência pessoal de 18 meses em África, sentimo-nos obrigados a fazer uma revisão crítica na literatura sobre línguas africanas no Brasil, e eu, particularmente, já disponho de mais de uma dezena de informações que, com toda probabilidade, servirão para esclarecer a etimologia problemática, desconhecida ou fantasiosa de alguns “brasileirismos”, mas que são de evidente origem africana, alguns deles até considerados “tupinismos”, como parece ser o caso da palavra mocotó. Por conseguinte, cresceu também consideravelmente o número de vocábulos de uso corrente na Bahia, a maioria não dicionarizada ainda, nem mesmo em MORAI e AULETE, e que bem poderiam servir, como pensamos, para uma edição atualizada da LINGUAGEM POPULAR DA BAHIA, que não a da “gente-de-santo”, por já estar trabalhando nela o Dr. Costa Lima”.³⁶

Por fim expõe uma crítica direta ao mestre: Para terminar,

³⁵ Carta de Yêda Pessoa de Castro a Edison Carneiro. 17-7-1967.

³⁶ Carta de Yêda Pessoa de Castro a Edison Carneiro. 17-7-1967.

permita-me dizer-lhe que discordamos inteiramente quanto à influência muçulmana vista pelo prezado Professor aos versos assim transcritos em Negros Bantus: “Allah, allah de Deus”. Já conseguimos identificar tais versos que são de influência origem africana: “aladide”.³⁷

A resposta de Carneiro, todavia nos falta. Não foi encontrada nos Arquivos do CEAO. A professora Yêda Castro, numa conversa que mantivemos já faz um bom tempo, me assegurou, com satisfação notável, que a resposta veio e em muito bom tom.

B. RETÓRICA DA CORRIGIBILIDADE: AUTO-CRÍTICA E CONSELHOS

A segunda demonstração data de 1967. Trata-se de um debate introduzido a partir de uma carta de Carneiro a Costa Lima no qual ele festeja a agradável surpresa do artigo sobre os obás de Xangô, publicado na Afro-Ásia, n. 2. Escreve Carneiro: “Como eu fui, se não o primeiro, pelo menos um dos primeiros a insistir em que você escrevesse o que sabe, você bem pode imaginar como estou satisfeito por ver que afinal você está, não mais conversando, mas fazendo a obra que todos esperamos. Saravá. Em seguida, Carneiro observa que o trabalho contém dois tópicos sobre os quais ele pode colaborar para trabalhos em andamento: IKÁ e Dòbalè e Os ministros de Xangô”.³⁸

Sobre o primeiro desses tópicos escreve ele: “Vim definitivamente para o Rio de Janeiro em 1940 e o Candomblé da Bahia foi publicado em 1948. Nesse intervalo se produziu a confusão nas minhas notas,

³⁷ Carta de Yêda Pessoa de Castro a Edison Carneiro. 17-7-1967.

³⁸ Carta de Edison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 9-11-1967.

que agora você corrige muito bem. Quanto a Bastide e Pierson, em geral eles subscreviam o que eu fazia – e às vezes até iam entrevistar os meus informantes. Azar deles!

Mas para que você veja que houve realmente confusão, eu direi que tive conhecimento do nome dessas duas saudações ao mesmo tempo que Ruth Landes, com quem trabalhei durante muitos meses. Outro dia lhe mandei a tradução do livro dela, *A CIDADE DAS MULHERES*, onde você encontrará a mesma confusão (p. 62), mas não devida a ela, mas a mim. Ao preparar a edição do livro em português, encontrei o que me pareceu um erro e mudei de lugar as palavras africanas. Lá está no original: “on the belly, called naikâ salute, if the god was female” (*The City of Women* p. 55). É possível que você cite o exemplo de Ruth Landes e, nesse caso, lhe peço fazer esta retificação, atribuindo a mim, mais uma vez, o erro. Um erro que, se você não corrigisse, provavelmente continuaria – não só nos meus trabalhos, mas nos de tantos outros que em vez de pesquisar, repetem pura e simplesmente o que a gente faz.

Se Ruth Landes teve a informação correta, eu, que trabalhei com ela, também tive. Entre 1940 e 1948, quando fora e distante dos candomblés, é que a confusão se estabeleceu nas minhas notas.³⁹

Quanto ao segundo tópico, escreve Carneiro em tom de confissão pessoal:

“Não sei se você sabe disto. Eu assisti à festa de entronização dos obás de xangô e, procurando me informar com

³⁹ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 9-11-1967.

o velho Martiniano do Bonfim, tive a idéia de ajudá-lo, fazendo com que ele ganhasse algum dinheiro, redigindo o trabalho para ele e publicando-o n'ò Estado da Bahia, onde eu trabalhava na ocasião. Acho que no jornal um artigo dava vinte ou vinte e cinco mil réis – um mundo de dinheiro. Tanto quanto me lembro, o artigo (mais tarde publicado em livro como se tivesse sido apresentado ao Congresso Afro-Brasileiro, saiu no jornal em 1937, mas não na época do congresso. Que tal uma pesquisa na coleção para estabelecer a data? Tomei as notas, redigi o artigo e levei novamente ao velho babalaô, que o aprovou.

A informação que queria lhe dar era a de que, no momento, o velho não tinha dúvidas quanto aos ministros de Xangô. Eram aqueles mesmo. Se houve modificações posteriores, devem ter ocorrido depois de publicado o artigo – ou Martiniano saberia. Você terá consultado diretamente a ata? Ou a ata terá sido redigida muito depois do acontecimento, quanto a composição do grupo já tinha sofrido alterações?

Que diz Arquelau de Abreu? (Gostei muito da notícia de que ele está vivo e atuante).

Do meu contato com o Axé, naqueles anos, só não lembro ter ouvido falar-se (ou chamar-se) Olugban e Êkê? Todos os demais eram muito chamados e nomeados (o Axé estava em núpcias com essas designações) nas festas.

Verifico também, pelas suas explicações quanto a otum e ossi, que o velho não deu grande importância, ou não notou, as discrepâncias de direita e esquerda.

SUGESTÃO

Por que não grafa o s ioruba como sh?

É claro que vc pode usar esta carta como entender”.⁴⁰

Uma dúzia de dias depois Costa Lima responde esta carta. Escreve ele:

“A referência a V. (não foi a única sua) no meu artigo teve apenas a intenção de referência. Sou dos que reconhecem e proclamam o que de clássico já é a sua obra, como um todo coerente, válido, indispensável à compreensão de um sistema de crenças e dos ritos por tanto tempo relegado às categorias do amadorismo ou do cientificismo angular. Não quero lhe afiançar, por exemplo, que no trabalho que vai adiante sobre “A linguagem do Povo de Santo”, com mais de 1500 verbetes abonados – não há autor mais citado nem que melhor me valha como suporte etno-linguístico do que você.

Já mandei um assistente meu tratar do artigo de Martiniano. A discrepância dos nomes de sua lista e dos nomes lembrados hoje no Axé e pelos Obás sobreviventes (Arquelau, a quem dei ontem suas lembranças e que se comoveu com elas), Miguel Santana, Antônio Santana, Lafaiete e um outro “da esquerda”, cujo nome me escapa agora – são surpreendentemente, os mesmos que eu citei na ordem referida. Voltarei ao assunto. Didi de nado pode informar porque está agora reconvertido às origens iorubanas com o auxílio de sua psicóloga e não merece mais fé como informante original: corrige tudo, escreve

⁴⁰ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 9-11-1967.

tudo agora à ioruba (que grafa Yorúbà...)etc. De todo modo, ele era muito jovem em 37 em termos de participação na Casa de Xangô, apesar de já confirmado, ou prestes a sê-lo, Assobá de Omolú. Mas gostei sobretudo que V. tivesse apreciado, de um modo geral, o artigo, apenas uma nota etnográfica. Escrevi a sequência: tratando as relações intergrupais do corpo dos Obás, com um enfoque mais propriamente sociológico. Mas não sei se o publico já. Problemas de tensões que já surgem no Axé depois da morte de Senhora, partidos que se formam, os Obás de sala como chamam os recentíssimos oloîs, ou “Os Obás de Senhora” como querem outros ebômins mais severos... tudo isso são problemas de observação participante... minha tese (que seria apresentada ao Galvão em Brasília antes da crise na Universidade) “Introdução à cozinha Afro-baiana”, que é uma análise mais ou menos Lévi-straussinana, estruturalista pois, do processo de profetização ou secularização da cozinha ritual – será afinal apresentada aqui com o novo regimento da Universidade. Quero absolutamente que V. a leia antes.

[...] Sôbre a grafia do s por sh, a inglêsa, ou à maneira da transcrição inglêsa – creio que a transcrição do fonema com X dá os mesmos resultados além de obedecer à única norma estabelecida pelo Vocabulário Ortográfico. Mais voltarei a tratar do assunto que me interessa muito.”⁴¹

C. RETÓRICA DA RECIPROCIDADE: O DAR E TER DADOS DE CAMPO

⁴¹ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 21-11-67.

A terceira demonstração ocorre no ano de 1970. Trata-se, mais uma vez, de uma indagação de pesquisa de Carneiro para com Costa Lima. Vamos expor o texto dialogicamente:

Carneiro tem a iniciativa do diálogo. É ele o que faz indagações e, assim sendo, aquele que pesquisa não o campo mas os outros pesquisadores: “Você não escreve e eu fico escabreado de perguntar uma porção de coisas, acêrca da gente a quem tenho indicado o seu nome. Agora, entretanto, desejo umas informações para uso pessoal... também porque você não escreve.”⁴²

Atento, Costa Lima responde de modo objetivo: “Recebi sua carta há dias e na verdadeando “abafado” de trabalho com a Fundação do Pelourinho (de que sou Secretário-Executivo), os cursos na Faculdade e o trabalho do Centro. (estou – e isto vai lhe agradar – preparando dois trabalhos para publicação com o material da pesquisa aqui no Centro. Um sobre as monografias de candomblé e outro sôbre a “linguagem do povo de santo”!).”⁴³

“Dessas notas é que extraio as informações que V. me pede pedindo desculpas se não são tôdas indiscutíveis e completas.”⁴⁴

“Lá vão”,⁴⁵ escreve Carneiro ao encaminhar as perguntas, ao que responde Costa Lima: “Agora, as notas. (extraídas

⁴² Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

⁴³ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

⁴⁴ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

⁴⁵ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

de “A linguagem do povo-de-santo”, do CEAO).⁴⁶

“– Quais as côres de Yansá? Vermelho e branco, como Xangô, era o que eu sabia. Certo? E as contas? Das mesmas corês ou roxas?”⁴⁷

“– As côres de Iansá. Hoje predominantemente vermelho-escuro nas contas. Também contas de coral verdadeiro. Nas roupas, vermelho e branco, com Xangô. (Nas casas “do lado de nagô”, claro. Nas casas de Angola-Cabôclo, o vermelho das contas é mais vivo).⁴⁸

“– Como se chamam aquelas estatuetas de Oxún, cinzentas (é isso mesmo?) com riscos ou pontos brancos? Sabe o que significam?”⁴⁹

“– As estatuetas de Oxum, são feitas de madeiras (e não de metal como os edá) e pintadas com efun, pigmento de Oxalá. São chamadas erê-Oxum. Erê, num tom diferente, quer dizer “figura, boneco, estatueta” / e noutro tom quer dizer o estado de alheamento pós-transe. Representam simplesmente devotas do Santo e parecem ter certas implicações mágicas.”⁵⁰

“– Que cargo é o assobá?”⁵¹

“– Assobá é um cargo religioso na casa de Omolú. Na

⁴⁶ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

⁴⁷ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

⁴⁸ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

⁴⁹ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

⁵⁰ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

⁵¹ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

Bahia é o “zelador” da casa do Velho. Conheci outro Assobá além de Didi, filho de Senhora, (agora Mestre Didi depois da impossível Juanita...) – que foi o Hélio, neto e filho de criação do finado Procópio. No Daomé encontrei a Família Assogbá – consagrada ao culto de Xapaná, Omulu-Obaluaiê dos jejes. A etimologia que aceito e que cito no meu artigo é o que segue ao lado⁵², um verbete de

⁵² Costa Lima incorpora um texto, apresentado em anexo a carta. Nele lê-se numa nota manuscrita: “Verbetes no artigo “Africanismos de origem Yorubá no português no Brasil” in *StudiaPhilológica* n. 1 (Revista impressa e não distribuída da F. de Filosofia). O texto diz o seguinte: 5. Açobá, CASCUDO, citando J. RAIMUNDO: “Do ioruba asochgba, o indivíduo que prepara cabaças. “Grau hierárquico no sacerdócio jêje-nagô no Rio de Janeiro” de acordo com João do Rio. O título religioso de açobá é também conhecido na Bahia, onde possui atualmente um só portador confirmado que é Deoscóredes Maximiliano dos Santos. No seu livro acima referido, se lê, como um título do autor, “Assobá do Axé Opô Afonjá”. A grafia açobá com s, como se escreve em iorubá, será com certeza resultado ou influência do curso de língua ioruba ministrado no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia de que Didi – nome por que Deoscóredes Maximiliano dos Santos é mais conhecido – é aluno. Didi foi confirmado como Açobá de Omolu por sua “avó”, a falecida Aninha, do Opô Afonjá, há quase trinta anos. Um outro açobá era o jovem gravador Hélio Oliveira, recentemente falecido, confirmado no candomblé do Ogunjá, do famoso pai-de-santo Procópio, na Bahia. Os iorubanos de “expressão francesa” do Daomé grafam assogbá na transcrição usual. Este nome pertence, no Daomé, às famílias consagradas tradicionalmente ao culto do orixá Xapaná – um outro nome de Omolú-Obáluaiê conhecido pelos nagôs do daomé. Por isso que o título de açobá nos candomblés nagôs da Bahia é privatívoda casa de Omolú. O Açobá de Omolú é o zelador do axé, da casa de Omolú. ABRAHAM: “ASOGBA=Sogba-sogba (açogbá, sógbá-sógbá), sewer of broken calabashes”. Este conceito está ritualmente ligado ao culto de Omolú. So (só) significa remendar, consertar, coser e igbá (igbá), cabaça. O correto seria J. Raimundo dizer “o indivíduo que repara – ou conserta – cabaças”, e não “prepara”, decerto empregado de acordo com João do Rio que escreve sobre açobá: “Babá que se encarrega do preparo de feitiços em cabaças...”

meu trabalho “Africanismos de origem iorubá no português do Brasil”, in StudiaPhilológica.”⁵³

“–Pode me mandar um calendário-padrão de candomblé nagô? (Festa de tal orixá, com o nome nagô – olubajé, por exemplo – e a data).”⁵⁴

“– O calendário padrão varia, claro, para casa mais conservadora; que mantém o seu calendário fixo, de festas pré-determinadas pelo costume. (O que não exclui um número de “obrigações” episódicas, ou “críticas” para usar a definição de Titiev). Creio que podemos aceitar como um “modelo” idealizado, um calendário que comece com as águas de Oxalá e termine com o Lorogum. Certo a segunda-feira de Omolu é chamada de Olubajé. Como a festa maior de Oxum, de peté (ou ipeté) nome da comida ritual nesse dia oferecida. Há sempre um domingo das aiabás. (Atenção para aiabá e aibá) Veja a nota do meu artigo sobre os Obás, em Afro-Asia 2. Uma “quinta-feira de Oxossi” (nas grandes casas, no dia de Corpus Christi, por motivos que expliquei num outro verbete). Naturalmente que cada Casa dá uma ênfase maior à festa de seu padroeiro. Ou de seus padroeiros. O calendário de São Gonçalo está no livro AxéOpô Afonjá, de Didi e pode servir de roteiro para o caso. As variáveis, claro, são inúmeras.”⁵⁵

“–Você me disse uma vez que havia 750 candomblés na

53 Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

⁵⁴ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

⁵⁵ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

Bahia. Pode me mandar um resumo – tantos nagôs, tantos caboclos, tantos Angola, etc. separando a capital do interior?”⁵⁶

“–Pedí à minha assistente que separasse os dados sôbre as casas de santo, números atuais da revisão há pouco feita para atualização do trabalho que vamos publicar breve (Casas de Santo na Bahia) e lhe mandarei em seguida. Não quero entretanto retardar por mais tempo esta resposta. Mas lhe adianto que temos fichados, aqui no Centro, mais de 1200 terreiros! Da mais vária nação!”⁵⁷

“–Os tufos de plantas sôbre o telhado do candomblé não são os altares de Ossãe?”⁵⁸

“–As plantas nos telhados são “assentos de Ossanhe”. Voltarei ao assunto.”⁵⁹

“–Você deve ter visto que de vez em quando sou solicitado a escrever sôbre candomblé (e uma vez entrei em fria com as fotos do Rozemberg, que eu nem sequer tinha visto). Manchete, Quatro Rodas, e agora Desfile (em julho próximo). Estou encontrando essas dificuldades, que vocês sabem, mas não escrevem. Nem ao menos você dá vontade uma opinião sôbre o que tem aparecido nas revistas, assinado por êste seu amigo. É a Faculdade que lhe toma o tempo todo ou o quê? Peço que me responda com alguma brevidade. Vou tentar colocar nos Estados Unidos um trabalho

⁵⁶ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

⁵⁷ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

⁵⁸ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

⁵⁹ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

grande, para o qual preciso dessas informações.”⁶⁰

“–Fico hoje por aqui. Estou lhe mandando um relatório que fiz há algum tempo para o projeto de reforma do Pelourinho.”⁶¹

Exatamente depois de um mês de suas respostas Costa Lima recebe um bilhete de Carneiro:

“Mestre Vivaldo,

Apenas um bilhete neste dia que parece da Bahia – 2 de julho, em que até o sol é brasileiro, chovendo pra diabo.

Recebi suas notas, mas não pude aproveitá-las ainda. Este bilhete é mesmo para lhe dizer que veja aí a revista Desfile (de modas!) que traz um encarte meu sobre candomblé, o tal que pretendo melhorar. É o número de julho, que sai esta semana. Engraçado: o fotógrafo de Manchete não conseguiu permissão para fazer nada, aí na Bahia (o pessoal está escarmentado), e as ilustrações não valem. Enfim...

[...] Vamos ver se o novo artigo não levanta a celeuma do outro, em que não tive culpa nenhuma, pois nem conhecia as fotografias nem o fotógrafo, o ilustre malandro israelita Rozemberg.”⁶²

CONCLUSÃO

⁶⁰ Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

⁶¹ Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

⁶² Bilhete de Édison Carneiro a Vivaldo da Costa Lima. 2-7-70.

Não poderia concluir sem reconsiderar o que foi projetado como sendo o argumento “demonstrável” desta curta exposição. Relacionar relações, como aqui foi proposto, nos conduz a uma apreensão abstrata do problema histórico e do problema da cultura intelectual. De concreto temos os enredos e os personagens, os atos, as motivações e as intenções que os levaram a agir para se tornarem quem eles foram.

A correspondência aqui vista nos conduziu, também, as relações entre sujeitos reais, mas só o processo de entrecruzamento delas, e da análise de relações outras, nos revelou as retóricas subjacentes, ou seja, as sobreposições e as reticências, e os silêncios das coisas não ditas.

Tomando-se em conta os dados aqui coligidos, e a manipulação que foi feita deles, se pode arguir, conclusivamente, que ficou demonstrado o fato de que entre Carneiro e os intelectuais do CEAO, havia relações plenas, em parte fundamentadas na personalidade característica da sociedade baiana, mas também em relações intelectuais complexas, articuladas em torno da constituição do campo afro-brasileiro.

Sobretudo no que respeita as diferenças geracionais, a inserção neste campo deu-se para estes intelectuais de uma maneira dada por alguns determinantes sociais, e por certa oportunidade histórica presentidas por alguns, o que os ajudava na dedicação a pequenas grandes questões sociológicas, que cercam nossa sociedade e nossa cultura.

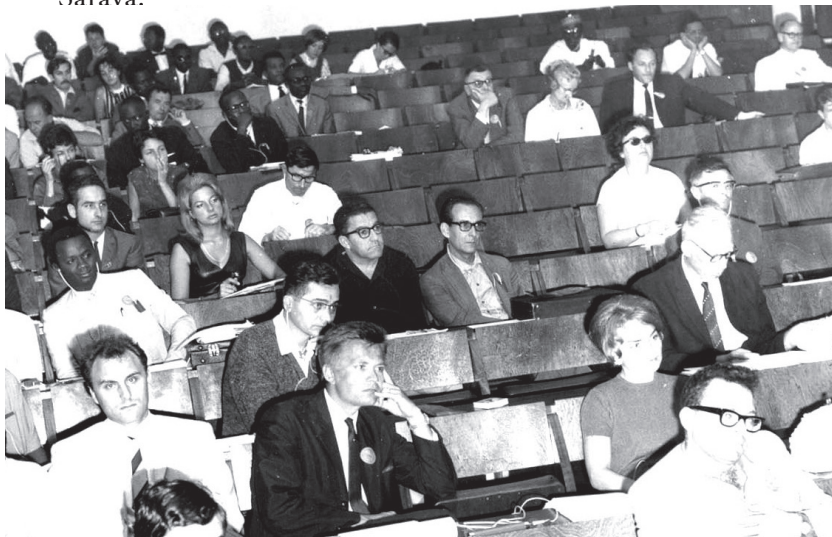
Carneiro é um operador do tempo heróico do campo afro brasileiro. Já os primeiros intelectuais do CEAO, justamente por serem os primeiros, são forjados numa transição, do carisma deste tempo heróico para a burocracia acadêmica que o próprio campo funda, e

que, por outro lado, funda este campo mesmo. O fato de que os intelectuais são do CEAO é prova disto, já que eles são, antes de tudo, pertencentes a esta instituição.

O campo afro brasileiro, por sua vez, tornou-se algo maior que um mero adendo acadêmico, onde intelectuais persistentes se distinguiram na busca de etimologias obscuras, africanismos, e nexos perdidos entre dois mundos, o Brasil e a África, continentes e contingentes, um em face do outro.

Assim sendo, este campo afro-brasileiro tornou-se central para o Brasil de hoje, e nos diz muito mais sobre nós mesmos, os brasileiros, de um modo que nunca antes ousamos pensar.

Saravá!



Vivaldo da Costa Lima e Waldir Freitas Oliveira, representantes do CEAO no I International Congress of Africanists, organizado pela UNESCO, Acra, Gana (1963). (Arquivo CEAO/UFBA).



Waldir Freitas Oliveira em recepção a estudantes africanos no CEAO (1961).
(Arquivo CEAO/UFBA).



Yêda Pessoa de Castro na abertura do Museu Afro-brasileiro do CEAO/UFBA
(1982). (Arquivo CEAO/UFBA)

RELAÇÃO DAS CARTAS CONSULTADAS.

Ofício 51/67 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 8-2-1967.

Carta de Yêda Pessoa de Castro a Édison Carneiro. 17-7-1967.

Ofício 382/67 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 02-9-1967.

Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 9-11-1967.

Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 21-11-1967.

Ofício 121/68 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 18-4-1968.

Ofício 157/68 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 17-5-1968.

Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 27-07-1968.

Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 7-9-1968.

Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 12-9-1968.

Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 13-9-1968.

Ofício 304/68 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 18-9-1968.

Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 3-1-1969.

Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 12-5-1970.

Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-6-1970.

Carta de Vivaldo da Costa Lima para Édison Carneiro. 2-7-1970.

Carta de Édison Carneiro para Vivaldo da Costa Lima. 2-7-1970.

Ofício 232/71 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 17-8-1971.

Ofício 323/71 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 30.11.71

Carta de Édison Carneiro para Waldir Oliveira. 19-12-1971.

Ofício 353/71 de Waldir Oliveira para Édison Carneiro. 27-12-1971.





RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA

PERÍODO: 01/10/2021 A 31/08/2022

Luis Américo Lisboa Junior¹

Fernanda Mota de Oliveira²

1. AQUISIÇÃO DE REGISTRO

Item	Descrição	QT
1.1	Doação de livros e revistas	199
1.2	Aquisição de livros	02
1.3	Livros e revistas inseridos no Sistema PHL	682
1.4	Livros catalogados	549
1.5	Jornais encadernados	90

2. ATENDIMENTO AO PÚBLICO USUÁRIO

Item	Descrição	QT
2.1	Atendimento ao usuário (PRESENCIAL)	1073
2.2	Pesquisa online (PHL) (VIRTUAL)	6990

3. ACERVO CONSULTADO

¹ Diretor da Biblioteca Ruy Barbosa

² Bibliotecária Documentalista da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB

Item	Descrição	QT
3.1	Jornais	1984
3.2	Livros	945
3.3	Revistas	355

ATIVIDADES EM EXECUÇÃO

- » Reorganização dos livros nas estantes de acordo com a classificação e correção de livros nos sistemas PHL
- » Jornais vindos regularmente
- » Exposição de obras de Luiz Gama e Machado de Assis em comemoração a data natalícia dos autores no mostruário de livros
- » Exposição de obras do 2 de julho no mostruário de livros em comemoração ao dia da Independência da Bahia
- » Seleção de livros e revistas duplicatas na biblioteca para doação
- » Restauro de 6 livros



AGENDA CULTURAL NOS 128 ANOS DE FUNDAÇÃO DO IGHB

Cleide Nunes¹

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia completou 128 anos de fundação, em funcionamento ininterrupto. E na contagem regressiva de comemorações pelo bicentenário da Independência do Brasil na Bahia e pelo centenário de sua sede, inaugurada em 2 de julho de 1923, a Casa da Bahia mantém-se com a finalidade de promover estudos, desenvolvimento e difusão de Geografia, de História e ciências afins, além da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico baiano e brasileiro.

Ainda que haja um reconhecimento da importância de seu acervo, à disposição do público da Bahia, do Brasil e do exterior, ao lado de outras entidades localizadas no Centro da capital baiana, a falta de segurança patrimonial em relação aos bens históricos preocupa o IGHB. Até o fechamento desta edição, foram denunciados às autoridades mais de 14 ataques sofridos pela instituição, que vão de furto de cabos de energia até equipamentos eletrônicos, nos últimos dois anos.

Em recentes correspondências encaminhadas à Secretaria de Segurança Pública do Estado e à Guarda Civil Municipal, a diretoria do Instituto solicitou a adoção de medidas de vigilância, como o reforço de policiamento ostensivo, com patrulhamento preventivo

¹ Cleide Nunes é jornalista, secretária e assessora de imprensa do IGHB

no entorno, sobretudo no período noturno, em que foi identificada a maioria das ocorrências. “Nesse contexto, constitui dever do Poder Público colaborar com a comunidade na proteção e preservação do patrimônio cultural, inclusive com a vigilância (art. 216, IV e V, §1o, da CF/88)”, defende o documento encaminhado em setembro deste ano.

Para entender melhor esta preocupação com a salvaguarda deste patrimônio, basta visitar a instituição, de forma física ou virtual. Seja através de uma das 45 mil publicações catalogadas (incluindo obras raras), ou em pesquisas na maior coleção de jornais do estado (datados desde 1856), a Biblioteca Ruy Barbosa recebe mais de mil atendimentos por ano. O mesmo acontece no Arquivo Histórico Theodoro Sampaio, que reúne manuscritos de poemas de Castro Alves e Cartas de Antônio Conselheiro, arquivos particulares de Theodoro Sampaio, Braz do Amaral e documentos de Maurício Wanderley Pinho. O acervo ainda registra um conjunto de mais de 5 mil fotografias históricas e urbanísticas de Salvador e outras cidades, a partir do século XIX. Soma-se a essa memória a maior coleção de mapas do estado da Bahia.

Ao percorrer as instalações do Instituto, o visitante se surpreende não apenas com a sua monumental edificação, primeira construída em concreto armado na Bahia, mas também com os detalhes de cada peça que ajudam a contar a história da Bahia e do Brasil. Um desses espaços é a Sala Dom Pedro II, que recebeu recente intervenção. Quase duas mil peças foram higienizadas e documentadas. Em seguida, foi realizado processo de pesquisa sobre o acervo, que dispõe de uma importante coleção de retratos, esculturas de bronze, mármore e gesso, de

ourivesaria (medalhas, moedas, insígnias e condecorações), bandeiras, cristais e vidros, porcelanas, espingardas, sabres, lanças indígenas, objetos ritualísticos do candomblé, máscaras e esculturas africanas.

Como guardião do Pavilhão 2 de Julho, no Largo da Lapinha, onde estão os dois principais símbolos da maior festa cívica do país: o Caboclo e a Cabocla, ícones da participação popular na luta pela Independência do Brasil na Bahia, o IGHB segue defendendo a inserção do ensino da história da Bahia na matriz curricular das escolas públicas e privadas em todo o estado. Nesse sentido, é importante mencionar que, no dia 5 de junho de 2013, a presidência da República, através da lei federal 12.819, reconheceu o 2 de Julho como o Dia da Consolidação da Independência do Brasil.

Ao longo de sua trajetória, o Instituto vem mantendo intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, além de realizar convênios com entidades privadas e órgãos públicos, a exemplo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (através do Fundo de Cultura), da Fundação Gregório de Mattos, da Assembleia Legislativa, do Exército Brasileiro, da Biblioteca Nacional e do Senai/Cimatec. Em destaque, por meio de tais articulações institucionais, foi possível executar a digitalização e restauração de fotografias e mapas, restauração de livros e telas.

Em 128 anos dedicados ao mesmo compromisso firmado pelos seus fundadores, para a difusão dos estudos da História e Geografia, além de lugar de memória e de convivência, o IGHB conta com o apoio fundamental dos seus mais de 600 associados, distribuídos entre

as seguintes categorias: beneméritos, honorários, efetivos, remidos e correspondentes, além de outros grandes colaboradores. Juntos, disseminam o conhecimento do passado, ajudam na compreensão do presente e colaboram para a construção do futuro. E parte desse legado pode ser conferida na agenda cultural anual promovida pela Casa, com a participação de especialistas e pesquisadores, nos diversos temas e debates presentes em palestras, seminários, lançamentos de livros, ou através da publicação de artigos nesta *Revista do IGHB*.

Tudo está acessível no site www.ighb.org.br, no Instagram, Facebook e Youtube ou através do envio de e-mails. Juntas, as redes sociais **reúnem um público de quase 20** mil seguidores, que acompanham – diariamente – um dos institutos históricos mais atuantes no país. A seguir, eis um resumo de suas atividades culturais no ano de 2022.

ATIVIDADES CULTURAIS

Em virtude da pandemia da Covid-19, ainda que as autoridades públicas tenham tornado facultativo o uso de máscaras e o distanciamento social em espaços culturais, as atividades do IGHB, este ano, assim como ocorreu em 2021, foram realizadas de forma híbrida.

O curso “História de Salvador e Recôncavo 1801 – 1850”, realizado de 01 a 28 de fevereiro (plataforma zoom) e nos dias 5 e 20 de março (presencial), teve aulas ministradas pelo professor mestre Jair Cardoso (Unep) e mais de 100 participantes que, dentre as atividades, reforçaram a necessidade de revitalização do Convento Santo Antônio, localizado em São Francisco do Conde.

No dia 20 de fevereiro, na Igreja da Lapa, em parceria com a Arquidiocese, o Instituto lembrou os 200 anos da morte da madre Joana Angélica de Jesus, com a colocação de flores no seu Memorial, seguida da celebração de uma missa, com as presenças da diretoria e associados.

Entre os dias 15 de fevereiro e 31 de março, também de modo virtual, a jornalista, doutora em Antropologia e professora visitante na Uneb-Campus XIV, Cleidiana Ramos, ministrou o curso “Festas da Bahia e memória na era da comunicação digital”. Ainda em fevereiro, no dia 21, a *live* “A cidade revisitada: reprodução social da classe trabalhadora periférica em Salvador” teve encontro coordenado pelo Setor de Geografia e a participação do professor James Araújo (UNEB) e dos associados do IGHB, Lina María Hurtado Gómez e Luciano de Almeida Lopes.

De 4 a 31 de março, foi a vez do tema “Salvador, evolução urbana e condicionantes naturais. Alguns exemplos”. As aulas do curso foram ministradas pelo historiador, geólogo e mestre em Geologia, Rubens Antônio, pela plataforma zoom. “A Engenharia como solução para evitar alagamentos, enchentes e inundações nas cidades e suas consequências” foi tema amplamente discutido em um seminário nos dias 3 e 10 de março. Com transmissão direta pelo canal www.youtube.com/ighbba, teve as presenças dos engenheiros e professores Fernando Alcoforado, Luís Edmundo Campos, Michel Darzé e Sergio Faria e apoio do Conselho de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA) e do Instituto Politécnico da Bahia (IPB).

No dia 8 de março, foram empossados a Diretoria e Conselho Fiscal do IGHB. Durante a solenidade presencial, associados, autoridades e colaboradores acompanharam a apresentação da Prestação de Contas dos Exercícios de 2020 e 2021, além da Proposta Orçamentária para 2022. Eleitos através de assembleia geral realizada em 9 de dezembro de 2021, os novos diretores e conselheiros cumprirão mandato de dois anos (2022-2023). Dentre as propostas apresentadas, estão: a digitalização da hemeroteca (coleção de jornais), maior acervo do estado; a criação de prêmios para destacados trabalhos no campo da Geografia e da História da Bahia em homenagem aos professores Edivaldo Machado Boaventura, João Eurico Matta, Luís Henrique Dias Tavares e Cid Teixeira; a realização do 8º Congresso de História da Bahia; o 1º Simpósio Acadêmico de Geografia; a celebração do bicentenário do 2 de Julho de 2023; a transformação do IGHB em Museu de História da Bahia, continuidade do projeto “Leitura sem Fronteiras”, além da já divulgada criação do Museu da Libertação no Solar Boa Vista.

Nas homenagens ao Dia Internacional da Mulher, o Instituto realizou, em seu auditório, no dia 9 de março, a palestra “Rita Lobato Velho Lopes: a primeira mulher a graduar-se em Medicina no Brasil”, que foi pronunciada pelo professor doutor José Antônio Souza (Ufba). Na sequência da agenda, uma *live*, transmitida no dia 25, versou sobre o bicentenário de nascimento de Teresa Cristina de Bourbon, esposa de Dom Pedro II e Imperatriz do Brasil. Participaram da atividade a pesquisadora italiana Antonella Rita Roscilli, que falou diretamente

da Itália, onde reside, e o escritor e biógrafo paulista Paulo Rezzutti, com moderação do jornalista e pesquisador Jorge Ramos. No dia 31 de março aconteceu o lançamento do catálogo Memória Viva: «Eugênia Anna dos Santos - diletíssima filha de Xangô» e «O navio negreiro: um mar de poesia na vida de Castro Alves», de autoria do professor e associado do IGHB, Marcos Roberto de Santana, editado pelo Centro de Estudos Miguel Santana.

Em abril, no dia 6, a *live* “O Legado do Geógrafo Milton Santos e as Repercussões na Atualidade” reuniu os professores Maria Auxiliadora da Silva, Gil Carlos Silveira Porto, Jémison Mattos dos Santos e a jornalista Christiane Gurgel Turisco y Baqueiro. O professor, historiador e pesquisador Rafael Dantas conduziu o Curso “Salvador, a Bahia e o Brasil: iconografia e história – 1808 a 1889”, com aulas virtuais e de campo. E no canal do IGHB no Youtube, também em abril, dezenas de visitantes acompanharam a Exposição “Salvador Iconográfica”, com fotografias da capital – e do acervo da Casa da Bahia – comentadas por Rafael Dantas.

O lançamento do livro “O negro no Brasil”, de autoria da advogada Jovani de Aguiar Ribeiro Pereira, ocorreu no dia 13, reunindo dezenas de pessoas no IGHB. A publicação narra a trajetória de luta do povo negro desde o governo do Imperador Justiniano (482/565), que codificou as leis e classificou o negro como coisa, objeto, sem personalidade jurídica e que podia ser vendido, comprado ou hipotecado. O livro aborda também questões geográficas, religiosas, afetivas e apresenta uma detalhada narrativa da trajetória de vida de persona-

lidades negras nacionais e baianas que tiveram suas vidas marcadas por muitos desafios e superação, a exemplo de Abdias Nascimento, Waldemar Santana, Mãe Menininha, Milton Santos, Mestre Didi e Carlinhos Brown, entre outros.

Duas *lives* encerraram a agenda do quadrimestre. Na primeira, o acadêmico português, Miguel Monteiro, falou sobre o “25 de abril – A Revolução dos Cravos”, sob a mediação do professor Alfredo Matta. A segunda foi uma homenagem ao jornalista, advogado, teatrólogo, professor, escritor e compositor Adroaldo Ribeiro Costa. Realizada no dia 28, contou com o escritor Aramis Ribeiro Costa (vice-presidente do IGHB), a professora Josélia Almeida, o jornalista Jorge Ramos, além de admiradores e ex-alunos que falaram, entre outras abordagens, da importância do educador como idealizador do “Hora da Criança”, projeto referência no Brasil que formou dezenas de gerações e ainda é um grande exemplo da nossa arte, cultura e educação.

O mês de maio foi marcado pelo Ciclo de palestras “Aprendendo e ensinando no Café”, realizado no dia 11, com a participação do professor e engenheiro Caiuby Alves Costa, sob o tema “As Águas de Salvador” e coordenação da professora Lúcia Góes.

Pelo terceiro ano consecutivo, em virtude do contexto da Covid-19, entre outras questões, não ocorreu a celebração oficial do aniversário de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, bem como a posse de novos associados, no tradicional 13 de maio. Mas, no dia 2 de junho, a Casa da Bahia outorgou ao ex-diretor financeiro Nelson Teixeira Brandão a Medalha e Diploma do Mérito Bernardino

de Souza, pelos serviços prestados à Casa da Bahia e à promoção da cultura do estado. A entrega ocorreu na residência do agraciado, em virtude de problemas de saúde que afetaram a sua locomoção até a sede do IGHB. Estiveram presentes Adilma Andrade Brandão (esposa), Alessandra Brandão (filha) e, como representantes do Instituto, o presidente Joaci Góes, o ex-presidente Eduardo Morais de Castro, o secretário-geral Rozendo Ferreira Neto e o secretário-adjunto Ricardo Nogueira.

Os historiadores Antonietta D'Aguiar Nunes, Manoel Passos e o jornalista Jorge Ramos participaram, no dia 23 de maio, de debate sobre o episódio ocorrido em 12 de junho de 1822, no qual a Câmara de Salvador tentou se reunir para aclamar o Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara como único governante do Brasil.

E para contar curiosidades sobre os 840 quilômetros percorridos durante a peregrinação para Santiago de Compostela, o presidente do IGHB, Joaci Góes, proferiu palestra, com saudação do jornalista Walter Pinheiro. O evento foi transmitido ao vivo pelo youtube. com/ighbba, no dia 26 de maio. Nas redes sociais, uma homenagem lembrou o Dia do Geógrafo, comemorado no dia 29 de maio.

O livro “Personalidade e Pertencimento: o efeito das massas em nossa individualidade”, de autoria do professor doutor Bernardo Guimarães Carvalho Ribeiro, foi lançado no dia 15 de junho. O especialista explanou sobre o processo da coletivização na sociedade moderna e as suas repercussões sobre a formação da personalidade e do comportamento do indivíduo. A mediação do debate sobre a obra

foi feita pelo diretor do Instituto, o advogado Ricardo Nogueira.

O professor doutor Pedro de Almeida Vasconcelos (Ufba) fez palestra seguida de lançamento de livro para contar a vida e a obra de Milton Santos, no dia 20. A publicação “O universo conceitual de Milton Santos” resume três períodos diferenciados da vida de Milton Santos, mas a ênfase é dada ao exame de 30 dos seus principais livros. O capítulo “Principais conceitos e categorias”, incluído na segunda parte do livro, intitulada “Ideias científicas e contribuição ao pensamento geográfico”, concentra a parte mais original do livro, pois trata das noções, conceitos e categorias propostos por Milton Santos, à medida que aparecem nos textos em exame, o que permite verificar a utilização de noções da Geografia, noções originárias de outras disciplinas, assim como noções modificadas ou criadas pelo autor.

A Camerata Opus Lumen da Orquestra Sinfônica da Bahia encerrou a agenda de junho, com uma apresentação no dia 29. Formado pelos músicos Solamy Oliveira (Clarinete), Gabriel Marcaccini (Oboé), Ilza Cruz (Fagote), Davi Britto (Fagote), Tota Portela (Flauta) e Humberto Monteiro (Percussão), o grupo executou um repertório de peças eruditas, contemplando a música clássica e passando pela popular estilizada.

No dia 1º de julho, o IGHB sediou o “Expresso 168 da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados”. A iniciativa foi proposta pela deputada professora Rosa Neide, sob a coordenação da deputada Alice Portugal, autora da Lei 12.819, que elevou o 2 de Julho a data comemorativa nacional, para fazer jus ao relevante papel que a

independência da Bahia cumpriu para a consolidação da libertação do Brasil de Portugal.

O 2 de Julho, maior data cívica do estado, foi amplamente comemorado após dois anos sem o tradicional desfile, em decorrência da pandemia do coronavírus. Além do Cortejo Cívico, a programação – com coordenação geral da Fundação Gregório de Mattos – incluiu diversas atividades artístico-culturais. Numa delas, de 2 a 8 de julho, mais de 200 baianos e turistas visitaram a Exposição “Personagens da Guerra pela Independência do Brasil na Bahia”, instalada no Panteon Pedro Calmon. Estavam expostos quadros que retratam as figuras de Maria Quitéria, João das Botas, General Labatut, Lord Cochrane, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (Barão de Pirajá), Antonio de Souza Lima, dos Encourados de Pedrão, dos autores do Hino ao 2 de Julho, Ladislau Titara e José Santos Barreto, além de Joana Angélica, a Mártir da Independência e Abadessa do Convento da Lapa.

Nos dias 5 e 6, às 17h, um seminário virtual traçou um perfil histórico de alguns personagens que tiveram papel de relevância no processo de conquista da Independência do Brasil, notadamente ligados à guerra que, na Bahia, consolidou a separação de Portugal e culminou na epopeia do 2 de Julho de 1823. E com aulas de 11 a 15 de julho, a professora Antonietta D’Aguiar Nunes ministrou mais um Curso sobre a História da Bahia.

Em homenagem à “Cidade Heroica” de Cachoeira, ocorreu uma palestra no dia 25 de julho do historiador cachoeirano Igor Almeida sobre o bicentenário do 25 de Junho, com ênfase na figura do “Tam-

bor Soledade”, e a palestra do presidente do IGHB, Joaci Fonseca de Góes, intitulada “Revisitando A Independência Do Brasil na Bahia”, no dia 27 de julho.

“Vivência em Cultura Popular Aplicada à Educação” foi o tema de curso ministrado pela educadora e pesquisadora Sálua Chequer, de 11 de agosto a 8 de setembro de 2022. Durante as aulas foi apresentada uma mistura de riqueza acadêmica e legado histórico, além da partilha de conhecimentos sobre temáticas relacionadas à cultura popular, suas manifestações e como isso pode ser aplicado ao ambiente educacional.

O Dia do Historiador foi comemorado nas redes sociais, no dia 19 de agosto. Vale lembrar que os profissionais tiveram a sua atividade regulamentada através da Lei 14.038/2020.

De 15 a 18 de agosto, o presidente do IGHB, Joaci Góes, participou do VII Colóquio de Institutos Históricos Estaduais, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sob o tema “A Independência do Brasil: dimensões regionais”, representantes de institutos nacionais abordaram a história da Independência do Brasil a partir da perspectiva da história regional, bem como destacaram iniciativas recentes dos institutos que contribuem para renovar a memória da afirmação do estado nacional brasileiro no plano estadual.

Um “Breve histórico da preocupação com questões de ordem psicológica na Bahia” foi o tema do Ciclo “Aprendendo e ensinando no Café”, no dia 24 de agosto, com palestra da doutora em Ciências pela USP, Nádia Maria Dourado Rocha.

Os “200 anos de instalação do Conselho Interino de Governo

da Província da Bahia” foram lembrados, no dia 30 de agosto, num encontro realizado pelo IGHB com apoio da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, com a palestra do médico, professor e escritor João Batista Cerqueira, autor de um livro sobre a história do Hospital de São João de Deus. O governo rebelde foi criado para dirigir a luta dos baianos na Guerra pela Independência, iniciada três meses antes, em 25 de junho daquele ano, quando Cachoeira foi bombardeada pelos portugueses após aclamar Dom Pedro “Defensor Perpétuo do Brasil”. Salvador, ocupada militarmente por forças lusitanas, estava sitiada, enquanto, no Recôncavo, foram travados combates em terra e mar entre brasileiros e portugueses.

A segunda edição do livro “Os Arcos e Bondes de Salvador: resgatando a memória urbana de Salvador” (Edufba), de autoria das arquitetas Cybèle Celestino Santiago e Karina Matos de Araújo F. Cerqueira, foi lançada no dia 31 de agosto. A publicação apresenta um resgate da memória do velho transporte de Salvador que circulou, regularmente, antes dos ônibus: o bonde. É o primeiro livro elaborado abordando especificamente esses dois assuntos, arcos e bondes.

Para comemorar os 200 anos da Independência, um Concerto Lítero-Musical, interpretado pela desembargadora Gardênia Duarte, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, acompanhada pela orquestra da Polícia Militar da Bahia, foi realizado no dia 5 de setembro. Os cânticos heroicos – os Hinos do Brasil, da Bahia e do Senhor do Bonfim – foram precedidos de uma exposição sobre suas origens e seus autores, respectivamente, pelo Almirante Humberto

Caldas da Silveira Junior, Comandante do Segundo Distrito Naval, pelo General Marcelo Guedon, Comandante da 6ª Região Militar, e pelo Padre Edson Menezes, Reitor da Basílica Santuário do Senhor do Bonfim.

De 6 a 9 de setembro, a Casa da Bahia promoveu, sob a coordenação do organista e associado Marcos Santana, a 22ª edição da Semana da Memória Musical, com extensa programação de cunho educacional, cultural e artístico. Participaram historiadores, organistas, regentes, compositores, representantes legislativos, eclesiásticos consulares, gestores, estudiosos e especialistas em patrimônio. A proposta era abordar um movimento de revitalização da prática musical mais antiga do país e a adesão de instituições culturais, consulares, patrimoniais e eclesiásticas, que vem fortalecendo ainda mais a iniciativa da Câmara Municipal de Salvador, que instituiu, através da Lei 8.681/15, o Dia Municipal dos Organistas como data de referência histórica.

No dia 8, o chefe da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o contra-almirante da Marinha Marco Antonio Linhares Soares, falou sobre “Economia do Mar na Amazônia Azul”, no Salão Nobre do Palácio da Associação Comercial da Bahia, em parceria com o IGHB. Em articulação com a Associação Baiana de Imprensa e apoio do Instituto dos Advogados da Bahia, a jornalista gaúcha Letícia Dornelles, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), proferiu palestra sobre “Ruy Barbosa e a Corte de Haia”, em 13 de setembro, no auditório do Museu de Arte da Bahia (MAB).

De setembro a novembro, com aulas virtuais, o Setor de Geografia

promoveu a segunda edição do Curso “Conhecer e entender Salvador: desafios da Cidade na Contemporaneidade”. Coordenado pelo professor Jémison Mattos, o objetivo é analisar aspectos fundamentais que estruturam e dinamizam a cidade do Salvador, na perspectiva de contribuir para uma maior compreensão das suas demandas socioespaciais, apresentando possibilidades e encaminhamentos que auxiliem na superação dos principais desafios.

No dia 19 de setembro, a Academia de Letras e Artes do Salvador (ALAS) realizou, no IGHB, a palestra do professor doutor Nelson Cerqueira sobre a “Criação Literária em Jorge Amado”. Uma *live*, promovida pelo Setor de Geografia, no dia 20, debateu o tema “Água para todos os lados: cidades e periferias da Bahia sobre riscos e perigos”. Em mais uma edição do “Aprendendo e ensinando no Café”, o engenheiro e professor Sergio Faria falou sobre “Portos e o Porto da Bahia”, no dia 21, destacando, entre outras questões, a cronologia dos portos, a Baía de Todos-os-Santos, suas características e sua importância, além do panorama da atividade portuária na Bahia e perspectivas futuras.

O auditório do Instituto sediou a posse do associado e diretor do Centro de Estudos Euclides da Cunha (UNEB), Manoel dos Santos Neto, na Academia Brasileira de Letras e Artes do Cangaço, em solenidade realizada no dia 22, sob a presidência do escritor e historiador Archimedes Marques. No dia 23, uma audiência pública, promovida pelo Instituto dos Operadores de Direito Desportivo do Estado da Bahia (Iodeb), debateu a Nova Lei geral do Esporte (LGE), a partir da PL 1.153/2019, de autoria do Senador Venezio Vital.

A agenda do mês foi encerrada no dia 26, com uma homenagem aos 190 anos de fundação da Sociedade Protetora dos Desvalidos - a mais antiga associação civil negra do Brasil, com as presenças do advogado Antonio Luiz Calmon Teixeira, professor Jair Cardoso, além do doutorando em História, Lucas Ribeiro Campos e da presidente da SPD, professora e geógrafa Regina Célia Rocha.

Até o fechamento deste texto, estavam previamente agendados para o mês de outubro, a palestra de Antonio Pastori sobre “Uma visita histórica ao litoral norte da Bahia”, em novembro; a realização do curso “Abrindo a roda: representações afro-brasileiras e a participação feminina na construção das musicalidades nacionais”, com aulas ministradas pela professora mestra Juliana Ribeiro; a entrega da Comenda Luislinda Valois, sob a coordenação da Associação Internacional de Escritores e Artistas e do Núcleo Acadêmico de Letras e Artes de Portugal; uma conferência em homenagem aos 200 anos da Batalha de Pirajá e uma palestra com a professora Maria Radel, com o título “Revisitando a culinária na Bahia”. Para dezembro, o Ciclo “Aprendendo e ensinando no Café” recebe o arquiteto Francisco Soares Senna para falar sobre “A Arquitetura e a Engenharia da Bahia”.

Relação de Associados



ASSOCIADOS DO IGHB

BENEMÉRITOS

Antônio de Pádua Carneiro
Antônio José Imbassahy da Silva
Fernando Paes de Andrade
Jaques Wagner
José Nilton Carvalho Pereira

HONORÁRIO

João Paulo Marques Sabido Costa

EFETIVOS

Adeildo Osorio de Oliveira
Adélia Maria Bittencourt Marelím
Adelmo Fernando Ribeiro Shindler
Júnior
Adelson Silva de Brito
Ademar Oliveira Cirne Filho
Ademar Pinheiro Lemos Júnior
Adriana Bandeira de Oliveira
Adriano de Lemos Alves Peixoto
Adriano Eysen Rego
Adroaldo de Jesus Bélenis
Alan José Alcântara de Figueiredo
Alan Oliveira Cavalcante
Alberto Bastos Balazeiro
Alberto Fael Filho

Alberto Pimentel Carletto
Aldely Rocha Dias
Aldevan Alves de Barros
Alessandro Timbó Nilo
Alex Guedes
Alex Schramm de Rocha
Alfredo Eurico Rodrigues Matta
Aline Barbosa de Araújo
Alírio Fernando Barbosa de Souza
Almir de Oliveira Santos
Almir Ferreira dos Santos
Almira Mara Vinhaes Dantas
Aloísio Palmeira Lima
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Jr.
Américo Adnauer Heckert
Ana Claudia Gomes de Souza
Ana Elisa Ribeiro Novis
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Ana Paula Gordilho Pessoa
Anaci Bispo Paim
Anailde Pereira de Almeida
André Barachísio Lisbôa
André Luís Soares Lopes
André Luiz de Carvalho Nunes
André Nunes de Souza
André Vaz de Campos Mourreira Tourinho
Ângela Andrade Ferreira

Aníbal Augusto Gondim Silva	Bruno Leonardo Guimarães Godinho
Anselmo Ferreira Machado Carvalho	Bruno Lopes do Rosário
Antônia da Silva Santos	Bruno Oliveira dos Santos
Antônio Alberto Dias dos Santos Balazeiro	Caio César Tourinho Marques
Antônio Bendocchi Alves Neto	Caiuby Alves da Costa
Antônio Francisco Costa	Carlos Alberto Saraiva Santos
Antônio Luís Silva de Carvalho	Carlos Artur Rubinos Bahia Neto
Antônio Luiz Calmon Teixeira	Carlos D'Ávila Teixeira
Antônio Menezes do Nascimento Filho	Carlos de Souza Andrade
Antônio Natalino Manta Dantas	Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins
Antônio Olavo dos Santos Filho	Carlos Eduardo Sodré
Antônio Plínio Pires de Moura	Carlos Eugenio Líbano Soares
Antônio Rodrigues Nascimento Filho	Carlos Jorge Pronzato
Antônio Tadeu Bahia Menezes	Carlos Martheo C. Guanaes Gomes
Aramis de Almada Ribeiro Costa	Carlos Roberto Santos Araújo
Aristides Pereira Maltez Filho	Celso Jaloto Avila Junior
Armando Barreto Rosa	Ceres Marylise Rebouças De Souza
Arnon Lima Barbosa	César Augusto Borja Fernandez Cardillo
Aroldo Luiz da Silva Bacellar	César de Faria Junior
Arthur Augusto de Oliveira Viana	Cláudia Moraes Trindade
Arthur Guimarães Sampaio	Claudio Pondé Avena
Artur Napoleão de Carneiro Rêgo	Claudio Tinoco Melo de Oliveira
Átila Brandão de Oliveira	Cleidivaldo de Almeida Sacramento
Augusto Sérgio Albuquerque Soares	Coriolano Alberto Andrade de Oliveira Filho
Baltazar Miranda Saraiva	Creuza Santos Lage
Beatriz Loureiro Cerqueira Lima	Dante Augusto Galeffi
Benito Muiños Juncal	Denis da Silva Galvão de Carvalho
Brian Gordon Lutalo Kibuuka	Diego Borges Ramos

Dílson Cardoso da Silva Filho	Fernando da Gama Santos
Dione Jacy Ferraz S. Moraes	Fernando José Caldas Oberlaender
Dione Maisa Soares da Cunha Euzébio	Fernando José Máximo Moreira
Djalma Navarro Falcão	Fernando Pinto de Queiroz
Dom Emanuel D'able do Amaral	Florêncio Magalhães Matos Filho
Domingos Evangelista dos Santos	Florisvaldo Moreira de Mattos
Durval Júlio Ramos Neto	Francisco Antônio da Silva Filho
Edilece Souza Couto	Francisco Benjamin de Carvalho
Edilton Meireles de Oliveira Santos	Francisco César Lins Santana
Edilucio Fernandes	Francisco Jorge de Oliveira Brito
Edivaldo Alves da Silva Junior	Francisco José Pitanga Bastos
Edmar Rocha Torres	Francisco Neto de Borges Reis
Ednaldo Crispim Dantas de Santana	Franklin de Carvalho Oliveira Junior
Ednaldo Soares	Frederico Meireles Dantas
Eduardo Augusto Rebouças França	Gabriel Neves Carneiro
Eduardo Meirelles Valente	Genivalda Cândido da Silva
Eduardo Moraes de Castro	Gildásio Vieira de Freitas
Edvaldo Menezes de Araújo	Gildecio de Oliveira Leite
Edvaldo Pereira de Brito	Gilson Magno dos Santos
Elie de Lago Gonçalves	Gisela Band
Elizabeth Conceição Santana	Graciela Mendes Ribeiro Reis
Emanoel Silva Cairo	Guilherme Aguiar de Oliveira
Erivaldo Fagundes Neves	Guilherme Cortizo Bellintani
Eugênio Walter Pinto Montalvão de Figueredo	Hamilton Celestino da Paixão Filho
Euza Maria Coelho de Araújo	Hamilton José Castro Meira
Evandro de Andrade Guerra	Heitor Reis de Oliveira
Fabio Barros Sá Barreto	Heliane Mota de Oliveira
Fabio da Silva Santos	Helington de Araújo Rangel
Fausto de Abreu Franco	Hélio José Bastos Carneiro de Campos
	Helmann Sanches Silva

Helvidio Braga Landim	Joao Otavio de Oliveira Macedo
Henrique Abreu Monteiro	Joaquim Rodrigo de Souza Dourado
Henrique Campos de Oliveira	Jorge Avelino da Lança Falcão Paredes
Henrique Gonçalves Trindade	Jorge Luiz Ramos
Hildevaldo Silva Ribeiro	Jorge Luiz Sapucaia Calabrich
Horácio Raymundo de Senna Pires	Jorge Santana Bispo Junior
Humberto Caldas da Silveira Junior	José Antônio de Jesus
Igor Barbosa Souza	José Antônio Moreira Icó da Silva
Ione Celeste Jesus de Sousa	José Augusto da Silva
Iran Souza da Conceição	José Cláudio Alves de Oliveira
Isadora Perez Alves Peixoto	José Cupertino Aguiar Cunha
Ivanildo Almeida Lima	José Dionísio Nóbrega
Jaime Oliveira do Nascimento	José Eduardo Athayde de Almeida
Jackson Amorim de Andrade	José Geraldo dos Reis Santos
Jair Cardoso dos Santos	Jose Jorge Souza Carvalho
Jaíra Capistrano da Cruz Soares	José Lamartine de Andrade Lima Neto
Jairton Fraga Araújo	José Luiz Ganem
Jamile Souza Calheiros dos Santos	José Marcos Pondé Fraga Lima
Jan Maurício Oliveira Van Holthe	José Maria da Luz Santos
Jasón Siffert Lemos	José Mário Dias Soares Junior
Jayme Augusto Ribeiro de Oliveira	José Péricles Diniz Bahia
Matos	José Ribeiro Rosário
Jayme Newton Vasconcelos de Lemos	José Roberto Pinho de Andrade Lima
Jemison Mattos dos Santos	Jose Rodrigues Nogueira Neto
Joabson Lima Figueiredo	Josué da Silva Mello
Joaci Fonseca de Góes	Jovani de Aguiar Ribeiro Pereira
João Alberto de Oliveira Matta	Juciara Maria Nogueira Barbosa
João Augusto de Lima Rocha	Júlio César Teixeira
João José Reis	Junot de Carvalho Barroso Filho
João Maurício Prisco Paraiso	Jutay Inácio Menezes

Lélia Vitor Fernandes de Oliveira	Luiz Eduardo Carvalho Dórea
Leonardo dos Santos Ferreira	Luiz Henrique Silva Santana
Leonardo Ribeiro Fraga Lima	Luiz Ovídio Fisher
Liacélia Pires Leal	Luiz Paulo de Almeida Neiva
Lídia Boaventura Pimenta	Luiza Maria de Vasconcellos Vianna
Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto	Lurdes Bertol Rocha
Lina Maria Hurtado Gomez	Manoel Antônio dos Santos Neto
Livia da Silva Modesto Rodrigues	Marcella Pinto de Almeida
Lizir Arcanjo Alves	Marcelo Duarte Dantas de Ávila
Lourenço Mueller Costa	Marcio Cesar de Mello Brandão
Lucas Carneiro Valencio	Marcos Antônio Santos Bandeira
Lucas de Faria Junqueira	Marcos de Meirelles Fonseca
Lucia Maria da Franca Rocha	Marcos Euzébio de Oliveira Menezes
Lúcia Maria de Araújo Góes Santos	Marcos José Oliveira
Luciano Corrado	Marcos Melo Neto
Luciano de Almeida Lopes	Marcos Oliveira Gurgel
Luciano Silva Moraes	Marcos Pessoa Pinto
Lucidalva Andrade De Menezes	Marcos Roberto de Santana
Lucigleide Nery Nascimento	Marcos Vinicius Silva dos Santos
Lucio Normando do Amaral Reis	Maria Alice Pereira da Silva
Luís Alberto Ribeiro Freire	Maria Assunção de Oliveira Cadidé
Luís Fernando Galvão de Almeida	Maria Conceição da Gama Santos
Luís Guilherme Pontes Tavares	Maria Constança Carneiro Galvão
Luis Henrique Costa Ferreira	Maria das Graças de Andrade Leal
Luís Vaz de Campos Moreira Tourinho	Maria das Graças Monteiro Fernandes
Luislinda Dias de Valois Santos	Maria das Graças Nunes Cantalino
Luiz Americo Lisboa Junior	Maria de Fatima Silva Carvalho
Luiz Antônio Cajazeira Ramos	Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida
Luiz Antônio de Souza	Maria do Rosário de Oliveira Pinheiro
Luiz Cláudio Guimarães	

Maria Helena Franca das Neves	Nilton Sousa Santana
Maria Helena Lanat Pedreira de Cerqueira	Nilzo Augusto Mendes Ribeiro
Maria Inês Corrêa Marques	Nivaldo dos Santos Aquino
Maria Nadjá Nunes Bittencourt	Nubia Cristina de Jesus Santos
Maria Romilda Tavares Maltez	Octavio Henrique Coelho Messeder
Maria Tereza Salles N. de Brito Matos	Orlando Tourinho Junior
Maria Virginia de Salles Garcez	Orlins Santana de Oliveira
Mariana Bahia dos Santos E Santos	Oscimar Alves Torres
Maribel Oliveira Barreto	Oswaldo de Almeida Bomfim
Marina Garrido Moisés	Oswaldo de Oliveira Bastos Neto
Mário de Mello Kertész	Pablo Antônio Iglesias Magalhães
Mario Mendonça de Oliveira	Pablo Sotuyo Blanco
Marivaldo Batista da Paixão	Paulo Coelho Veiga
Mauricio da Silva Ferreira	Paulo Costa Lima
Mauro Lopes Figueiredo	Paulo Emílio Parente de Barros
Miguel Ângelo Almeida Teles	Paulo Ormino David de Azevedo
Miguel Ângelo Velanes Borges	Pedro Manoel da Costa
Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas	Penildon Silva Filho
Miguel Sampaio	Rafael de Jesus Dantas de Oliveira
Monica Andrade Souza	Raimundo Luiz de Andrade
Monica Elizabeth Vieira Martins Garrido	Raimundo Nonato Portela de Souza
Nelson José de Carvalho	Raimundo Santos Silva
Nelson Wanderley Ribeiro Meira	Ramiro Senna Berbert de Castro
Newton Cleyde Alves Peixoto	Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Nilo Cerqueira da Silva	Raymundo Luiz de Oliveira Lopes
Nilo de Almeida Gouveia Filho	Regina Célia Santos Rocha
Nilton José Costa Ferreira	Renato de Mello Guimarães Lobo
	Renato Simões Filho
	Renato Souza Santos
	Ricardo Isensee Monteiro

Ricardo Mauricio Freire Soares
Ricardo Mauricio Nogueira E Silva
Ricardo Tupiniquim Ramos
Rita Maria Cruz Pimentel
Rizodalvo da Silva Menezes
Roberio da Silva Santos
Roberto dos Santos Rodrigues
Roberto Gondim Pires
Roberto Nunes Dantas
Robson Fernandes Arapiraca
Romário Costa Gomes
Rommel Robatto
Ronaldo Ribeiro Jacobina
Rosemma Burlacchini Maluf
Rozendo Ferreira Neto
Rubens Antônio da Silva Filho
Ruy do Carmo Póvoas
Saionara Bonfim Santos
Saulo Matias Dourado
Sergio Alexandre Meneses Habib
Sergio Armando Diniz Guerra
Sérgio Augusto Soares Mattos
Sérgio Emílio Schlang Alves
Sérgio Fraga Santos Faria
Sidney Santos Silva
Silvio Porto de Oliveira
Simone Trindade Vicente da Silva
Sione Maria Porto de Oliveira
Sônia Maria de Couto Jonas
Sudário de Aguiar Cunha

Suely Moraes Ceravolo
Suzane Calmon Teixeira Dias Lima
Vicentini
Swarts Alves Torres Sobral Bentes
Sylvia Maria Alcantara Reis Mendes
Symone Maria de Freitas Moura
Taissa Cristina Oliveira Mendes
Tatiana Brito de Araújo
Tiago Floriano Silva
Tiago Ramos Ribeiro
Vanda Angélica da Cunha
Vania Ferrari Ramos
Vera Lucia Príncipe Costa
Vera Madalena Publio Barretto de
Araújo
Wilson Caetano de Sousa Junior
Virginia Ottony de Araújo Pinho
Vivaldo do Amaral Aadaes
Waldette Maria dos Santos
Walsimar dos Santos Brandão
Walter Carneiro da Silva
Walter José Dórea Cancio Soares
Walter Luiz Brito dos Santos
Walter Moacyr Costa Moura
Wellington do Carmo Cruz
Wilson de Lima Brito Filho
Wilson Roberto de Mattos
Yara Dulce Bandeira de Ataíde

REMIDOS

Adinoel Motta Maia
Alberto Nunes Vaz da Silva
Alberto Salles Paraíso Borges
Aloildo Gomes Pires
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho
André Jorge Publio Dias
Angélica Maria da Anunciação Reis Soares
Antonietta de Aguiar Nunes
Antônio Alberto Machado Pires Valença
Antônio Ivo de Almeida
Antônio Lima Farias
Antônio Oscar de Santana
Archimedes José Stiebler Pedreira Franco
Aristeu Barreto de Almeida
Aroldo Barreiros Cardoso
Astor Carneiro de Lima
Astor de Castro Pessoa
Branca Hortélio Fernandes
Carlos Alberto Reis Campos
Carlos Antonio Martins de Carvalho
Carlos Eduardo Ribeiro Diniz Gonçalves
Carlos Sampaio Filho
Cícero Vilas Boas Pinto
Clomir Gonçalves da Silva
Cyro de Mattos
Denascy Phylacreon de Castro Lima
Dinorah Berbert de Castro
Dorine Daisy Pedreira de Cerqueira
Durval Freire de Carvalho Olivieri
Edizio Rodrigues Mendonça
Eduardo Guimarães Pereira das Neves
Emilton Moreira Rosa
Ernani Newton Quadros Cairo
Fernando Antônio de Souza
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado
Fernando de Souza Pedroza
Fernando Santana Rocha
Florence Lebrom Sohsten
Franklin de Cerqueira Machado
Fredie Souza Didier Junior
Geraldo Leite
Gilberto Sampaio Pithon
Gláucia Maria de Lemos Leal
Guarani Valença de Araripe
Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira
Helio de Oliveira Cardoso
Ildo Fucs
Irton Villas Leão
Isaias de Carvalho Santos Neto
Israel de Oliveira Pinheiro
Itamar Jose de Aguiar Batista
Ivan da Silva Barroso
Ivan Guanais de Oliveira
Ivanilton Santos da Silva
Jayme Ramos de Queiroz

João Bosco Soares dos Santos	Maria Betty Coelho Silva
Joaquim Luiz de Souza	Maria de Vasconcelos Tavares
Johildo Salomão Figueiredo Barbosa	Maria do Socorro Targino Martinez
Jorge Raimundo de Cerqueira E Silva	Maria Dulce Cardoso Cardoso
Jorge Santana Bispo Junior	Maria Eleonora Cajahyba
José Andrade Mendonça	Maria Helena Matue Ochi Flexor
José Antônio de Mello Vicentini	Maria Hilda Baqueiro Paraiso
José Bernardo Cordeiro Filho	Maria Inês Côrtes de Oliveira
José Bezerra Lima Irmão	Maria Luiza Pinto Leite Gonçalves
Jose Carlos Augusto da Silva	Mário Lindenor Bastos Brito
José Carlos Martinez Martinez	Milton Carlos da Motta Cedraz
José da Silva Gazar	Moacyr Pinheiro Silva
José Jorge Randam	Nelson Almeida Taboada
José Leite de Souza	Nelson Figueiredo Pondé
José Newton Alves de Souza	Nelson Teixeira Brandão
Joselito Barreto Abreu	Newton Oliveira
Jurandir Antônio Sá Barreto Júnior	Oscar Damião De Almeida
Kátia Maria Coelho de Carvalho Custódio	Oswaldo Francisco Martins
Lamartine de Andrade Lima	Paulo Faria
Lúcia Maria Ruas Gaspar	Paulo Motta Alves Peixoto
Luiz Gonzaga da Silveira	Pedro de Almeida Vasconcelos
Luiz Vianna Neto	Pedro José Galvão Nonato Alves
Manoel Figueiredo Castro	Phidias Martins Júnior
Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho	Raymundo Kruschewskv Gomes Ribeiro
Manuel José Pereira da Silva	Regina Stella Calmon Teixeira Dias Lima
Marcel Lavallée	Rita de Cássia Santana de Carvalho
Maria Ângela Barreiros Cardoso	Rosado
Maria Angélica Barreiros Cardoso	Roberto José de Souza

Rosa Maria Cardoso de Santana Valente
Soane Nazaré de Andrade
Sônia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti
Sylvio de Carvalho Marback
Sylvio Guimarães Lobo
Tasso Paes Franco
Vicente Favella Filho
William Vieira do Nascimento
Zita Magalhães Alves

CORRESPONDENTES

Aaron Salles Fernandes Silva Torres
Ademir Pereira dos Santos
Adilson Cezar
Adriana Jacob Carneiro
Aidenor Aires Pereira
Alberto Martins da Silva
Alberto Venancio Filho
Ana Lucia Granja de Souza
Antonella Rita Roscilli
Antônio Dias Farinha
Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Ferreira Paim
Antônio Jorge Furquim
Antônio Pedro de Bacelar Carrelhas
Antônio Possidonio Sampaio
Antônio Seixas
Armando Alexandre dos Santos

Augusto César Zeferino
Berthold Zilly
Carlos Francisco Moura
Carlos Magno Estevanovic
Carlos Roberto de Mello Kertesz
Carol de Oliveira Lima Bandeira
Claudefranklin Monteiro Santos
Cybelle Moreira de Ipanema
Cyro de Mattos
Daniel Antunes Junior
Dario Teixeira Cotrim
Dilton Domingos Gomes dos Santos
Dom Felipe Alberto Folque de Bragança
Edmundo Aníbal Heredia
Edson Santana do Carmo
Edson Ulisses de Melo
Eduardo da Silva
Eliana Calmon Alves
Epitácio Pedreira de Cerqueira
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Esther Regina Largman
Euclides Pinto Torres
Euges Silva de Lima
Fabiano Cataldo de Azevedo
Fátima Alves Tostes
Fernando da Costa Tourinho Neto
Filipe Alberto Folque de Bragança e
Bourbon de Mendóça
Francisco de Vasconcellos
Francisco Fernando Saraiva Câmara

Getúlio Marcos Pereira Neves	Leonardo Tocchetto Pouperio
Gloria Kaiser	Lourenço de Figueiredo Perestrelo Correia de Matos
Gonçalo de Vasconcelos E Sousa	Luis Fausto Dias de Valois Santos
Guilherme Gomes da Silveira D'Avila Lins	Luiz Claudio Aguiar
Gutemberg Medeiros Costa	Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Helen Sabrina Gledhill	Marc Werner Herold
Helena Parente Cunha	Marco Antônio Neia
Hendrik Kraay	Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho
Henrique Pinto Rema	Marcus Soares de Albergaria de Noronha da Costa
Hilton José Gomes de Queiroz	Marcus Vinicius Vilaça
Hitoshi Ishihara	Maria Beltrão
Isidoro Vasquez de Acuná Y Garcia Del Postigo	Melquiades Pinto Paiva
Jacy Gonçalves Ribeiro	Miguel Beirão de Almeida Metelo de Seixas
Janete Ruiz de Macedo	Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro
João Alfredo de Sousa Montenegro	Murilo Sebastião Ramos Krieger
João Mauricio de Araujo Pinho	Napoleão Tavares Neves
Jorge Couto	Nidia Rejane Urpia
Jorge Forjaz	Olindo Herculano de Menezes
José Alves Siqueira Filho	Paulo Coêlho de Araújo
Jose Arthur Rios	Paulo Fernando de Moraes Farias
José Carlos Almeida Belitardo	Paulo Roberto Pereira
Jose Celso de La-Rocque De Macedo Soares Guimarães	Pedro Alberto de Oliveira Silva
José Manuel Lomba	Pedro Augusto de Freitas Gordilho
Jose Mendonça Teles	Plauto Afonso da Silva Ribeiro
Justino Mendes de Almeida	Professor Doutor Manuel Cadafaz Matos
Kabengele Munanga	
Leão Renato Pinto Serva Neto	

Raimundo de Oliveira Borges
Raymundo Laranjeira
Ricardo de Carvalho
Roberto de Araújo Chacon de Albuquerque
Rogério de Vasconcelos Faria Tavares
Rui Manoel Cordeiro de Vieira Rasquilho
Sebastião Augusto de Souza Nery
Sérgio Martínez Baeza
Terezinha Teixeira Santos
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
Vather Xavier Aguiar
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho Chermont de Miranda
Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Junior
Washington Luís Andrade de Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh

Normas de publicação



REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

INSTRUÇÕES AOS COLABORADORES

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preencham o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação

INSTRUÇÕES GERAIS PROCESSO DE SELEÇÃO

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas ad hoc por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Edi-

torial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às Normas e à formatação fixada nas Seções.

- **Artigos** – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo

e as palavras-chave (title, abstract and keywords) devem ser traduzidos para a língua inglesa.

- **Palestras** – Texto de até 4 páginas resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- **Discursos** – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- **Biografia** – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- **Acervo** – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- **Documentos** – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- **Relatório** – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.
- **Resenhas** – Texto de até uma página de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- **Galeria de Fotografias** – Seção de 2 páginas contendo 4 fotos com os respectivos créditos.
- **Mapa** – (1)
- **Espaço Aberto** – Memorial 2 de Julho

NORMAS

- **Ilustrações** – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões.tif ou.jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.
- **Citações** – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação, da ABNT. As citações bibliográficas ou de website, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. Exemplo: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520.
- **Notas de Rodapé** – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser

numeradas e aparecer no rodapé da página.

- **Referências** – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a lista dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

- **Livro com um só autor**

JECUPÉ, Kaka. Será a terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

- **Livro com três autores**

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. Peter Norton: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

- **Livro com mais de três autores**

CASTELS, Manuel et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

- **Capítulo de livro**

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

- **Artigo de periódico**

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. A prática da escrita e da

leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

- **Artigo de jornais**

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. O Globo, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

- **Artigo de periódico (formato eletrônico)**

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: Acesso em: 14 ago. 2000.

- **Livro em formato eletrônico**

SÃO PAULO (Estado). Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: Acesso em: 19 out. 2003.

- **Legislação**

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

- **Dissertações e teses**

BITTENCOURT, Maria Nadjá Nunes. O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

- **Trabalho publicado em congresso**

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. Anais... Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107

ORIENTAÇÃO PARA A FORMATAÇÃO DOS TEXTOS

1. Devem ser digitados em extensão.doc,.txt ou.rtf, com letra Times New Roman, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a seção a ser publicado, e obedecer às normas da revista.

INSTRUÇÕES PARA ENVIO DE ORIGINAIS

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na

publicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo)



formato 15 x 21 cm
fonte Adobe Garamond
Papel Offset 90g
Tiragem 1000 exemplares
Gráfica Egba